



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

(UFPI)

**Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)**

**Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)**

**Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(MDMA)**

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NOS CERRADOS PIAUIENSES,
(DES)TERRITORIALIZAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS**

MÁRCIA REGINA SOARES DE ARAUJO

TERESINA

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

MÁRCIA REGINA SOARES DE ARAUJO

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NOS CERRADOS PIAUIENSES,
(DES)TERRITORIALIZAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Lopes Araújo

TERESINA

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

A663e Araujo, Márcia Regina Soares de.

Expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses, (des)territorialização e os desafios para o desenvolvimento territorial: o caso do município de Bom Jesus / Márcia Regina Soares de Araujo. – Teresina, 2006.

186 f.: il.

Dissertação (Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Lopes Araújo.

1. Cerrados piauienses. 2. Agricultura globalizada. 3. Sustentabilidade - Meio Ambiente. I. Araújo, José Luis Lopes - Orient. II. Título.

CDD – 630.98122

MÁRCIA REGINA SOARES DE ARAUJO

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NOS CERRADOS PIAUIENSES,
(DES)TERRITORIALIZAÇÃO E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS**

Dissertação aprovada pelo Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Teresina, 22 de setembro de 2006.

Prof. Dr. José Luis Lopes Araújo
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

Profa. Dra. Denise de Souza Elias
Universidade Estadual Ceará (UECE)

Profa. Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)

DEDICATÓRIA

À memória dos meus avós: Joana
Tavares de Araujo (Mãe Nuca) e Luís
Ferreira de Souza (Papai Luizão).
À minha vida, Francisca de Fátima
(minha Mãe).
Minhas raízes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, luz do meu caminho;

À minha mãe, Francisca de Fátima, meus irmãos Marcos e Regiane pelo laço que nos une, e a todas as minhas tias que sempre oraram por mim;

À Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN), ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA);

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina - PI, pela concessão do afastamento para o curso de pós-graduação.

Ao meu querido orientador Professor José Luis Lopes de Araújo;

Aos Professores: Dione Moraes, Antônio Façanha, Carlos Sait e Alberto Jorge Castro;

À Bethânia, Cléia, Francirlar e Sandra, colegas de mestrado;

À Dona Maria Rosa, Dona Madá (*in memoriam*) pela acolhida e solidariedade desde primeira visita ao município;

Àqueles que contribuíram diretamente para a pesquisa cartográfica: Lourival Alves, Bernardo, Altamar, Elizete e Dilermano, todos da AGESPISA. Ao senhor Matuzalém, funcionário da CEPISA. Ao amigo e geógrafo Marcos Silva, pelo apoio na diagramação;

Um agradecimento especial ao senhor Edézio, colega de curso de Especialização em Ciências Ambientais e companheiro de viagem;

Às Prof^{as}. Socorro Carvalho, pelo apoio na revisão ortográfica, e Solange Farias, pelas traduções para a Língua Inglesa;

Aos amigos Clécio, Emiliano, Raimundo Benvindo, Francisco Batista (Seu Chico Melancia), Augusto e Vagner, e Paulo Sérgio (Paulinho de Vilson) pelas orientações no município de Bom Jesus;

Aos representantes das associações e sindicatos com os quais mantive contato;

À Edilma Rocha pelo apoio nos desenhos acerca das representações sociais do município de Bom Jesus, através de uma criativa aula de Geografia;

Ao amigo Vicente Eudes Alves pelos textos, sugestões e orientações;

Às minhas irmãs/amigas do coração Érika Fernanda e Maricília Araújo;

Ao amigo Raimundo Wilson que foi fundamental na reta final desta jornada;

A todas as pessoas que contribuíram para essa nova fase da minha vida.

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
Mario Quintana

RESUMO

O município de Bom Jesus – PI vivencia, nos últimos 15 anos, transformações que contribuem para a reorganização do seu espaço rural-urbano e que dizem respeito à instituição da fronteira agrícola para a agropecuária globalizada naquela região dos cerrados do sudoeste piauienses. Analisou-se, portanto, este espaço pela ótica da territorialização-desterritorialização-reterritorialização, processo que exprime apropriação, desapropriação e reapropriação do espaço, no sentido material e simbólico, já que este processo vem causando transformações singulares no âmbito sócio-cultural, econômico e ambiental. Pretendeu-se ainda apreender as representações sociográficas acerca dos temas desenvolvimento, meio ambiente e os desafios para o desenvolvimento territorial. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se as estratégias metodológicas: 1) Levantamento e análise do material bibliográfico, com vistas à construção da base teórica; 2) Pesquisa de campo, considerando os dados primários, através de observação, entrevistas semi-estruturadas, registro fotográfico, diário de campo; e os dados secundários: levantamento cartográfico e a construção de dados nas instituições: Fundação CEPRO, IBGE, Prefeitura Municipal de Bom Jesus, Organizações da sociedade civil, dentre outras; 3) Elaboração do relatório final da pesquisa. Constatou-se que o Estado, capitais privados nacionais e internacionais – integrantes do sistemas ações – representaram os agentes viabilizadores da dilatação da fronteira agrícola para esta região, mediante a implementação de políticas, programas e investimentos para a região dos cerrados. No âmbito das infra-estruturas articulando os espaços urbano e rural, constatou-se a importância de uma rodovia de imposição nacional que articula estes espaços com a região Centro-Sul, embora a malha viária ainda encontre-se deficitária, seja no aspecto das rodovias, aerovias e ferrovias, inclusive dificultando o acesso da comunidade rural ao usufruto de serviços essenciais como educação e saúde. A dinâmica das redes também pode explicar o fenômeno da migração Centro-sulista, que trouxe na esteira novos modos de produzir e viver, numa relação que complexifica as dimensões econômicas e culturais naquele espaço. A dinâmica da transformação do espaço natural em espaço construído se processa de maneira intensa, levada a cabo pela produção agrícola desempenhada nas áreas dos platôs das serras produtoras, através de usos que têm intensificado o volume da produção e a concentração fundiária. O espaço urbano acompanha este processo de expansão, através da ampliação do perímetro urbano, da área construída e da valorização do solo urbano. Destaca-se, ainda, o volume e a variedade de produtos e serviços hoje ofertados pelo município. Finalmente, constatou-se nas representações sociográficas, que o tema desenvolvimento do Estado do Piauí tem-se ancorado como contemporâneo à expansão da fronteira agrícola para esta região, empiricamente observada através do aporte dos primeiros “gaúchos” ao município. Contraditoriamente, relatos críticos dão conta da marginalização de grande parcela da população desse processo. Sobre o meio ambiente, de um lado é visto como recurso a ser explorado, de outro, é retratado elemento a ser conservado. Sobre os desafios para o desenvolvimento territorial, reivindicações como escassez de assistência técnica e creditícia, capacitação, associativismo, modernas tecnologias, participação e conhecimento das potencialidades locais, figuram como as mais destacadas.

Palavras-chave: Agricultura globalizada; Espaço construído; Identidade territorial.

ABSTRACT

The borough of Bom Jesus, in the state of Piauí, faces changes in the last 15 years which contribute to the reorganization of its rural-urban space and that concern to the creation of the agricultural border for the globalized agriculture and cattle raising in that region of dense and low vegetation of piauiense southwest. Hence, it was analyzed this space through the optic of the territorialization-desterritorialization-reterritorialization process that means appropriation, desapropriation and reappropriation of the space, in a material and symbolic meaning, since this process has been causing singular changes in the socio-cultural, economical and environmental border. It was still intended to apprehend sociographical representations about development, environment themes and challenges to a territorial development. In order to realize this research it was used the following methodological strategies: 1) raising and analysis of the bibliographical material to construct theoretical base; 2) fieldwork taking into account the primary data through observation, semistrutured interviews, photographic register, a diary and the secondary data: cartographical raising and construction of data at institutions such as: CEPRO Foundation, IBGE, Bom Jesus city Hall, civil society organizations, among others; 3) Elaboration of the final research report. It was confirmed that the State, national, international and private money – members of the actions systems – had represented the agents responsible for the enlargement of the agricultural border to this region, in face of the improvement of politics, programs and investments to this region of dense and low vegetation. In the infrastructural border, articulating urban and rural spaces, it was verified the importance of the national motorways wich link the spaces to the Center-South region, though the network of roads still find itself in deficit, in the aspects of the motorways, airways and railroads, inclusive making difficult the access of the rural community to the usufruct of essencial service such as education and health. The networks dynamics also may explain the Center-South migration phenomenon which brought new ways of production and living in a relationship that makes complex the economical and cultural dimension in that space. The changes dynamics of the natural space into the constructed space processes itself in an intense manner, enhanced by the agricultural production put into pratice at plateaus aereas of the producer chain of mountains, through their use which have been intensified by the amount of production and the concentration of land. The urban space has been following this process of expansion through the enlargement of the urban limits, of the constructed area and of the valorization of the urban area. It is still emphasized, the amount and variety of the production of services offered by the borough nowadays. At last, it was confirmed in the sociographical representation, that the development theme of the State of Piauí has been attached as contemporaneous to the expansion of the agricultural border to this region, observed empirically through the arrival of the first “gauchos” in the mentioned borough. In a contradictory way, critical reports denounce the marginalization of a great number of the population who participate in this process. Talking about environmental, from one side, is seen as resource to be explored, on the other side, is seen as elements to be preserved. About the challenges for a territorial development, revindications such as shortage of technical and financial assistance, qualification, associativism, modern technologies, participation and knowledge about the local potentialities appear as the most enhanced.

Key-words: Globalized agriculture; Constructed space; Territorial identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Bom Jesus – PI.....	12
Figura 2	Estrada vicinal utilizada como pista de pouso. Fazenda São Pedro, Serra do Quilombo.....	59
Figura 3	BR 135 que liga Cristino Castro a Bom Jesus.....	61
Figura 4	Rodovias federais e estaduais: pavimentada, implantada e planejada.....	63
Figura 5	Ferrovias Nova Transnordestina.....	64
Figura 6	Avenida Tiradentes e as atividades comerciais ligadas ao campo I.....	66
Figura 7	Grupo de Tradição Gaúcha em Bom Jesus-PI.....	71
Figura 8	Reforço à identidade cultural da família gaúcha.....	72
Figura 9	Formação da sociedade contemporânea bonjesuense, segundo Márdson Soares Santos, 13 anos.....	73
Figura 10	Centro da cidade de Bom Jesus, segundo Sabrina, 13 anos.....	74
Figura 11	Desenvolvimento de Bom Jesus, segundo Ana Paula, 12 anos.....	74
Figura 12	Biomos brasileiros.....	84
Figura 13	Expansão do espaço construído na área de cerrados de Bom Jesus – PI, nos anos de 1990, 2000 e 2004.....	92
Figura 14	Uso do solo dos cerrados para cultivo no ano de 2004.....	93
Figura 15	Serra do Quilombo: início do processo de ocupação dos cerrados.....	95
Figura 16	Processo de construção do espaço: os primeiros desmatamentos da serra do Quilombo para o plantio.....	95
Figura 17	Plantio de soja, serra do Quilombo em 2004.....	95
Figura 18	Máquinas agrícolas no campo: serra do Quilombo.....	95
Figura 19	Cultura de feijão no povoado Eugenópolis.....	97
Figura 20	Feira livre, Bom Jesus – PI.....	99
Figura 21	Igreja Matriz Bom Jesus da Boa Sentença.....	105
Figura 22	Praça João Batista de Freitas, Capela de São João Batista.....	108
Figura 23	Catedral Nossa Senhora das Mercês.....	109
Figura 24	Mancha urbana do município de Bom Jesus, 2005.....	112
Figura 25	Município de Bom Jesus do Piauí: Evolução da mancha urbana.....	113

Figura 26	Loteamento Alphaville.....	114
Figura 27	Loteamentos à margem direita do rio Gurguéia, ainda sob designação de chácaras, em janeiro de 2006.....	115
Figura 28	Planta administrativa. Bom Jesus-PI.....	117
Figura 29	Pólo Uruçuí-Gurguéia.....	120
Figura 30	Resíduos sólidos urbanos: aterro sanitário?.....	120
Figura 31	Catadoras de lixo.....	120
Figura 32	Equipamentos comerciais e de serviços.....	125
Figura 33	Residência de uma família gaúcha, Bairro Josué Parente.....	125
Figura 34	Comércio de insumos e produtos veterinários.....	128
Figura 35	Representação esquemática de uma cadeia produtiva de produto de origem vegetal, segundo metodologia da EMBRAPA.....	130

GRÁFICOS

Gráfico 1	População residente: zona rural e zona urbana.....	118
Gráfico 2	Equipamentos comerciais e serviços em Bom Jesus-PI, registrados por triênio.....	125
Gráfico 3	Equipamentos comerciais e de serviços: por categorias.....	127

QUADROS

Quadro 1	Número e área dos estabelecimentos agropecuários do município de Bom Jesus-PI.....	100
Quadro 2	Estabelecimentos produtivos do município de Bom Jesus em 2006.....	101
Quadro 3	Categorias de uso do solo no município de Bom Jesus.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Área e produção da cultura de arroz e soja, no Nordeste, Piauí e município de Bom Jesus-PI, no período de 1997 a 2005.....	94
Tabela 2	Número de equipamentos comerciais e de serviços, por bairros.....	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESPAÇO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	22
1.1 De espaço a território e as representações sociográficas	22
1.2 Sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização e redes	33
1.3 Desenvolvimento, desenvolvimentos	38
2 A DINÂMICA DAS REDES NA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONSTITUIÇÃO DE UM CELEIRO PRODUTIVO	46
2.1 O sistema de ações: o Estado em aliança com os capitais privados na instituição dos cerrados piauienses como “celeiro agrícola”	46
2.2 As redes articulando espaços e transcendendo fronteiras: Bom Jesus no cenário nacional e internacional	58
3 DE ESPAÇO NATURAL A ESPAÇO CONSTRUÍDO	78
3.1 Urbanização extensiva e Brasil rural: a interseção do rural e do urbano no conjunto das transformações espaciais das regiões de cerrados	78
3.2 De ecossistema a agroecossistema: os cerrados piauienses como celeiro	83
3.3 A (re)organização do espaço: antecedentes históricas do município de Bom Jesus	104
3.3.1 A construção do espaço urbano: antecedentes da valorização espacial?	110
3.4 Os sistemas de objetos: elementos para a leitura espacial	121
4 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIOGRÁFICAS	133
4.1 Meio ambiente e desenvolvimento na perspectiva de poder das representações sociográficas	133
4.2 “Eu acredito que o caminho é aqui em baixo, também”: os desafios para o desenvolvimento territorial e a problemática das especificidades	146
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	171

INTRODUÇÃO

De um modo amplo, a dilatação da fronteira agrícola para os cerrados piauienses remonta o contexto da inserção da agricultura brasileira nos circuitos espaciais de produção da agropecuária globalizada, lógica marcada pela territorialização do capital na agropecuária nacional, no interior do capitalismo mundializado. Esse processo se dá em âmbito nacional ainda no período da Ditadura Militar pós-1964, quando se visualizava a ocupação dos espaços “vazios” da região central do Brasil, assim como a atenuação da dívida externa mediante exportação de produtos primários, tudo isso viabilizado pela modernização agrícola.

No espaço piauiense, essa incorporação pode ser considerada a partir de meados da década de 1980¹, processo esse que tem obedecido a uma lógica norteada pela incorporação da agricultura brasileira no contexto do modo de produção capitalista nas escalas regional, nacional e internacional, em que o papel do Estado como agente viabilizador, e em consonância com os interesses econômicos, atuou de modo a subsidiar ações, por intermédio de políticas e programas, que contribuíram para a constituição dos cerrados piauienses como celeiro produtivo. Considerados desfavoráveis para a atividade agrícola, em virtude de suas limitações naturais, os solos do bioma cerrado foram sendo incorporados à moderna agricultura mediante implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde, para que as limitações naturais passassem a ser mitigadas.

Os cerrados passaram a figurar como espaço potencial para a acumulação capitalista, dadas as suas características para a produção em larga escala. Fatores como grandes extensões de terras e topografia plana conjugados aos discursos do vazio demográfico, cultural e econômico² o elevaram à categoria de última fronteira agrícola para o capital de modo que, na atualidade, este é o *locus* da grande produtividade de grãos, carro-chefe da produção primária para exportação. É nesse contexto que os cerrados piauienses, em particular, ganham visibilidade, integrando-se ao circuito nacional e internacional de produção.

Destarte, o presente trabalho versa sobre pesquisa realizada em Bom Jesus, município piauiense situado a 471 km a sudoeste da capital em linha reta, ou a 638 km por rodovia, cuja extensão territorial é de 5.469,16 km². Esse município pertence à Mesorregião Sudoeste

¹ De fato, para Moraes (2000), a abertura da fronteira agrícola se inicia nos anos de 1970, com a fase da valorização futura das terras, conhecida localmente como “era dos projeteiros”.

² Ver Moraes (2000).

Piauiense e a Microrregião Alto Médio Gurguéia³, delimitado pelas coordenadas geográficas em retângulo que compreendem as Latitudes Sul 8°56'42" e 9°35'17" e Longitudes Oeste 43°46'58" e 45°18'48" (Figura 1).

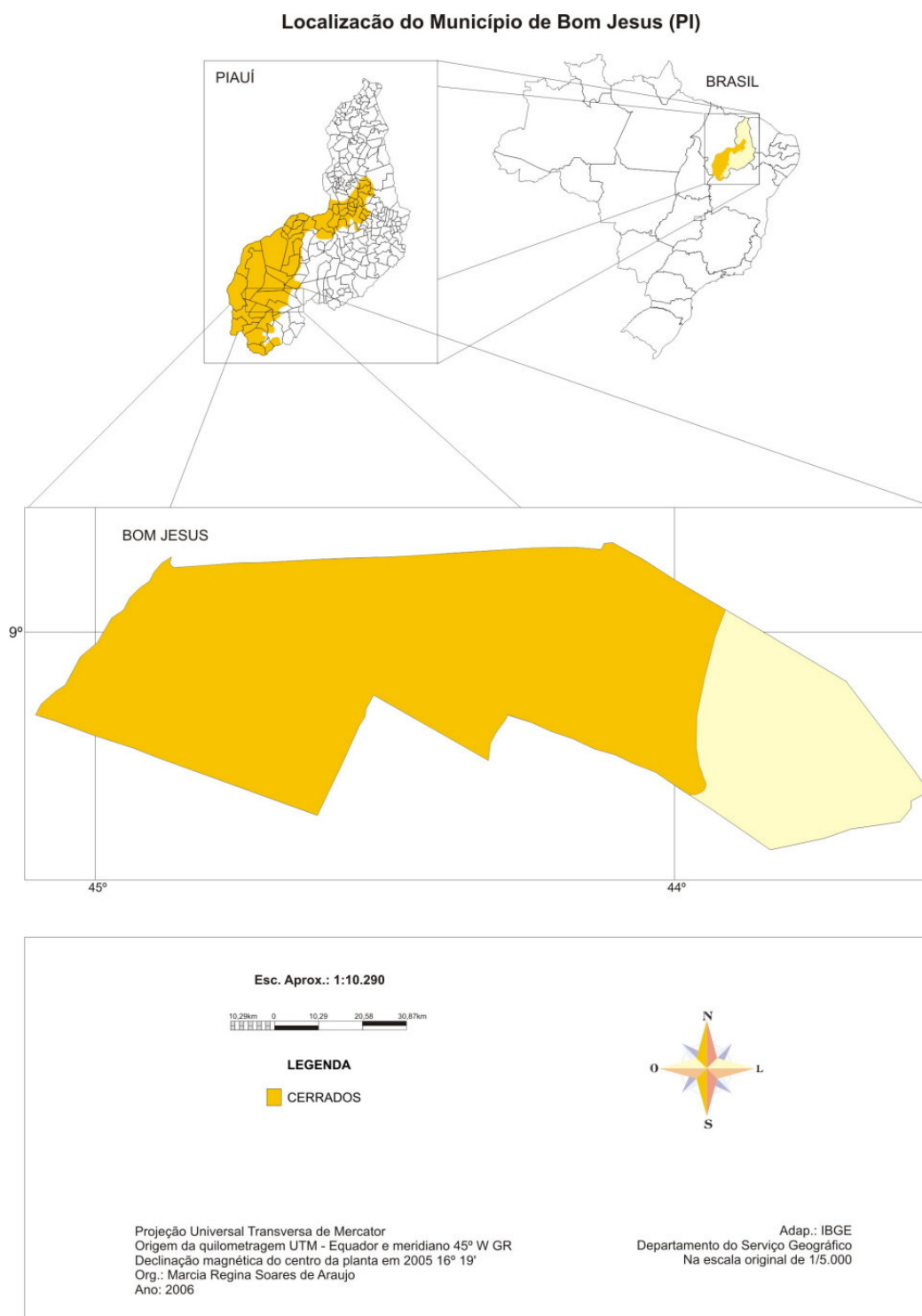


Figura 1. Localização do município de Bom Jesus – PI.
Fonte: Elaboração da autora.

³ Esta é a regionalização vigente para o Estado do Piauí, citada de acordo com a divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas, estabelecidas pelo IBGE em 1990.

O primeiro contato com o município resultou de uma experiência profissional, como docente do Ensino Superior para o curso de Geografia, no ano de 2002. Nesta oportunidade, a particularidade dos eventos que ocorrem no município não passou despercebida, principalmente, quanto às diferenças culturais entre o modo de vida gauchesco⁴, ainda predominantes entre os migrantes trazidos por ocasião da produção da soja, e o modo de vida piauiense. A partir de então, trabalhou-se na perspectiva de encontrar respostas para inquietações em início de gestação que, conjugadas ao desejo de aprender e produzir conhecimentos, junto à possibilidade de galgar melhores patamares de qualificação profissional, fizeram nascer este trabalho cuja temática é a reorganização do espaço rural-urbano do município de Bom Jesus a partir do estabelecimento da fronteira agrícola nos cerrados piauienses pela agropecuária globalizada.

Nesse sentido, a contribuição teórica deste trabalho consiste em suscitar novas interlocuções sobre o tema de desenvolvimento para a região, já que o modelo implantado verticalmente desconhece a necessidade da participação de todos os setores da população local nesse processo instaurado no município. Assim, mediante hipótese de trabalho, consideradas como “idéias cuja demonstração permite alcançar as várias etapas que se deve atingir para a construção do raciocínio [...] [e que, para tanto, deve levar] em conta o quadro teórico em que se funda o raciocínio” (SEVERINO, 2002, p. 161), supõe-se que, como receptor de empreendedores de outras regiões, o município de Bom Jesus vivencia processos de mudança em seu espaço, a partir da aquisição de parcelas do seu solo rural e urbano por novos empreendedores, bem como sofre, através destes, interferências no nível sociocultural e econômico. Estas interferências dizem respeito, sobretudo, à tendência ao processo de marginalização de parcelas da comunidade local quanto ao consumo do espaço do município no sentido material e simbólico, já que ocorre a apropriação dos espaços valorizados econômico, social e culturalmente, pelos sujeitos sociais beneficiados pelo curso dos eventos recentes, onde se incluem as elites tradicionais locais e os novos atores sociais que aportam no município.

Nessa direção, procurou-se compreender o processo de reorganização do espaço rural-urbano a partir do estabelecimento da fronteira agrícola da agropecuária globalizada, através

⁴ Esta expressão está relacionada ao termo “gaúcho” utilizado para designar, de um modo geral, aqueles que aportaram (e aportam) no município trazidos pelo favorecimento dos programas direcionados à modernização da agricultura nas regiões de cerrados, podendo ser paranaenses, sul-mato-grossenses, mato-grossenses, catarinenses dentre outros. Ressalta-se que muitos dos “gaúchos” que vivem hoje em Bom Jesus migraram de estados como Mato Grosso do Sul, por exemplo. Na maioria dos casos, estes migrantes ainda mantêm relações de parentesco nos estados de onde partiram, inclusive daqueles de onde são naturais, geralmente Santa Catarina e, na maioria das vezes, Rio Grande do Sul. A respeito, conferir Haesbaert (1995) e Moraes (2000).

desse estudo de caso. Nesse sentido, a dinâmica das dimensões rural e urbana é captada através dos seguintes elementos: na dimensão urbana, tem-se por foco a dinâmica intra-urbana no sentido da expansão da mancha urbana e do perímetro urbano, a valorização espacial e a expansão dos equipamentos comerciais e de serviços; para a dimensão rural, analisa-se os elementos da estrutura fundiária (número e área dos estabelecimentos rurais), no sentido da ocupação e uso do solo; quanto ao redesenho da malha viária, é analisado considerando-o na intersecção das duas dimensões explicitadas acima. Na seqüência, a dinâmica ambiental é identificada através da transformação do espaço natural do município em espaço construído, por meio da análise de imagens de satélite, mapeamento, levantamento fotográfico e das representações da população residente. Conclui-se com a apreensão das representações sociográficas da sociedade civil organizada no que diz respeito às idéias de desenvolvimento e meio ambiente.

Com o intuito de viabilizar a proposta de estudo, a metodologia de trabalho é percebida como a conjugação de “concepções teóricas de abordagem, [d]o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e [d]o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p.16). Já Hirano (1988), ao tratar da abstração do objeto de conhecimento científico, vê no projeto de estudo e no plano de pesquisa, elementos dissociáveis para alguns autores, instrumentos indissociáveis para o trabalho da pesquisa social. De ambas posições, observa-se uma divisão, mesmo que no nível teórico, do processo de escolha e construção de quadros conceituais ou de referência, ou ainda as teorias que norteiam o estudo, e do processo de escolha e construção dos instrumentos ou técnicas de pesquisa, no que tange à operacionalização dos conceitos. Destacando a valorização da criatividade, pode-se considerar com Santos (1989), as correntes de desdogmatização da ciência que, através de rupturas, quebras de paradigmas e violação das regras, idéias respectivamente representadas por Bachelard⁵, Kuhn e Feyerabend, indicam um processo histórico de reconstrução da ciência, fatalmente obtido mediante a extrapolação da criatividade do pesquisador. Portanto, focalizaram-se na construção da metodologia deste trabalho, dois momentos fundamentais da pesquisa, projeto de estudo e plano de pesquisa, acreditando que a criatividade lhes é transversal.

Foram considerados, todavia, para o projeto de estudo o quadro teórico e método de

⁵ Observa-se que Santos (1989, p. 41-42, grifo no original) ao tratar da ruptura epistemológica de Bachelard, o faz de modo a propor uma ruptura da ruptura epistemológica, uma dupla ruptura que “procede a um trabalho de transformação *tanto* do senso comum *como* da ciência”, ou melhor, que esta tenha “por objeto criar [...] uma configuração do conhecimento que, sendo prática não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída”.

interpretação e os instrumentos de investigação; e para o plano de pesquisa, a operacionalização do projeto, a construção dos dados, a escolha da amostragem, a análise qualitativa e quantitativa e a elaboração dos relatórios de pesquisa.

A orientação metodológica deste trabalho ancora-se numa construção paradigmática crítica ao paradigma⁶ simplificador da ciência moderna. A partir dessa orientação, acredita-se que apenas a consciência da noção de paradigma já implica, ela própria, a separação com o paradigma clássico, fundamentalmente cego ao que não o constitui, e que ela, a consciência, por si só, pressupõe o surgimento de um pensamento complexo, pautado na compreensão. A compreensão, neste sentido, é considerada como “condição de sobrevivência da humanidade”, pois pretende romper com o pensamento disjuntivo, no sentido de construir outras formas de visões de mundo orientadas numa condição de tolerância, e com isto, permitir o diálogo entre os diferentes ramos do saber (MORIN, 2001).

Visando a concretizar a idéia necessária de diálogo entre os mais diversos ramos do conhecimento, tomaram-se como referência autores que, em suas áreas específicas, contribuíram para a realização deste diálogo interdisciplinar. Nesta direção, as contribuições partiram de vários campos, como na área das Ciências Biológicas: Castro e Martins (1999), Klink et al. (2002), Mousinho (2003); na área das Ciências Econômicas: Besserman (2003), Furtado (2001), Monteiro (2002), Veiga (2001, 2003); na área do Jornalismo e das Ciências Jurídicas: Mendonça e Rainha (2004); na área das Ciências Sociais: Baudrillard (2004), Bonfim (2001), Bonfim e Santos Júnior (1995), Bourdieu (1997), Buenos Aires (1999), Brandão (1982), Diegues (1996), Durkheim (2003), Gil (1995), Guivant (1994, 2001), Giuliani (1998), Minayo (1994), Moraes (2000), Ribeiro (1992), Rosa (2004), Souza (2002), Souza Filho (1995), Stroh (2003); na Filosofia: Morin (2001); na Geografia: Ayoade (1998), Andrade (2002), Arroyo (1996), Benko (1996), Cara (1996), Bernardes (1996), Cavalcanti (1998), Corrêa (2003), Haesbaert (1995, 2002), Isnard (1984), Monte-mór (2002, 2004), Neves (2002), Oliveira (1994), Pitaudi (1999), Santos (1986, 1996, 1997, 2002), Souza (2002) e psicologia social: Moscovici (2004). Ressalta-se a importância desse esforço para o aprimoramento pessoal quanto à capacidade de articulação entre as diversas áreas, para além daquela da graduação, a Geografia, e das Ciências Sociais, em processo de formação. Ademais, vale lembrar que o diálogo entre as diversas disciplinas, a interdisciplinaridade, é a proposta central do programa de mestrado no qual se desenvolveu esta pesquisa.

Acredita-se que não apenas o esforço empreendido para o crescimento pessoal e a

⁶ O “paradigma institui as relações primordiais que constituem os axiomas, determinam os conceitos, comandam os discursos e/ou as teorias. Organiza a organização e gera a sua geração e regeneração” (MORIN, 2001, p. 264).

adequação ao programa de mestrado, mas também a construção de metodologias adequadas que levem à compreensão das questões complexas formuladas pela sociedade contemporânea. Propõe a interdisciplinaridade como postura voltada ao “abandono de abordagens científicas disciplinarmente isoladas” e avança ao afirmar a necessidade de “pesquisas capazes de oferecerem resultados conexos entre as várias áreas de conhecimento” (STROH, 2003, p. 270-278), o que culmina numa concepção holística do mundo, estando intimamente relacionado com a revolução paradigmática e a construção de um novo paradigma (MORIN, 2001).

Além da consciência de uma crise paradigmática e da urgência de uma postura interdisciplinar, toma-se como quadro geral de referência para este empreendimento científico uma abordagem compreensivista que se fundamenta no objetivo de “apreender e explicitar o sentido da atividade social individual e coletiva como realização de uma intenção”. Desta forma, tal abordagem “se justifica na medida em que a ação humana é essencialmente a expressão de uma consciência, o produto de valores, a resultante de motivações”. Logo, “compreender [...] é volver aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais essas manifestações se tornam significativas” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 139-141).

O estudo da reorganização do espaço do município de Bom Jesus, a partir do deslocamento da fronteira agrícola da agricultura globalizada para os cerrados piauienses, deve ser concebido dentro da intencionalidade de projetos hegemônicos, relativos aos empreendimentos de âmbito privado, estatal, nacional e internacional, num contexto macro, que desencadeiam localmente conseqüências que transcendem a aparência intuitiva dos fatos em construção naquele espaço. Critica-se a superficialidade das aparências, contudo, nega-se que as percepções obtidas mediante observação sejam descartadas, desde que estas sucedam o quadro teórico construído, ou que mantenham um diálogo com as teorias de base (CHALMERS, 1993). Portanto, é justamente a necessidade de se transcender da aparência dos fatos que a realidade social “suscita ao investigador indagações, conjecturas e refutações de conhecimentos” (HIRANO, 1988, p. 94), conduzindo à inquietação e ao questionamento, o que motiva a investigação científica.

Para essa pesquisa, e sem perder de vista as conexões entre o domínio empírico e o teórico dentro de um contexto histórico, num movimento dinâmico entre as partes e o todo é que se define como método de interpretação a dialética, no sentido de que a análise dialética como metodologia interpretativa visa a “um conjunto objetivo que determina o sentido do desenvolvimento histórico [...], ela define as relações do geral com o particular em sua concretização histórica” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 67). Vale

lembrar, portanto, que as representações sociais também abarcadas por esta metodologia interpretativa, correspondem “a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que através delas compreendem e transformam sua realidade” (REIGOTA, 2002, p. 70).

A dialética aparece igualmente na construção do arcabouço conceitual mediante a postura dos autores que constituem a referência teórica deste trabalho. Assim os conceitos de espaço, território, territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), territorialidade, lugar, desenvolvimento, meio ambiente e representações sociais e sociográficas são construídos nesta perspectiva.

Quanto aos instrumentos de investigação, inicialmente apresenta-se a pesquisa bibliográfica realizada através de consulta em livros, artigos científicos e fontes pesquisadas em *websites*. Paralela à pesquisa bibliográfica, situa-se a pesquisa documental que compreende a construção de dados a partir de materiais que ainda não foram analisados (GIL, 1995). Os tipos de documento são classificados em duas categorias. Os primeiros são os documentos de primeira mão, ou melhor, aqueles que podem ser encontrados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas e os últimos, os documentos de segunda mão, referem-se a documentos que já receberam um tratamento analítico (GIL, 1995).

Outro elemento fundamental para a viabilidade do projeto de estudo e a concretização da pesquisa corresponde ao diário de campo. Procedeu-se ao uso do diário de campo no registro dos fatos sociais, de modo imediato ou consecutivo ao seu acontecimento, não relegando à memória a tarefa de guardar tudo o que se deu durante o procedimento da pesquisa de campo. Nesse sentido, enfatiza-se a utilização deste como recurso metodológico que contribuiu para o enriquecimento da pesquisa na medida em que se tomou nota das observações dos fatos concretos – inclusive aqueles relacionados à paisagem natural e construída – e de “fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais da investigadora, reflexões e comentários” (PINTO, s/d, não paginado). No diário de campo podem-se ainda descrever as “maneiras de sentir das pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13), além de reforçar o “hábito de observar com atenção, descrever com previsão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho” (PINTO, s/d, não paginado).

Como instrumento de investigação, a entrevista figurou neste projeto de estudo como componente imprescindível “pelo fato de estabelecer um contato efetivo com as pessoas implicadas no problema investigado” (THIOLLENT, 1987, p. 32), já que é considerada uma técnica de observação direta. Como método operacional para a construção dos dados

primários, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, dirigida a partir de um pequeno roteiro de perguntas abertas, de caráter intensivo e individual, englobando um “pequeno número de pessoas e [uma] grande abertura das perguntas para maior ‘profundidade’” (THIOLLENT, 1987, p. 33). Além de se orientar por uma estrutura de perguntas centradas nos eixos temáticos desenvolvimento e meio ambiente, tema relevante para um dos objetivos específicos do trabalho, as entrevistas também foram utilizadas como técnicas complementares, com a finalidade de “esclarecer ou aprofundar certas respostas” (THIOLLENT, 1987, p. 33).

Considerando, no entanto, que o processo de entrevista pode apresentar algumas deficiências como a rotulagem de comportamentos, das opiniões, atitudes, dentre outros, que podem levar ao adiantamento da categorização⁷, atentou-se a esta deficiência que pode ser mitigada através da “atenção flutuante”, proposta por Thiollent (1987) como uma atitude que viabiliza a comunicação na relação entrevistador-entrevistado a partir da postura analítica e interpretativa do investigador. Baseada na empatia, a relação de comunicação, afetividade e interesse demonstrado pelo/a entrevistador/a, contribui para minimizar os impactos gerados pelo relacionamento forçado mediado pela entrevista. Daí a proposição de Bourdieu (1997) para o que chamou de comunicação não-violenta. Ademais, ainda sobre a relação entrevistador(a)/entrevistado(a), este último autor salienta que sempre haverá distorções quanto à intenção do/a primeiro/a e seus instrumentos de construção de dados e a compreensão do/a último/a frente aos objetivos do/a pesquisador/a. Assim, as entrevistas foram conduzidas de maneira consciente de seus efeitos sobre entrevistados e entrevistadas, compreendendo seus limites e possibilidades, de modo que estas relações de troca foram realizadas procurando reduzir as distorções (BOURDIEU, 1997).

Quanto ao processo interpretativo, procurou-se atingir uma postura “rigorosamente sociológica [...] [que deve] relacionar entre si diversos elementos sociais ou culturais até se chegar à ordenação deles em um modelo construído” (THIOLLENT, 1987, p. 90), avaliando-se os dados construídos para a verificação das hipóteses.

Assim, no que concerne à execução empírica da pesquisa, deve-se ressaltar a busca da articulação entre projeto de estudo e plano de pesquisa, considerando-se que este último, o plano de pesquisa, corresponde à operacionalização do projeto de estudo (HIRANO, 1988). Destarte, a construção do plano de pesquisa pressupõe a planificação das condições reais de

⁷ O adiantamento da categorização constitui uma limitação da entrevista como instrumento de investigação pelo fato de induzir o entrevistado a formular suas respostas mediante as categorias contidas nas perguntas (THIOLLENT, 1987).

sua execução, o que orienta uma estrutura pautada na operacionalização do projeto, no processo de construção dos dados, na escolha da amostragem, na análise qualitativa e quantitativa dos dados e elaboração dos relatórios da pesquisa (HIRANO, 1988).

A operacionalização do projeto diz respeito à tradução dos conceitos em elementos empíricos. Nesse sentido, a reorganização do espaço rural e urbano do município de Bom Jesus será apreendida mediante os elementos seguintes.

Para o espaço urbano, foram admitidas como integrantes dos sistemas de objetos⁸, as variáveis: a expansão da mancha urbana, os equipamentos comerciais e de serviços, a malha viária, no intuito de apreender a dinâmica sócio-espacial da expansão urbana.

No caso da variável equipamentos comerciais e serviços, considerada do tipo discreta e descontínua, por conveniência de tabulação, foram agrupadas em intervalos de classe de três em três anos, que se inicia no ano de 1979⁹ até o ano de 2003, ano de ocorrência do estabelecimento mais antigo e do mais recente, respectivamente. A eleição desse intervalo de classe justifica-se pelo fato de propiciar uma melhor apreensão da dinâmica das transformações em curso no município. Acredita-se, contudo, que um intervalo maior causaria distorções e minimizaria o impacto dos eventos recentes que se processam no município.

Quanto ao espaço rural, ainda na perspectiva dos sistemas de objetos, serão considerados os elementos da estrutura fundiária, especificamente o número e a área dos estabelecimentos rurais, no sentido da ocupação do solo, e para o sistema de uso do solo serão consideradas as atividades agrícolas.

Como sistemas de ações, estes diretamente relacionados ao espaço urbano e rural, os objetos em foco são a atuação estatal e dos capitais privados para a viabilização da expansão da fronteira agrícola, mediante abertura para a territorialização do capital, especificamente no que se refere às políticas, aos programas e investimentos direcionados à área de cerrados do Brasil, Nordeste e Piauí, particularmente.

O processo de construção dos dados encontra-se planejado segundo a sua origem. Desta forma, agrupam-se em dados primários e dados secundários (HIRANO, 1988).

Os dados primários foram construídos fundamentalmente a partir de entrevistas semi-estruturadas focando os representantes das entidades da sociedade civil organizada¹⁰ situadas

⁸ Santos (2002) define espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

⁹ Em virtude dos poucos estabelecimentos com registro anterior a década de 70 do século XX, optou-se por agrupar os estabelecimentos registrados a partir do ano de 1930, ano do primeiro registro, até 1978, estes perfazendo a classe inicial. Consta, no Cadastro Técnico Econômico e Social do Município de Bom Jesus, um estabelecimento no ano de 1930, um em 1941, um em 1962, um em 1963, um em 1967, dois em 1970, um em 1972, dois em 1973, sete em 1974, e dois em 1977, o que totaliza 19 estabelecimentos na primeira classe.

¹⁰ Para este trabalho, as organizações da sociedade civil ouvidas estão listada no final do trabalho. Cf. Anexos.

no núcleo urbano e, para o espaço rural, estão sendo analisadas aquelas entidades situadas nas áreas de entorno onde se desenvolve a moderna agropecuária. Toma-se por sociedade civil a esfera de relações entre indivíduos, grupos ou classes que não se caracterizam como instituições estatais, conformando um território prenhe de conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que se mobilizam para galgar representatividade no cenário político, e que solicitam do Estado respostas às suas demandas (BOBBIO; MATTEUCCI, 1995). Enfatiza-se, portanto, a importância dos agentes privados para o curso das transformações recentes na região dos cerrados piauienses, em particular o município de Bom Jesus.

O registro fotográfico terá lugar neste trabalho por permitir a cristalização de imagens reveladoras da realidade social pesquisada. Para finalizar, todo o processo de pesquisa encontrou-se devidamente registrado no diário de campo.

Os dados secundários foram construídos mediante pesquisa documental e cartográfica nos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), Companhia Energética do Piauí (CEPISA), Prefeitura Municipal de Bom Jesus, www.sintegra.gov.br, www.receita.fazenda.gov.br, Câmara Municipal de Bom Jesus, Fundação CEPRO e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAR). No intuito de apreender a dinâmica territorial e a reorganização do espaço do município estudado, destaca-se a elaboração de uma sequência cartográfica, bem como a adaptação de mapas para fins de espacialização da área.

Um outro momento importante para a operacionalização desse trabalho refere-se à delimitação da amostragem, que é definida como uma parcela representativa da população que, por suas características, tem condições de reproduzir a população como um todo (MADGE, 1965 apud HIRANO, 1988). Nestes termos, Hirano propõe a divisão das amostras em dois tipos, probabilística e não probabilística. Para este trabalho, optou-se pela amostragem do tipo não-probabilístico por ser apresentada na forma de amostra intencional¹¹.

Para a análise dos dados construídos no decorrer do trabalho foi utilizada a análise qualitativa, predominantemente, coerente com o quadro geral de referência que norteia a pesquisa sem desprezar, contudo, a análise quantitativa utilizada para tabular determinadas variáveis, já que a abordagem dialética permite estabelecer uma aliança quali-quantitativa com o propósito de melhor compreender os fenômenos estudados. Nesse sentido, a elaboração do relatório final, sob uma orientação dialética, teve por finalidade compreender as contradições inerentes ao processo de reorganização espacial, motivado pela expansão da

¹¹ Outras formas: amostras acidentais e amostras de quota (HIRANO, 1988).

fronteira agrícola, em curso na região.

Ao final do processo de pesquisa, espera-se ampliar o debate sobre desenvolvimento territorial, visando a garantir o direito à apropriação e consumo equitativos do espaço rural-urbano por parte das populações locais, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida, além de contribuir para o enriquecimento da produção científica.

Destarte, este trabalho estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro aborda os conceitos centrais, na perspectiva de lançarem luzes para o direcionamento e a orientação de caminhos de reflexão a serem trilhados ao longo dessa jornada. Assim são trabalhados os conceitos fundantes do trabalho: território, na primeira seção; territorialização-desterritorialização-reterritorialização, na segunda seção; e na última seção, trabalha-se o tema desenvolvimento. O segundo capítulo evidencia a dinâmica das redes que atuam para a reorganização do espaço do município de Bom Jesus, na seguinte perspectiva: em um primeiro momento, discute-se o sistema de ações considerando o Estado, bem como os capitais privado e internacional, como agentes viabilizadores da dilatação da fronteira agrícola para os cerrados piauienses, mediante implementação de políticas e programas para a região dos cerrados. No segundo momento, aborda a questão das redes articulando espaços, a qual tem projetado o município para o cenário nacional e internacional. O terceiro capítulo trata da transformação do espaço natural em espaço construído e está dividido em quatro seções. A primeira apresenta a relação cidade-campo através das idéias de urbanização extensiva e de Brasil rural; a segunda seção é direcionada ao espaço rural, observando a passagem de ecossistema à agroecossistema; a terceira, refere-se aos antecedentes históricos do município de Bom Jesus e às transformações recentes no espaço urbano; a última, abrange os sistemas de objetos como elementos para se proceder a leitura da reorganização do espaço municipal focando, assim, os equipamentos comerciais e serviços. O quarto e último capítulo propõe a discussão sobre as representações sociográficas dos representantes de organizações da sociedade civil a respeito dos temas desenvolvimento e meio ambiente e divide-se em três seções. A primeira retoma os temas desenvolvimento e meio ambiente e trabalha o tema das representações. A segunda seção apresenta a perspectiva de poder nas representações sociográficas de desenvolvimento e meio ambiente. A última seção procura identificar os desafios para o desenvolvimento territorial, mediante as representações dos atores sociais locais.

CAPÍTULO I

ESPAÇO, TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO

Elaborou-se este capítulo com a finalidade de lançar as bases da construção teórica acerca da reorganização espacial do município de Bom Jesus. Entende-se que, como suporte para a compreensão da realidade, os conceitos carregam consigo a herança fundamentada numa orientação crítica que procura, nas contradições do real, desvelar a lógica que permeia os eventos em curso na região, em particular, nesse município. A opção pelos conceitos de território, territorialização-desterritorialização-reterritorialização e desenvolvimento contribui para este trabalho, mediante o diálogo com algumas construções, como espaço e lugar, além de outras categorias, como as idéias de urbanização extensiva e Brasil rural estas, propostas ao longo do texto.

Pode-se afirmar, todavia, que a construção dos territórios e suas derivações se dão sobre uma totalidade que se apresenta sob a forma de espaço, numa perspectiva ampla, onde se contemplam as dimensões material e imaterial, respectivamente, os objetos e as ações. Também tratado dentro de uma perspectiva simbólica e afetiva, o território requer a aproximação com o conceito de lugar, pela relação estreita com o cotidiano, a identidade, os modos de vida. Portanto, mediados por essas lentes teóricas, procuram-se compreender os eventos singulares que têm contribuído para a reorganização espacial desse município em apreço, tanto pelo redesenho das atividades urbano-rurais que se estabelecem, quanto pela introdução de atores sociais de outras regiões do país os quais aportam no município.

1.1. De espaço a território e as representações sociográficas

“A sociedade cria-se, criando o seu espaço” (ISNARD, 1982, p. 85). Esta relação dialética procura revelar a dinâmica de construção e reconstrução que se encontra embutida no conceito de espaço como criação humana. Pode-se dizer que relações sociais e seus produtos formam um conjunto indissociável, solidário e contraditório, no caso, os objetos e as

ações¹², constituídos como um “quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). O conceito de espaço é considerado como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2002, p. 332), e desta maneira, torna-se possível tratar esta relação indissociável como processo e resultado, ao mesmo tempo, “a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que [...] dê[em] conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos” (SANTOS, 2002, p. 64). Pela evolução reflexiva desse autor acerca do conceito de espaço, é interessante ressaltar que a presente concepção apresenta um amadurecimento do referido conceito, pelo autor que, ao longo da sua trajetória, o concebeu como: conjunto de fixos e fluxos; configuração territorial e relações sociais, e, finalmente, conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

A construção do espaço acompanha a trajetória da evolução técnica humana, e acompanha a transformação dos espaços naturais em espaços construídos¹³. Neste processo, a natureza selvagem (objetos naturais), paulatinamente, foi sendo substituída por objetos fabricados, técnicos, mecanizados e depois cibernéticos. Assim, a intervenção histórica da sociedade fez surgir os objetos e as ações, indissociáveis e interativos, assim considerados, pelo fato de não possuírem vida independente uns dos outros. Acrescenta-se, ainda, que os objetos não são auto-explicativos, pois constituem um sistema de ações, historicamente produzidos, o que evidencia a interdependência real e analítica dessas duas categorias. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes [rugosidades, inércia dinâmica] [...] É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2002, p. 63), e desta maneira se explica a dinâmica da organização e reorganização do espaço.

Como conceito fundamental para a apreensão dos eventos recentes nos cerrados piauienses, no contexto da expansão da fronteira agrícola para o sudoeste do Piauí, o espaço reflete a demanda por uma teoria que se proponha a dar conta da complexidade dos dados empíricos. Com efeito, as relações sociais tratadas mediante sua intencionalidade conduzem à busca compreensiva da dinâmica dos eventos latentes no município de Bom Jesus, neste estudo de caso.

Qualificado como multidimensional, o espaço possui uma plasticidade que deriva das

¹² Santos (2002) diferencia objetos e coisas. Os primeiros são apreendidos como cristalizações das ações humanas, dotados de intencionalidade, consequência da elaboração social. Os segundos são produtos da elaboração natural. A ação é uma exclusividade humana pelo fato de ser dotada de propósito. É, portanto, orientada e a sua consequência modifica o meio em que ela se dá e, modifica, igualmente, quem a pratica, o próprio ser humano.

¹³ A transformação do espaço natural em espaço construído é tratada no Capítulo III.

distintas concepções subjacentes às sociedades que, nos distintos processos e práticas materiais de reprodução social, as originaram (CORRÊA, 2003). Também é concebido como dinâmico, numa perspectiva materialista, em decorrência da dinamicidade dos processos e práticas materiais, o que proporciona variadas e permanentes construções do conceito (HARVEY, 1994). A dinamicidade expressa surgiu como uma proposta diferente à percepção positivista do conceito que pretendia construir o conceito de espaço como fato natural, imutável e facilmente apreendido pela experiência inteligível, logo auto-evidente e objetivo. Ademais, a dinamicidade das práticas e processos materiais de reprodução social é considerada como resultado do modo de produção capitalista, motor principal da permanente (re)organização do espaço.

Congruente com a idéia de reorganização do espaço vinculada à ação, Santos (2002) afirma que toda reorganização, tanto social, econômica, quanto geográfica, tem como propulsora a racionalidade econômica capitalista, e em última instância, a competitividade tida como a mais poderosa das ações, no intuito de estabelecer rearranjos espaciais para atender a propósitos da racionalidade capitalista. Em síntese, compreende-se que, mais do que os objetos e seus sistemas, as ações são primordialmente responsáveis pela re-organização à medida que, em cada momento histórico, possam-se utilizar antigos objetos imprimindo-lhes novas funções e quando não, até novas feições, associando as reformas em estruturas construídas, aquelas por Santos chamadas de “rugosidades” (1986, 2002).

Pode-se afirmar que a concepção de espaço como objeto social inevitavelmente pressupõe espaço histórico, “no qual tudo aquilo que foi ou é produto da natureza se refaz, se funcionaliza a partir do uso que dele realizam os homens, a sociedade” (ARROYO, 1996, p. 77). Partindo do espaço histórico, como uma manifestação das ações humanas, observa-se uma outra noção indispensável, a compreensão de território como uma expressão concreta desse espaço, objeto social (ARROYO, 1996; SANTOS, 2002).

Dessa maneira, ressaltam-se duas noções correntes acerca do território (HAESBAERT, 2002). A primeira delas, a noção tradicional de território como suporte físico, intimamente relacionado aos recursos naturais, é construída numa perspectiva valorizadora dos fixos. A outra se contrapõe à primeira pelo fato de pressupor mudanças qualitativas e de essência ao território como fluxos, para além das mudanças quantitativas relacionadas unicamente com as formas e a sua magnitude (ARROYO, 1996). A noção de território como fixo pretende naturalizar as ações sociais e seus produtos, propondo-se a justificar o domínio do território mediante conquistas para expansão do seu “espaço vital”, fundamentada numa suposta propensão inata para a conquista do território (dimensão política). Já o território como

fluxo acaba por desprezar a relação sociedade-natureza, “como se o território pudesse mesmo prescindir de toda ‘base natural’ [...] e fosse uma construção puramente humana, social” (HAESBAERT, 2002, p. 119).

Enfatiza-se nesta noção etnocêntrica do território, a relação de domínio material (dimensão econômica), bem como a apropriação simbólica (dimensão cultural). Apesar da contraposição entre as duas noções, a contribuição do autor é perceber que o conceito de território aparece com maior ênfase no interior das dimensões política e cultural do espaço, em detrimento da dimensão econômica. Haesbaert (2002) acrescenta que as idéias de controle, domínio e apropriação são fundamentais para se compreender o sentido do território, embora não exclusivas, e ressalta ainda as dimensões simbólicas, afetivas e identitárias. Nesse sentido, afirma que “através da atribuição de significados ao espaço, pode[-se] reforçar, legitimar ou dar forma às identidades territoriais específicas, o que extrapola o caráter político do território” (HAESBAERT, 1995, p. 60). As atribuições de significados ao espaço remetem necessariamente à noção de representações sociográficas.

Para fundamentar sua tese de que o território remete a apropriação simbólica, afetiva e identitária, para além da tradução corrente de domínio e controle, presentes nas dimensões políticas, culturais e econômicas, Haesbaert (1995, 2002) faz referência a diversos autores que tratam separadamente de cada questão.

Inicialmente, a condição natural, em que o território passa a ser demarcado com fins à sobrevivência dos animais e definida pela etologia, é aquela que vai fundamentar, em grande medida, as concepções políticas de território. Nesta abordagem, Ratzel é o expoente maior por cunhar a expressão “espaço vital” como condição premente à sobrevivência humana e, neste sentido, o controle conduziria ao fundamento das teorias de Estado (HAESBAERT, 1995). Ademais, preocupava-se em analisar o papel do Estado e sua atuação sobre o controle do território (ANDRADE, 2002, p. 213). Esta concepção, chamada de político-jurídica, remete a três idéias básicas: à dominação, a área dominada pelo controle territorial e aos limites materializados por fronteiras, que o território teria o poder de excluir e incluir, indicando a demarcação interior-exterior.

Com o objetivo de desmistificá-lo como uma condição natural dentro do Estado burguês, Allières apresenta três escolas: a primeira, território-objeto, que seria o “ter do Estado”; a segunda, território-sujeito, que seria o ser do Estado, ou melhor, a maneira de existência do Estado no espaço; e finalmente a terceira, o território-função, em que o Estado é o lugar da administração, no qual possuiria uma dimensão simbólica referente à essência da nação (ALLIÈS, 1980 apud HAESBAERT, 1995). Ainda sobre a dimensão política, Sack

refere-se ao controle de uma área que, apenas passaria a constituir território, quando suas fronteiras fossem utilizadas “para afetar o comportamento através do controle do acesso” (SACK, 1986, p. 19 apud HAESBAERT, 1995, p. 59). E, neste sentido, não bastaria delimitar o espaço, precisaria impor funções, atribuir significados, apropriar-se, dominar, incluir ou excluir.

À dimensão política, Haesbaert faz referência a Knight, que acrescenta a conotação identitária ao território. Nesse sentido, além de explicitar uma área delimitada, o território passa a ser compreendido como “um espaço ao qual está ligada uma identidade através de um grupo distinto que mantém ou ambiciona este território e que deseja obter total controle dele em proveito do grupo” (KNIGHT, 1982, p. 526 apud HAESBAERT, 1995, p. 61). Relacionado a esta dimensão, Tuan (1982, 1983) percebe território como sinônimo de lugar, pelo fato de ambos estarem relacionados à afetividade entre os seres humanos e o ambiente físico. Conforme exposto, é a apropriação simbólica que diferencia espaço e território, ou espaço e lugar. A essa relação de apropriação e afetividade, denomina-se territorialidade. Nesse sentido, sobre a relação de poder incidindo sobre o espaço, em suas nuances econômicas e culturais, é o que permite a construção dos territórios que, mesmo fragmentados, passam a estar interligados/articulados pelas raízes culturais, ou melhor, “a força do imaginário é (energia das massas) a única soldadura dos fragmentos dos territórios” (NEVES, 2002, p. 272), dada a disjunção entre globalidade (teoria) e fragmentação (prática) no discurso da globalização.

Segundo Haesbaert (1995, p.63), a dimensão econômica do território, por muitas vezes, encontra-se reduzida a um “produto espacial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho”. Em seguida ressalta que, na atualidade, esta dimensão é minoritária e faz referência “a des-territorialização em sua perspectiva material-funcional”. Para evidenciar posições que integrem os elementos políticos e econômicos, mais comuns neste sentido, cita Godelier que compreende território como

[...] uma porção da natureza, e portanto do espaço sobre a qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar” (GODELIER, 1984, p. 112 apud HAESBAERT, 1995, p. 64).

Assim sendo, compreende-se que o conceito de território envolve as dimensões política, cultural e econômica, e inclui outras dimensões, simbólicas, afetivas e identitárias, além das idéias de controle, domínio e apropriação (HAESBAERT, 1995, 2002). De um modo geral, o espaço passa a constituir-se em território, à medida em que se dá a apropriação desse espaço, de maneira material ou simbólica, e em que este poder de apropriar e controlar o espaço passa a ser denominado de territorialização. Assim, “a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido da apropriação física material (através de fronteiras jurídico-políticas, por exemplo) mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1995, p. 64). Ou ainda,

a territorialidade envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 1995, p. 65).

Importa acrescentar que, embora Haesbaert priorize o sentido político-cultural para o território pelo fato de trabalhar, na ocasião, com a identidade gaúcha e nordestina, não desconsidera os processos econômicos. Já para este trabalho, a territorialização, como relação de poder, apropriação, domínio e controle sobre uma determinada parcela do espaço, consolidadas através das redes materiais e imateriais¹⁴, está intimamente associada à dimensão econômica por considerar que, através dela, seja possível apreender o processo de expansão da fronteira agrícola para a região dos cerrados piauienses, em particular, para o município de Bom Jesus tratando, ainda, esta territorialização como um amplo jogo de articulações, no interior do sistema de ações.

Moraes (2000) ressalta três outras dimensões para as abordagens territoriais. A primeira, relativa às análises antropológicas, representaria a dimensão cultural, e permite apreender as representações territoriais dos sujeitos individuais e coletivos. Essas representações estariam relacionadas, assim, à idéia de território “como produto da apropriação pelo imaginário e/ou pela identidade social sobre o espaço” (MORAES, 2000, p.

¹⁴ É conveniente lembrar que Haesbaert (2002) adverte que os conceitos de território e redes são separáveis apenas analiticamente, pois ambos articulam-se de maneira indissociável e permanente, dando forma ao que ele chamou de “binômio território-rede”.

142), e que Almeida (2003) denomina de representações sociográficas, por apreender a dimensão espacial. Longe de pretender captar representações homogêneas, as identidades diversas ressaltariam as diferenciações na idéia de território pelo fato de que, considerando o homem como animal territorializador, o mesmo possuiria a capacidade de representar e, sobretudo, produzir territórios para além do domínio do habitar pois, desta forma, a própria organização social produzida por práticas sociais seriam distintas. A dimensão psicológica seria a seguinte abordada pela autora. Essa dimensão “relaciona a territorialização à subjetividade individual e coletiva”, ou seja, ligar-se-ia ao espaço material e simbólico. Assim, a terra estaria representada como um suporte de produção e objeto de desejo. Finalmente, no que tange à dimensão da memória social, o território confrontar-se-ia com o conceito de experiência, este em oposição ao que Guatarri (1986 apud MORAES, 2000) denominou espaços lisos, desterritorializados, esvaziados de conteúdos elaborados pelas sociedades tradicionais que o produziram. A autora ainda considera este alisamento do espaço no contexto da desterritorialização em curso nos cerrados do sudoeste piauiense, norteados pela lógica da apropriação desses espaços pela agricultura globalizada.

A diferenciação entre a apropriação e uso do espaço, e o seu domínio e controle, está posta em Harvey (1994) sob a denominação de aspectos da prática espacial. A apropriação e uso do espaço relacionam-se à “maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou grupos sociais”. Nessa apropriação está inserida “a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social”, e que podem envolver as dimensões da prática espacial, o vivido, o percebido e o imaginado, respectivamente relacionados aos usos, representações do espaço e espaços de representação, como a familiaridade, por exemplo. Já o domínio e controle do espaço, “reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle” (HARVEY, 1994, p. 202). Aqui, relacionam-se as práticas materiais (o vivido), através da propriedade privada da terra, bairros exclusivos; as representações do espaço (o percebido), através da cultura regional; e os espaços de representações (o imaginado), que se revela pela estranheza, monumentalidade e espaços construídos de ritual (a título de exemplo, as três casas¹⁵ pertencentes a uma família de produtores gaúchos, não

¹⁵ A casa constitui um objeto geográfico. Para Baudrillard (2004), todo objeto possui utilidade na vida cotidiana, perfaz-se de um signo e logo importa para a produção do imaginário, modificando a vida, o espaço, a sociedade. Neste sentido, as três casas constituem-se um objeto, a opulência dos gaúchos. Elas referem-se à identidade ao mesmo tempo em que retratam a alteridade, a diferenciação, ou seja, perfazem traços culturais cuja função é demarcar a identidade (CUCHE, 2002).

são materialmente monumentais apenas, elas revelam um simbolismo ufanista, o apego à cultura materializado na habitação), construção da “tradição” (grupos de tradições, festas, danças, músicas, a estação de rádio).

Para Neves (2002, p. 271), “os territórios [...] são espaço de ação e de poder”. Para ele, as territorialidades encontram-se em processo de construção porque estão conjugadas ao processo de globalização excludente e perverso que, ao mesmo tempo em que exclui, desterritorializa, cria novas relações de aproximação, identificação, territorialidades (as novas), tudo isso conjugado com o processo histórico e a capacidade de ação do ser humano em realizar, incluir/excluir. Nele, o lugar é visto como espaço de resistência “pelo exercício da cidadania [pois assim considerado, indica que] a perda do ‘espaço físico’ corresponde à perda do ‘espaço político’ [...], [e] é na territorialidade local onde as estratégias de dominação são mais nítidas” (NEVES, 2002, p. 277).

De acordo com Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Ele busca com essa concepção ternária – sociedade-espaço-tempo – avançar na noção binária que prende a territorialidade ao espaço como elemento físico/natural – homem-meio –, de fundo determinista, e dar acento à coletividade e à relação abstrata entre esse grupo, ou ao indivíduo pertencente a essa coletividade, ao espaço, real ou abstrato (instituições), e ao contexto histórico em que se desenrolam essas relações dinamicamente construídas. Contribui, portanto, para uma compreensão sociológica de territorialidade por enfatizar as determinações da coletividade ante o indivíduo, numa perspectiva espacial que foca os espaços dos sistemas institucionais percebendo-a, certamente, dentro da ótica do poder. As relações de poder, por sua vez, se consubstanciam pela busca da transformação da natureza e das relações sociais pelos atores sociais, que interagem através das suas relações existenciais e/ou produtivistas, sejam elas simétricas ou dissimétricas. Assim, o indivíduo 'vive' o processo e o produto territorial através das relações existenciais e produtivistas, e todas as relações pressupõem poder.

A territorialidade que permite pensar a relação entre espaço e grupos sociais, conforme Cara (1996), pode ser entendida como designadora da “qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”. Pode-se dizer que o conceito de territorialidade e identidade aplica-se ao indivíduo ou ao conjunto social, de onde podem emanar duas leituras: a primeira está relacionada à capacidade da sociedade em construir suas representações e seus símbolos, como “um modo de compreender e conferir significado a própria história e ao meio

ambiente”, expressando daí “uma identidade espacial e comunitária”; e uma segunda leitura que “anuncia o desaparecimento das identidades e o fim dos territórios, sob as forças de estandardização e da mobilidade dos indivíduos” (CARA, 1996, p. 262). É a partir da territorialidade que o conceito de identidade passa a ganhar visibilidade dentro da geografia, como categoria que impõe o relacionamento íntimo entre espaço e sociedade. Nesse sentido, Andrade (2002, p. 214) afirma que o sentimento de territorialidade é provocado quando as pessoas se conscientizam de sua participação na formação de um território, ou melhor, é uma forma subjetiva que “cria uma consciência de confraternização entre as mesmas [as pessoas]”. A tomada de consciência da participação da sociedade na construção de um território, ou seja, a tomada de consciência da ação social é considerada o momento da evidência da territorialidade (ANDRADE, 2002; RAFFESTIN, 1993; CARA, 1996).

Em síntese, compreende-se territorialidade como a experiência, a vivência de um grupo social, a coletividade em seu espaço vivido, o cotidiano, o lugar. Torna-se, assim, coerente o entendimento de que o desenvolvimento, como uma melhoria na condição de vida das comunidades locais só poderá ser alcançado se as suas necessidades e expectativas, externalizadas pelas representações desses atores sociais, como agentes produtores do território, forem consideradas no âmbito do projeto de desenvolvimento construído a partir desses atores e não sobre esses. Assim, a territorialidade como dimensão subjetiva de pertença ao território, importa para o desenvolvimento sustentável, pois esse “não pode ser resultado de fórmulas predeterminadas bem como não pode ser decretado, mas só pode resultar da mobilização e da participação” (GIULIANI, 1998, p. 39).

O espaço, como totalidade, permite a compreensão de suas parcelas, assim ocorre com o território e o lugar. A transformação do espaço em território, como já visto, relaciona-se à questão de poder, apropriação e dominação, simbólica ou material. Já o espaço transformando-se em lugar, remete à apreensão do vivido, experienciado, cotidiano, logo espaço é mais abstrato que lugar (TUAN, 1982).

Cavalcanti (1998) adianta que, dentro da discussão teórico-metodológica acerca do conceito de lugar, deparam-se três perspectivas, a concepção humanística, a concepção histórico-dialética e a concepção pós-moderna. Na concepção humanística, o lugar tem a ver com o espaço familiar, familiaridade que distingue espaço de lugar, assim como a atribuição de valor. Nesse sentido, Tuan (1982, p. 06) acrescenta, “se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa”. Esta concepção o aproxima do saber cotidiano. Nesse sentido, para Damiani (1999, p. 163), o lugar como espaço social somente existiria se houvessem “as relações e as situações sociais”, ou seja, o cotidiano, e sem o qual não passaria

de um espaço físico, sem história. Na concepção histórico-dialética, o lugar é apreendido no contexto da globalização, sempre no sentido da homogeneização/fragmentação, pois os processos locais seriam explicados mediante os globais. Nessa perspectiva, entende-se que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2002, p. 314), pois aí estaria embutida uma relação contraditória entre o local e o global. A última concepção apontada pela autora, a concepção pós-moderna, propõe a noção de totalidade para a compreensão do lugar, no sentido de abandonar a idéia de racionalidade totalizante que encaminharia a uma única via para a interpretação da realidade; em seu contraponto, estaria a valorização do empírico-individual, das particularidades, do nível micro para a compreensão do mundo (CAVALCANTI, 1998).

Mediante as aproximações acerca dos conceitos de espaço, território, territorialidade e lugar, pode-se proceder às relações entre os espaços e a ressignificação que dele faz a sociedade. Das ressignificações que emanam da relação sociedade e natureza, esta compreendida como a base material para a reprodução da sua vida social, emergem outras formas de apropriação correspondentes às representações, estas que os grupos sociais têm da sua realidade material e imaterial, ou seja, o modo como os sujeitos apreendem o meio ambiente e entram em relação com ele (ALMEIDA, 2003), o dado simbólico.

De acordo com Durkheim (2003), as representações têm origem na sociedade, que as elabora e que é por elas elaborada. Relativizando as representações coletivas durkheimianas que tendem para o consenso, Moscovici (2004) avança na teorização das representações, agora denominando-as de sociais. Para este autor, as representações sociais são históricas e se apresentam sob a forma de idéias ou imagens produzidas a partir da realidade que, a propósito, não existe *a priori*, emancipada e exterior. As representações sociais são construídas sobre três aspectos:

[...] elas possuem uma aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencem a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego (MOSCOVICI, 2004, p. 211).

Esses múltiplos aspectos evocam as composições sociais, já que pertencem a um grupo ou a outros grupos diferentes, e também pelo fato de pertencerem a todos ao mesmo tempo, e a composição individual, pois são percebidas afetivamente, no âmbito particular. As

representações sociais não são desprovidas de interesse, portanto não comungam com o consenso, nem tampouco se esvaziam das relações de poder, encontram-se permeadas por elas. Assim, convém lembrar com isso que a realidade representada não é um dado exterior e independente. As realidades, no plural, existirão representadas para tantos desígnios existam. Todavia, a regularidade ou a repetitividade de um mesmo projeto de realidade tende a tornar-se estável principalmente incentivado pelo papel da mídia, da disseminação de informações (comunicação) que massificam idéias, e estas, têm o poder de criar o mundo (MOSCOVICI, 2004). Aí está o seu papel ideológico.

Parece, no entanto, que as definições sobre as representações têm secundarizado o viés espacial. Assim, as representações são impostas pelas sociedades, ideologicamente diferentes, sobre o espaço, seu lugar de vivência. Esse espaço construído está carregado de símbolos e afetividades atribuídas pelas pessoas. A análise das representações espaciais é centrada, enfim, sobre as “modalidades de apreensão do mundo e do *status* do real, isto é, o problema da adequação entre a realidade, o que nós percebemos e nossos discursos sobre a realidade” (ALMEIDA, 2003, p. 71). As representações concebidas por este viés são denominadas de representações sociográficas.

Acredita-se então que, através do conhecimento das representações, é possível captar os valores que dão sentido aos lugares, “entender a maneira pela qual as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas convicções e suas esperanças” (ALMEIDA, 2003, p. 71). Essas reflexões acenam para a apreensão das representações dos atores sociais locais, especificamente os representantes das organizações da sociedade civil¹⁶.

Na perspectiva de avançar na compreensão da reorganização do espaço do município de Bom Jesus, a partir da expansão da fronteira agrícola para os cerrados do sudoeste piauiense, é imprescindível apreender as falas dos atores sociais diretamente envolvidos. Vale ressaltar que a idéia de regularidade na ocorrência dos fatos sociais apresenta uma certa constância, no intuito de apresentar uma caracterização do pensamento coletivo, sem deixar de perceber as flutuações que caracterizam os contextos sócio-espaciais em que se inserem. Como já delimitado, o espaço apropriado, portanto território, e as representações que dele se tem, e o modo como essas representações atuam na construção deles será valorizado ante a definição de representações sociográficas. Com isto pretende-se ligar a realidade material às representações. Dessa maneira, afirmar que as representações sociais são meios de re-criar a realidade, conforme ressaltou Moscovici (2004), é a principal contribuição do autor nessa

¹⁶ Cf. anexo relação de representantes da sociedade civil organizada, e demais atores sociais, que ao longo da pesquisa emprestaram seu depoimento a este trabalho.

perspectiva metodológica, que guiará a compreensão das entrevistas.

1.2 Sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização e redes

Para a compreensão do processo de reorganização espacial do município de Bom Jesus a partir da expansão da fronteira agrícola para os cerrados piauienses, o conceito de territorialização-desterritorialização-reterritorialização permite pensar a transformação do espaço numa relação de mudança que envolve passado-presente-futuro (ARROYO, 1996), dentro da relação espaço/tempo, numa perspectiva nem sempre linear e muitas vezes superposta. Pela dinâmica expressa por este conceito, e pela notoriedade que o mesmo vem ganhando nos tempos atuais, convém observar a íntima ligação que ele possui com os temas globalização e redes, e em extensão à noção de fronteira, numa perspectiva de integração e fragmentação, interação e diferenciação.

De acordo com Benko (1996, p. 237), a globalização no âmbito econômico e dentro da perspectiva global/local, estaria relacionada com “a tendência atual das grandes empresas a delegar parte do seu poder a filiais espalhadas pelos quatro cantos do mundo”, e desta relação entre as empresas centrais e suas respectivas filiais, ressurgiria a dimensão local pelo fato de que os administradores locais estariam mais aptos a perceberem “as especificidades locais nos métodos de gestão e de produção (globalização + localização)”.

Já Buarque (2002, p. 36) compreende globalização como “um processo histórico dinâmico e extremamente rico de transformação, que pode levar a múltiplas alternativas futuras”, mesmo que seus resultados venham sendo distribuídos de maneira desigual pelo planeta. Este autor relaciona três características do processo de globalização: a intensa integração econômica, a formação de blocos regionais e a emergência de redes empresariais. Para ele, a aceleração do processo de globalização reflete o novo paradigma do desenvolvimento mundial, e o próprio processo de globalização é o que tem reforçado as especificidades locais, engendrando as possibilidades de retorno ao local mediante a efetivação do desenvolvimento local sustentável.

Sem dúvida, o modo capitalista de produção é o motor da globalização. A partir da mundialização do consumo, mediante possibilidade de distribuição planetária dos produtos e da comunicação (em rede), originou o que se chama de internacionalização da produção (SANTOS, 1986). O processo de internacionalização, seja do capital, da tecnologia, do

mercado de bens e do mercado de trabalho, da educação e das preferências, também é indicado como o responsável pela invasão da vida cotidiana, dos gostos particulares, que já foi íntimo, no que se refere a tomadas de decisões particulares. Porém, essa universalização é considerada perversa pelo seu caráter segregador, ou seja, a homogeneidade sempre considerada como um aspecto-chave da globalização, não passa de um discurso que, na prática, tem alijado considerável parcela das sociedades dos “benefícios” referidos citados: capital, tecnologia, trabalho, educação entre outros.

Ademais, o que ocorre quanto à homogeneização corresponde à subjugação das culturas autóctones à cultura ocidental hegemônica, referenciada como padrão a ser seguido, o que inclui também a “universalização da cultura e dos modelos de vida social, [...] universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total”. (SANTOS, 1997, p. 14).

Reforçando a idéia de integração e fragmentação, tem-se que

[...] a *globalização* do mundo é uma contradição: globaliza-se a partir de uma estratégia que emana de um centro de decisão econômico, o que supõe considerar, como consequência, uma periferia a esse centro; logo, não se globaliza o mundo, mas uma parte privilegiada dele; uma articulação renovada da conhecida estrutura centro/periferia que é a manifestação lógica do poder. (FERRARA, 2002, p. 48, grifo no original).

A ilusão da globalização hegemônica é vista por Ribeiro (2002) como uma ficção que torna invisíveis diferenças, desigualdades e contradições sendo, portanto, a globalização um processo heterogêneo e fragmentado. Nesse processo, a universalidade produtora de diferenças é levada a cabo pelas relações de poder que, por sua vez, sobredeterminam a lógica dialética entre o global e o local (RIBEIRO, 2002). Para interligar, portanto, essa relação entre global e local, utiliza-se a idéia de redes, percebidas por Haesbaert (2002) como instrumentos indutores do processo de globalização, que atuam segundo o estabelecimento de projetos hegemônicos (capitalistas), segundo os quais desenha-se o controle do espaço e no espaço (RAFFESTIN, 1993). Assim, “Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 157), evidenciando-se no âmbito espaço-temporal e nos seus aspectos material e imaterial.

Para definir redes, Santos (2002) observa duas matrizes: uma, direcionada ao aspecto da realidade material, em que figuram as infra-estruturas que permitem o fluxo de transporte e

comunicação, por exemplo; a outra, considerada com abstração, o dado social, que pode existir sob a forma política e social. Contudo, concebem-se redes como “os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (SANTOS, 2002, p. 266), porque transmitem mobilidade, articulação, enfim, a viabilidade concreta dos processos globais, por envolverem o mundo, mesmo sabendo que a sua dupla face traçada no interior do modo de produção capitalista a faz contraditória, articulando e, ao mesmo tempo, desarticulando espaços não tocados pelos elementos que as compõem, as linhas (fluxos) e os pontos (pólos). Assim, demonstra-se a constituição de espaços integrados e espaços desarticulados, espaços de exclusão, ou interstícios (HAESBAERT, 2002).

Considera-se ainda que o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização em andamento no Nordeste brasileiro é visto por Moraes (2002) através da articulação entre territórios, lugares e redes numa dialética de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Ademais, considera os fluxos e as redes pertinentes à temática da incorporação dos cerrados para a agricultura moderna globalizada devido à emergência de territorialidades expressas em fluxos informacionais que ultrapassam o contexto do espaço como elemento físico logo, enquadrando as redes na sua perspectiva imaterial.

Assim, as redes, propagadoras do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, ao incorporarem parcelas espaciais, apropriando-se delas e constituindo-as territórios, desvelam-se também formadoras de territorialidades, ou melhor, as evoluem de “elemento constituinte – na territorialidade mais tradicional – a elemento constituidor na territorialidade moderna, principalmente em sua dimensão econômica, como malha cada vez mais globalizante dentro da qual muitos territórios passaram a ser pontos ou parcelas complementares” (MORAES, 2000, p. 149; HAESBAERT, 1995, 2002). Essa fluidez que acompanha e caracteriza o processo de globalização, e em extensão, do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, característicos também da construção de territórios, inclusive das próprias redes, torna-se uma exigência para “a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos” (SANTOS, 2002, p. 274). Nesse sentido, realça-se a relatividade da fluidez das redes e da própria fluidez por estar constantemente ultrapassada pelo avanço do período técnico-científico-informacional, que se supera continuamente, e também a sua seletividade, pois as redes assim compreendidas, são

[...] ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças

centrípetas e forças centrífugas [...] Os vetores que asseguram à distância a presença de uma empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos (SANTOS, 2002, p. 278).

Por seu turno, o município de Bom Jesus, substrato no qual se executa a moderna agricultura, manifesta-se como ponto de articulação no circuito espacial de produção da soja. Esse município revela também a aproximação da relação campo e cidade pelas redes, o que tem resultado no adensamento das atividades diretamente ligadas à produção agropecuária (SANTOS, 1988), seja pelo aporte técnico, quanto a empresas de consultoria, seja pela revenda de produtos veterinários, insumos, sementes, dentre outras. Também tem atuado na composição de novos elementos que fazem identificar a sede do município, chamada zona urbana, como um *locus* da nova face das cidades integradas pela produção eminentemente agrícola moderna, que se estabelece naquele espaço, no que tange ao valor e volume da produção, tornando-a “depósitos dos novos elementos do trabalho agrícola” (SANTOS, 2002, p. 305), já que ali se processam atividades que dão suporte ao pleno desenvolvimento da moderna agricultura comercial no próprio município, bem como naqueles municípios circunvizinhos.

As redes são, assim, dentro de uma concepção formal, equivalentes à infra-estrutura que viabiliza a mobilidade de matéria, energia e informação (SANTOS, 2002). É através da mobilidade das redes que a apreensão do desenho das vias de circulação será realizada possibilitando, assim, a análise da articulação campo-cidade, e da própria reorganização do espaço, no âmbito do processo que se instaura no município. Também foram consideradas, no âmbito das redes, as interlocuções específicas que conectam os espaços de produção da agricultura moderna no município com os espaços produtivos nacionais e mundiais, através da transferência de informações realizadas pelos atores de produção nas regiões de cerrados. Esses elementos figuram, por sua vez, aspectos dos chamados circuitos espaciais de produção, tratado por Santos (1997).

Ressalta-se a íntima relação entre globalização, redes, territórios, lugares, construção de espaços e o processo de territorialização-reterritorialização-desterritorialização, numa dinâmica apreendida através do esforço intelectual de visualizar estas transformações sob a ótica desses conceitos que, pela sua complexidade teórica, possibilitam uma aproximação da realidade empírica.

Conforme referido, o modo de produção capitalista, motor da globalização, se fez

presente em “todos” os espaços, mediante o aprimoramento das técnicas que propiciaram a supressão das distâncias através do desenvolvimento dos transportes e da comunicação. Esse processo originado há séculos, e ainda em constante construção e aperfeiçoamento, tem tomado as formas espaciais como evidência da sua existência e de seu poder, tanto enraizando quanto desenraizando. Dessa forma há, hoje, a construção, destruição e a reconstrução de territórios pelas ações hegemônicas globalizantes que se manifestam em diversos espaços, sobrepujadas pelas redes, propagadoras de interesses também hegemônicos. Nesse sentido, a natureza dos fluxos que se deslocam no planeta, sejam eles de migrantes, mercadorias, informações ou capitais, para utilizar os exemplos de Claude Raffestin, é que comandam este refazer de territórios, fronteiras e controles, originando o que se tem por territorialização-desterritorialização-reterritorialização (RAFFESTIN, 1993), que deve ser apreendido de maneira dialética e simultânea, pois à medida que se

[...] desterritorializa ([há] a destruição de antigos territórios e/ou integração de novos espaços a uma rede globalizada, de extroversão) [também há a] [...] (re)territorialização (formação de novos territórios através da apropriação política e/ou simbólica do espaço, incluindo aí a conjugação com redes mais locais e centrípetas) (HAESBAERT, 1995, p. 78).

Uma outra noção indispensável refere-se à apreensão da noção de fronteira, no que tange à (des)construção de territórios, mediante as relações de poder detidas pelas redes. Conforme exposto, o processo de globalização supostamente homogêneo e essencialmente diferenciador avança e, com ele, avança também o deslocamento das fronteiras compreendidas como espaços de comunicação e interação ou espaço de separação e diferenciação (RIBEIRO, 2002). Essa noção é demarcada dentro de uma concepção sociológica que permite pensá-la como possibilidade e opção, já que conformada e direcionada segundo projetos específicos, e não apenas como fato inevitável como pretendem as concepções naturalistas. Ademais, o caráter de imaterialidade da primeira noção, a determinação do ente social é que vai fundar as fronteiras, e não o oposto.

A perspectiva de diferenciação identidade/alteridade é comum e imediatista. Para além dessa concepção, está a fronteira como zona de “mestiçagem” que visa contribuir para o alargamento da noção. Assim, a noção comum de “linha” que define rigidamente uma binaridade entre o dentro e o fora, o totalmente familiar e o inteiramente estranho, não [tem] consentido, assim, qualquer modo de mediação ou de articulação” (RIBEIRO, 2002, p. 483).

Compreendida como zona de contato, essa noção é importante, pois se possibilita compreender, além das similaridades e do estranhamento, a possibilidade de pensar em um amálgama, ou melhor, pensar o intercâmbio de comunicação (como possibilidade), pois o espaço em que habitam o eu e o outro, numa tendência a partilha, podem originar “novas configurações de identidade” (RIBEIRO, 2002, p. 484). Acredita-se, portanto, que a “globalização não elimina as fronteiras, mas simplesmente as desloca, de acordo com as complexas redefinições da relação entre o local e o global que lhe são inerentes” (RIBEIRO, 2002, p. 482).

Em síntese, pelo suporte teórico dispensado pelos conceitos trabalhados, contruibui-se para a compreensão acerca dos processos de transformação no espaço do município de Bom Jesus, que refletem na aquisição de parcelas do seu solo rural e urbano por empreendedores, em sua grande maioria, de fora da região, bem como compreender as interferências de largo espectro nos níveis sociocultural, econômico e ambiental, que dizem respeito, sobretudo, à marginalização de parcela significativa da comunidade local quanto ao consumo do município no sentido material e simbólico, já que ocorre a apropriação de espaços, revalorizados econômica, social e culturalmente, pelos novos sujeitos sociais que aportam no município.

1.3 Desenvolvimento, desenvolvimentos...

O tema desenvolvimento tem sua relevância no estado do Piauí por representar, de acordo com o discurso oficial do Governo do Estado, a alternativa para erradicar a condição de pobreza em que se insere o próprio estado, mediante a exploração dos seus recursos naturais. Nesse sentido, longe de configurar um ponto pacífico, a exploração das regiões de cerrados pelo agronegócio e a suposta guinada para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental decorrentes desses usos, têm desencadeado longos debates sejam no âmbito acadêmico, empresarial ou dos movimentos sociais, devido às ações correntes sobre esse ecossistema, tanto no âmbito nacional quanto estadual.

Pelo exposto, propõe-se apreender neste trabalho as percepções acerca do tema desenvolvimento, principalmente pelos movimentos sociais locais, no intuito de captar a ocorrência ou não de ações direcionadas para a inclusão das comunidades locais no processo de exploração em curso no município de Bom Jesus. A compreensão das adjetivações do termo, bem como das diferentes intenções para as quais o mesmo é utilizado, é um ponto

fundamental para a construção deste trabalho.

As transformações na(s) idéia(s) de desenvolvimento¹⁷ e suas adjetivações contribuem para desmistificar a crença em um conceito acabado, possibilitando pensar as variadas interpretações que a idéia de desenvolvimento contempla. Decerto, não constitui tarefa difícil encontrá-la nas mais diversas falas e tipos de conhecimentos, tanto no conhecimento popular – presente no senso comum, como naqueles elaborados cientificamente, por meio de teorias, aplicados às mais diversas áreas do conhecimento. Alguns autores acreditam que haja um vazio na noção de desenvolvimento e associam-na às questões políticas e mudanças apresentadas nos planos diversos e, desta maneira, em permanente condição de realização das promessas, dada sua característica de continuidade (RIBEIRO, 1992).

A idéia de desenvolvimento comporta variações e, a partir delas, traduz-se em adjetivações que constroem sua história como “desenvolvimento industrial”, “capitalista”, “socialista”, “para dentro”, “para fora”, “comunitário”, “desigual e combinado”, “dependente”, ou “sustentável”, mais recentemente. As citadas adjetivações compõem parte de diferenciados projetos construídos por atores de origem e compromissos distintos. Embora polissêmico, facilmente é encontrado o discurso hegemônico daqueles que o vinculam à idéia de progresso. Essa é uma das noções da ideologia/utopia organizativa de desenvolvimento, como ressalta Ribeiro (1992). As outras duas noções relacionam-se ao sentido e entendimento da condição periférica dos países pobres e apresentam-se como uma conotação desejável e suave no que toca à posição de inferioridade e atraso. Daí a designação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou ainda em desenvolvimento, como aqueles que estão numa etapa mais avançada do processo tido como homogeneizador do desenvolvimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, a idéia de desenvolvimento ganha força pelos seguintes fatores: 1) a constituição da divisão internacional do trabalho, refletindo na definição das áreas de influências dos países em escala global; e 2) pela criação de instituições de alcance transnacional, como o Banco Mundial (BIRD) e a Organização das Nações Unidas (ONU). É nesse contexto que a ONU cria a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948 (RIBEIRO, 1992). Ademais, salienta-se que em tempos de Guerra Fria, emergem as principais teorias sobre desenvolvimento e, a partir de então, instaura-se a ampla

¹⁷ O termo desenvolvimento é polissêmico e contempla inclusive projetos de interesses diversos e até contraditórios. A própria etimologia, que sugere des(fazer), já tem sido questionada por autores como Besserman (BESSERMAN, 2004). Porém, acredita-se que um ícone da concepção de desenvolvimento é o pensador Saint-Simon, influenciado pelas idéias de obras em escala planetária e pelo “forte apelo ao desenvolvimento tecnológico e à racionalidade tecnocrática” (RIBEIRO, 1992, p. 6), como a grande novidade no seu tempo e que teve como discípulo Augusto Comte, disseminador de suas idéias e considerado a primeira referência do Positivismo, linha de pensamento fortemente comprometida com a idéia de progresso.

variedade acerca do tema e, com isso, a tentativa de adequação do termo de acordo com os interesses dos seus proponentes. Assim, ganha relevo o que o referido autor denominou adjetivações do desenvolvimento, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

No primeiro caso, a expressão “desenvolvimento sustentável” aparece como um desafio que propõe aliar entes vistos historicamente como contraditórios, a atividade econômica e as preocupações ambientais. De fato, a vinculação entre atividade humana e meio ambiente, nos últimos anos, tem provocado inúmeras discussões acerca do tema, além de um grande enriquecimento por trazer as preocupações relativas ao meio ambiente para os diversos campos, como o meio acadêmico, empresarial, dos movimentos sociais, dentre outros, inclusive figurando nas preocupações centrais e não consensuais de diversos países.

Fruto dessas questões, a expressão desenvolvimento sustentável, definida como aquela que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”¹⁸, foi posta em circulação pelo relatório da Comissão Brundtland, em 1987, sob o título *Nosso Futuro Comum*, escrito por ocasião da reunião de um grupo de trabalho estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominado Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em dezembro de 1983. Essa comissão se propôs elaborar uma agenda global que compatibilizasse crescimento econômico e meio ambiente (ALMEIDA, 2002; BESSERMAN, 2003; DUARTE, 2003). Com a missão de estabelecer parâmetros para a prática do desenvolvimento sustentável, através da Agenda 21, foi recomendada pela citada Comissão, a realização da II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, marcada para 1992, no Rio de Janeiro.

Posto em debate, o conceito de desenvolvimento sustentável passa a instigar tensões no campo conceitual. Em Besserman (2004), a expressão desenvolvimento sustentável é criticada pela imprecisão que ela encerra, e há quem o compare a um mantra (RICH, 1989 apud RIBEIRO, 1992) pelo fato de ser apenas repetido, sem que se dê a devida atenção às questões ambientais. Já Boff (2002, p. 54-55) critica o conceito por considerá-lo inexequível, contraditório e pelo fato de haver se transformado numa “fórmula pela qual o sistema mundial imperante conseguiu incorporar as exigências do discurso ecológico”. Segundo ele, a contradição do conceito provém da sua origem, o campo da economia “imperante”, aquela “cujo objetivo é a acumulação de bens e serviços de forma crescente e linear mesmo à custa

¹⁸ Definição proposta pelo Relatório Brundtland, citada por Ribeiro (1992), e questionada por este autor pela sua característica reformista, desinteressada em uma ruptura com o sistema de produção que impõe o padrão de produção e consumo dilapidador da atualidade.

da iniquidade social e depredação ecológica” (BOFF, 2002, p. 55), portanto, incompatível com as preocupações ambientais. Observa-se que o referido autor critica fundamentalmente o conceito, assim como Ribeiro (1992), pelo fato de este ter sido incorporado ao campo da ideologia do desenvolvimento presente nos discursos e documentos oficiais, e, portanto, intimamente ligado à idéia positivista de progresso. Assim sendo, o conceito de desenvolvimento sustentável suscita diversas questões polêmicas, como: O que constitui necessidades? Como defini-las? Constitui um padrão universal? Quantas gerações definir? Quais serão as necessidades dessas gerações, dentre outras.

Porém, como diz Ribeiro (1992), “este é o núcleo duro ao redor do qual movimentam-se as tentativas de colocar o ambientalismo cada vez mais forte dentro do campo maior de lutas econômicas, ideológicas e políticas relativas ao desenvolvimento” (RIBEIRO, 2004, p. 25), e aponta propostas mais elaboradas conceitualmente como etnodesenvolvimento, (citando Stavenhagen, 1985), e ecodesenvolvimento, (citando Sachs, 1986). Recentemente, ao se tratar de conceitos mais trabalhados, a noção de sustentabilidade aparece como superação à terminologia de desenvolvimento sustentável, esta que vinha sendo incorporada pelos esboços da Carta da Terra e, recentemente, pelo avanço das discussões, empunha a terminologia sustentabilidade como um novo paradigma, um dos três pontos relevantes da Carta da Terra¹⁹ (BOFF, 2002).

Pode-se considerar sustentabilidade como a base a partir da qual o desenvolvimento sustentável vislumbraria sua exequibilidade, pois é um conceito gestado no campo da biologia e ecologia, que considera o ecossistema como base para as considerações acerca da harmonia entre todos os seres e o planeta Terra. Numa perspectiva inclusiva, a sustentabilidade “afirma o equilíbrio dinâmico que permite a todos participarem e se verem incluídos no processo global” (BOFF, 2002, p. 55).

Ainda tratando do tema desenvolvimento, o economista Celso Furtado, em 1974, se antecipa à tese de que o desenvolvimento econômico como meta para os países periféricos constitui-se em um mito. Em outras palavras, a idéia de desenvolvimento econômico que propõe disseminar o mesmo padrão de consumo atingido pelos países desenvolvidos na atualidade – etapismo, para Souza (2002), àqueles que não se incluem nesse grupo, é qualificada como mito.

¹⁹ A Carta da Terra é o resultado de um longo período de maturação das discussões acerca da relação entre a biosfera e o projeto humano. Baseia-se na Teoria de Gaia e busca ratificar a dimensão espiritual. Gestada nos primórdios dos debates sobre a questão ambiental, desde a década de 1970, após a apresentação de alguns esboços, a partir da década de 1990, foi ratificada em março de 2000, em Paris. Atualmente é considerada um código universal de conduta e possui três pontos relevantes: “a áurea benfazeja que cerca todo o documento”, “a superação do conceito fechado de desenvolvimento sustentável”, e a “ética do cuidado” (BOFF, 2002, p. 54-56).

Para o autor, essa tese fica patente a partir da publicação de *The Limits to Growth*, preparado por um grupo interdisciplinar para o Clube de Roma no início da década de 70. A novidade deste estudo é a constatação de que os recursos naturais constituem um sistema fechado, atribuindo-lhe a idéia de limite. Assim, se todos os povos chegarem ao desenvolvimento econômico nos padrões de consumo atuais, a pressão sobre os recursos não reprodutíveis levaria a um colapso ecológico, além de um colapso do sistema econômico, neste sentido, desmistifica-se a doutrina que rege o pensamento do desenvolvimento econômico. De forma conclusiva, Furtado (2001, p. 89) afirma que “sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista”.

A despeito do desenvolvimento local, este aparece como um novo paradigma do desenvolvimento, tendo sido elaborado por volta dos anos 1970, pelas idéias de W. Stöhr, J. Friedmann e F. Taylor. A sua idéia está relacionada a flexibilidade, diversificação e potencialização das atividades realizadas em um dado território a partir dos recursos próprios e de suas energias (BENKO, 1996).

O desenvolvimento local, também chamado de endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento “por baixo” dentre outros (BENKO, 1996), é um novo paradigma que se volta à flexibilização, ao local, não devendo estar dissociado das questões globais que, de uma certa maneira, criaram-no. Assim, para esse autor, deve-se considerar a globalização como fenômeno que reforça as desigualdades mundiais refletidas em espaços menores – o local (JARA, 1998), e que estes espaços reclamam uma forma de planejar o desenvolvimento localizado, não no sentido de isolamento, mas na perspectiva de desenvolver suas potencialidades de maneira democrática, contínua e planejada, visando à mudança social. Acredita-se que o desenvolvimento local sustentável está relacionado

[...] aos processos de mudança sociopolítica, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que, além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas a longo prazo” (JARA, 1998, p. 33).

Com efeito, como já observado, Buarque (2002) percebe a globalização como um processo rico pela amplitude das transformações que pode conduzir. De toda essa amplitude,

derivaria um novo paradigma de desenvolvimento mundial que contemplaria as especificidades locais e, portanto, um processo no qual as realidades locais estariam fortalecidas. Por essa ótica, entende-se o processo de desenvolvimento local como “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos urbanos” (BUARQUE, 2002, p. 25).

Na perspectiva do desenvolvimento local, Jara (1998) e Buarque (2002) crêem na democratização como diretriz para a potencialização das especificidades, estas normalmente secundarizadas pelos projetos hegemônicos dos moldes tradicionais do planejamento municipal.

Entrelaçaram-se, portanto, duas adjetivações à idéia de desenvolvimento. Assim, atualmente, emergem dentro dos programas de planejamento metodologias que contemplam o desenvolvimento local sustentável como alternativa à subalternidade em que se encontra a maioria dos pequenos aglomerados humanos, sejam municípios interioranos, bairros ou comunidades rurais conforme mencionado.

Para uma visão menos otimista em relação ao conceito de desenvolvimento local, Veiga apresenta limitações, com base nas constatações feitas pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE –, quanto a sua estratégia de ação, pois este estaria apenas circunscrito aos programas de desenvolvimento regional como instrumento complementar sem, contudo, constituir uma “estratégia que de fato possa mobilizar o conjunto da comunidade” (VEIGA, 2003, p. 284). Numa perspectiva hierarquizante, o desenvolvimento regional, por sua vez, estaria submetido a uma estratégia mais ampla pautada no conceito de desenvolvimento territorial, que combinaria “políticas descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno” (VEIGA, 2003, p. 284).

O mesmo autor prossegue explicitando as três justificativas para a criação do Serviço de Desenvolvimento Territorial, em 1994, pela OCDE. A primeira delas parte da constatação da interdependência cada vez maior das zonas urbanas, intermediárias e rurais, principalmente no que tange aos problemas que se apresentam como concomitantes entre elas. A segunda justificativa permeia questões espaciais, ou de escala espacial de atuação, assim considerando. Diretamente, estes estão circunscritos à problemática da alocação espacial de recursos, por exemplo, quando não aparece um diálogo em uníssono entre os gestores da política macroeconômica e os gestores das localidades, cidades e regiões, como acontece regularmente. A terceira e última justificativa é relativa aos grupos que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais regionais, suas contribuições para as mudanças e a busca de um

desenvolvimento mais equilibrado.

Nesse sentido, pondera Veiga (2003, p. 286), “As vantagens das noções de território e de espaço são evidentes não se restringem aos fenômenos local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões”. Entretanto, considerando a noção de território empreendida por Raffestin (1993), priorizar o elemento físico espacial secundarizando os atores que lhe conformam, traduz-se num equívoco. Acredita-se, pois, que além do que se expôs sobre o desenvolvimento territorial, deve-se acrescentar o imprescindível, as percepções, anseios e expectativas da coletividade que dá vida e sentido ao espaço vivido, lugar, e espaço apropriado, território.

Somando-se a estas questões, acrescenta-se a idéia de desenvolvimento territorial trabalhado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), como estratégia para dinamizar as potencialidades locais, no intuito de diversificar e alavancar esse potencial específico como diferencial atrativo que possa agregar valor a produção, viabilizar a comercialização e dar condições de permanência no mercado. Tudo isso resultaria numa maior autonomia das comunidades locais.

Essas questões remetem à reflexão sobre as representações sociais da sociedade civil organizada. A intenção de considerá-la como importante elemento no processo de desvendamento dos desafios do desenvolvimento territorial, conduz a possibilidade da identificação dos seus anseios, expectativas, enfim, viabiliza a explicitação das percepções acerca do processo de “desenvolvimento” em curso no município, bem como possibilita caracterizar algumas das especificidades características do território que (re)constroem cotidianamente. Rosa (2004) corrobora com esta questão ao depositar na participação da sociedade civil organizada a possibilidade e a necessidade de intervir no processo de desenvolvimento, através da repercussão de seus valores simbólicos e produtos para a economia do território e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento. Assim, deve-se levar adiante a comunicação e a cooperação local buscando conhecer os objetivos, estimular a participação e reforçar a identidade local dentro da perspectiva da transformação social visando à inclusão no processo em curso na região.

Diante dessas reflexões, acredita-se que as transformações em curso na região dos cerrados piauienses, em particular, no município de Bom Jesus, dizem respeito ao que Santos (2002) chamou de alienação local e alienação regional, pelo fato de constituírem eventos trazidos na esteira de uma lógica estranha às inclinações locais, e comandadas por projetos de pretensões hegemônicas nacionais e internacionais, portanto, alheios às reais necessidades do lugar em que se instauram e, por isso, incompatíveis com a idéia de sustentabilidade que

contempla, fundamentalmente, a inclusão. Assim, no bojo destes acontecimentos, a realidade se manifesta permeada de signos que reclamam leitura e compreensão que, para serem realizadas, necessitam de suporte teórico, ou seja, meios que subsidiem a apreensão de toda efervescência por que passa o município em estudo.

CAPÍTULO II

A DINÂMICA DAS REDES NA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONSTITUIÇÃO DE UM CELEIRO PRODUTIVO

A pretensão deste capítulo²⁰ é abordar a reorganização do espaço dos cerrados piauienses, principalmente no que tange à sua introdução nos circuitos espaciais de produção da soja, sob a ótica do sistema de ações que se direcionam para a fundação de novos territórios para o capital. Desta forma, a construção teórica da dinâmica das redes pretende lançar sobre o município de Bom Jesus subsídios que conduzam à apreensão da construção desse espaço como *locus* integrado às dimensões nacionais e internacionais, através da articulação material e imaterial.

2.1 O sistema de ações: o Estado em aliança com os capitais privados na instituição dos cerrados piauienses como “celeiro agrícola”

A ação é orientada por uma motivação e é subordinada a normas para se dar em determinadas situações. Como processo orientado que é, deve ser projetada se tem por fim a eficácia. Sendo assim, a ação possui intencionalidade, mesmo que esteja, em grande medida, distante da circunstância em que se imprime. Esta circunstância, a partir do efeito da ação, se altera de acordo com o projeto idealizado no seu planejamento que normalmente é alheio tanto ao lugar onde se processa, quanto às reais necessidades do lugar. A isto, Santos (2002) denominou alienação local e alienação regional.

Do mesmo modo, a tão decantada ação racional muitas vezes está relacionada à racionalidade alheia, daí Santos (2002) considerá-la cega, porém precisa por obedecer a um projeto estranho à realidade em que é impressa. Nem sempre racional, a ação pode ser técnica ou simbólica: na ação técnica, modifica-se a natureza; na ação simbólica, modifica-se o ser

²⁰ Alguns trechos deste Capítulo e do Capítulo III foram originalmente apresentados sob a forma de artigo, disponível nos Anais do III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), em 2006. Cf. Araujo e Moraes (2006).

humano. E, tratando dos diferentes tipos do agir, refere-se a Braun e Jeorges, que os classifica em técnico, formal e simbólico.

O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação. Em certos casos, triunfam as condições do agir técnico, [...] em outros casos triunfam o agir formal [...]. Em ambos casos, dão-se as formas de ação chamadas ‘racionais’, enquanto o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica (SANTOS, 2002, p. 82).

Além de compreender as ações, necessário se faz compreender os empreendedores da ação, ou seja, os atores que decidem, ou os chamados decididores, aqueles que podem decidir “o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, neste sentido, se vai realizar” (SANTOS, 2002, p. 80). São os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos, entre outros. O ator, homem comum, é apenas o veículo da ação, e não seu verdadeiro motor. “Mas é sempre pela sua corporeidade que o homem participa do processo de ação” (SANTOS, 2002, p. 80).

Em síntese, as ações resultam de necessidades, criadas ou naturais, de ordem material, imaterial, econômica, afetiva, social, cultural. Essas necessidades conduzem o homem a agir e trazem consigo suas funções. As funções das necessidades acabam por dirigir-se aos objetos, estabelecendo usos para os mesmos. Por fim, considera-se que “são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido” (SANTOS, 2002, p. 86), e, nesta acepção, apreende-se o Estado como decididor e, portanto, integrante do sistema de ações que provocou, orientou, e deu sentido à instituição dos cerrados piauienses como celeiro produtivo mediante a expansão da fronteira agrícola para a agricultura globalizada.

O estabelecimento dos cerrados piauienses como fronteira agrícola deve ser entendido no âmbito do processo de expansão da agropecuária globalizada, iniciada no Centro-Sul, nos anos 70 do século XX, e que se firma na região Nordeste, a partir dos anos 80, embora com antecedentes em décadas anteriores. As conseqüentes políticas para esta área, especificamente aquelas direcionadas ao Nordeste, a partir de 1980, impulsionaram transformações significativas no modo de produzir, na configuração espacial, nas relações sociais e culturais

redefinidas a partir da modernização da agricultura, com a expansão da soja (HAESBAERT, 1995).

No cenário geopolítico internacional, vale ressaltar que até os anos 50 do século XX, desenha-se a inserção do Brasil como um país dependente com traços econômicos de exportador de produtos naturais e matérias-primas para os países centrais (BONFIM, 2001). A partir de então, o período compreendido entre os anos de 1950 a 1980 caracteriza a transformação econômica do país, via pela qual se subordina o setor agrário-exportador ao setor urbano-industrial (BUENOS AIRES, 1999; DORES, 2003). É este contexto que marca o novo modelo agrícola baseado na intensificação do complexo agroindustrial²¹ que, de um modo geral, é identificado no interior da modernização da agricultura. Embora se tomem os anos 1950 como marco inicial das transformações referidas, convém lembrar que para discutir o tema da agricultura sustentável, Guivant (2001) afirma que já nos anos 1940, o processo de modernização da agricultura passa a tomar corpo, primariamente com a utilização de produtos inovadores para a época, no contexto brasileiro, como os venenos químicos para controle de pragas e ervas daninhas, e máquinas agrícolas.

Nesse horizonte, no contexto do regime militar que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964, o Estado atuou diretamente através de políticas públicas visando, dentro da geopolítica dos governos militares, incorporar a região dos cerrados no conjunto de prioridades governamentais. De fato, ambicionava-se ocupar os espaços “vazios” para manter o controle do território nacional (ORTEGA, 1992 apud MORAES, 2000) e, neste sentido, as políticas agrícolas, como parte integrante do Estatuto da Terra e no interior de políticas gerais, vislumbravam aumentar a produção e a produtividade da agricultura com vistas à exportação, objetivando saldar a dívida externa e “sustentar as indústrias definidas como prioritárias, como a de álcool combustível e de carvão vegetal” (FERNANDES, 1997, p. 50). É de crucial importância considerar ainda que este período foi marcado pelo “movimento acelerado da modernização conservadora do país” (BONFIM, 2001, p. 23) orientada pela premissa de que a estratégia modernizante resultaria do desenvolvimento político e social a partir do movimento vigoroso da economia o que, na realidade, culminou no agravamento das disparidades sociais tanto no meio urbano, em expansão, quanto no meio rural, em retração.

A política baseada na concentração fundiária e na organização da empresa rural²² é

²¹ “Abrange desde as atividades de geração, beneficiamento, produção de capitais e insumos industriais, até a armazenagem, transportes, distribuição do produto, envolvendo também financiamento, pesquisa, tecnologia e assistência técnica” (DORES, 2003, p. 20).

²² Empresa rural: “é um imóvel com área entre 1 e 600 módulos rurais que explore racionalmente mais de 70% de uma área aproveitável, apresentando um índice de produtividade e de condições sociais, como emprego e

justificada pela produção comercial em escala viável, o que pressupõe grandes extensões de terras e também a modernização conservadora, aquela modernização agrícola sem a transformação na estrutura da propriedade da terra. Naquele contexto, inicia-se a dinâmica espacial da produção agrícola, dando a tônica para a territorialização do capital nos diversos segmentos espaciais, notadamente na região dos cerrados brasileiros (FERNANDES, 1997).

Oliveira (1994) diz que o processo de industrialização da agricultura brasileira e certamente a expansão da fronteira agrícola se dá no interior do capitalismo mundializado, relacionado à dívida externa, momento em que se prioriza a produção de *commodities*, como a soja, cujo preço depende do mercado internacional. Nesse processo, o fator importante foi a mudança nos hábitos do consumidor interno, que passou do consumo de óleos de origem animal ou vegetal (algodão, milho, por exemplo) para o óleo de soja (OLIVEIRA, 1994), embora a produção da soja não fosse prioritariamente voltada para o mercado interno. As transformações no contexto agrícola nacional e, em particular, o aumento da sojicultura dentre outros, orientavam-se pela política de exportação, concentrando as políticas agrícolas em torno da produção em larga escala.

Com efeito, as políticas do governo direcionadas para o setor agrícola, desde o regime militar, atingiam os seguintes objetivos: valorização das terras através de grandes incentivos financeiros; introdução de técnicas modernas na agricultura visando elevar a produtividade e a produção; aumento e diversificação da exportação como forma de resolver a dívida externa e produzir álcool combustível. Para que se alcançassem esses objetivos, as ações voltaram-se para a modernização de terras antigas e para a expansão da incorporação de terras novas, almejando a manutenção do latifúndio, base política do regime no campo (FERNANDES, 1997).

Moraes (2000) concorda com a tese de que a expansão da fronteira agrícola coincidiu com a expansão do capital no campo, momento em que os cerrados passaram a ser vistos como espaços potencias (SAWYER, 1981 apud MORAES, 2000), e possuidores de condições favoráveis à expansão de atividades econômicas. Dessa forma, a região dos cerrados representava, no discurso hegemônico, um “*vazio econômico, demográfico e cultural*” (MORAES, 2000, p. 166, grifo no original), condição que fazia jus à sua abertura como fronteira destinada a promover a expansão capitalista no campo. Partindo dessa concepção, a fronteira agrícola apresenta-se vinculada à idéia de espaço potencial, já referida que, sob o

salários, de acordo com os padrões da região. São propriedades grandes e médias, cuja produção é organizada nos moldes de uma empresa que utiliza capital com tecnologia moderna e o trabalho assalariado.” (FERNANDES, 1997, p. 37).

comando do capital, vincular-se-ia ao complexo agroindustrial (SAWYER, 1981; SILVA, 1982 apud MORAES, 2000; PIRES, 1996).

O Estado, dessa maneira, atuou na expansão territorial das atividades produtivas mais modernas, elegendo regiões anteriormente consideradas periféricas, o que deu origem aos “fenômenos de descentralização seletiva” como ocorreu na região dos cerrados (BERNARDES, 1996, p. 327). Este redirecionamento das atividades foi viabilizado pelo aprimoramento técnico sem o qual seria inviável a exploração dos recursos naturais dos cerrados. Como condição premente, a demanda por capital, tecnologia e organização de alto nível foi contemplada nas ações estatais, seja sob a forma de programas governamentais ou de instrumentos que subsidiassem a atuação de empresas estatais e/ou privadas para o agronegócio dos cerrados (BERNARDES, 1996).

Logo, a empreitada estatal que se intensificou no início dos anos 70 do século XX, período da demanda crescente por produtos não-tradicionais à agricultura brasileira para o abastecimento do mercado interno e externo, favoreceu a mudança na estrutura produtiva nacional com vistas à criação de condições para fomentar a expansão da agricultura comercial, incorporando os cerrados à economia mundial (BERNARDES, 1996). Daí então a ocupação e a expansão agrícola para os cerrados tornam-se realidade, tendo como fatores primordiais, além da já citada demanda por produtos agrícolas, o desenvolvimento tecnológico pela incorporação dos padrões da Revolução Verde²³, a implementação de estratégias e políticas agrícolas gerais e de desenvolvimento regional e investimentos em infra-estrutura entre 1968 e 1980 (BERNARDES, 1996; ALHO; MARTINS, 1995). Sobre este último aspecto, referem-se à construção de Brasília e ao sistema viário que possibilitou a ligação da região com o centro mais dinâmico do país, no final de 1950 (ALHO; MARTINS, 1995). Na esteira dos acontecimentos, em meados da década de 1980, o fracasso da colonização da Amazônia e a crise econômica transformaram os cerrados numa região mais viável que a própria Amazônia, já que o problema da acidez do solo resolvia-se pela exploração de jazidas de calcário, produto utilizado para a correção dos solos é abundante na região (MORAES, 2000).

De fato, a atuação do Estado no que tange à modernização da agricultura, e em particular, como expoente para a abertura da região dos cerrados como fronteira agrícola para

²³ Conjunto de tecnologias introduzido no Brasil em meados dos anos 60 do século XX, que teve como fundamento a expansão das grandes empresas de máquinas agrícolas e de insumos no cenário mundial (MARTINE; BESKOW, 1987 apud MORAES, 2000). Também foi considerado um programa que objetivou contribuir para aumentar a produção e a produtividade agrícola mundial, através de experiências no campo da genética vegetal, da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas modernas e eficientes (DORES, 2003).

o capital, conduz à sua identificação como mediador e conciliador dos interesses dominantes, além de atuar como intermediário na expansão capitalista no campo brasileiro, o que fundamentou a criação de políticas públicas e de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento desse processo e, de um modo geral, desconsiderando as questões socioeconômicas, culturais e ambientais decorrentes. Nesse sentido, “a presença estatal foi determinante para transformar os cerrados em fronteira agrícola, palco de atuação complementar de agentes econômicos nacionais junto às grandes corporações vinculadas ao capital internacional” (MORAES, 2000, p. 173). Assim, as regiões de cerrados se constituem numa “rede de fronteiras econômicas, sociais, políticas e geográficas, recriadoras de formas de poder e facilitadoras de acesso a recursos fiscais e oficiais através de planos de investimentos” (MORAES, 2000, p. 79).

Segundo essa autora, o Estado também atuou de forma intensiva no processo de produção dos agroecossistemas, manifestados sociologicamente “como uma passagem da natureza à cultura, com a natureza passando a ser progressivamente conhecida e controlada pela técnica” (MORAES, 2000, p. 80), na medida em que subsidia intervenções da prática humana nos processos naturais, o que promove a alteração da capacidade natural de resiliência dos ecossistemas.

Sobre os impactos negativos referentes a esse modelo de atuação estatal, Fernandes ressalta que os resultados dessas políticas culminaram na maior

[...] concentração de terra, da produção e da renda, com incentivos à empresa rural, e à especulação imobiliária; avanço do capital estrangeiro no campo; modernização da agricultura, com a exploração do trabalho assalariado e a subordinação das pequenas unidades familiares ao capital (FERNANDES, 1997, p. 53).

Com efeito, os primeiros projetos que propunham viabilizar a exploração dos cerrados iniciaram-se nos anos 70 do século XX, mediante a proposição do programa Metas e Bases para a Ação do Governo entre os anos de 1970 a 1974 (MORAES, 2000). De acordo com Alho e Martins, as condições favoráveis à ocupação produtiva dos cerrados condiziam com o momento positivo da economia brasileira e com a “política nacional-desenvolvimentista, que procurava integrar os ‘espaços vazios’ do Brasil Central e da Amazônia ao capitalismo do Sul/Sudeste” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 19). Logo, os investimentos em infra-estrutura se consolidaram para levar adiante os empreendimentos que culminaram em ganhos

especulativos. Porém, a

[...] estagnação e as crises da década de 80 alteraram tais expectativas, mas não fizeram desaparecer totalmente os programas e políticas que propiciaram a incorporação de terras à agropecuária em áreas de fronteira, em geral, e sua modernização agrícola, com destaque para o Cerrado, em particular (ALHO; MARTINS, 1995, p. 19).

Nesse processo, os cerrados foram “abertos” pela ação do Estado, em aliança com capital internacional. Constituíram-se em dois os programas de maior impacto à região: o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), aos quais se somam as políticas de crédito agrícola subsidiado. Estas políticas, a partir dos anos de 1970 até 1980, constituem elemento fundamental na política agrícola nacional, beneficiando os agricultores modernos e mais influentes em termos políticos. Os bancos, então, passaram a determinar maiores exigências para aqueles que pleiteassem os empréstimos. Com isso, a propriedade da terra constituiu-se em uma dessas exigências, fato que culminou na elevação da demanda e do preço por terra agrícola (ALHO; MARTINS, 1995).

Quanto aos programas referidos, o de maior impacto sobre o desenvolvimento da atividade agrícola foi o POLOCENTRO, criado em 1975. Este programa atuou sobre 12 áreas de cerrados que receberam recursos para a melhoria da infra-estrutura, através da concessão de “linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária”, o que beneficiou “fazendeiros, proprietários de médios a grandes estabelecimentos” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 20). Os recursos do POLOCENTRO também foram utilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com a finalidade de desenvolver pacotes tecnológicos que instaurassem a expansão e a modernização da agricultura no bioma.

Quanto ao PRODECER, este teria início em meados dos anos 1980, constituindo-se em um programa administrado por uma organização de direito privado, coordenado por uma empresa binacional, a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), formada por duas *holding*, a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), de capital nacional, e outra de capital internacional, liderada pela Japan International Corporation Agency (JICA), que concede empréstimos para o desenvolvimento deste programa (ALHO; MARTINS, 1995; DORES, 2003), que se lançou a realizar assentamentos de “agricultores

experientes do Sudeste e Sul do país na região” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 21).

O programa “buscou selecionar colonos com alta probabilidade de adquirirem as tecnologias propostas” ou, ainda, visava selecionar colonos do Estado do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, por serem “agricultores com potencial empresarial e capacidade técnica de gestão de glebas nos parâmetros tecnológicos estabelecidos pela CAMPO” (SALIM, 1986 apud DORES, 2003, p. 19). Este último fator concorre para a compreensão da expansão da “rede regional gaúcha”, (HAESBAERT, 1995), pelas demais unidades da Federação que constituem áreas de cerrados, sob o pretexto de estarem habituados ao ritmo imposto pelo cultivo da soja e pela condição de adequação às modernas tecnologias agrícolas, constituindo estes os atores sociais indicados, de acordo com o discurso hegemônico, para a realização do manejo adequado ao pleno desenvolvimento da agricultura moderna²⁴.

Vale considerar que ambos os programas concorreram para ampliar certos impactos negativos aos cerrados no sentido de que além de ampliarem os impactos da desigualdade social, notadamente, as atividades incentivadas por esses programas têm em si parcela predominante nas responsabilidades relativas à degradação ambiental que assola este bioma. Uma outra questão está relacionada com a desigualdade no destino de investimentos, pois aqueles direcionados aos cerrados têm imputado perdas para o governo. De maneira sintética, estas perdas estão ligadas ao esforço do governo em sustentar as atividades através de concessão de empréstimos a juros irrisórios e sem correção monetária em uma época de “alta taxa inflacionária, e com longos períodos de carência e prazos de pagamento” fazendo desses programas, do POLOCENTRO em particular, “uma virtual doação aos seus mutuários” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 20), ou ainda, sob a forma de aquisição, por parte do governo, de “volumes expressivos de produtos agrícolas cultivados com o apoio do PRODECER”, o que caracterizou as “perdas financeiras do governo [que] foram substanciais, na forma de diferenciais de preços, altos custos de transporte e armazenagem, e deterioração de parte dos produtos adquiridos” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 21). Dessa forma, constata-se que a agricultura comercial foi mantida rentável, por um longo período, de maneira artificial, “o que estimulou sua expansão em termos de área cultivada” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 21-22).

Em sentido semelhante, os cerrados nordestinos também foram abertos à agropecuária globalizada através de políticas direcionadas e posteriores ao diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no final da década de 1950. Apontaram-se aqui como entrave ao desenvolvimento econômico do país, as

²⁴ A propósito da seleção de agricultores com “espírito empresarial” para a região dos cerrados, ver Moraes (2000), especialmente o Capítulo II.

disparidades regionais e a incapacidade de o setor primário exportador predominante na região alavancar o almejado desenvolvimento. Neste contexto, em 1959, é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que se propunha a estabelecer relações entre o Governo central, estados e municípios, no intuito de desobstruir a via de desenvolvimento nacional (MONTEIRO, 2002).

Nesse processo, outros programas foram fundamentais para a instituição da modernização da agropecuária, principalmente aqueles que atuaram para a inclusão da região Nordeste nos projetos dos governos militares, que tinham como preocupação premente a integração nacional. Dentre eles o I PND, entre 1972 a 1974, cuja finalidade era estabelecer corredores de exportação para o Nordeste via sistemas de transportes e armazenamento especializados, e viabilizar as exportações de produtos agrícolas e industriais. Naquele contexto, como sugere Monteiro (2002), ressalta-se a condição de dependência da agricultura à indústria, imposta também para o Nordeste, o que aparece como meio de adaptação desta região ao novo padrão de acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo em que se dava andamento ao franco processo de exploração agrícola dos cerrados do Centro-Sul, no Nordeste, – embora houvesse o diagnóstico da condição de atraso, associado ao problema tido como básico do campo, a saber “a convivência de *latifúndios* e *minifúndios*” (MORAES, 2000, p. 171, grifo no original), a intencionalidade dos programas de desenvolvimento regional, em especial daqueles direcionados a esta região – já denunciava a realocação desta atividade via propostas institucionais. No intuito de mitigar os problemas diagnosticados para a região Nordeste, o governo lançou a proposta de criação de grandes e médias empresas rurais, mediante a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA), em 1973, e do Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), em 1974, que objetivava “transferir o modelo industrial para o campo e modernizar o *latifúndio produtivo*” (MORAES, 2000, p. 171, grifo no original).

Posteriormente, o II PND²⁵ (1974-1979) teve por orientações básicas os “princípios de maior integração, expansão e exploração dos diversos espaços regionais [com o fim de dar continuidade] à estratégia de crescimento que privilegia a expansão e consolidação industrial dentro do novo modelo de grandes complexos nacionalmente integrados e voltados para o aproveitamento dos recursos naturais da região” (MONTEIRO, 2002, p. 93), e ainda,

²⁵ Pires (1996, p. 44) lembra que a “visão hegemônica [desse programa] era que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria reforçado com a ocupação das extensas das áreas agricultáveis [nas regiões de cerrados]”.

direcionar a agropecuária para os caminhos da modernização conservadora. Este programa teve como foco espacial a ocupação da Amazônia, Centro-Oeste e Vales Úmidos do Nordeste, “bem como a expansão, diversificação e especialização regional do desenvolvimento agropecuário” (MONTEIRO, 200, p. 93). Para o Nordeste, o II PND pretendia o crescimento acelerado mediante investimentos requeridos junto ao Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e ao Fundo de Investimento Setorial (FISET) (MONTEIRO, 2002; MORAES, 2000), ambos atuando para a “*valorização futura*”^[26] do espaço, como etapa fundamental à incorporação dos cerrados pela moderna agricultura de grãos” (MORAES, 2000, p. 172, grifo no original).

Ainda sobre o deslocamento da atividade produtiva para os cerrados nordestinos, Moraes se refere aos papéis desempenhados pela fronteira agrícola constituída pelos cerrados do Nordeste, quais sejam, “intensificar a produção nas áreas já ocupadas fortalecendo o domínio da natureza pelo capital”, e “incorporar novas áreas ao processo produtivo” (SILVA, 1982, p. 115 apud MORAES, 2000, p. 172). Além disso, a autora acrescenta que

[...] há duas especificidades da fronteira agrícola dos cerrados, de particular importância no caso nordestino: a primeira reside no fato de que estas não se constituem em um sistema absorvedor dos grandes contingentes de mão-de-obra definidos pelas narrativas mestras nacionais e regionais como *excedentes demográficos*; a segunda especificidade, que está na origem da primeira, é a sua vinculação à modernização da agricultura (MORAES, 2000, p. 172, grifo no original).

Desse modo, os cerrados nordestinos passam a ser focalizados nas análises econômicas e nas políticas de desenvolvimento a partir da sua transformação em zona de fronteira agrícola, o que se deu em duas etapas. Primeiramente, início da década de 1980, época da reorientação da produção de grãos da região Centro-Sul direcionando-se ao oeste baiano. Em um segundo momento, já em fins da década de 1980, a agricultura comercial passa a se desenvolver nas áreas de cerrados maranhenses e piauienses (MORAES, 2000).

No caso dos cerrados do Piauí, convém considerar com base em Moraes (2000, 2005) que até os anos 70 do século XX, o discurso predominante sobre a economia do estado era marcado pela idéia do “destino pastoril”. Assim, o discurso atual da “vocação agrícola” dos

²⁶ Moraes e Costa (1984) trabalham a valorização futura do espaço como um processo singular, no contexto do capitalismo avançado, e dentro da perspectiva mais ampla e geral da valorização do espaço no sentido objetivo, perspectiva esta que envolve, além da valorização futura do espaço como uma forma de valorização de menor universalidade, a especulação com o espaço em geral.

cerrados do sudoeste piauiense reflete novas realidades vinculadas à expansão da incorporação agrícola dos cerrados brasileiros – que, como lembra a autora, se dá através de demanda agroalimentar internacional – concretizada, no caso piauiense, após a incorporação de áreas de cerrados do Centro-Sul do Brasil.

De acordo com a referida autora, a idéia atual de “vocação agrícola” piauiense teve início nos anos 1970, em um contexto ainda distante da concretização da agricultura moderna no estado e se vincula à implantação de programas especiais como o POLONORDESTE, em 1976, propondo – em seus próprios termos – melhoria de emprego e renda, na região.

Naquele contexto, o Piauí foi contemplado com o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), tendo como área de atuação os vales úmidos – Delta do Parnaíba, Vale do Gurguéia e Vale do Rio Fidalgo. De fato, a partir do final de 1970, inicia-se uma mudança de paradigma para pensar a economia agrícola piauiense, guiada pelo que ocorria no restante do país desde o início da década. Esse processo de mudança transcorreu ao longo das últimas décadas do século XX. Em 1977 inicia-se no estado a negociação de recursos do Banco Mundial, em 1981, visava-se ampliar a área de atuação do POLONORDESTE com o Projeto Vale do Parnaíba. Em 1991, foi proposto pelo Estado do Maranhão e do Piauí, ao Conselho Deliberativo da SUDENE, a criação de um programa que integrasse todos os municípios do Piauí e aqueles situados no nordeste do Maranhão. Então o Programa de A  o para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (PRODEPLAR) foi implantado entre 1991 e 1995, sendo que nas suas recomendações e proposições, já se vislumbrava a abertura dos cerrados piauienses como fronteira agrícola para o capital, discurso do governo do Estado do Piauí que já vinha dos anos 1980 (MORAES, 2000, 2005).

De fato, a concretização da “vocação agrícola” dos cerrados piauienses ocorreu em etapas sendo uma das mais importantes a constituição de um mercado de terras (MONTEIRO, 2002), na década de 1970, com a implantação de grandes projetos financiados pelo Fundo de Investimentos do Nordeste Agropecuário (FINOR Agropecuário) através da política de desenvolvimento para o setor rural, promovido pela SUDENE. Vale ressaltar que o FINOR Agropecuário constituiu-se em um mecanismo facilitador para a aquisição de terras, por parte de empresários do Centro-Sul e do próprio Nordeste. Além dos recursos do FINOR, a partir de 1977, os cerrados piauienses também contaram com incentivos do Fundo de Investimento Setorial (FISSET) que se constitui de incentivos fiscais com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento setorial, no caso do Piauí, para o reflorestamento. Mas, seguramente, é somente no final da segunda metade dos anos 80 do século XX, que os cerrados do sudoeste piauiense se concretizam como uma nova fronteira agrícola para a agropecuária globalizada

com o início da instalação de fazendas voltadas para a exploração da soja (MORAES, 2000, 2005).

Sem dúvida, os incentivos referidos criam as bases para o estabelecimento gradativo de redes de produção no sudoeste do Piauí, com transformações singulares na arena econômica, política e sociocultural da região, atuando de forma seletiva entre grandes e pequenos produtores rurais, estes, por sua vez, sem serem contemplados com políticas públicas de inserção nas propostas de desenvolvimento para a região (MORAES, 2000, 2005).

Sobre as políticas de expansão da fronteira agrícola para os cerrados nordestinos e a marginalização das comunidades locais neste processo, toma-se de empréstimo a reflexão de Haesbaert (1995) sobre as dinâmicas de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, entendidas como o processo de apropriação do espaço por atores sociais externos, à medida que promovem a desapropriação de comunidades locais e, posteriormente, reterritorializam o espaço ao consolidar o seu domínio. O autor analisa o processo a partir do oeste baiano, onde os chamados “gaúchos” redesenham o espaço, estabelecendo redes, reterritorializando lugares, enfim, construindo novas elites econômica, cultural e provavelmente política, não incorporando populações locais, principalmente as camponesas.

Em sentido semelhante, no que se refere à expansão da fronteira agrícola para o Piauí, Moraes (2000) entende que os camponeses piauienses têm sido secundarizados nos processos de modernização agrícola dos cerrados. A autora destaca a

[...] secundarização dessas categorias nas narrativas mestras do desenvolvimento que constroem discursivamente os cerrados como fronteira agrícola o que, se por um lado, os projeta como espaço potencial (presente/futuro), por outro, os define como um vazio (passado) econômico, demográfico e cultural (MORAES, 2000, p. 254).

Para a autora, as narrativas mestras traduzem o alijamento da população camponesa residente, do processo de crescimento em curso nos cerrados piauienses apontando para a ausência de interesse, no âmbito da proposta modernizadora, pelos saberes produzidos localmente e pelos ritmos e modos de vida dos baixões²⁷. De fato, os saberes técnicos da modernização agrícola são hegemônicos nas práticas e nas “narrativas mestras” (MORAES, 2000) das forças que viabilizam os programas de desenvolvimento.

²⁷ Cf. Moraes (2000) e o item 3.2 do Capítulo III.

2.2 As redes articulando espaços e transcendendo fronteiras: Bom Jesus no cenário nacional e internacional

Como exposto no item que trata sobre as lentes teóricas, a globalização aparentemente se apresenta como um processo que homogeneiza todos os espaços do mundo, tornando-o único. Porém, como fenômeno intrínseco ao capitalismo, a globalização não poderia deixar de ser contraditória, com feições heterogêneas, tratando de incluir e excluir espaços, ou ainda, construindo espaços de globalização, longe de configurarem espaços globais (SANTOS, 2002).

Essa dinâmica expressa tem sua evidência nas redes, verdadeiros elos, fluxos que se conectam através de pontos e linhas, que interligam os mais diversos espaços e criam interstícios, apresentando-se, portanto, como indutoras do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (HAESBAERT, 1995, 2002), além de serem “os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos” (SANTOS, 2002, p. 266).

Não obstante, as redes são ainda consideradas, nesse movimento dialético, portadoras da função de integração, ou melhor, como responsáveis

[...] pela intensificação das especializações, por novas divisões espaciais do território, maior intensidade do capital, circulação mais ativa de mercadorias, mensagens, valores e pessoas, maior assimetria nas relações entre os atores (SANTOS, 2002, p. 271).

A constituição do espaço, visto sob este ângulo, permite perceber que, dentre os elementos espaciais que o compõem, sejam eles homens, instituições, firmas, meio ou suporte ecológico, pela concepção de Santos, operando amplamente em um jogo concomitante e generalizado, há a infra-estrutura, entendida como “trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.” (SANTOS, 1988, p. 6). As infra-estruturas, por sua vez, análogas às redes, neste trabalho já foram referidas como elementos que possibilitam o transporte de matéria, energia e informação, sendo materiais e imateriais (SANTOS, 2002). Assim, apreende-se também que as redes, estreitamente tomadas

como infra-estruturas, viabilizam o consumo produtivo, principalmente nas áreas em que estruturam e são combinadas as funções recentes que aportam e (re)produzem o espaço, e adquirem, para este momento do trabalho, feições do sistema viário alocado e em processo de alocação no município.

Acrescenta-se que a relevância da exposição da malha viária do município relaciona-se à concepção de espaço como suporte do processo produtivo, ou ainda, quando o considera *locus* da produção, já que espaço e produção são interdependentes, e estão ligados através do processo de circulação, que norteia a produção (SANTOS, 1988).

Assim, fica claro que a compreensão da reorganização do espaço do município de Bom Jesus não prescinde da configuração do sistema viário estadual, assim composto por rodovias, ferrovias e aerovias. Neste sentido, no Piauí, a malha rodoviária é constituída por rodovias federais, estaduais e municipais, enquanto que a rede ferroviária articula o espaço piauiense aos portos de Itaqui nos Estados do Maranhão e de Mucuripe no Estado do Ceará. Já o sistema aeroviário dispõe dos serviços de dois aeroportos: um em Teresina, instalado em 1967, outro em Parnaíba, no ano de 2004. O aeroporto internacional do Piauí, situado na cidade de São Raimundo Nonato, está em fase de construção. Além desses, existem campos de pouso que visam dar suporte à aviação esporádica e em pequena escala, como aqueles situados em alguns municípios como Corrente, Floriano, Uruçuí, dentre outros, inclusive o município de Bom Jesus, que conta com uma pista de pouso na sede do município (AEROPORTOS, 2006; AEROPORTO... 2006) e uma outra, sem pavimentação asfáltica, na serra do Quilombo. Na verdade, essa última corresponde a uma via de circulação de acesso à Fazenda São Pedro na Serra do Quilombo (Figura 2).



Figura 2. Estrada vicinal utilizada como pista de pouso.
Fazenda São Pedro, Serra do Quilombo.
Fonte: A autora (2004).

Dessa maneira, o sistema viário, como um dos fatores que rege o espaço, configura-se em “espaços de circulação” (SANTOS, 1988). Esses espaços prestam-se a diferentes usos, localmente ou mesmo em outras escalas, que podem ser apreendidos dentro de relações hierárquicas, nessa ordem global, articuladas por linhas ou fluxos que se estabelecem em pontos ou pólos longínquos, relações estas, vale lembrar, que ultrapassam o limite da dimensão econômica e engendram relações simbólicas, como demonstrado por Haesbaert (1995), ao discutir a rede regional gaúcha e ao se referir à identidade gauchesca.

Convém assinalar que esta articulação entre espaços longínquos tem a ver com as relações de poder, de onde muitas vezes emanam as decisões tomadas em centros situados em escalas superiores, acarretando o que já foi referido como alienação local (SANTOS, 1988, 2002). Assim, no interior dessa “hierarquia de usos [...] [estaria evidenciada a] capacidade efetiva de realização do capital produtivo” (SANTOS, 1988, p. 62), cuja dinâmica estaria submetida às condições de sua reprodução logo, às determinações do mercado (SANTOS, 1988).

Portanto, como espaço latente de produção da moderna agropecuária, há o reclame de enviar, via fluxos globais, o resultado desta produção, pois como afirma Santos (2002), o produto flui, e quanto maior a possibilidade real de circulação, maior a pressão sobre a rede de transportes para se adequar à concorrência. Logo, não basta produzir, “é indispensável transformar as massas produzidas em *fluxos* para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo” (SANTOS, 1988, p. 62-63, grifo no original).

Com o fim de ilustrar a divulgada necessidade de circular o produto, nesse caso específico, observa-se o documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruguí-Gurguéia – PDRI, que aponta fatores limitantes e proposições condizentes com este aspecto. Os fatores limitantes referem-se ao baixo apoio governamental para operar a infraestrutura, como a inexistência de pontes, o que dificulta o transporte de cargas, e a ausência de instalações favoráveis ao embarque e desembarque de aviões de maior porte que se resume num sistema aeroviário insuficiente. Para viabilizar o fluxo da produção dos cerrados e promover o desenvolvimento da região, o documento propõe a recuperação “das principais estradas asfaltadas e vicinais cascalhadas dando acesso a todas as comunidades rurais e urbanas” e “incentivar a aviação agrícola nas atividades do Pólo” (BNB, 199-).

Em Bom Jesus, a importância da rodovia federal, BR-135 desviada para dentro da cidade pela influência do Bispo Dom José Vasquez, primeiramente, diz respeito à inserção do município na rota Nordeste-Centro-Sul do país, inclusive acessando a capital federal,

possibilitando a integração do município através desta via ao restante do estado do Piauí e ao país. Além disso, a BR-135 (Figura 3), denominada Avenida Tiradentes ao cortar a cidade é hoje um dos espaços urbanos mais valorizados em termos de valor de troca da parcela do solo urbano, pela dinâmica dos fluxos de veículos, mercadorias e pessoas que circulam ao longo desse logradouro, e ainda por permitir o acesso às serras onde as fazendas encontram-se instaladas. Concentram-se ali, além das edificações comerciais, aquelas ligadas à hotelaria, restaurantes, postos de combustível, serviços de reparação de máquinas agrícolas e automotivas, dentre outros elementos que conferem àquelas imediações a dinâmica de fluxos transportes, mercadorias, pessoas e capitais.



Figura 3. BR 135 que liga Cristino Castro a Bom Jesus.
Fonte: Disponível em: <<http://www.pi.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2006.

Um outro componente da malha viária do município corresponde à PI-397, popularmente difundida sob a denominação rodovia Transcerrados, que intenta estabelecer a ligação entre os municípios produtores de soja para viabilizar o escoamento da produção de grãos e interligar as minas de calcário dos municípios de Santa Filomena e Antonio Almeida, na região dos cerrados piauienses. Essa rodovia, considerada a “espinha dorsal” do desenvolvimento do estado, inicia-se no município de Monte Alegre, rodovia PI-254 e finda no município de Sebastião Leal, rodovia PI-324. Nesse percurso, a Transcerrados interliga, além do município de Bom Jesus, outros já consolidados como grandes produtores de soja no Piauí, como Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, dentre outros. Essa rodovia, em fase adiantada de execução, possui pavimentação de revestimento primário e terá 300 km de extensão (ESTADO... 2006).

Pode-se, ainda, destacar a recuperação recente de estradas pavimentadas que acessam

o município; a execução da PI-392 que fará o entroncamento entre Bom Jesus, em um trecho de 10 km, pela BR-135 até o município de Currais, margeando a sede deste; e o planejamento de duas rodovias federais, BR-330 e BR-235, que pretendem integrar a malha viária da sede municipal.

Ainda no campo da valorização futura do espaço, âmbito do planejamento, divulgação e promoção de uma perspectiva promissora de desenvolvimento para o estado, mediante exposição de vantagens para captação de investimentos para a região dos cerrados do sudoeste piauiense, faz-se alusão aos mapas rodoviários (Figura 4). Estes, além de objetivar a situação do observador à realidade espacial da alocação do sistema viário estadual, em particular o município de Bom Jesus e adjacências, também são usados com o intuito de permitir, pela via da linguagem cartográfica, discursos que preconizam esta perspectiva de desenvolvimento acima referida.

Esta situação não é inusitada, nem tão pouco recente. Acredita-se que os mapas produzidos pelo Estado para a região de cerrados no período compreendido entre 1970 e 1985 são considerados como “importante[s] *topos* das narrativas mestras” (MORAES, 2000, p. 102, grifo no original), por tornar propícia a veiculação de um discurso hegemônico, disseminando a idéia de um futuro promissor para a região. Para tanto, os mapas são claros e previstos. Podem constituir intenções de “atos futuros [que] aparecem como pré-ordenados, com o Estado antecipando suas futuras ações, projetando uma memória do futuro, no cerne da idéia de progresso” (MORAES, 2000, p.109). Ademais, dentro desta visão de futuro e progresso, estas projeções podem ainda denotar a capacidade de gestão do território pelo Estado (MORAES, 2000).

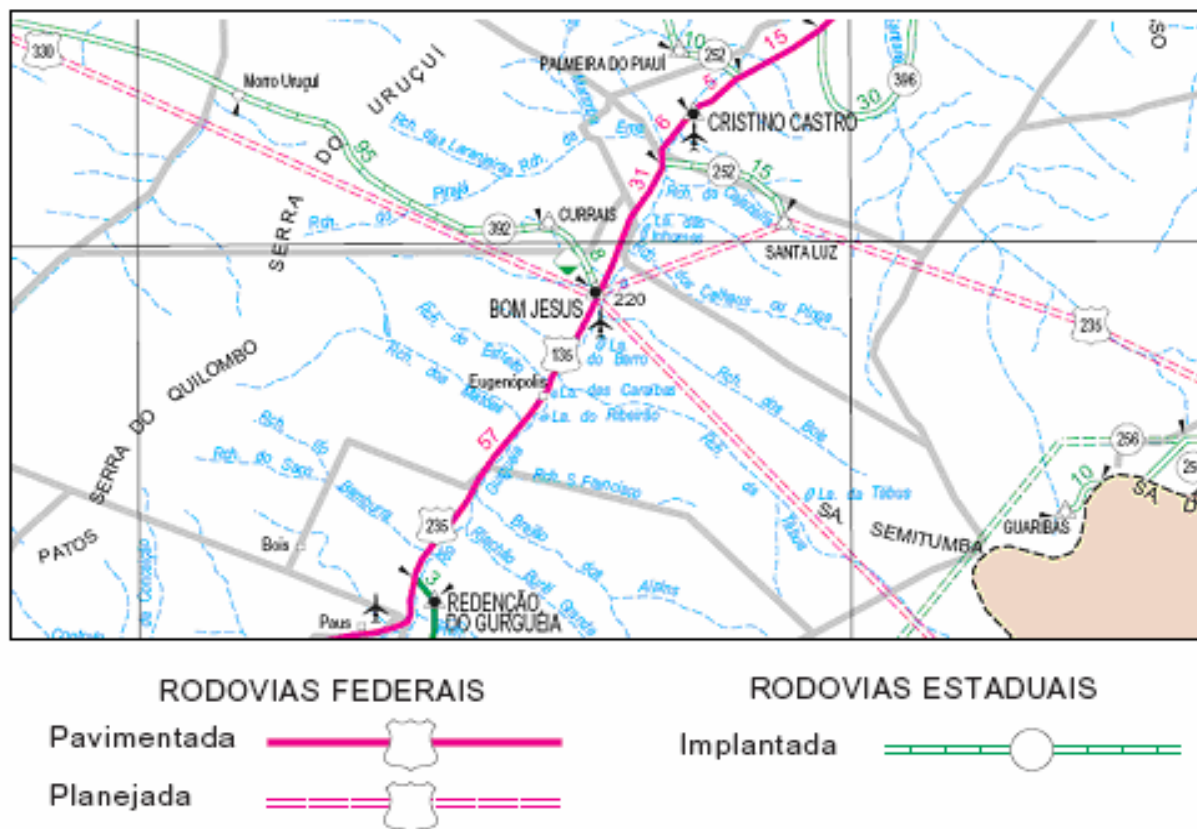


Figura 4. Rodovias federais e estaduais: pavimentada, implantada e planejada.
 Fonte: Adaptado de <<http://www.dnit.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

Sobre o papel do Estado como agente viabilizador, Moraes (2000) destaca que este, ao investir em infra-estruturas e em vantagens para os agentes econômicos externos, tem atuado com ações concretas para a interiorização do desenvolvimento. Por outro lado, de acordo com o presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO), estradas e energia constituem dois fatores básicos para o desenvolvimento da produção da soja e que, pela carência de investimentos nessas áreas, são os próprios produtores, com suas máquinas que vão “armando, concertando”, ou seja, vão abrindo estradas para facilitar a circulação de pessoas e produtos.

E, nesta perspectiva de projetar a memória de futuro para a região dos cerrados piauienses (MORAES, 2000), há a idéia de estabelecer a interligação entre os diversos espaços nordestinos, inclusive para a escala internacional, através da implantação da chamada ferrovia Nova Transnordestina. Embora não esteja sendo planejada para o município de Bom Jesus, especificamente, pois tangencia o município de Elizeu Martins, é sem dúvida uma importante via de circulação que se propõe a interligar a região dos cerrados do sudoeste piauiense aos portos de Pecém, no Ceará, e o de Suape, em Pernambuco, visando à exportação

(Figura 5). A extensão dessa ferrovia atualmente é de 955 km já construídos, operando e em processo de recuperação, porém somando-se os 905 km restantes das novas linhas projetadas para os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, totalizará 1.860 km (NOVOS..., 2006).

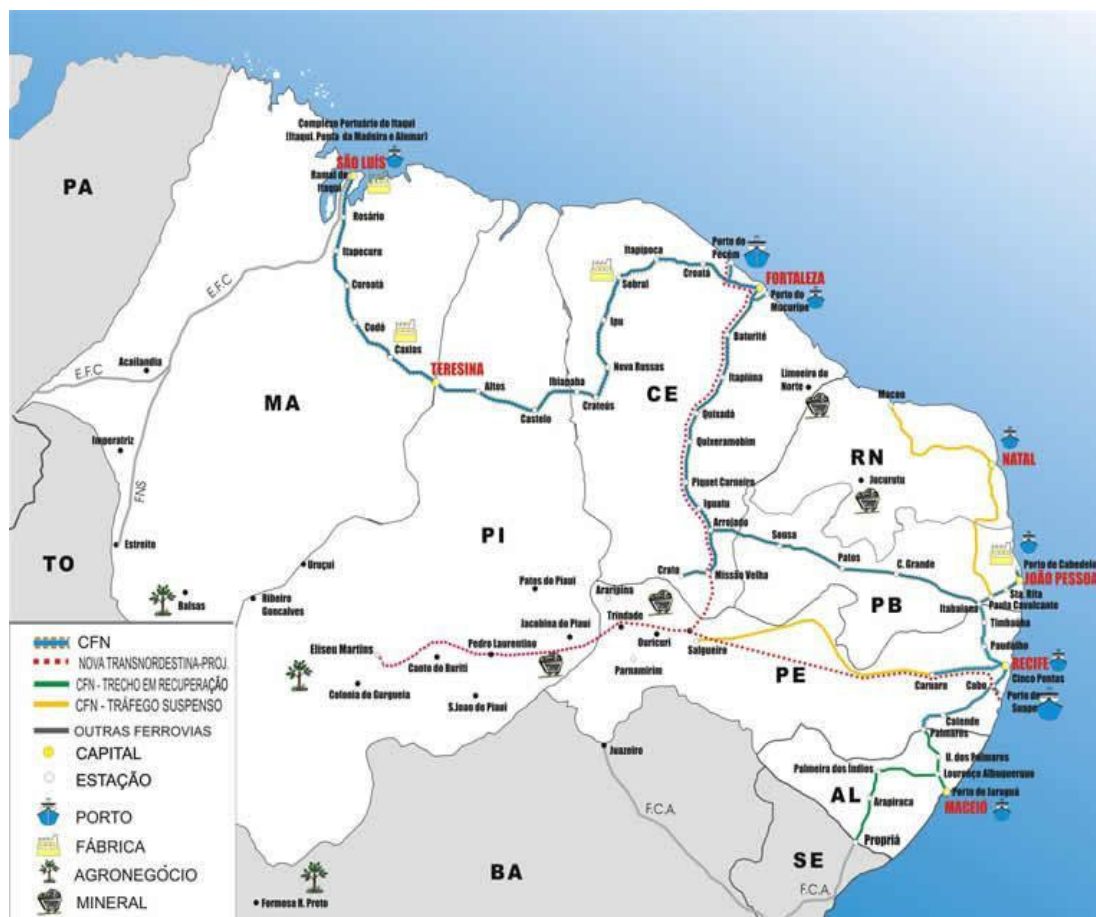


Figura 5. Ferrovia Nova Transnordestina.

Fonte: Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapclick/ferro/JPG/mapa-CFN.jpg>>.

Acesso em: 11 fev. 2006.

Concorda-se, portanto, que a malha viária que tangencia ou ainda influencia o município de Bom Jesus, transmite a “idéia de circulação da produção, com os cerrados imaginados como um rural urbanizado e interligado a outras regiões” (MORAES, 2000, p. 107), porque as redes, além de permitirem um fluxo contínuo de pessoas, mercadorias, idéias, transferências de tecnologias, dentre outros aspectos, conectam espaços considerados anteriormente separados, e que na atualidade estão intimamente conectados seja pela produção, pelos modos e ritmos de vida cada dia mais acelerados, ou pela circulação de pessoas que, paulatinamente, têm preenchido espaços, certamente, sem esquecer os espaços intersticiais, os interstícios (HAESBAERT, 2002), que se apresentam como a pausa desse movimento contínuo dos fluxos, processo associado à desterritorialização.

Assim, a malha viária está associada a um conjunto de outros fatores que regem o espaço (SANTOS, 2002), e ajudam a compreender as manifestações do local e do regional através das redes, assim como elas próprias “seriam incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais” (SANTOS, 2002, p. 269). Mediante esta múltipla conexão de lugares, essas redes propiciam a criação de “novos modelos de ação e novas sociabilidades que também estão na raiz das novas formas de urbanização: as cidades se tornam depósitos de novos elementos do trabalho agrícola e pólos de sua regulação” (SANTOS, 2002, p. 305). E assim, as relações entre as idéias de urbanização extensiva e de Brasil como espaço majoritariamente rural se complementam porque os fluxos não mais permitem a secção desses espaços mesmo que elas, as redes, sejam uma mera abstração (SANTOS, 2002).

Em um outro momento, a relação campo-cidade pode ser dimensionada através da férvida ação das redes. Assim,

O que distinguirá a *região urbana* e a *região agrícola* não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo. A noção de oposição campo-cidade torna-se desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço (SANTOS, 1988, p. 70, grifo no original).

Ganha relevo, cada vez mais no município, a complementaridade das atividades que mais crescem na área urbana, indissociavelmente interligadas às atividades desempenhadas no campo, não por acaso alocadas, em sua grande maioria, às margens da rodovia BR-135 (Avenida Tiradentes), que concorre para a valorização do solo urbano dessa fração do espaço (Figura 6). A dinâmica, ao longo desta via, estabelece um comportamento espacial coerente com o tipo de atividade que dinamiza a economia do município, relativo à agricultura globalizada, e com os equipamentos comerciais e de serviços reivindicados naquela fração espacial.



Figura 6. Avenida Tiradentes e as atividades comerciais ligadas ao campo.

Fonte: A autora (2006).

Pode-se considerar, com isto, que a malha viária que se desenha e redesenha no município é capaz de expor feições do processo em curso na região dos cerrados do sudoeste piauiense, compreendido através do conceito de redes e suas conexões globais. Acrescenta-se, assim, que a dinâmica das redes como condutoras do processo de globalização, tem produzido espaços de globalização e não espaços globais (SANTOS, 2002), ou seja, têm gestado interstícios, áreas segregadas desse processo como observado através do trabalho de campo, na dificuldade de acesso às localidades, bem como através da fala dos representantes das associações ouvidas.

De acordo com os líderes de associações dos pequenos produtores, a dificuldade de acesso à zona urbana do município tem sido considerado o fator limitante para se alcançar a melhoria da qualidade de vida das comunidades da zona rural, principalmente no que toca ao acesso das crianças à escola. Claramente, esta questão não é enfatizada por todos os líderes, devido estarem situados em localidades diferentes, distantes umas das outras, observando-se a extensão do município, e pelo fato de algumas estarem situadas próximas à BR-135, como é o caso do povoado Eugenópolis.

A nossa comunidade aqui antigamente ela era muito atrasada.. até a água pra beber a gente bebia água da chuva, é... de cacimba, como se diz mesmo, né? E a gente era assim um pouco devagar. Mas só que, eu digo... assim... hoje, em relação a nossa comunidade, hoje ela foi beneficiada. Beneficiada

por quê? Por uma BR, né? Essa BR, hoje, ela passou no meio da comunidade... que hoje, é... através dessa estrada, ela deu assim, o que? Um desenvolvimento. Até em questão... em relação pra você viajar, ir para Bom Jesus hoje, nós sentimos bem em morar aqui porque hoje aqui... nós sentimos assim... dentro duma comunidade que fica muito próximo a cidade, que esse acesso pra nós já é de grande importância (comunicação oral)²⁸.

Em um outro pólo da questão, alguns representantes se queixam da ausência de estradas que viabilizem o acesso dos moradores da zona rural à zona urbana ou a outras áreas próximas, inclusive citando a navegabilidade do rio Gurguéia como alternativa, ou ainda a outros povoados vizinhos que dispõem de serviço escolar para os estudantes. Assim é o relato do presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais de Pica-pau:

Melhorar... é difícil, mas pelo menos sanear, né? Porque nós precisamos... nós não temos comunicação, né?... somos aqui isolados, né? É... o poder público aqui ainda não investiu zero, e a gente tá aguardando que o prefeito novo nos prometeu e que nos trouxesse aqui o posto de saúde, que nos trouxesse aqui o posto telefone ou um orelhão mesmo resolvia, que os trouxesse aqui a estrada, né?... como vocês passaram aí, viram a dificuldade. Isso aqui é porque não choveu. Na hora que chover ai ficar isolado... nós tem o rio e também nó não tem navegação no rio, viu? E a gente vai ver se reúne aqui para que a gente compre uma canoa, uma canoa que suporta gente pra que a gente cace um lugar até a dificuldade por que são... nossa... nós tem terra do lado de cá, mas num tem do lado de lá... mas do lado de lá ainda tem um brejo para atravessar tando tudo cheio é a mesma coisa do Gurguéia. A dificuldade aqui é essa. Então, resolvendo a estrada por aqui seria a coisa melhor porque seria... pra até mesmo a vida da gente. [...] Bom, trazendo isso aí, nós precisamos de escola é o que não temos, né? As crianças daqui estuda no Piripiri eu acho que dá uns dez quilômetros daqui até lá, né? Com tanta dificuldade de ladeira e grotas e quando chove aí o ônibus num sobe e inclusive o prefeito bota o transporte, mas esse transporte é insuficiente na hora da chuva. (...) Estudam fora da comunidade, inclusive os sócios tão já falando que é obrigado a sair daqui porque não tem um lugar para... quer dizer é uma reivindicação que já fizemos e o prefeito nos prometeu e nós tamos aqui. (...) De abandonar.... por causa das crianças porque já tem acontecido o carro quebrar e as crianças ficar aí no meio do tempo... de noite, às vezes... sem socorro, sem nada porque nas costas o cara não trás (comunicação oral)²⁹.

²⁸ SILVA, J. J. L. Presidente da Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar dos Moradores de Eugenópolis (ADAFAME). *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araújo*. Eugenópolis, Bom Jesus, PI: 07 jan. 2006.

²⁹ PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araújo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

Corroborando com o relato acima e, além de se reportar à questão da dificuldade de acesso às escolas, há uma outra variável correspondente à saúde que implica diretamente mais uma limitação decorrente da falta de vias de acesso trafegáveis naquela região do município. Assim é o relato do presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais de Benfica:

Tem uma ladeira ali que sempre impaia os alunos... e o ônibus quando tá chovendo, num sobe, se ele tiver em cima e não desce. Se ele tiver embaixo ele não sob. Ai esse período passa sem aula. Se num passar... se o ônibus tiver em cima, aí os alunos vão daqui, né? Aí sobe a ladeira lá e o ônibus pega de lá. Se tiver aqui, aí tá parado, num estuda [...] E as estradas... essas estradas aqui também tem que melhorar. Tá faltando também... tá difícil essa estrada daqui pra Bom Jesus... [...] No período de chuva é... quando adocece uma pessoa aqui... Deixa eu ver... antes de ontem mesmo teve uma mulher pra ganhar nenem aqui e... tinha um carro aqui e cobrou oitenta reais para ir em Bom Jesus. Aí fica difícil pras pessoas que não tem condições, fica difícil (comunicação oral)³⁰.

Sob uma outra apreensão acerca das redes, põe-se a migração como processo induzido por elas. O processo migratório de sulistas (centro-sulistas) para o interior do sudoeste piauiense decorre do apoio dado fundamentalmente pelas políticas de desenvolvimento projetadas distante do contexto em que se operam. Em particular, enfatiza-se o PRODECER, já discutido no item 2.1 deste Capítulo, como propulsor de processo migratório. Da consolidação desse projeto, resultou não apenas a articulação de pessoas, como em um jogo que se trocam peças apenas, mas a condução de atores sociais, produto e produtores de modos de vida peculiares do seu meio, social e espacial, em que estavam inseridos. Logo por isso, saltam-se aos olhos as manifestações culturais daqueles que aportam no município.

Os fluxos migratórios promovidos pelo fenômeno das redes foram estudados por Haesbaert (1995), no intuito de apreender a identidade gaúcha, e a identidade nordestina no oeste baiano. Nesta perspectiva, o autor considerou que se desenha nos espaços de produção da soja, hoje no Brasil, em rede, uma 'diáspora gaúcha', ou seja, a difusão de atores sociais de

³⁰ SANTOS, J. V. M. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Benfica. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

origem riograndense, em sua maioria³¹, sejam paranaenses, catarinenses, matogrossenses, dentre outros, todos acolhidos sob a mesma denominação. Essa diáspora, para além de pessoas, dissemina modos de vida, conteúdos peculiares de atores sociais, gestados em um outro contexto histórico-cultural-espacial, distante e diferente deste, no qual passaram a fincar laços.

Os fatores pelos quais Haesbaert (1995) identificou essa 'diáspora' a uma rede que mais tarde denominou rede regional gaúcha, diz respeito a uma complexa relação de fenômenos sociais que incluem fatores de ordem econômica, política, cultural/identitária. Nessa perspectiva, essa rede, assim instituída ultrapassa a divisão territorial do trabalho, “envolvendo ao mesmo tempo uma identidade cultural (territorial/regional) e um poder político identificado [...] com esta base regionalista” (HAESBAERT, 1995, p. 322).

Retoma-se, portanto, a concepção de desterritorialização-desterritorialização-reterritorialização, esse movimento dialético de conexão e desconexão, territorialização e desterritorialização, que ao mesmo tempo em que é movido dentro do contexto capitalista, e por isso segregador, ata laços, elos no intuito de recriar territórios, sociabilidades (HAESBAERT, 1995).

O PRODECER, que instituiu as redes migratórias, fez atrair gaúchos a todos os estados em que se deu a expansão da fronteira agrícola, notadamente para a produção da soja. Desde a década de 1980, aproximadamente, e após a territorialização dos espaços agrícolas do Centro-Sul, a dispersão se deu para a região Norte, principalmente para os estados do Amazonas e Tocantins e, só recentemente, incorporou os cerrados baianos, maranhenses e, ultimamente, os cerrados do sudoeste piauiense, difundidos na imprensa como a última fronteira agrícola do país.

Em todos esses espaços, a presença de atores sociais provenientes da Região Sul do país, mais marcadamente os gaúchos, têm transformado os ritmos de vida das localidades receptoras, sejam nos modos de produzir, na demanda por produtos anteriormente ausentes nessas localidades, nas manifestações culturais incidindo na transformação da paisagem local.

Quanto ao modo de produzir, verificam-se claramente os aspectos da modernização do processo produtivo da agricultura. Além de produtores agrícolas, os atores sociais instalados o município atuam também na promoção do consumo produtivo, ou seja, são proprietários das empresas que comercializam produtos que viabilizam o desenvolvimento agropecuário. No âmbito do consumo consumptivo, estão igualmente presentes como proprietários de

³¹ Mas não exclusivamente, haja vista que atores de outras localidades do país também aportam no município atraídos pelas mesmas redes.

farmácias, boutiques, escritórios de advocacia, imobiliária, dentre outras.

Em se tratando de produtos não disponíveis por ocasião da chegada dos 'gaúchos' na região, muitos relatos dão conta da carência, principalmente de produtos de higienização, alimentícios, dentre outros. A dinâmica em que se insere o município também reflete na rapidez com que se expandiu a oferta de insumos para a produção agrícola, hoje disponíveis no município, de acordo com o depoimento do presidente da FUNCERRADO:

É o começo aqui é...nas outras regiões que a gente vinha não tinha nada, né? O que dependia da parte agrícola mesmo... mas isso chegou logo...hoje Bom Jesus já tem muita coisa, mas a dificuldade, às vezes você dependia de um parafuso tinha de vir de fora... um litro de veneno tinha de vir da Bahia, de Balsas no Maranhão...mas hoje, Bom Jesus... também não teria porque ter aqui, né? Se ninguém consumia...(comunicação oral)³²

Em se tratando das manifestações culturais específicas da tradição gauchesca, destacam-se as danças típicas, regularmente apresentadas em escolas, nas datas comemorativas da cidade, em ocasiões especiais como apresentações a políticos que visitam a cidade, dentre outras. Sobressai-se na cidade um grupo de tradição gaúcha, que pretende tornar-se Centro de Tradições Gaúchas, o qual precisa estar filiado ao Movimento de Tradicionalista Gaúcho, situado no Rio Grande do Sul, segundo Rosane de Andrade Gomes, uma das organizadoras do grupo. Na Figura 7, observa-se o grupo de tradições gaúchas exibindo a pilcha gaúcha, que corresponde à indumentária para peões e prendas, bombacha e vestido de prenda, respectivamente.

³² COVER, I. L. Presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO). *Entrevista concedida a Márcia Regina de Araujo*. Bom Jesus, PI: 12 jan. 2006.



Figura 7. Grupo de Tradição Gaúcha em Bom Jesus-PI.

Fonte: Gomes (2003).

Portanto, as redes compreendidas como fenômenos sociais, recriam territórios e sociabilidades (HAESBAERT, 1995), que implantam nos espaços em que se apropriam novas feições que transcendem o material/concreto, se estendendo ao simbólico, dimensão espacial sutil que também concorre para a transformação da paisagem local. Ademais, essas manifestações culturais refletem representações coletivas, redes imateriais/instituição social que se desenvolve à medida em que há o reforço dos atores sociais de origem gaúcha, ao animar suas vidas com elementos necessariamente interligados ao lugar de referência, que exercem poder de coerção social. Paulatinamente, essa coerção social passa a se tornar hábito, tendência interna (DURKHEIM, 2003), processo análogo ao que ocorre atualmente com o grupo de tradições presente em Bom Jesus, que investe no reforço do repasse da cultura gauchesca para os filhos (Figura 8), num processo que tende a evoluir de coerção a hábito, visando assegurar a perpetuidade das suas marcas culturais/identitárias.



Figura 8. Reforço à identidade cultural da família gaúcha.

Fonte: Gomes (2003).

Ainda sobre as manifestações culturais que são peculiares à tradição gaúcha e que se difere da cultura local, está a comemoração do Dia do Gaúcho, dia 20 de setembro, em que há a reunião de familiares para recreação, e como é de costume, há a prática de futebol com os homens vestidos de bombacha, “futebol bombachudo” como chamam, e as mulheres jogam “vôlei de saia armada”. Além das manifestações de dança do grupo, também se observa na cidade habitualmente o uso de chimarrões, situações específicas que apontam para o traçar de novas territorialidades, a busca pelo lugar de origem, aqui onde as redes se manifestam de modo a manter os laços com a cultura e com aqueles com que compartilham a mesma identidade, traduzindo-se também na luta contra a perda do espaço de referência identitária (HAESBAERT, 1995). Desta maneira, as redes estão aliadas à “força simbólica do espaço de referência identitária que é o sul [...], unem o espaço de origem dos migrantes e seus novos territórios, deixando claras as múltiplas dimensões da *rede regional* que se conecta, associada por sua vez aos diferentes segmentos e classes sociais do interior do grupo sulista” (HAESBAERT, 1995, p. 318, grifo no original).

As redes, elementos ricos e complexos, e relacionadas ao período técnico-científico-informacional projetam, através das novas tecnologias, lugares anteriormente sem visibilidade no cenário nacional, até mesmo no cenário regional, para o contexto global.

Numa perspectiva de se relacionar passado, presente e futuro, o município é percebido hoje para além da sua funcionalidade econômica, como integrado ao cenário nacional e internacional. Assim, a dinâmica que constrói/reorganiza o espaço, constrói também representações do lugar (Figuras 9, 10 e 11), vivido/cotidiano, para além do local, escala espacial, e isso ultrapassa a funcionalidade econômica do espaço, ao se constituir como espaço produtivo. Apresenta-se também como espaço simbólico, evidenciando o “ilimitado potencial de suas significações sociais” (HAESBAERT, 2002).



Figura 9. Formação da sociedade contemporânea bonjesuense, segundo Márdson Soares Santos, 13 anos.



Figura 10. Centro da cidade de Bom Jesus, segundo Sabrina, 13 anos.

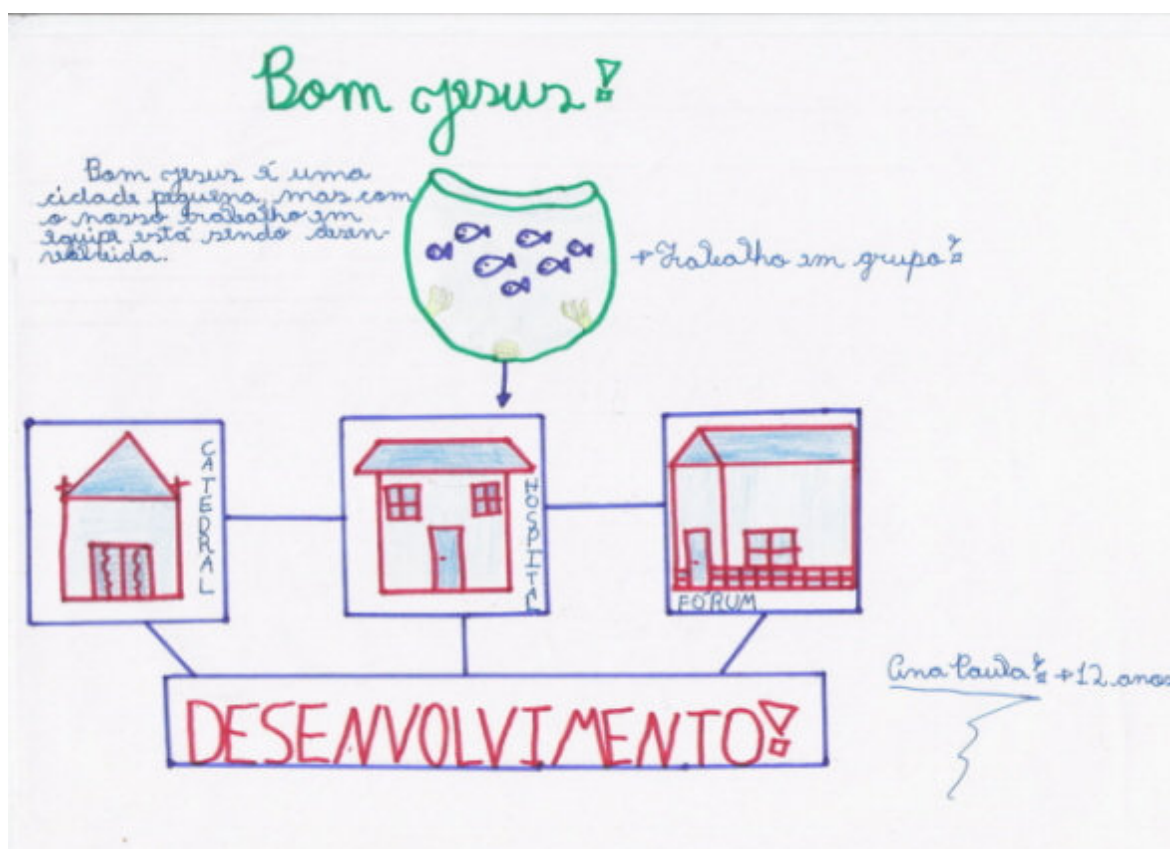


Figura 11. Desenvolvimento de Bom Jesus, segundo Ana Paula, 12 anos.

Nessa perspectiva, afirma o presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais de Pica-pau³³:

Nós, hoje, temos uma cidade e que já tem nome, né? Inclusive até na meteorologia, a gente sabe, de vez em quando, né? Quer dizer, isso nós num ouvia falar em Jornal Nacional, e nem em jornal nenhum na cidade de Bom Jesus. Eu me lembro que em cinquenta e oito, eu tava em Floriano e disse que morava em Bom Jesus e o povo disse: – onde é que fica essa cidade? né? Que nem nome aqui nós não tinha, né? e daí para cá, você vai vendo que a coisa melhorou de dez anos pra cá, ela é talvez a terceira ou quarta cidade do Estado do Piauí em arrecadação (comunicação oral)³⁴.

O relato tem a ver com as altas temperaturas que incidem recentemente no município, cerca de 44°C, considerado recorde nacional (TEMPERATURA..., 2005, p. 5).

Observando-se a inserção do município no cenário internacional através da dilatação da fronteira agrícola para os cerrados piauienses, considera-se que as conexões dos circuitos espaciais de produção³⁵ evidenciam-se no município, como já referido, sob a forma de fornecedores de insumos, através da revenda de sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e tecnologias; de agricultores, que procedem ao uso da terra para produção de oleaginosas, através do sistema produtivo do tipo fazendas; processadores, no sentido do pré-beneficiamento, no caso do silo da Bunge Alimentos S/A instalada na Serra do Quilombo, e beneficiamento, no caso das beneficiadoras de arroz; comerciantes, no caso, o comércio varejista, responsável pela distribuição direta ao consumidor final, especificamente o consumidor doméstico, já que o escoamento da produção e, desta maneira, a fase final dos circuitos espaciais de produção completa-se em escala internacional, atingindo os mercados europeu e asiático, predominantemente, conforme depoimento de representante da FUNCERRADO:

Olha... daqui vai pro mundo, né? Uma parte vai pra Bunge, né? Que transforma em farelo e óleo... aí, vendo no mercado interno, vende

³³ Refere-se a uma das associações presentes no Assentamento Conceição, município de Bom Jesus – PI.

³⁴ PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

³⁵ Estes permitem captar o redesenho da espacialização da produção e a inserção dos subespaços em uma lógica global, de maneira articulada pelas redes de produção e de consumo (SANTOS, 1997).

exportação. Uma parte vai pra o Nordeste, para a criação de frango, né? e também depois o frango vai pra outros lugares do mundo. [...] Mas deve ser... a soja... a maior parte... vai pros Estados Unidos, [...] mais é pra China... (comunicação oral)³⁶.

Além da exportação da soja produzida no município, Bom Jesus integra uma rede de informações que conecta produtores de soja do Brasil e de outros países:

Toda semana eu dou uma entrevista pro pessoal de São Paulo. São... no Brasil são quinze produtores de soja e o resto do mundo, né? Então é uma conexão que tem... aí toda terça, quarta-feira, eles falam comigo e falam com todo o resto, né? Pra saber como tá aqui, como tá ali. Então essas novidades contam pra gente, né? [...] Foi indicado pela Embrapa, em Goiânia, então no Piauí, e que represento, eu que informo como tá... e aí eles passam informação do que tá acontecendo, do que vai vir pra frente, o mercado, o futuro. [...] Todos os estados do Brasil onde produz soja, tem contato. Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Mato Grosso. Todos [...] Estado Unidos, Iowa, e... Argentina, Paraguai... todos os estados onde produz soja tem um contato... [...] Telefone e imeil [e-mail]... mas o... o... a região aqui vai ser... a gente... cê não vai dar por surpresa o quanto Bom Jesus vai crescer... Bom Jesus é uma cidade de vinte e quatro horas, você já percebeu? Você levan... acorda três horas da manhã, tem carro andando a rua, tem gente andando na rua, às cinco tem, às dez da noite, Bom Jesus é uma cidade que tá... pense numa cidade que está desenvolvendo... em todos os sentidos! (comunicação oral)³⁷.

Nesse ínterim, considera-se a atuação das ações em sistemas como elemento basilar para a conformação dos espaços construídos, territórios, evidentemente exposta pela intrincada malha de relações reais e virtuais, fundadas inicialmente pela providência direta do Estado ao abrir o espaço dos cerrados, espaços naturais, para o capital nacional e internacional. Pode-se considerar, portanto que, mediante as transformações recentes, o município de Bom Jesus transcende fronteiras projetando-se nacional e internacionalmente através do sistema de ações que se torna gradativamente mais complexo, agora conectado às redes virtuais de informação que atuam, desta maneira, orientando especulações sobre um possível futuro promissor, reforçando a idéia de valorização futura do espaço (MORAES; COSTA, 1984; MORAES, 2000). Nesse particular, concorda-se em que as ações, em

³⁶ COVER, I. L. Presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO). *Entrevista concedida a Márcia Regina de Araujo*. Bom Jesus, PI: 12 jan. 2006.

³⁷ COVER, I. L. Presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO). *Entrevista concedida a Márcia Regina de Araujo*. Bom Jesus, PI: 12 jan. 2006.

sistemas, operam distintamente, tanto em escala de realização quanto em escala de comando, tornando-se cada vez mais estranhas ao lugar onde se cristalizam (SANTOS, 2002). Portanto, assim como as redes materiais e imateriais fluem sobre o espaço, o componente simbólico das redes também trata de redesenhar espaços e paisagens, nos quais o município tem-se tornado palco onde atuam forças que perpassam escalas temporais e espaciais.

CAPÍTULO III

DE ESPAÇO NATURAL A ESPAÇO CONSTRUÍDO

A proposta desse capítulo consiste numa análise da transformação do espaço natural em espaço construído e, por extensão, a passagem de espaço construído a território, considerando a dinâmica da organização/reorganização do município de Bom Jesus, de modo a considerar a relação indissociável entre o meio físico, como base de sustentação para a vida, e as relações sociais, como práticas humanas de/em construção e de apropriação/dominação.

3.1 Urbanização extensiva e Brasil rural: a interseção do rural e do urbano no conjunto das transformações espaciais das regiões dos cerrados piauienses

A transformação em curso nos cerrados piauienses remete à dinâmica da transformação do espaço natural, ante a compreensão dos ecólogos, como sinônimo daquele “cuja reprodução e regeneração se concentram nos processos biológicos”, em espaço construído, focalizado no pensamento dos cientistas sociais, como aquele “onde a lógica da reprodução repousa na dimensão social” (MONTE-MÓR, 2002, p. 175). Pode-se dizer que, na perspectiva da construção do espaço, esta relação tende a negar a natureza natural e afirmar a natureza humanizada, pela produção histórica das relações sociais e pelo processo de complexificação sistemática do avanço técnico (SANTOS, 2002).

Nessa perspectiva, a força das relações sociais que constrói o espaço, edifica também múltiplas formas de relacionamento entre os seres sociais e o meio físico em que habitam. Nesse sentido, mediante a dinâmica das relações entre sociedade e meio físico, nem sempre harmônicas, é que se transforma o espaço natural em espaço construído, evidenciando relações profundas de poder. É aqui que se torna patente, além da transformação do espaço natural em espaço construído, a relação analógica entre espaço construído e território. Pode-se afirmar que, ante o exposto, a determinação histórica das relações sociais é que aproxima a idéia de espaço construído à noção de território posto que, como fato social, também é

resultado de ações humanas e está fundamentalmente ligado à dinâmica dos fluxos e do processo de avanço técnico que o (re)configura. Acrescente-se a isto que o espaço construído encontra-se, também, intimamente ligado à prática material do vivido, expressando a relação de propriedade e de poder de exclusão/inclusão (HARVEY, 1994), e evidenciando-se como objeto de domínio, apropriação e controle, além de anunciar, através do teor da sua construção, a identidade das ações, novos fluxos, que pronunciam a trajetória de mudanças, naquele espaço, agora constituído território.

Em se tratando da idéia de natureza natural, ou espaço natural, percebe-se que ela está para a noção de ecossistema, compreendido como “sistema aberto que inclui todos os organismos vivos presentes em uma determinada área e os fatores físicos, químicos e biológicos com os quais eles interagem” (MOUSINHO, 2003, p. 349), assim como a natureza humanizada, ou espaço construído nesse caso específico, está para a noção de agroecossistema, entendida no sentido da intervenção humana nos ambientes naturais através da produção agrícola (GUIVANT, 1994). Nessa proporção, e para esse trabalho, o avanço técnico é representado pela introdução dos ramos industriais na agricultura (GUIVANT, 1994, 2001), os quais a fizeram moderna, artificializando grande parte de suas etapas produtivas sem, contudo, romper definitivamente com a sua dependência frente ao processo natural de produção. Dessa forma, a cristalização e a extensão das ações humanas no campo, consubstanciadas pelo avanço técnico viabilizador da agricultura comercial, são analisadas sob o conceito de urbanização extensiva, apresentado por Monte-Mór (2004, 2002). Este conceito tem como pressuposto o processo de territorialização do capital que corresponde à industrialização tardia ou periférica no Brasil, impulsionado a partir do processo de substituição de importações, que vai desde o período Vargas até a sua segunda etapa no Governo Kubitschek, de maneira mais expressiva, em que o Estado passa a regular a relação capital/trabalho, investindo em infra-estrutura, garantia de meios de consumo coletivos e legislação trabalhista para a produção de força de trabalho, dentre outros (MONTE-MÓR, 2002, 2004). Em curso, estes acontecimentos redesenharam o espaço nacional à medida da incorporação do sistema capitalista no Brasil, numa perspectiva de dependência.

Assim, as cidades tornam-se os principais elementos espaciais a se reestruturarem mediante essa fase de dinamização econômica no Brasil. Logo, os desdobramentos desse processo atingem significativamente, além do espaço urbano, o rural que, a partir dos anos 70 do século XX passa a ser incorporado ao modo de produção capitalista via introdução de

processos industriais nas atividades agrícolas³⁸. Define-se, portanto, urbanização extensiva como “forma sócio-espacial que expande as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana” (MONTE-MÓR, 2004, p. 115). Assim considerado, esse padrão de urbanização extensiva pode constituir uma ameaça que levaria à perda da cidadania paralela à crescente urbanização, como querem alguns³⁹ ou, por outro lado, pode abrir-se para o ressurgimento de relações que a hegemonia industrial tem destruído, como as questões ambientais e sociais (MONTE-MÓR, 2002), questões que interessam diretamente a este trabalho.

O conceito de zona urbana, elaborado por Lefèbvre (1999 apud MONTE-MÓR, 2004) é fundamental para a compreensão do processo de urbanização extensiva, aqui entendido como uma unidade dialética entre o núcleo urbano e o tecido urbano. Assim, a zona urbana corresponde ao “estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, estabelecido dentro da cidade e controlando toda sua região de influência, provoca a ruptura da cidade” em dois momentos de implosão e explosão. Ao núcleo urbano, corresponde a implosão que equivale ao momento em que, sobre si mesma, passa a concentrar elementos determinantes de apoio à produção industrial, seja no âmbito financeiro, de gestão ou de serviços. De outro modo, a cidade “‘explode’ sobre o seu espaço circundante através do tecido urbano, forma e processo sócio-espacial que se estende para além da cidade e arredores para, eventualmente, atingir todos os espaços regionais, nacionais e, eventualmente, mundial” (MONTE-MÓR, 2004, p. 114).

Merece, porém, lugar de destaque para nesse trabalho a segunda parte relacional da zona urbana, o tecido urbano. Ele se relaciona à extensão do conjunto de manifestações da cidade, numa perspectiva espacial que ultrapassa o núcleo urbano, que dissemina e amplia o alcance das relações estabelecidas anteriormente na cidade, passando a se realizar nos espaços rurais, onde modifica a dinâmica das relações e da fisionomia, paisagem, entre o espaço urbano e o espaço rural (LEFÈBVRE, 1999 apud MONTE-MÓR, 2004). Portanto, objetos que hoje figuram em alguns espaços rurais derivam da expansão do tecido urbano.

Não se deve, no entanto, considerar a urbanização extensiva e a dilatação do tecido urbano, numa perspectiva homogênea, em todos os municípios brasileiros, assim instituídos. Embora a noção de urbanização extensiva seja fundamental para se apreender a dinâmica da

³⁸ Assunto tratado no Capítulo II, item 2.1.

³⁹ O autor cita Bookchin (1987) sobre este aspecto (MONTE-MÓR, 2002, p. 178). Paralelo a isto, Veiga (2003, p. 57) chama atenção para a perda de “parcos benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios”.

reorganização do espaço do município de Bom Jesus a partir da expansão da fronteira agrícola para os cerrados piauienses, convém admitir que se imprime no espaço e nas novas relações sociais emergentes do município, de maneira contraditória e complementar, o chamado Brasil rural, como aludido por Veiga (2001, 2003), seja pelos resquícios dos antigos hábitos rurais que engendraram aquele município, seja pela emergência da agropecuária globalizada, na contemporaneidade, expandindo-se no espaço urbano.

Incentivando esta discussão, Veiga (2003) apresenta a idéia do que denominou “cidades imaginárias” quando se reporta ao suposto grau de urbanização do Brasil que, segundo o IBGE, no ano de 2000, atingiu a marca de 81,2%. Para isto, o autor questiona a metodologia empregada pelo citado Instituto e as instituições⁴⁰ que levam qualquer sede de município como apta a caracterizar-se como cidades, e defende a consideração da artificialização dos ecossistemas, via “pressão antrópica”, como mensurador/delimitador efetivo do grau de urbanização dos territórios. Esta medida teria a pretensão de se firmar como alternativa à herança varguista do Decreto-lei 311/38. Assim sendo, “O Brasil é menos urbano do que se calcula” (VEIGA, 2003, p.63), e mais rural do que se pretende, com uma taxa de urbanização que pode cair para 70%, caso se considere urbano o município com mais de 20 mil habitantes, e assim sucessivamente, sempre numa relação inversamente proporcional.

Mediante a tentativa de aproximação ao pensamento do autor supracitado acerca do Brasil rural, no intuito de apreender o curso das transformações que se insinuam na região pesquisada, acredita-se ser a artificialização dos ecossistemas o fator limitante para a definição da urbanização do município, pois a ação antrópica dizimadora de ecossistemas na região de cerrados pertence ao ramo de atividades agrícolas, dinamizadas pela introdução dos ramos industriais no processo produtivo agrícola, conforme comentado acima. Nesse sentido, salienta-se que o poder tecnológico utilizado para o desempenho da atividade agrícola moderna tem dispensado sempre cada vez mais a presença direta de pessoas onde se instalam. Assim, considera-se a antropização ou a artificialização do espaço natural do município eminente uma vez que, a cada dia, a ação humana se dá efetivamente mesmo sem a presença direta de um amplo conjunto de pessoas no espaço considerado. Ademais, a acumulação de conhecimentos, transformada em elementos concretos, intencionalmente tem sua potência maximizada a cada lançamento de novas tecnologias, autonomizando esses elementos e

⁴⁰ Veiga critica o “atual” parâmetro de configuração territorial no Brasil, que data de 2 de março de 1938, pelo Decreto-lei 311, e que considera cidade toda sede de município. Acrescenta, ainda, que este parâmetro incorre em graves distorções e cita o exemplo da cidade gaúcha de União da Serra, na qual o Censo Demográfico de 2000 contou 18 habitantes, apenas (VEIGA, 2003).

reduzindo a quantidade de pessoas para dirigi-los. Isto significa que um município de grande extensão territorial, cuja área é de 5.469,16 km², e com uma reduzida densidade demográfica, 2,9 hab/km² pode, efetivamente, maximizar a artificialização da natureza, através do poder do avanço da técnica.

Diante das questões relativas à tese da urbanização extensiva, e à da afirmação do Brasil rural, a relação cidade-campo aparece como relevante à reflexão da reorganização do espaço do município, o que permite enveredar pela questão ambiental necessária ao debate do tema do desenvolvimento que se expressa, entre outras coisas, pela passagem do espaço natural ao espaço construído, necessariamente embutida na construção das idéias de urbanização extensiva e do Brasil rural, quando o foco de diferenciação entre rural e urbano tem o seu limite na consideração da artificialização dos ecossistemas, mediante pressão antrópica (VEIGA, 2003). Entende-se, pois, que o limite entre o urbano e o rural surpreende a cada tentativa de diferenciação, evidentemente pela rede de ações humanas deslocadas no tempo e no espaço que hoje se encontram, de certa maneira, distante de seu controle. Sendo assim, é flagrante a presença simultânea e contraditória das tramas do tecido urbano e das marcas do rural no município em apreço.

A territorialização do capital reorganiza o espaço em Bom Jesus, gerando a antropização do seu espaço natural, dando origem a impactos ambientais e sociais negativos, contemporâneos da dinâmica territorial que move as novas relações em construção. Para este fim, pretende-se analisar a dinâmica territorial, no que se refere aos avanços dos grandes projetos agropecuários no município, compreendendo-os como elementos da urbanização extensiva e, desta maneira, por estarem relacionados à malha de negócios diversos representativos da cadeia produtiva dos grãos que se instalam no município. Esses novos elementos que ali se instalam, longe de se pretenderem homogêneos, evidenciam os efeitos seletivos da territorialização do capital em rede pelos espaços, através da criação e recriação de paisagens diversas.

Parte-se do pressuposto de que o espaço é um produto social, um artefato, e a sua produção consubstancia-se em uma base física de sustentação, o meio natural (ISNARD, 1984). Nessa direção, os cerrados, compreendidos como a base física de sustentação para a reprodução da vida, têm sido tocados pelo progresso técnico alcançado, fator que tem desencadeado crises ecológicas de amplo espectro, no âmbito social e natural, comprometendo a capacidade regenerativa do meio natural e, em consequência, a deterioração da condição da própria vida humana. Ganha relevo, no contexto, a necessidade de conhecimento e compreensão da lógica natural dos cerrados, ecossistema em que se

desenvolvem as mais diversas e variadas formas de apropriação, domínio e controle da natureza, em tempos e espaços simultâneos, porém específicos.

3.2 De ecossistema a agroecossistema: os cerrados piauienses como celeiro agrícola.

Além de constituírem o segundo maior bioma do Brasil (Figura 12), ficando atrás apenas da Amazônia, os cerrados constituem-se na mais rica biodiversidade do mundo (KLINK et al., 2002), com uma área representativa de 2 milhões de km², cerca de 25% do território brasileiro (ALHO; MARTINS, 1995; IBAMA, 2002). Localizado predominantemente no Planalto Central, estende-se, aproximadamente, entre 5° e 20° de latitude sul, e entre 45° e 60° de longitude oeste, abrangendo os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal. Essa larga amplitude latitudinal e a heterogeneidade espacial, espelham um mosaico de diversidade vegetal (ALHO; MARTINS, 1995), o que contradiz a tese do mito da homogeneidade florística (CASTRO; MARTINS, 1999).

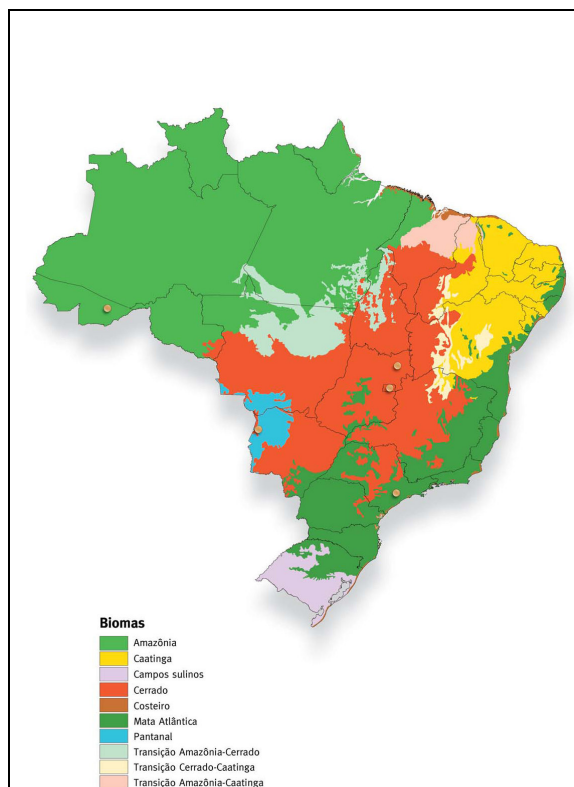


Figura 12. Biomas brasileiros.

Fonte: Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/publicacoes/relatorio2003/biomas.htm>. Acesso em: 05 jul. 2005.

Apresentando uma flora areal⁴¹, portanto não homogênea, os cerrados brasileiros encontram-se divididos em oito grupos⁴² e subdividem-se em três supercentros limitados por duas barreiras climáticas: o polígono das secas e o polígono das geadas, e das cotas altimétricas de 400-500 e 900-1.000m de altitude média. Os cerrados do Sudeste meridional, os cerrados do Planalto Central e os cerrados do Nordeste, constituem supercentros que, embora apresentem diversidade vegetacional, edáfica e climática devido às cinco sub-regiões climáticas das quais sofrem influência, como a área norte (Amazônica), a área nordeste (caatinga), a área atlântica sul (mata atlântica), a área continental sul (polar), e o núcleo central (ALHO; MARTINS, 1995), apresentam um padrão florístico lati-altitudinal (CASTRO; MARTINS, 1999). Klink et al. (2002) acrescenta que as bacias hidrográficas do Amazonas, Tocantins, Paraná, Paraguai São Francisco e Parnaíba, onde os cerrados se espalham, também influenciam na sua diversidade.

A formação vegetal que se apresenta nos cerrados é contrastante, o que compõe sua principal característica fisionômica e estrutural. Basicamente, as formas de vida se apresentam

⁴¹ Característica para cada área (CASTRO; MARTINS, 1999).

⁴² Grupos que compõem os cerrados, classificados com base em comparação florístico-geográfica de amostras de cerrado, de espécies lenhosas: arbustos e árvores.

como lenhosas: as árvores e os arbustos, e herbáceas: caso particular das gramíneas. A proporção relativa a estas duas formas varia de acordo com a disponibilidade de água e fogo⁴³ (KLINK et al., 2002). A savana considerada mais rica do mundo é composta por “formações abertas (campo limpo, campo-sujo, campo cerrado e campo rupestre) e [...] formações florestais características (vereda, mata de galeria, cerradão e mata mesofítica)” (IBAMA, 2002, p. 390). Os cerrados são compostos por uma flora densamente utilizada para fins alimentícios, medicinais, na produção de cortiça, fibras, óleos, para artesanato e para decoração (ALHO; MARTINS, 1995), embora na atualidade a integridade da sua cobertura vegetal esteja sofrendo intensa antropização, o que perfaz cerca de dois terços de sua área total (IBAMA, 2002).

No que concerne à composição dos solos, são originários de rochas antigas, com idades em torno de 570 milhões a 4,7 bilhões de anos. Apresentam-se como solos profundos em uma considerável parcela (46% do total), são bem drenados caracterizam-se por leves inclinações menores que 3%. De um modo geral, possuem uma coloração avermelhada por se constituírem de considerável quantidade de argilas e óxidos de ferro. São também ácidos, em 90% do seu total (distróficos), com baixa concentração de matéria orgânica e nutrientes, por isso pouco férteis e com alta concentração de ferro e alumínio. Acrescenta-se que a baixa fertilidade pode ser agravada pelas chuvas que, em razão de sua força e concentração, “carreiam o cálcio para as profundidades do solo, aumentando a deficiência deste nutriente junto à superfície cultivável” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 14), o que pode culminar tanto na limitação do crescimento de plantas nativas como também das culturas introduzidas (ALHO; MARTINS, 1995).

A condição climática, também considerada uma variável determinante para a riqueza da biodiversidade deste bioma, é caracterizada como do tipo tropical estacional, com precipitação média anual de 1.500 mm, com chuvas concentradas nos meses de outubro a março, em 90% das ocorrências, caracterizando duas estações distintas, a seca e a chuvosa. Na estação seca, a umidade relativa do ar é baixa e a evaporação é alta, não ocorrendo chuvas no período de alguns meses. Nessa situação, encontram-se cerca de 67% dos cerrados onde a esta estação pode durar de 5 ou 6 meses, sempre variando conforme a sub-região climática que lhe influencia. Na estação chuvosa, a irregularidade das chuvas pode provocar o que se conhece como veranicos, períodos curtos de estiagem seguidos de períodos de chuvas

⁴³ A disponibilidade de água favorece a existência de formas lenhosas. Já nas áreas susceptíveis ao fogo, pode ocorrer a fisionomia graminosa pelo fato de certas espécies herbáceas possuírem meristemas subterrâneos, o que lhes confere resistência às queimadas (KLINK et al., 2002).

intensas. Em termos pluviométricos, os cerrados se posicionam entre a Amazônia e a caatinga, pois 86% da sua área de cobertura recebem 1.000mm e 2.000mm de chuva por ano. Pela grande abrangência lati-altitudinal, possuem duas temperaturas médias distintas: ao sul, média de 22°C, e ao norte, média de 27°C (ALHO; MARTINS, 1995).

De um modo geral, os estudos sobre os cerrados têm permitido dois tipos de conceituação, um fisionômico e um florístico. De acordo com Alho e Martins, a conceituação moderna abrange aspectos florísticos e fisionômicos da vegetação. Logo, entende-se que este bioma é “constituído por diversos tipos de vegetação savânica que diferem entre si pela abundância relativa de espécies rasteiras e espécies de árvores e arbustos (COUTINHO, 1978 apud ALHO; MARTINS, 1995, p. 14), abrangendo desde formas campestres (campo limpo) até formas florestais (cerradão)” (ALHO; MARTINS, 1995, p. 14).

A riqueza acima descrita acerca dos cerrados, tradicionalmente foi sendo incorporada aos modos de vida das populações tradicionais dessa região. Têm sido congruentes os estudos realizados que dão conta da importância e dos sistemas de uso deste bioma para a reprodução da vida daqueles que sempre habitaram a referida região. Nesse sentido, “a exploração de culturas alimentares e de fibras (algodão), criação de pequenos animais e [...] [a] utilização coletiva das chapadas (cerrados) para a coleta, caça e criação de gado ‘na solta’ [...] a coleta de frutas ricas em proteínas e vitaminas, plantas medicinais, madeiras-de-lei, fibras para linhas de pesca, esteiras, cipós, coberturas de casas, etc” (DAYRELL, 1993, p. 75 apud MORAES, 2000, p. 236), dão idéia da incorporação da natureza pelas populações tradicionais espelhando os saberes⁴⁴ tradicionalmente construídos mediante sua experiência de vida, o que Moraes (2000) chamou de modo de vida.

Ante o exposto, até a década de 70 do século XX, os cerrados não constituíam espaço para o desenvolvimento da agricultura comercial de larga escala. No entanto, a partir do avanço técnico vislumbrou-se a sua incorporação no circuito internacional de produção como maneira de satisfazer à demanda internacional por alimentos e, em extensão, pela possibilidade de balancear a dívida externa construída ao longo dos anos no Brasil. Desde então, os cerrados vêm sendo alvo da ocupação massiva voltada para a maximização da produção e da produtividade. Diversos autores como Moraes (2000), Haesbaert (1995), Mendonça e Rainha (2004), Alves (1997, 2000, 2004), Brito et al. (2004), Monteiro (2002), têm direcionado sua atenção para os impactos ambientais e sociais promovidos pela

⁴⁴ Compreende-se saber tradicional como saberes acumulados pelas populações tradicionais sobre “os ciclos da natureza, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, de pesca sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou período do ano, visando a conservação das espécies” (DIEGES, 1996, p. 69).

incorporação dos cerrados pela agricultura moderna⁴⁵, modelo agrícola causador de graves danos, como o comprometimento do solo pela erosão, esgotamento dos recursos hídricos devido à irrigação descontrolada, além de problemas relacionados ao uso desmedido de fertilizantes químicos e agrotóxicos⁴⁶, o que compromete o ecossistema e até mesmo a prática agropecuária, no sentido dos cerrados como recurso natural (IBAMA, 2002).

No que tange aos cerrados como suporte de reprodução de vida, e aos impactos sociais, Moraes (2000) alerta para a crise ecológica vivenciada pelas populações camponesas nos cerrados do sudoeste piauiense decorrente do processo de modernização agrícola baseado no cultivo da soja, iniciado a partir dos anos de 1980, que exclui tais populações, tem gerado “conflito entre a monocultura dos grandes projetos agropecuários nas chapadas, e a policultura camponesa, que articula os usos dos *baixões* ao uso das *chapadas*”. A autora acrescenta que este conflito está expresso nos sistemas de apropriação da terra e outros recursos naturais, bem como “nos sistemas de classificação e uso dos recursos naturais” (MORAES, 2000, p. 248, grifo no original).

No caso do município de Bom Jesus, o curso das transformações traduz o distanciamento entre alguns dos efeitos do chamado processo de desenvolvimento e a expectativa dos pequenos produtores em relação a essas transformações. Assim, a difícil situação vivenciada pelos trabalhadores rurais é evidenciada quando se afirma que “os trabalhadores não têm condições financeiras que permitissem abrir o espaço do cerrado”⁴⁷, o que não ocorre com os grandes proprietários. Em sua maioria estes, quando adquirem as vastas áreas do cerrado, vão “resumindo” a área utilizada pelos pequenos produtores, acabando, segundo relatos locais, com o direito dos pequenos produtores de realizarem o seu “criatório” nas chapadas, pois como não podiam usar o pasto, “eles cria[va]m nativo”.

Dentre os supercentros referidos por Castro e Martins, os cerrados piauienses situam-se no Grupo NE, cerrados do Nordeste, que correspondem àqueles de baixa altitude, em torno de 0 a 500 m (CASTRO; MARTINS, 1999). Para fins de caracterização ecológica, os cerrados piauienses apresentam-se em áreas marginais⁴⁸ contínuas (ou distais⁴⁹) de cerrado, e

⁴⁵ Se por um lado, a vasta produção científica aponta para os impactos sócio-ambientais causados pela agricultura moderna, por outro, e numa tentativa de validar a exploração em curso nos cerrados piauienses, está o discurso oficial do Estado do Piauí, que afirma que os maiores impactos ambientais presentes na bacia do rio Gurguéia derivam da atividade desenvolvida pelos pequenos produtores, desde épocas remotas. Palestra proferida durante o I Fórum do Agrocerrados, no Município de Bom Jesus – PI, no dia 15 de julho de 2005.

⁴⁶ Recentemente a intoxicação de trabalhadores rurais por agrotóxicos foi noticiado pelos jornais do Piauí.

⁴⁷ Moraes (2000) refere a esse processo, do ponto de vista de camponeses e camponesas como tentativa de entrar no “negócio do cerrado”.

⁴⁸ Marginais, não como “espécies acessórias” (RIZZINI, 1963), mas denotando a sua “distribuição nas margens do espaço geográfico ocupado pelos cerrados brasileiros, sem nenhuma ligação com a qualidade da flora ou das espécies, isto é, com aspectos de oreabilidade” (CASTRO; MARTINS, 1999, p. 158).

estendem-se por uma área de 11.856.866 ha, o que corresponde a 5,9% dos cerrados do Brasil e a 36,9% do cerrado no Nordeste (CASTRO; MARTINS, 1999). Equivalem ao cerrado *sensu lato*, distribuídos em áreas de domínio e área de transição ou ecótono, 8.349.759 hectares (70,4% do total dos cerrados piauienses) e 3.507.107 hectares (29,6%), respectivamente (CEPRO, 1992 apud CASTRO; MARTINS, 1999, grifo no original). Em se tratando de área de abrangência, as estimativas apontam que 47,3% do território piauiense são de área de cerrados, distribuindo-se entre as latitudes de 3°58' a 8° 51'S, longitudes de 41°43' a 45°15'W e altitudes de 70 a 430 m (CASTRO; MARTINS, 1999).

Quanto à caracterização vegetacional,

No Piauí, nas áreas de transição, há contatos dos cerrados com a caatinga, carrasco, mata seca decídua, mata estacional subdecídua, mata de babaçu, carnaubal, mata ripícola, ou com um complexo vegetacional denominado de “complexo de Campo Maior”, que é formado por um mosaico de vegetação composto por “campo cerrado, savana de **Corpenicia**, campos periodicamente inundáveis e/ou vegetação de parque” (CASTRO et al. 1998 apud CASTRO; MARTINS, 1999, grifo no original).

Os solos dos cerrados piauienses associam-se à sazonalidade hídrica na presença de concreções, plintita (laterita), variando do cinza claro ao amarelo. Podem, ainda, estar associados às variações do lençol freático, por isso nem sempre se apresentam bem drenados, podendo ainda apresentar deficiência no teor de cálcio (CASTRO; MARTINS, 1999).

As temperaturas médias anuais estão em torno de 26,3°C a 27,0°C, com as precipitações anuais que variam de 1.217 a 1.709 mm e as deficiências hídricas anuais, de 365 a 560 mm. As chuvas se distribuem irregularmente, concentrando-se nos meses de dezembro a abril. O clima⁵⁰ caracteriza-se por ser subúmido seco a subúmido úmido (CASTRO; MARTINS, 1999).

Especificamente para o município em estudo, as condições ambientais dão conta de uma cobertura vegetal primitiva, caracterizada pelas formações vegetais distribuídas no sentido oriental-ocidental. Segundo esta orientação, há diferentes categorias de cerrados: cerrado denso; cerradão, entre 400 e 500 m de altitude; caatinga arbustiva com elementos de

⁴⁹ Distais “refere-se ao fato de que estes cerrados são a continuação fisionômica e estrutural dos cerrados do Planalto Central de forma contínua, diferentemente da forma ‘disjunta’ como se encontram os cerrados marginais no Sudeste meridional (São Paulo), determinados que foram por questões antrópicas” (CASTRO; MARTINS, 1999, p. 158).

⁵⁰ Sobre o método de classificação climática ver Castro e Martins (1999).

cerrado, distribuídas pelas margens do rio Gurguéia; cerrado denso estendendo-se pela superfície da serra do Uruçuí; e cerradão ao longo do rio Uruçuí Preto (IBGE, 1984). Ressalta-se que esta cobertura vegetal vem sendo gradativamente modificada pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias.

A representatividade florística decorrente da associação entre características edafoclimáticas estão diretamente associadas aos solos profundos, pouco profundos a profundos e solos rasos. Respectivamente, estes solos apresentam gradual propensão à erosão, conforme sua profundidade e componentes que os constituem. Dessa forma, os solos profundos contêm elevado teor de óxido de ferro, são bem drenados e por esta razão, lixiviados; os solos pouco profundos a profundos são “ácidos e saturados com alumínio, com propriedades químicas que expressam baixa fertilidade natural” (IBGE, 1984), correspondem a latossolo vermelho + amarelo + podzólico vermelho-amarelo + areia quartzosas; e os solos rasos caracterizam-se por possuírem maior saturação de alumínio, também denominados de solos litólicos.

Por constituírem grande incapacidade produtiva natural, por motivo da baixa fertilidade, as técnicas modernas de produção agrícola têm propiciado a minimização destas limitações naturais, como é o que ocorre quando se pratica a correção do solo, por meio de produtos que garantem a diminuição do Ph do solo, tornando-o propício ao cultivo. A produção agrícola em Bom Jesus é assim viabilizada mediante a utilização de calcário, elemento químico que reduz a acidez do solo. Recentemente, registra-se a descoberta de jazidas de calcário nas imediações, principalmente no município de Santa Filomena, que vêm sendo exploradas, de acordo com depoimentos de moradores locais, pelos grandes produtores da região, com o fim de explorar essas jazidas e complementar a importação desse mineral de outros centros produtores.

Em se tratando de fenômenos climáticos, a variabilidade das precipitações contribui para o planejamento das atividades humanas sobre o meio ambiente e, principalmente, as atividades agrícolas que não prescindem desse fator. Tradicionalmente, no Nordeste, as precipitações são percebidas como indicativos para a alternância das estações do ano que, popularmente, são classificadas em estações secas e chuvosas. Acredita-se que essa percepção pode estar relacionada ao fato de que a região situa-se na área tropical do planeta, faixa equatorial e de baixas latitudes, local de grande variabilidade de precipitações, onde estas ocorrem com mais intensidade no verão e, no inverno, apresenta-se como uma estação relativamente seca (AYOADE, 1998). Assim, no município de Bom Jesus, por situar-se nesta referida região, as estações são classificadas em seca e chuvosa.

A estação seca, mais prolongada, tem duração de aproximadamente 8 meses agrangendo os meses de maio a outubro, estendendo desde o outono, inverno e parte da primavera, momento em que se registra o menor índice do total anual de precipitação, com apenas 8%. Nesse período, os totais pluviométricos variam entre 500 a 200 mm, podendo ocorrer grandes períodos de seca. A estação chuvosa, por sua vez, tem curta duração, entre 4 e 5 meses, e ocorre nos meses de novembro a abril, atravessando parte da primavera, verão e início do outono, uma vez que, nos meses de janeiro até abril apresenta-se a maior incidência de chuvas. Os totais pluviométricos nos anos mais chuvosos podem alcançar cerca de 1.000 a 1.500 mm (IBGE, 1984). Nesse município, a condição climática é marcada, predominantemente, pelo tipo tropical megatérmico e semi-árido, principalmente caracterizado pela irregularidade das chuvas. Quanto às médias térmicas, as temperaturas anuais oscilam em torno de 25 a 26°C, com amplitude em torno de 2°C em média, embora, na estação mais quente, as temperaturas máximas diárias possam chegar a 40°C⁵¹.

São nessas condições ambientais que repousa o município, sobre uma “superfície modelada em rochas sedimentares antigas, bastante dissecada pelas bacias dos rios Gurguéia e Uruçuí Preto”. Às margens desses rios, assentam-se grandes baixões “com uma topografia suavemente ondulada e dissecada em formas tabulares” (IBGE, 1984, p. 03). Os “baixões” constituem lugar de vivência dos pequenos produtores, onde desenvolvem as atividades agrícolas para sua reprodução e para o abastecimento da cidade. Em uma experiência mais ampla sobre a lógica de uso dos “baixões” para os camponeses e camponesas dos cerrados do sudoeste do Piauí, Moraes (2000) relata o modo de vida camponês, nas dimensões das práticas, símbolos, categorias e regras construídas por estas populações através do que chamou de sistema tradicional de intervenção na natureza, quando constatou uma prática baseada na agricultura de aprovisionamento material, com base na roça-de-toco. A compreensão da lógica dos “baixões” e das “chapadas” permitiu ir de encontro com o discurso do vazio (MORAES, 2000) que visa justificar a incorporação/uso destes últimos espaços para a moderna agricultura, marginalizando as populações tradicionais locais.

Os sistemas de intervenção na natureza (MORAES, 2000), tanto para o grande quanto para o pequeno produtor, são considerados sob a ótica dos sistemas de uso do solo, envolvendo o espaço rural no âmbito das atividades desenvolvidas (principais culturas) e práticas agrícolas (tradicionais ou tecnificadas), e no âmbito da estrutura fundiária (número e área dos estabelecimentos rurais). No caso do espaço urbano, o uso do solo será considerado a

⁵¹ Foi noticiado na imprensa nacional os registros de altíssimas temperaturas médias no município, chegou a 43°C, de acordo com os jornais locais, as altas temperaturas tem a ver com o desmatamento.

partir do aspecto da expansão da mancha urbana, questão a ser tratada no item seguinte.

Observou-se que os aspectos relativos à topografia são imprescindíveis para a compreensão dos sistemas de uso dos solos pelos pequenos e grandes produtores. Na região dos cerrados piauienses, a lógica dos usos dos baixões e das chapadas (MORAES, 2000), no ponto de vista multitemporal, comporta uma discussão sobre a (re)organização do espaço nos cerrados piauienses e, neste caso específico, sobre a reorganização do espaço do município de Bom Jesus. Vale ressaltar que, a partir da incorporação das áreas de platôs para a agricultura moderna, os usos daquele espaço foram profundamente alterados, até mesmo proibidos, alterando o modo de vida e os meios de provimento da família do pequeno agricultor. Nessa narrativa, a categoria “chapada” é substituída por “cerrado”, como se pode notar a seguir:

Aqui tem esse problema do cerrado e dos baixões. O trabalhador rural ele mora dentro dos baixões, primeiro de tudo, ele não tem condições financeiras que pudesse abrir o espaço do cerrado, e segundo, os fundiários vão chegando, que é o que eu falei no anterior, vão conseguindo os contrato com o governo, e vão... é... descendo, os trabalhador rural, porque nós temos, tem muitas vantagem o cerrado, principalmente pro seu pequeno criatório, se é que eles não podem usar o pasto, quanto tem o criatório, eles criam nativo. E... essa parte os trabalhador... os fundiários que vão se apossando do cerrado, claro que eles vão resumindo e acabando é.... aqueles direito que o trabalhador rural tem é... ter o seu criatório, certo? (comunicação oral⁵²).

Consideram-se platôs ou chapadas, como os da Serra do Quilombo, por exemplo, aquelas áreas mais propícias ao desenvolvimento da atividade agrícola mecanizada devido a sua topografia plana. A incorporação desses ramos industriais no espaço rural tem determinado o ritmo de apropriação e de transformação do espaço natural dos cerrados em espaço construído de maneira mais dinâmica e acelerada. Uma análise multitemporal das imagens dos satélites TM/LANDSAT 5, ETM+/LANDSAT 7 e CCD/CBERS-2, respectivamente nos anos de 1990, 2000 e 2004 (Figura 13), atesta o avanço desse processo de antropização sobre esse ecossistema. Nessas composições coloridas, observa-se claramente no sentido oeste do contorno do mapa do município uma área na coloração magenta, que se amplia com maior intensidade nos anos de 2000 e 2004.

⁵² SOARES, A. A. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus - PI. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.

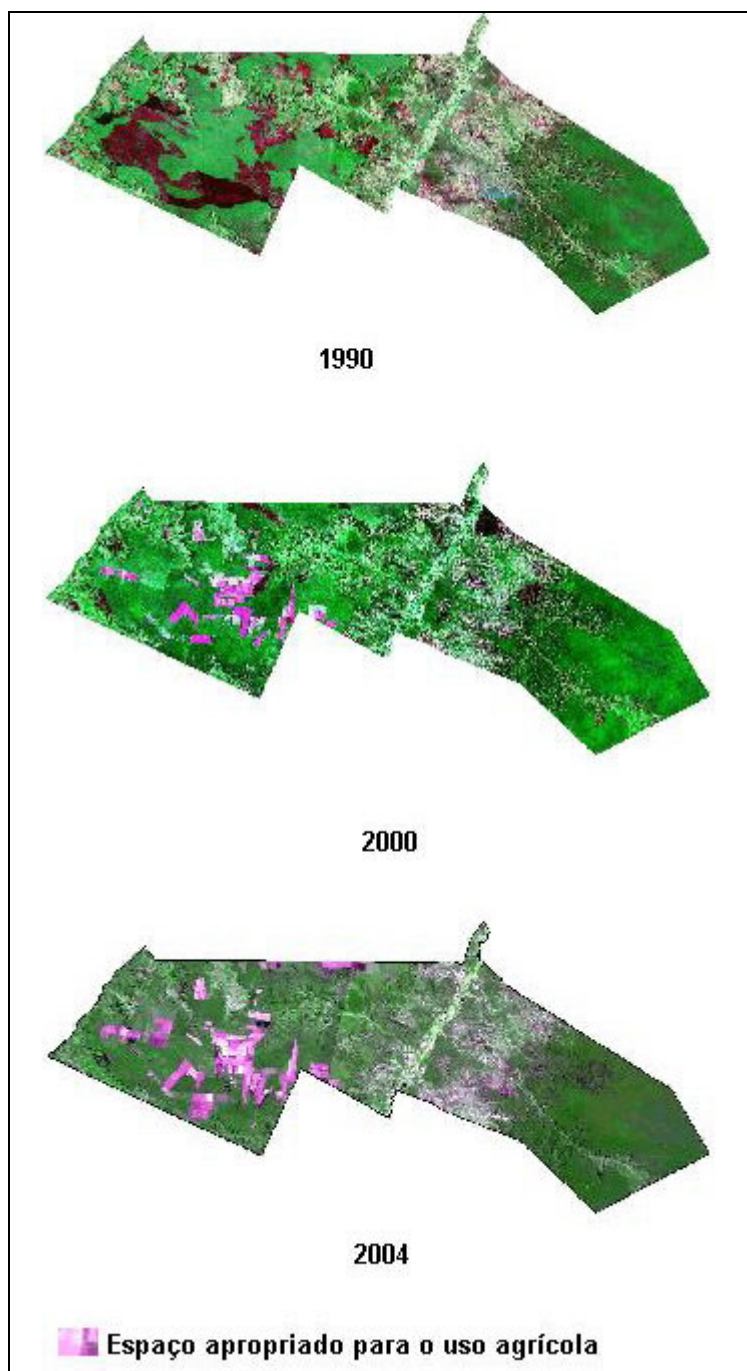


Figura 13. Expansão do espaço construído na área de cerrados de Bom Jesus – PI, nos anos de 1990, 2000 e 2004.
Fonte: INPE, cedidas pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI.

Na área em foco, o platô da Serra do Quilombo é utilizado para a lavoura da soja e área preparada para lavoura. Ainda nesta oportunidade, podem-se demonstrar as feições do relevo da região, observando-se ao fundo as áreas de vazantes, ou os chamados baixões, entrecortados por riachos menores e pelo rio Gurguéia, em destaque, que corta o município no sentido sudoeste-nordeste, conforme detalhe na Figura 14.

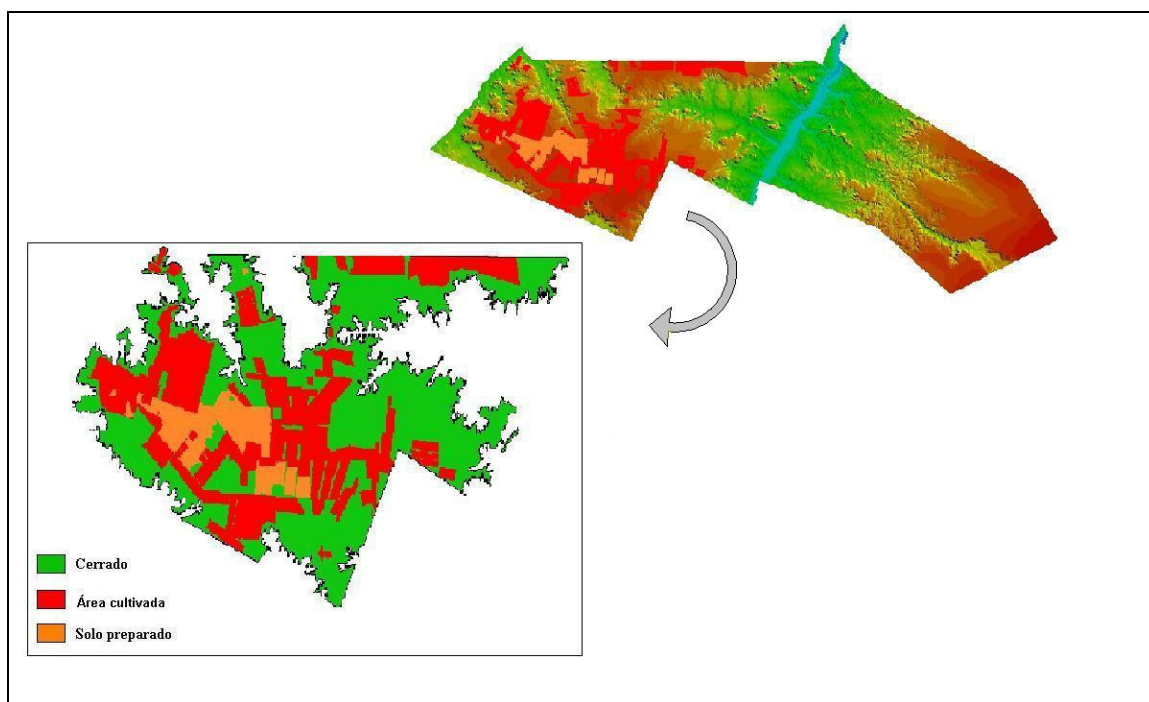


Figura 14. Uso do solo dos cerrados para cultivo no ano de 2004.

Fonte: INPE, cedidas pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR/PI.

Além da soja, o arroz é o produto que divide os espaços dos cerrados bonjesuenses com os remanescentes das espécies nativas. A cultura de arroz, considerada preparatória para a produção da soja, tem perdido espaço no cenário produtivo municipal. A principal causa da perda de espaço é o fato de que o arroz ser uma cultura preparatória para a soja. Assim, com acréscimo da área plantada de soja ocorrerá o decréscimo da área destinada à rizicultura.

Verifica-se, assim, que no período compreendido entre os anos de 1997 e 2000, houve o aumento na incorporação da área produzida, de 5.805 hectares para 10.242 hectares, com o vertiginoso salto da produção em toneladas, de 5.584 a 18.277, respectivamente. No entanto, a partir de 2000 até 2003, ocorre um decréscimo tanto na área, para 3.190 hectares, quanto na produção, que declinou para 5.669 toneladas (Tabela 1).

Tabela 1 - Área e produção da cultura de arroz e soja, no Nordeste, Piauí e município de Bom Jesus-PI, no período de 1997 a 2005.

cont.

Região / UF / Município	Culturas	1997		1998		1999		2000		2001	
		Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)
Nordeste	Arroz	700.296	987.982	711.557	739.249	760.874	1.193.778	794.861	1.320.856	726.799	977.751
	Soja	585.108	1.275.616	727.243	1.528.306	779.133	1.641.753	847.076	2.063.859	966.165	2.026.998
Piauí	Arroz	145.589	139.462	144.924	85.319	160.369	229.797	170.643	246.981	158.956	163.178
	Soja	18.780	40.520	27.152	49.864	32.217	82.741	40.004	100.963	62.729	128.315
Bom Jesus	Arroz	5.805	5.584	6.164	9.051	8.295	17.793	10.242	18.277	10.129	14.688
	Soja	-	-	1.050	1.890	1.385	3.318	1.440	3.454	6.777	16.848

final

Região / UF / Município	Culturas	2002		2003		2004		2005	
		Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)
Nordeste	Arroz	727.461	928.830	724.483	1.099.113	785.543	1.174.559	817.785	1.188.197
	Soja	1.125.225	2.117.026	1.242.515	2.525.363	1.321.505	3.659.065	1.441.161	3.959.940
Piauí	Arroz	155.959	89.917	140.260	195.617	165.436	169.485	180.005	228.192
	Soja	86.935	91.014	116.613	308.225	159.281	388.193	198.547	559.545
Bom Jesus	Arroz	7.671	1.893	3.190	5.669	3.440	4.827	5.191	11.746
	Soja	12.582	8.494	18.500	49.770	21.866	60.295	24.429	77.446

Nota: Os dados referentes ao ano de 2005 são preliminares, segundo o IBGE.

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal dos anos de 1997 a 2005

A soja, porém, apresenta-se nesses dados a partir do ano de 1998, já até então não foram disponibilizados números referentes à produção em estágio inicial, com uma área de 1.050 hectares e uma produção de 1.890 toneladas. O salto da produção da soja na região contrasta com o declínio da cultura do arroz. Em 1999, a produção já atingia a marca de 3.318 toneladas, saltando para 49.770 toneladas no ano de 2003, com uma área plantada de 18.500 hectares. Segundo os dados disponíveis para a safra 2004, a área produzida atingiu 21.866 hectares, com produção de 60.295 toneladas (Figura 15, 16, 17 e 18). Ultimamente, para a safra 2005, os números dão conta de 24.429 hectares de área plantada, com a respectiva produção de 77.446 toneladas, segundo os dados do IBGE dos anos de 1997 a 2005.



Figura 15. Serra do Quilombo: início do processo de ocupação dos cerrados.
Fonte: Gomes (1994).



Figura 16. Processo de construção do espaço: os primeiros desmatamentos da serra do Quilombo para o plantio.
Fonte: Gomes (1994).



Figura 17. Plantio de soja, serra do Quilombo em 2004.
Fonte: PIAUÍ (2004a).



Figura 18. Máquinas agrícolas no campo: serra do Quilombo.
Fonte: PIAUÍ (2004b).

A Tabela 1 ainda disponibiliza informações que apontam para a progressiva inserção

do espaço piauiense nos circuitos espaciais de produção da soja. No ano de 1997, a área produzida estava circunscrita a 18.780 hectares, mais que duplicando os espaços incorporados à produção três anos mais tarde. Atualmente, a área plantada aumentou mais de dez vezes, chegando a 198.547 hectares no ano de 2005. A produção também tem acompanhado esse crescimento exponencial e, de acordo com a Fundação CEPRO (2003), a região de cerrados piauienses conta ainda com 5 milhões de hectares aptos para o desenvolvimento da agricultura intensiva e mecanizada de grãos, destacando-se a soja e o arroz.

Esses valores dão uma idéia de como se redesenha o espaço do município de Bom Jesus dentro da lógica da construção/reconstrução do espaço, na região de chapadas, eminentemente produtoras da monocultura, na atualidade. Outros usos eram desenvolvidos anteriores à inserção dos cerrados piauienses na agricultura globalizada. Dentre esses usos, as áreas de chapadas eram utilizadas para o desenvolvimento do criatório de animais à solta pelos camponeses, como relataram diversos moradores antigos com os quais se manteve contato, e como aponta Moraes (2000).

Em outro espaço de vivência na região dos cerrados piauienses, o uso do solo não se dá pela monocultura, como ocorre nas chapadas. A diversidade de produtos cultivados pelos moradores do vale do Gurguéia, áreas conhecidas pela denominação de tabuleiro⁵³, caatingas e vazantes, segundo o presidente da ADCMR Pica-pau pode ser discriminada da forma seguinte.

[Na caatinga] A produção é a seguinte: nós ainda não tivemos produção na caatinga. Aqui, agora, estamos desmatando para plantar mandioca, caju... mandioca, caju e capim.

[Na vazante] Na vazante nós temos o capim, o arroz e o milho e o feijão. [...] Nós trabalhamos manual... na vazante é manual.

[No tabuleiro] No tabuleiro nós estamos já plantando o ano passado feijão, plantamos já mais uma coisinha, mandioca... mas esse ano nós vamos plantar capim também. [...] No tabuleiro também é manual (comunicação oral⁵⁴).

De modo semelhante, o presidente da ADAFAME descreve as culturas desenvolvidas

⁵³ Área alta intermediária, entre a vazante e a caatinga, que normalmente não é atingida pelas cheias dos rios. É considerada uma área de descanso, pois sua utilização se dá com maior frequência no inverno, ou período chuvoso.

⁵⁴ PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

pela comunidade do povoado Eugenópolis:

É a grande produção que a gente tem aqui hoje é milho, o feijão [Figura 19], que esse é o principal, que esse é exportado pra Teresina, né? Temos as pessoas que chamam de atravessador, e compra esse feijão, que dá o melhor preço pra gente produzir mais e plantar mais que eles... pensa em quê? Eles não fica com o feijão que você produz e ele fica estocado em casa, ele.. você querendo vender ele, você vende ele e já investe aquele dinheiro em uma novilha em sua própria casa, pra fazer uma casa, uma reforma, né? Já dá, assim... um ganho que ele ajuda a você fazer um tanta coisa que você queria fazer, né? Até comprar, mesmo uma bicicleta ou uma moto, que a gente já pensa, né? Até gente da comunidade hoje já tem carro, mesmo. É conseguindo por seus esforços, né? É... feijão, milho, arroz e a mandioca. O algodão o pessoal mais velho plantava, mas só que o algodão aqui ele parou. Parou porque? Através do seu processamento, né? Por que o algodão ele precisa... no caso: a gente foi ver o que a gente produziu e o que a gente vendia, né? Então hoje aqui, eu digo assim, em primeiro lugar porque o feijão a gente produz e o milho e você vende mais rápido... a questão do arroz num dá pra gente aqui hoje, por que só dá pra você plantar a conta que você pode colher e pra você sobreviver comendo dele, porque já tem o cerrado que já produz em longa escala e nessa parte aí é muito bom, né? (comunicação oral⁵⁵).



Figura 19. Cultura de feijão no povoado Eugenópolis.
Fonte: A autora (2006).

⁵⁵ SILVA, J. J. L. Presidente da Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Localidade do Eugenópolis. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Localidade Eugenópolis, Bom Jesus, PI: 07 jan. 2006.

No mês de fevereiro do ano de 2006, foi realizada no EMATER, uma reunião convocada pelo IBGE para a realização do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) neste município. Esta reunião teve por objetivo avaliar as perdas na produção dos pequenos produtores que tiveram prejuízos na colheita, em virtude do período de estiagem nos meses de dezembro e janeiro. Em relação aos produtores do cerrado, as estimativas de perdas para o arroz de sequeiro foram revertidas porque, mesmo com a ocorrência tardia das chuvas, a disponibilidade das condições técnicas deste segmento conseguiu inverter a situação prevista e minimizaram os impactos iniciais do período de estiagem prolongado.

Com base nos dados disponibilizados durante a citada reunião foi possível constatar que a policultura desenvolvida nos baixões é responsável em grande medida pelo abastecimento local, pois a escassez de produtos como o feijão, o milho e mandioca que sofreram grande queda em virtude da falta de chuva, basicamente, provocou a escassez desses produtos na feira livre local (Figura 20).

Portanto, comprova-se que grande parte do abastecimento agrícola local é de responsabilidade dos pequenos produtores, assim como é o que parece acontecer em toda a região dos cerrados, onde “a sustentação econômica da região é de responsabilidade das unidades camponesas na medida em que a maior parte da produção agrícola local está a cargo dos pequenos estabelecimentos” (ALVES, 2000, p.155). Continua-se observando a larga escala da produção de arroz nos cerrados. Além de ser vendido para outras regiões, o arroz dos cerrados também tem servido para segurar os preços, conforme observa o presidente do Sindicato Patronal: “Muitos, como o Mico, que hoje não produz mais porque parou o projeto, mas ele sempre segurava os preços aqui, quando começavam a altear, ele botava o dele. Era um produtor⁵⁶”.

⁵⁶ LOPES, A. S. Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.



Figura 20. Feira livre, Bom Jesus – PI.
Fonte: A autora (2006).

Acrescenta-se, finalmente, que a pequena produção permanece predominantemente à mercê das condições naturais climáticas, basta observar-se o decréscimo de 80% na expectativa da produção do milho na primeira safra, assim como a queda da produção do arroz, de 30%, e do feijão, em 15%. Registra-se no LSPA como causa das ocorrências de decréscimos na expectativa da produção a falta de chuva e a fase em que se encontravam essas culturas, o arroz, o milho e a mandioca, em tratos culturais, com apenas o feijão da primeira safra, em fase de colheita. Essas constituíam-se nas fases em que se encontravam as culturas naquele mês, segundo o LSPA.

A escassez das chuvas não atinge somente a policultura dos baixões. Exatamente por não prescindir das chuvas, o processo produtivo da sojicultura nos cerrados tem início na estação chuvosa, momento em que se realiza o preparo do solo para receber a semente e, assim, espera-se que durante todo o processo haja umidade suficiente para o desenvolvimento da cultura. Durante a pesquisa de campo realizada no mês de dezembro de 2004, assistiu-se em algumas fazendas ao replantio das sementes de soja, motivado pelo prolongamento da estação seca naquele ano, fato que causou grande preocupação para os produtores acerca do futuro da safra. Ocorre que, superada a estiagem, a safra do município foi promissora, porém o que sortiu prejuízos para os produtores, diferente dos determinantes naturais, foram os determinantes econômicos, especificamente, a queda do valor do dólar, a qual minimizou os lucros esperados, motivando a realização do I Fórum do Agrocerrados em julho de 2005, organizado pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus em conjunto com as lideranças dos

grandes produtores locais.

A estrutura fundiária do município segue basicamente o que se observa na região dos cerrados piauienses e em outras regiões do Brasil: a tendência à concentração (ALVES, 2000), pelo seu próprio processo histórico de formação territorial em que a ocupação das terras no Brasil seguiu o caráter concentrador como traço essencial (OLIVEIRA, 1994). De um modo geral para a região dos cerrados do sudoeste piauiense, até fins da década de 1980, os latifúndios estavam concentrados basicamente na mão das elites locais que, não raro, detinham também o poder político local (ALVES, 2000). Já na década de 1990, com a chegada nos novos atores sociais advindos de outras regiões do país, os chamados “gaúchos”, esta configuração territorial não se alterou, apresentando, inclusive, tendências à maior concentração. É o que se pode observar quando se comparam os estabelecimentos rurais com áreas superior a 1.000 hectares. Em 1985, o número de proprietários era de 28, com uma área total de 108.616 hectares. Já no censo agropecuário de 1995/1996, o número de proprietários foi de 36, enquanto que a área mais que duplicou de tamanho, totalizado em 268.352. Estes números indicam uma intensa incorporação de áreas para o latifúndio (Quadro 1).

Ademais, Alves (2000) ressalta que Bom Jesus se destaca na região como o município que tem apresentado os dados mais agravantes no que tange à concentração fundiária. Um outro aspecto levantado por este autor tem a ver com a marcante presença da população camponesa, esta que detém a maioria dos estabelecimentos, embora a área dos estabelecimentos sobre a sua influência seja por demais reduzida (ALVES, 2000).

		Menos de 2 ha	De 2 a 10 ha	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Total
1985	Estab.	338	502	377	131	20	28	1396
	Área	439	1736	14279	27686	13572	108616	166332
1995/96	Estab.	80	317	562	154	27	36	1176
	Área	86	1215	9817	30570	16978	268352	338748

Quadro 1. Número e área dos estabelecimentos agropecuários do município de Bom Jesus-PI.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1985, 1995/1996.

A partir de um amplo estudo sobre a formação territorial da região dos cerrados, Alves (2000) constatou que até a década de 80, os latifúndios nos cerrados piauienses eram improdutivos, pois na sua totalidade, aqueles com área maior que 500 hectares não apresentavam áreas de cultivo. Com o advento da incorporação dos cerrados do sudoeste

piauienses para a agropecuária globalizada, essa realidade começou a mudar. Materializa-se no Censo agropecuário 1995/1996 os primeiros registros do aumento da agricultura nos latifúndios com áreas superiores a 500 hectares, onde foram registrados 13 estabelecimentos produtivos, em contraposição à inexistência dos mesmos no censo anterior. Apesar de não ter havido censos agropecuários posteriores ao de 1995/1996, dispõe-se de dados parciais construídos⁵⁷ pela Unidade de Saúde Animal e Vegetal, USAV, que atestam o avanço da participação dos latifúndios na produção agrícola municipal (Quadro 2). Para este ano, os estabelecimentos produtivos com mais de 500 hectares estão totalizando 16. Deve-se ponderar, no entanto, que a comparação entre os dados do Censo Agropecuário 1995/1996 e estes dados recentes deve-se basear na configuração territorial recente do município de Bom Jesus que sofreu uma subtração 3.157 km² no seu território após a emancipação do município de Currais, no ano de 1994 e que, ainda assim, permaneceu no referido censo como a área ainda integrada.

Grupos de área	Menos de 2 ha	De 2 a 10 há	De 10 a 100 ha	De 100 a 500 ha	De 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Total
Número	9	39	168	54	9	7	654

Quadro 2. Estabelecimentos produtivos do município de Bom Jesus em 2006.

Fonte: Unidade de Saúde Animal e Vegetal, USAV, 2006. Resultados parciais.

Dentre os usos considerados para esta pesquisa, podem-se ainda destacar outras categorias de usos definidas pelo Censo Agropecuário 1995-1996 (Quadro 3).

⁵⁷ Dados parciais resultantes da pesquisa realizada no município de Bom Jesus em 2006, que teve como foco apenas os estabelecimentos produtivos.

	Menos de 2 ha	2 a menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 a menos de 1000 ha	Mais de 1000 ha	Total
Total de estabelecimentos	85	1215	18942	30569	16978	270956	
Lavoura permanentes	-	18	91	84	11	17	221
Lavouras temporárias	77	718	1422	635	244	2080	5176
Lavouras em descanso	-	106	1276	914	248	1696	4240
Pastagens naturais	-	59	3551	8245	4284	13709	29848
Pastagens plantadas	1	82	2767	3996	2256	12647	21749
Matas e florestas naturais	-	73	4937	9121	4766	104964	123861
Matas e floresta artificiais	-	-	-	-	-	-	-
Terras produtivas não utilizadas	1	71	3325	5577	4271	121807	135052
Terras inaproveitáveis	4	80	1564	1991	896	14034	18569

Quadro 3. Categorias de uso do solo no município de Bom Jesus.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996.

A partir desses dados, pode-se observar a pequena área das lavouras permanentes que totalizam 224 hectares, em contraposição às lavouras temporárias, 5.181 hectares, e lavouras temporárias em descanso com 4.244 hectares. Estas últimas são assim classificadas por encontrarem-se, no ano do Censo, sem plantio com a finalidade de recuperar a fertilidade, e que permanecem nessa situação por um período não superior a quatro anos. As áreas utilizadas para o pastoreio do gado, naturais e artificiais, compreendem respectivamente 29.850 e 21.752 hectares, o que totaliza 51.602 hectares.

Até a realização desse Censo, não foi contabilizada nenhuma área de matas ou florestas artificiais no município, significando a inexistência de áreas destinadas ao reflorestamento, enquanto que a área de matas e florestas naturais totalizam 123.865 hectares. Corriqueiramente, conforme a definição estabelecida, essas matas ou florestas naturais são utilizadas para extrativismo ou são destinadas à conservação, como as reservas florestais, por

exemplo. Conforme estabelece a Legislação Ambiental do Estado do Piauí, as áreas de reserva legal para o bioma cerrado deverão ser de 30% (trinta por cento) da área dos empreendimentos, concentradas e, “sempre que possível, contíguas às áreas de preservação permanente”. As áreas de preservação permanentes expressas na lei constituem nas “faixas de terras contíguas às faixas de domínio de rodovias federais e estaduais fora dos perímetros urbanos, com uma largura não inferior [sic] a 30m (trinta metros)” (PIAUI, 2004c, p. 74). A importância das áreas contíguas está no fato de possibilitar corredores ecológicos, numa tentativa de preservar a biodiversidade da região.

Atualmente, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMAR) dispõe de instrumentos capazes de realizar o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da Legislação Ambiental do Estado do Piauí, através do chamado Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para a região dos cerrados piauienses. De posse desse instrumento, o discurso oficial do governo, em especial da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tem alertado para o não cumprimento da Legislação Ambiental vigente no Estado, e constata a utilização das terras destinadas às áreas de reserva legal por alguns produtores da serra do Quilombo em Bom Jesus, conforme será exposto no Capítulo IV.

Dessa observação pode-se extrair que a utilização do solo dos cerrados bonjesuenses não está acompanhando a Legislação Ambiental vigente, nem essa prática corresponde ao que se tem amplamente divulgado sobre a sustentabilidade da exploração agrícola na região dos cerrados, praticada pelos grandes produtores. Observa-se, portanto, que a maximização do uso da natureza tem sido levada a cabo pelo desempenho da moderna agricultura, sequiosa por ganhos econômicos imediatistas em detrimento dos interesses ecológicos e que tem rompido com a “ética do cuidado” (BOFF, 2002).

Em Bom Jesus, as áreas inaproveitáveis, ou seja, aquelas que são excluídas do uso para realização de culturas, pastos ou matas consistem, enfim, naquelas que são descartadas para o uso direto para fins agrícolas. São, portanto, 18.573 hectares correspondentes a estradas, construções, açudes, dentre outras ocupações. Sobre essas áreas, espaços densamente construídos e que permitem maior circulação de pessoas, mercadorias e informações, é que será tratado a seguir, a partir de uma análise que busca rememorar a origem do município, mais especificamente as territorializações sobre o espaço que se gesta e expande como sede municipal.

3.3 A (re)organização do espaço: antecedentes históricos do município de Bom Jesus.

Os cerrados piauienses também já constituíram território indígena, espaço marcado pela diversidade das matrizes culturais de três das sete nações que povoaram todo o território do que hoje se reconhece como Estado do Piauí. Os Gueguê, Timbira e Acroá eram as nações indígenas que povoavam as bacias hidrográficas do sudoeste piauiense e que, certamente pela fertilidade dos seus vales, deram condições de sobrevivência para estas nações até o momento da sua extinção pelos fazendeiros-exploradores orientados pelo Estado Português e apoiados pela Companhia de Jesus (MACHADO, 2002), processo desenvolvido até a metade do século XVII, quando a exploração das terras piauienses tinha por fim a captura de índios por paulistas ou baianos (BONFIM; SANTOS JÚNIOR, 1995) no âmbito do sertanismo de contrato. Nesse sentido Machado (2002) salienta que, de um modo geral, no território piauiense esse processo de perseguição, espoliação e extermínio dos povos indígenas serviu de base para a instalação de fazendas voltadas para criatório de bois e cavalos, o que rendeu conflitos que se estenderam das primeiras décadas do século XVII até as primeiras décadas do século XX, com a ausência dos personagens indígenas exterminados já no final do século XVIII, aproximadamente.

Naquele contexto, a instalação de fazendas voltadas para o criatório de gado *vacum* e cavalos, é identificada como parte do processo da colonização do território piauiense por Bonfim e Santos Júnior (1995). Desde então, a partir da sexta década do século XX, os conflitos passaram a se travar entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários (MACHADO, 2002)⁵⁸.

É importante ressaltar que, no contexto histórico do Piauí, a criação da nova Capitania de São José do Piauí em 1718 foi instaurada somente em 1758, como execução de uma política de reestruturação do Estado português, no Brasil, “no intuito de tornar a administração colonial mais eficiente” (NUNES; ABREU, 1995, p. 89). Assim, foi criada a cidade-sede, Vila da Mocha e mais seis vilas, dentre elas Parnaguá, que anteriormente constituiu freguesia, mais tarde dando origem ao município de Bom Jesus.

No território da vila de Parnaguá, especificamente, nas margens do rio Gurguéia, já no

⁵⁸ De acordo com Mendonça e Rainha (2004), em julho de 2004, ocorreu o assassinato de dois militantes do Movimento dos Sem Terra no Piauí, que lutavam pela desapropriação de uma fazenda no município de Joaquim Pires e reagiam contra a venda do imóvel para um grupo de empresários na região.

século XIX, em 1805, chega às terras férteis dos baixões daquela região a família de Nicolau Barrense⁵⁹, onde ergueu morada: uma casa simples de “pau-a-pique” coberta de sapé, próxima a um riacho que corria até o rio Gurguéia. A esta localidade denominou-se Buritizinho. Defronte a este riacho, ergueu-se uma capelinha onde se promoviam novenas e festejos para homenagear o Senhor Bom Jesus da Boa Sentença⁶⁰ (Figura 22). De acordo com Raposo (2004), estas festividades ficaram conhecidas como festejo de Bom Jesus do Buritizinho. Para Nunes e Abreu (1995), o significado da capela, na maioria dos casos do que viria a se tornar cidades piauienses, denota a permissão desse “lugarejo ascender ao primeiro degrau na estrutura político-administrativa vigente na época, ou seja, transformar-se em freguesia” (NUNES; ABREU, 1995, p. 91), o que viria a ocorrer 34 anos mais tarde, época da criação da Paróquia de Bom Jesus, como descrito a seguir.



Figura 21. Igreja Matriz Senhor Bom Jesus da Boa Sentença.
Fonte: A autora (2004).

Naquele contexto, surgiram aglomerações humanas que propiciaram a formação de uma pequena atividade comercial respaldando o processo ulterior de constituição da sede do município. Registra-se que, na iminência de falecimento, o senhor Nicolau fez doação das suas terras ao Santo de quem era devoto e aos residentes daquela comunidade (BOM JESUS,

⁵⁹ Em RAPOSO (2004), consta Nicolau Barreiros ou Barrente.

⁶⁰ Bom Jesus da Boa Sentença é a referência feita ao momento em que Cristo, na cruz, perdoa os pecados do Bom Ladrão, Dimas, que se encontra ao seu lado no calvário, dando-lhe a sentença de que estará com o Senhor, ainda naquele dia, no paraíso (RAPOSO, 2004).

1999; BNB, 1998). Neste sentido, e estabelecendo um paralelo com o que relata Nunes e Abreu sobre o significado da terra de pertença do santo, então senhor do local, e a exemplo do que ocorreu na maioria dos municípios piauienses originados em semelhante contexto,

[...] a *terra do santo* transforma-se, a partir de então em *terra de ninguém* (o poder de seu ex-dono, em tese, se tornaria igual ao dos outros fregueses) e em *terra de todos* (todos teriam também igual direito de usufruir dos sacramentos ali ministrados e de outras benesses da Igreja) [ultrapassando, como já observava as autoras, os domínios do público e do privado, imprimindo-se no imaginário popular como um] símbolo de proteção, tanto na vida como na morte (NUNES; ABREU, 1995, p. 92, grifo no original).

Pela Lei Provincial nº 101, de 22 de setembro de 1838, foi criado o Distrito de Bom Jesus do Gurguêia (BOM JESUS, 1999), que até então não constituía Paróquia, sendo sufragânea⁶¹ de Parnaguá, atendida por Recife e Olinda até 1845, e passando a ser atendida pelo Maranhão em 1901, quando foi constituída a Província Eclesiástica do Piauí com sede em Teresina. Logo após, em 1839, por Decreto Imperial, passou a constituir Paróquia de Bom Jesus da Boa Sentença, dependente eclesiasticamente do Maranhão (RAPOSO, 2004). A solicitação para constituição da Paróquia teria sido feita em 1833 pelo Conselho Geral da Província⁶² do Piauí junto ao Governo Imperial de Lisboa, em Portugal. Em 1843 foram fixados os limites entre a nova freguesia e a freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, de onde foi desmembrada. Dez anos mais tarde, a Jurisdição Paroquial de Bom Jesus contava com 4.186 habitantes (BNB, 1998). Em 1845, a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Gurguêia encontrava-se submetida à Comarca de Parnaguá e esta, ao Bispado do Maranhão.

A passagem da condição de povoado à categoria de Vila ocorreu em 20 de dezembro de 1855, pela Resolução nº 397⁶³, que levou “a cathegoria de Villas as povoações dos Picos da Comarca de Oeiras, e do Senhor Bom Jesus da Guargueia [sic] da de Parnaguá, conservando as mesmas denominações” (PIAUI, 1991). Nestes termos, a instalação da vila se deu em 25 de março de 1858 (BNB, 1998), com os mesmos limites da Freguesia do Senhor

⁶¹ Dentro de uma província eclesiástica, o bispo titular da sede principal é arcebispo metropolitano; os demais são bispos sufragâneos. Na mesma linha, a sede principal chama-se metropolitana e as outras sufragâneas.

⁶² Divisão administrativa Imperial.

⁶³ Cf. anexo Código de Leis Piauienses (Código de Leis Piauienses de 1855).

Bom Jesus do Gurguéia (PIAUÍ, 1991). Neste mesmo período foi confirmado o título de Paróquia com o nome de “Vila de Bom Jesus do Gurguéia”, extinta em 1902 e restaurada em 19 de julho de 1908, pela Lei nº 458 (RAPOSO, 2004). No ano de 1855, registra-se o número da população totalizada em 4.268 habitantes, sendo 3.982 habitantes referentes à população livre e 286, à população escrava (BOM JESUS, 1999).

De acordo com Pe. Fernando Raposo, vivia-se a “época do Padroado” quando as decisões da Igreja dependiam diretamente do governo central. Naquele contexto, em 1901, pela Bula “*Supraemum Catholicum Ecclesiam*”, foi criada a Província Eclesiástica do Piauí, separando-se da Província do Maranhão, por solicitação do Dom Frei Luís da Conceição Saraiva⁶⁴. Em 1920, Papa Bento XV, pela Bula *Ecclesiae Universae* cria a nova Prelazia *Nullius*⁶⁵ de Bom Jesus do Gurguéia, subordinada à Eclesiástica do Maranhão e entregue à Ordem de Nossa Senhora das Mercês ou Mercedários. Em 1923, a Paróquia de Bom Jesus possuía 700 léguas quadradas. Sobre esta época, Pe. Fernando Raposo relata as aventuras enfrentadas pelos padres para realizar seus trabalhos: “além da extensão territorial, as vias de acesso eram caminhos que mais pareciam veredas fechadas pelos invernos, fazendo crescer a mata e os rios” (RAPOSO, 2004, p. 23). Cita, ainda, as dificuldades de transporte, o qual realizado no lombo de animais, descrevendo rios caudalosos, vegetação exuberante, registros de uma paisagem ainda natural.

Além do senhor Nicolau, outro personagem histórico que compõe o imaginário da religiosidade de Bom Jesus é o senhor João Batista de Freitas, nascido em Jerumenha⁶⁶ e que, ao chegar a Bom Jesus, no ano de 1906, construiu uma Capela para festejar o santo São João Batista (Figura 23). Esta capela atualmente é considerada uma relíquia histórica da cidade (BNB, 2005, p. 6).

⁶⁴ O Dom Frei Luís da Conceição Saraiva era irmão do Conselheiro José Antônio Saraiva, presidente da Província do Piauí de 1850 a 1853 (BONFIM; SANTOS JÚNIOR, 1995).

⁶⁵ Prelazia é uma circunscrição eclesiástica autônoma que, pelas suas exíguas dimensões ou por não estar ainda sob o aspecto eclesial suficientemente desenvolvida, não constitui uma diocese. O nome de Prelazia Nullius é em razão de não pertencer a nenhuma diocese. No entanto, quanto a autonomia equipara-se a uma diocese na sua situação jurídica. Disponível em: <www.ada.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2005.

⁶⁶ Município situado na Microrregião Floriano, Mesorregião Sudoeste Piauiense.



Figura 22. Praça João Batista de Freitas, Capela de São João Batista.

Fonte: A autora (2006).

No ano de 1938, conforme Veiga (2001, 2003), na vigência do Estado Novo, pelo Decreto Lei nº 311, todas as sedes municipais existentes no Brasil foram elevadas à categoria de cidade, definição até hoje em vigência. Até este período, as unidades territoriais não obedeciam a nenhum dispositivo legal pelo simples fato de inexistirem. Assim, à condição de vila ou cidade eram elevadas as sedes de freguesias, unidade territorial mais antiga no Brasil, ou ainda, podiam constituir-se vilas ou cidades quaisquer aglomerados humano sem que anteriormente fossem consideradas freguesias, sem observância de qualquer norma.

Foi justamente nesse ano, 1938, que no dia 15 de dezembro a Vila de Bom Jesus do Gurguêia é elevada à categoria de Cidade pelo Decreto Estadual nº 147, com a denominação atual, Bom Jesus, porém, apenas instalada em 1939. Como cidade originada do período oitocentista, Bom Jesus tem sua evolução atrelada à seqüência: “fazenda, povoado, construção quase sempre de uma pequena capela, sagração a um santo, transformação do núcleo em freguesia, vila e finalmente cidade” (NUNES; ABREU, 1995, p. 93), obedecendo à maior parte dos casos das cidades do Piauí instituídas neste período.

A influência da Igreja Católica no processo de formação do município remonta à colonização do território, num processo que basicamente se constituiu na espoliação, aculturação, e extermínio indígena até à imposição de valores e comportamentos diversos das sociedades primitivas locais, conjugados ao comando português para a consolidação do seu domínio na área. Na perspectiva de desenraizamento e dominação, a desterritorialização aparece então como ferramenta para a compreensão dos fatos pretéritos e reaparece depois em um outro contexto, orientada por novos atores, que impõem uma nova necessidade de

modernização para aquela área.

A partir da segunda metade do século XX, chega a Bom Jesus o Bispo Dom José, em 1957, tido como um personagem relevante por haver contribuído para o crescimento do sul do estado do Piauí, e em especial para o município (BNB, 1998). Raposo (2004), faz referência ao Bispo descrevendo sua influência no crescimento social e religioso tanto da cidade quanto da Paróquia de Bom Jesus da Boa Sentença. Este clérigo dedicou atenção especial à educação, pois se preocupou em instalar redes de ensino em toda a paróquia. Dentre as suas principais ações no município está o desvio da BR-135 para dentro da cidade, que passou a integrar a malha viária urbana. Ergueu e consagrou a nova catedral, a Catedral de Nossa Senhora das Mercês (Figura 24), iniciada no ano de 1972 e concluída em 1977, mas idealizada pelo Bispo Santamaría no ano de 1934. Ainda em sua passagem por Bom Jesus, desenvolveu atividade de professor na Escola Normal Helvídio Nunes, passou por secretarias municipais, contribuiu para a construção de capelas nos povoados do interior do município, além de ter conseguido formar centros de estudos (RAPOSO, 2004). No ano de 1989 aposenta-se, sendo substituído por Dom Ramón Lopez Carrozas, atual Bispo Diocesano, vindo a falecer em 1998, na residência mercedária em Brasília (BNB, 1998; RAPOSO, 2004).



Figura 23. Catedral Nossa Senhora das Mercês.

Fonte: A autora (2006).

Os mercedários saem de Bom Jesus em 1998, após 41 anos de trabalho, motivados

pela ausência de missionários que já não eram mais enviados a outros países, o que refletiu no Brasil. Segundo Pe. Raposo, tudo isso foi consequência da crise pós-Concílio de Roma ocorrido no período de 1962 a 1965. Em 1998 foram retirados os últimos mercedários do município (RAPOSO, 2004).

No ano de 1952, é apresentado o Projeto Lei com a intenção de criar o Território do Gurguéia pelo Senador Pires Ferreira, contemplando Bom Jesus como nova capital. Recentemente, esta questão aparece com maior visibilidade, principalmente pelo *boom* da soja nos municípios dos cerrados piauienses e que, ao que tudo indica, motiva as lideranças políticas pela possibilidade de ganhos em cargos públicos (disputa de poder político), dentre outros interesses certamente distantes daqueles que se veiculam e que certamente têm à frente questões de ordem econômica. Sobre esta questão, Rogério Haesbaert argumenta que a criação de novos estados nas regiões de cerrados nordestinos, os Estados de São Francisco, do Maranhão do Sul e do Gurguéia, no oeste baiano, sul maranhense e sudoeste piauiense, envolve duas questões centrais, uma relativa à disputa pelo poder político e outra relativa à questão econômica, ambas mescladas pela legitimação de uma identidade regional que teria como pretensão corroborar com ações específicas àquelas regiões que se constituiriam em “territórios legitimadores das novas redes econômicas e/ou dos novos interesses políticos, configurando uma espécie de ‘novo Nordeste’” (HAESBAERT, 1995, p. 295).

Nessa perspectiva, Moraes (2000, p. 163) acrescenta a articulação entre a dimensão da memória e as representações ao tratar, de modo mais específico o caso dos cerrados piauienses, das “aspirações dos segmentos subalternos da população”, e das aspirações das elites políticas e econômicas para a criação do Estado do Gurguéia. Soma-se a isto o discurso de que a localização dessas áreas, consideradas as mais ricas do estado, contribuirão para a interiorização do desenvolvimento e para a eficiência administrativa.

3.3.1 A construção do espaço urbano: antecedentes da valorização espacial?

Em um passado não muito remoto, no final da década de 1940, e ainda presente na memória dos moradores mais antigos, a paisagem urbana era permeada por parcas habitações de palhas que se distribuíam irregularmente por entre a mata e próximas aos grotões, assim

chamados os riachos hoje aterrados, que cortavam a cidade⁶⁷. Assim apresenta-se a cidade nas representações espaciais de uma antiga moradora:

É... não era cidade, não. Era uma capoeira. Num tinha casa, tinha umas casinhas de palha, tinha de telha só essa dela [Anatólia] aqui que era dos padres antigamente. E... e depois tinha uma a casa de Cirano prá colá e descia, ia ter outra casa de telha no Miramar [bairro], mas tudo era uma chopaninha de palha e mato. Mato pra todo lado. Aqui era uma mata mostra, que hoje onde é o fórum conhecido. Era tudo... eu chamava vila. Aqui o nome era vila. Aí por trás, tudo uma mata que só tinha carreira de porco. Hum-rum... Tudo... Esse beco da prefeitura que era uma mata, cê num passava de noite com medo, era mato, tinha uma carreira aí que descia. Era tudo assim. E a rua grande, aqui, [avenida] Getúlio Vargas, nessa rua aí cheia de comércio e de tudo era umas casinha de palha... casinha de palha... até mesmo ali perto do Cirano até um ano desse tinha uma casinha de palha, ainda. Era de Horlandina, hoje é do povo dela, da avó, não sei o quê... Eu sei que descia até a beira do rio [Gurguéia], uma casinha de palha praqui, duas emendadas, três e lá vai... Aquela ali do Banco do Brasil, era tudo palha, num tinha nada. E a Catedral, onde é hoje, era uma mata... o morro e mato. Aí foi começando... começando... vinha chegando o pessoal daqui mesmo. Esse povo mais ou menos que tinha poder foi construindo, e lá vai, lá vai... eu sei que construíram, foi acabando essas casas de palha, e lá vai.. foram vindo... é... e certo que hoje que você se transformou nesse lugar que você tá vendo. As primeiras casas tudo era de palha, tudo... só essa de telha tinha ali. [...] Conheci isso aí pra esse DER [bairro São Pedro] não existia casa, duas casinhas dentro duma mata. [...] Foi aí que foi começando. Aí foi entrando prefeitos, lá... entendeu de ir aterrando essas grotas, a capelinha [Igreja Matriz], era uma capelinha virada pra lá, virou pra cá, o fundo pra cá da igreja (comunicação oral⁶⁸).

A inexpressiva expansão do tecido urbano do município de Bom Jesus ocorrida entre os anos de 1985 e 1995, foi observada através da consulta das plantas urbanas da CEPISA e AGESPISA, respectivamente. Certamente naquele contexto, acredita-se que as mudanças, mesmo que modestas, tenham-se dado no âmbito interno aos limites do espaço urbano construído, não evidenciando expansão, mas provavelmente um adensamento dos equipamentos urbanos, sejam habitacionais, comerciais, recreativos, ou outros. No entanto, a partir do ano de 1995 torna-se evidente, mediante análise comparativa entre uma imagem de satélite (Figura 25) e as plantas urbanas deste ano e de 2002 (Figura 26) a dilatação do tecido

⁶⁷ Aqueles que ainda cortam a cidade têm servido de depósito de lixo, tornando-se alvo de preocupação de setores da população residente.

⁶⁸ ANDRADE, M. M. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 16 dez. 2004.

urbano, principalmente na direção dos bairros cortados pela BR-135 (Avenida Tiradentes), em especial o bairro Judith Piaulino, conhecido como Rodoviária, e o bairro Josué Parente, conhecido popularmente como Serra Pelada.



Figura 24. Mancha urbana do município de Bom Jesus, 2005.

Fonte: Google Earth (2006).

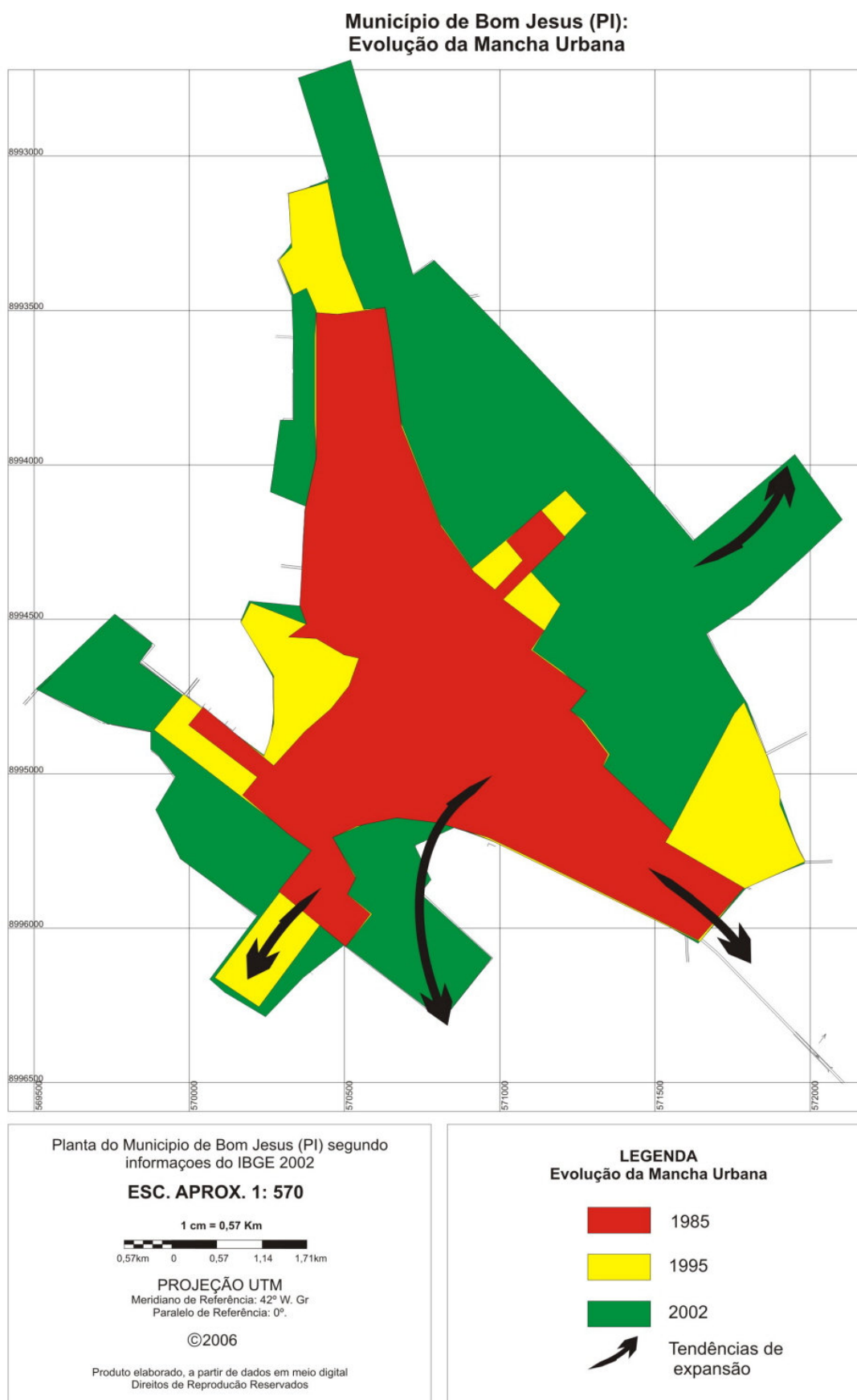


Figura 25. Município de Bom Jesus do Piauí: Evolução da mancha urbana.
Fonte: Elaboração da autora.

No bairro Judith Piauilino há a concentração das residências dos novos moradores, em especial os produtores de soja que migram para o município. Já o bairro Josué Parente apresenta-se como área de expansão através de loteamentos particulares, como o loteamento Alphaville (Figura 27), por exemplo.



Figura 26. Loteamento Alphaville.
Fonte: A autora (2006).

Chama atenção que em janeiro de 2006, em áreas ainda consideradas externas ao perímetro urbano, especificamente aquelas situadas à margem direita do rio Gurguéia e próximas ao Colégio Agrícola, recentemente instituído como *Campus Avançado* da Universidade Federal do Piauí, observaram-se alguns loteamentos novos, sob a designação de chácaras (Figura 28), e se acredita que, na realidade, já se vislumbrava a expansão do perímetro urbano para esta direção, como de fato ocorreu poucos meses mais tarde, em março do mesmo ano.



Figura 27. Loteamentos à margem direita do rio Gurguéia, ainda sob designação de chácaras, em janeiro de 2006.

Fonte: A autora (2006).

Assim sendo, acompanhando a reestruturação do espaço urbano no que tange à transformação da paisagem local, produz-se a valorização do espaço urbano, representada pelo aumento no valor de aluguéis e vendas de unidades habitacionais/comerciais e loteamentos que tendem à valorização e expansão.

Ainda na perspectiva da expansão da área urbana, registra-se recentemente a Lei nº 417/2006⁶⁹, de 07 de março de 2006, que dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano do município de Bom Jesus/PI estendendo-se, agora, para a margem direita do rio Gurguéia.

Interessa observar que o projeto de Lei nº 001/2006, de 20 de fevereiro de 2006, apresenta os seguintes elementos justificadores da ampliação do perímetro urbano: o crescente fluxo migratório motivado, segundo o documento, pelo desenvolvimento da agricultura nos cerrados da região; a possibilidade futura deste município sediar a capital do novo Estado, o Gurguéia, além de mitigar a especulação imobiliária que ganha vulto justamente por figurar, o município, como *locus* de crescimento comercial, industrial, prestação de serviços, em particular, educação e saúde. Estes fatores, conforme ressalta a justificativa do documento, têm impulsionado a demanda por espaço territorial, o que tem viabilizado investimentos na área da construção civil (PIAUÍ, 2006a). Mais uma vez a valorização futura do espaço se torna patente pela atuação das iniciativas públicas e privadas, atuando na reorganização dos

⁶⁹ Cf. anexo.

espaços rurais e urbanos do município.

A estruturação da zona urbana em bairros, até o sancionamento da Lei nº 417/2006 (PIAUÍ, 2006b) estava disposta em dez unidades territoriais urbanas (bairros e centro), conforme apresenta Figura 29. Reitera-se que a disposição apresentada abaixo ainda é vigente, mesmo já estando em voga a nova configuração do perímetro urbano. As possíveis unidades territoriais que corresponderiam a área expandida, até o presente momento, ainda não foram nomeadas.



Figura 28. Planta administrativa. Bom Jesus-PI.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações da AGESPISA e do IBGE.

Detentor de uma área territorial de 5.469,16 km², o município de Bom Jesus conta oficialmente⁷⁰ com uma população de 15.924 habitantes. Destes, residem na zona rural 4.963, e na zona urbana 10.961 habitantes (IBGE, 2000). A população urbana tem aumentado nos últimos anos, de acordo com dados do IBGE, tanto por motivo da imigração de pessoas de outras unidades da federação, em especial da região Centro-sul, quanto pelo êxodo rural, que tem como uma de suas causas a falta de oportunidades para a reprodução social das famílias de origem camponesa. O Gráfico 1 demonstra a espacialização da população, em porcentagem, pelos bairros e na zona rural do município:

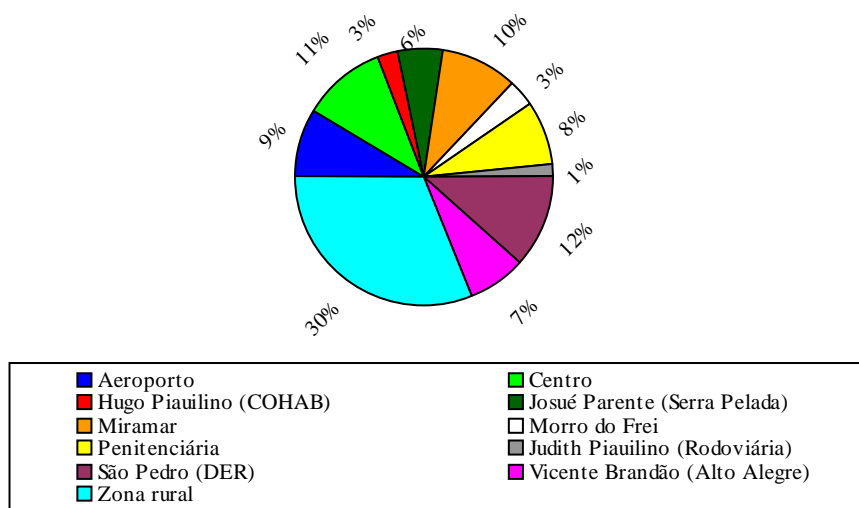


Gráfico 1. População residente: bairros e zona rural.
Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000.

A situação da população residente por bairro demonstra, em primeiro lugar, o Centro da cidade com 11% dos habitantes do município, como um espaço de ocupação já consolidado. Os bairros Miramar, São Pedro também conhecido como DER, e Judith Piauilino, conhecido como Rodoviária, concentram respectivamente, 10%, 12% e 1% da população residente. Esses três bairros margeiam a BR 135 e se posicionam no prolongamento da Rodovia Federal, que dá acesso às serras.

É interessante notar no referido contexto de organização do espaço municipal, a expansão da rede de ensino no município. Nesse sentido, no ano de 1930 registra-se a inauguração da primeira escola gratuita do município, Escola Singular Franklin Dória, atual

⁷⁰ Dados do Censo IBGE 2000. Numa perspectiva mais recente, para o ano 2005, estima-se uma população de 16.966 habitantes (IBGE, 2005).

Unidade Escolar Franklin Dória. Em 1957, entra em funcionamento o Ginásio Odilon Parente. No ano de 1970, é criada a Escola Normal Helvídio Nunes de Barros. Em 1972, a Unidade Escolar Araci Lustosa. Em 1981, é feita a doação de um terreno de 30 hectares para a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) para a construção do Colégio Agrícola de Bom Jesus, que oferece, atualmente, Ensino Fundamental, Médio, e Educação Profissional, o curso Técnico em Agropecuária, além de outros cursos de qualificação oferecidos periodicamente aos alunos desta instituição e à comunidade em geral (BNB, 1998; BOM JESUS, 1999; RAPOSO, 2004). Neste ano de 2006 foi instalado o *Campus* Avançado da Universidade Federal do Piauí, com cursos voltados para as áreas agrícolas e ambientais. De acordo com dados do Banco do Nordeste, em 1979, havia no município apenas a Escola Normal, a Escola de Comércio, a Escola de Artesanato, sete ginásios e algumas escolas primárias (BNB, 1998). Vale lembrar, no âmbito do ensino superior, a criação de um *Campus* da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), ainda no ano de 1997 e o funcionamento, desde o ano de 2003, de um curso de pós-graduação *lato sensu* no prédio do colégio agrícola, mantido pela Universidade Federal do Piauí.

Sobre o surgimento e desenvolvimento de outros serviços essenciais, faz-se referência à implantação, no ano de 1941, da Agência de Correios e Telégrafos, no município. Anteriormente o serviço era realizado através de repasse de malas vindas do município de Bertolínea. Em 1964, ocorre a inauguração do Banco do Brasil S/A, em 1977, inaugura-se o Bradesco, em 1982 o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e, recentemente, no ano de 2002 a Caixa Econômica Federal. Pela Portaria 1.123, no ano de 1992, é instalada uma Agência da Receita Federal. Ainda na década de 1970, foi instalado o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) que, desde o ano de 1998, esteve associado ao Pólo de Balsas⁷¹, formando o Pólo Uruçuí/Balsas, e a partir do ano de 1999, passou a se chamar Pólo de Desenvolvimento Uruçuí-Gurguéia (MORAES, 2000) (Figura 30).

⁷¹ Município maranhense que dista 838 km da capital, São Luís, está situado na microrregião Sul Maranhense, pertencente à região produtora de soja, desde a década de 1970 (SOUZA FILHO, 1995).

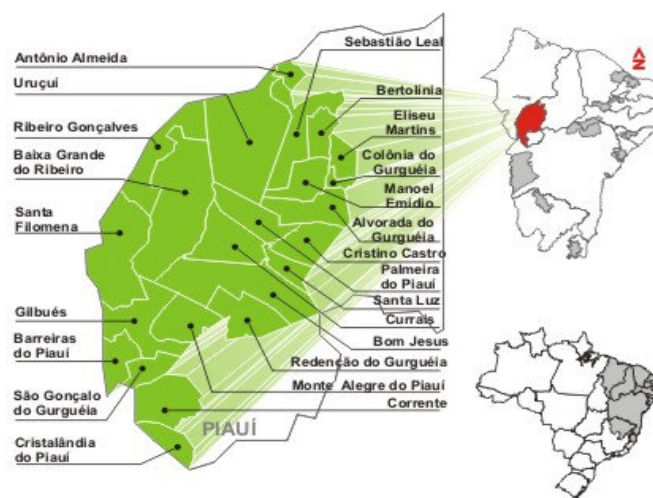


Figura 29. Pólo Uruçuí-Gurguéia.

Fonte: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2005.

Sobre os serviços ambientais urbanos, há o aterro sanitário projetado em 1998 e instalado em 1999 que, na atualidade, funciona sem manejo adequado tanto no que se refere aos impactos ambientais decorrentes tanto da má utilização quanto da má localização, pois no seu entorno se aglomeram assentamentos humanos desordenados, além de bairros construídos pelo poder público, como a Cohab, por exemplo. Além da questão dos impactos no meio físico, verifica-se a questão da degradação humana no local, através da reprodução de práticas de cata de lixo pela população para manutenção da própria vida, onde se registrou a presença de adultos e crianças catando os resíduos sólidos, em condições subumanas (Figuras 31 e 32), ao mesmo tempo em que chegava o carro coletor de lixo para despejá-lo no chamado aterro, além da presença de animais domésticos que, na convivência com seres humanos, podem servir de vetores de doenças.



Figura 30. Resíduos urbanos: aterro sanitário?
Fonte: A autora (2004).



Figura 31. Catadoras de lixo.
Fonte: A autora (2004).

Como evidência dos eventos que influenciaram na produção histórica da cidade, ressaltam-se os topônimos, como registro de fatos pretéritos e recentes. De acordo com Haesbaert (1995), os nomes impressos nos lugares podem estar relacionados a aspectos simbólicos, e à sua mudança ou na medida em que são acrescidos nos espaços, revelam sinais para a leitura do território, da demarcação, desterritorialização e reterritorialização. Nesse sentido, a toponímia aponta para personagens ligados à religião católica, num acontecer passado e, nos dias de hoje, a influência dos migrantes do Centro-sul, ainda não registrados em locais públicos como o caso dos religiosos, mas em estabelecimentos privados, além da própria designação referente à produção nos cerrados, atribuindo nomes aos estabelecimentos. Registram-se, como exemplos de um momento passado, o largo da Igreja Matriz, a Praça Pe. Leandro, em homenagem a Pe. Leandro Peralta, argentino, que chegou à Paróquia de Bom Jesus em 1929. Outro registro é uma das principais avenidas da cidade que recebe o nome de um dos mais importantes bispos que aportou no município, o Prelado Dom José Vasquez Díaz O. M.⁷², a Avenida Dom José Vasquez. Relativo aos eventos do presente, encontram-se os seguintes registros: Drogasul, Gaúcha Agroindustrial Comércio e Exportação LTDA, Agrosul Máquinas, Frigosul, Churrascaria Nova Querência, Cerrado Agropecuária LTDA, Pecfétil Produtos Agropecuários, dentre outros.

Sem dúvida, esta toponímia evidencia a história recente do município, especificamente nos últimos 15 anos, na qual se registra o deslocamento da atividade produtiva da soja do Centro-sul para a região dos cerrados piauienses, ação orientada por políticas públicas das esferas estadual e federal e associadas ao capital internacional, visando ao crescimento produtivo de gêneros destinados ao comércio nacional e internacional. A partir de então, os municípios que se situam na chamada região dos cerrados piauienses têm vivido um momento de efervescência o que reflete na reorganização do espaço regional, e em particular, dos municípios receptores destes empreendimentos, dos quais Bom Jesus figura como um dos mais importantes.

3.4 O sistema de objetos: elementos para a leitura espacial

⁷² O. M. corresponde à Ordem Mercedária.

Os objetos derivam da elaboração social, do trabalho, por isso têm condições de evidenciar a evolução do processo histórico, através da materialidade implícita das ações que o constituem. Os objetos geográficos são assim considerados, móveis e imóveis. Adquirem a configuração de uma casa, um rio, um campo, uma plantação e aqui, neste trabalho, são intencionalmente escolhidos os equipamentos comerciais e serviços, as vias de circulação, os elementos da estrutura fundiária, que se movem ao sabor de condições históricas determinadas para se realizar, e assim, a “sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2002, p. 68).

Convém assinalar que os objetos não se dispõem isoladamente. Eles estão conjugados por sistemas que garantem a sua dinâmica no tempo e no espaço, ou seja, são motivados pelo contexto histórico e espacial em que se posicionam. Assim, para justificar a ligação entre os diversos objetos constituintes do espaço, Baudrillard (2004) argumenta pela vida sistêmica dos objetos, idéia que inspirou a definição de espaço geográfico instaurada por Santos (2002). A vida sistêmica dos objetos relaciona-se também à noção de urbanização extensiva, quando se ambiciona apreender a extensão dos objetos cuja natureza ancora-se nos elementos da industrialização, em rede, pelos espaços e, neste caso em particular, pelo espaço rural mediante modernização da agricultura.

Para este trabalho, a constatação de elementos modernizadores da agricultura no município de Bom Jesus no Piauí conduz à compreensão da alocação de atividades comerciais ligadas a insumos agrícolas e produtos veterinários, oficinas para máquinas agrícolas, revendedoras de peças, dentre outras, espalhadas pelo município e, de certo modo, concentradas nas proximidades da rodovia federal, que dá acesso às serras que acomodam as fazendas produtoras de soja. Nesse contexto, a importância da análise dos objetos está em compreendê-los em sistemas, pelo uso contínuo e combinado através de gerações, momentos históricos diversos, daí instigar, também, a compreensão do seu papel simbólico e também funcional (SANTOS, 2002), inclusive nas multitemporalidades das regiões de fronteira (MORAES, 2000).

No que concerne à reorganização espacial, há que se considerar a construção social das técnicas, transformação da natureza pela elaboração social, que é precedida pela determinação histórica das relações sociais. Essas condições sociais são determinadas, assim como também determinam os eventos históricos que produzem e reproduzem o espaço como um todo, ou ainda,

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 63).

Objetivando, desse modo, captar a dinâmica da reorganização do espaço em Bom Jesus, nas dimensões rural e urbana, através do sistema de objetos como testemunhos dos eventos recentes no município, sem descuidar das rugosidades⁷³, a expansão urbana é também focada pelos equipamentos comerciais e serviços, estes que se avolumam naquele espaço e condizem com o vultuoso processo de ampliação na oferta de produtos e serviços agora oferecidos localmente, atividades estas que têm se constituído viabilizadoras do processo produtivo e que perpassam, indo além, estendendo-se até as atividades de lazer, lojas de confecções, estabelecimentos de produtos farmacêuticos, apenas para citar alguns, que abrem o leque de produtos diversos que têm chegado ao município, trazidos pela rede regional gaúcha tratada por Haesbaert (1995).

Ademais, e por se tratar de uma cultura viável apenas em escala comercial, necessitando de investimentos em infra-estrutura além de grandes extensões de terra, o agronegócio da soja nos cerrados demanda mecanização, correção do solo, mão-de-obra qualificada, enfim, todo um aparato que permite identificar os referidos estabelecimentos⁷⁴ como parte constitutiva de um sistema de objetos que viabiliza a leitura espacial do município, e em projeção, de toda região dos cerrados piauienses.

Tomando por base os equipamentos comerciais e serviços para a compreensão da reorganização do espaço urbano em apreço, concorda-se com Pintaudi (1999, p. 144) quando diz que “a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis” e, como constituem formas sociais, são dinâmicas e imprimem transformações que “revelam-nos contradições internas das categorias espaço e tempo materializados em objetos sociais” (PINTAUDI, 1999, p. 143). Assim, encontram-se organizados os equipamentos comerciais e serviços antigos convivendo

⁷³ Ver em Santos (1986) o conceito de rugosidade. Aqui compreendido como forma portadora de funções atuais diversas daquelas em que se deu o seu processo de concepção e construção.

⁷⁴ Compreende-se como equipamentos comerciais e serviços, o conjunto de atividades desempenhadas no setor terciário da economia, o setor de serviços, com os subsetores, comércio e serviços financeiros, de consultoria, transporte e armazenamento, comunicação, lazer, jurídicos, engenharia, segurança, educação, saúde, incluindo o público e o privado.

com novos, embora aqueles passíveis de incorporação pelos “novos tempos”, mesmo que, ainda evidenciando resistência, permaneçam em espaços que se valorizam no transcurso deste processo de modernização agrícola no município. Salienta-se que o termo fronteira sugere divisão, separação, no entanto os espaços de fronteira, na dinâmica de expansão e incorporação de diversos outros espaços, incorporam também diferentes tempos, fazendo coexistir o “antigo” e o “moderno”, e não os separando como se poderia deduzir, constituindo os espaços de fronteiras, como dito por Moraes (2000), em espaços de múltiplas temporalidades.

A atividade comercial que originou o núcleo urbano do município de Bom Jesus, ainda no início do século XIX, pode ser descrita como uma atividade incipiente, engendrada pelas peregrinações em culto ao titular da capela erguida pelo senhor Nicolau Barrense, o que consolidou a fundação da aglomeração humana que, mais tarde, galgaria a categoria de cidade. Este histórico aponta para a relação entre comércio e cidade, fundamental para a compreensão deste espaço. Ressalta-se, ainda, a consciência de que todo o processo de transformação recente no município encontra suas bases no advento da instalação do agronegócio e na ascensão modernizadora da agricultura subsidiária da produção de soja nos cerrados piauienses. Esta condição de efervescência agrícola, devido ao volume de investimentos e políticas direcionadas à área, aponta para ações orientadas e, em consequência, para o que Santos (2002) denominou de sistema de ações, constituindo elemento dinamizador do comportamento das atividades comerciais e demais serviços que se alojam no município.

Os bairros Miramar, São Pedro e Judith Piauilino, que margeiam a BR-135 (Figura 33), são aqueles que dão acesso às serras onde se alocam os grandes projetos agrícolas, sendo os concentradores de grande parte das atividades comerciais e de serviços direcionados à atividade agrícola, sendo que o bairro Judith Piauilino constitui-se como de ocupação recente, com destaque para a instalação dos migrantes sulistas que aí iniciam as obras de suas residências, embora haja residências “gaúchas” espalhadas por toda a cidade (Figura 34).



Figura 32. Equipamentos comerciais e de serviços.

Fonte: A autora (2004).



Figura 33. Residência de uma família gaúcha, Bairro Josué Parente.

Fonte: A autora (2004).

Ao analisar os equipamentos comerciais e serviços instalados no município, procurou-se demonstrar sua evolução quantitativa através de um recorte temporal, que privilegiou o agrupamento dos dados em períodos de três anos, com o intuito de minimizar as distorções desta periodização. Considerando os dados agrupados, os equipamentos comerciais e serviços ativos⁷⁵ totalizam 592 empresas, das quais 115 foram desconsideradas da análise por não haver registro quanto ao ano de abertura, falha atribuída ao antigo modelo de cadastro que não disponibilizava espaço específico para este fim. Portanto, 477 foi o número exato de empresas que contribuíram para a seguinte análise.

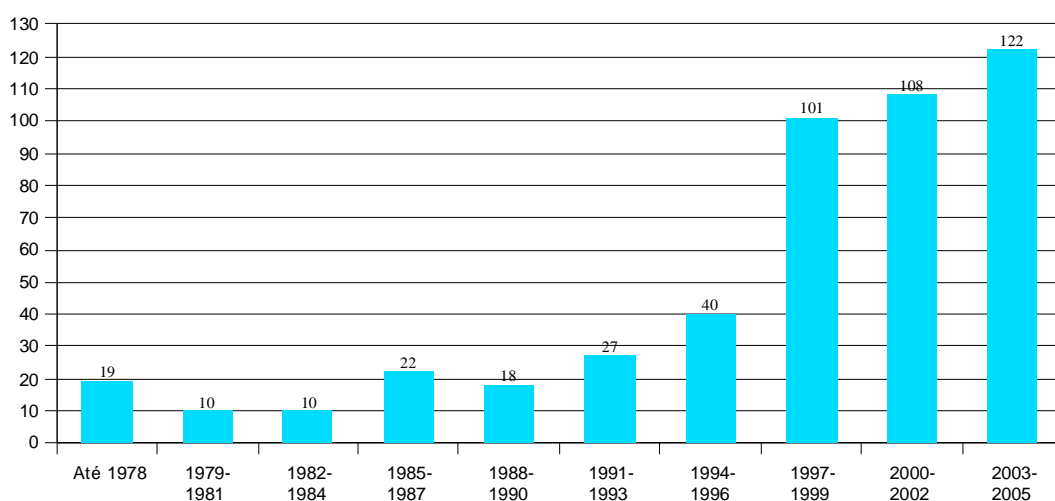


Gráfico 2. Equipamentos comerciais e serviços em Bom Jesus-PI, registrados por triênio.

Fonte: Cadastro Técnico Econômico do Município de Bom Jesus-PI, Departamento Tributário do Município de Bom Jesus-PI, www.sintegra.gov.br, www.fazenda.gov.br, 2005 e 2006.

⁷⁵ Dados do Departamento Tributário do Município de Bom Jesus, 2005.

Com base no Gráfico 2, observou-se o comportamento evolutivo das atividades ligadas ao comércio e aos serviços, e constatou-se que somente a partir do ano de 1997 é que se inicia o processo de expansão dessas atividades, em particular aquelas relacionadas ao agronegócio da soja, a grande vedete dos cerrados piauienses, não desconsiderando a cultura do arroz, considerada um tipo de cultura preparatória para a realização da sojicultura, pois é “utilizada como cultura de *abertura de áreas* nos cerrados para rotação com a soja” (MORAES, 2000, p. 219, grifo no original). Ainda sobre a cultura do arroz, vê-se o registro da instalação de duas beneficiadoras de arroz, uma ainda na década de 1980. Deve-se considerar que, ainda na década de 1980, momento anterior à expansão vertiginosa dos comércios e dos serviços, já se estabeleciam no município os primeiros gaúchos, conforme já relato de um produtor que aponta 1984 como o ano de sua chegada a Bom Jesus, migração motivada por projetos agrícolas destinados ao cultivo do arroz. Conforme se observa, a demanda por produtos e serviços vinculados ao complexo agroindustrial da soja tem crescido no mesmo ritmo da expansão desta atividade agrícola no município.

O incremento das atividades ligadas à produção da soja e, em consequência, de todo o setor comercial e de serviços, resultou na espacialização destas atividades no município, o que sugere a sua concentração nos bairros São Pedro, Judith Piauilino (D.E.R.) e Miramar, além do Centro da cidade, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2. Número de equipamentos comerciais e de serviços, por bairros.

BAIRROS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Centro	353
J.Parente	14
J. Piauilino	34
Aeroporto	26
H. Piauilino	6
Miramar	40
M. do Frei	1
Penitenciária	18
S. Pedro	76
V. Brandão	9
Z. Rural	15

Fonte: Construído a partir de dados do Cadastro Técnico Econômico e Social do Município de Bom Jesus, Departamento Tributário do Município de Bom Jesus-PI, 2005.

Somada aos estabelecimentos acima contabilizados concentra-se, nesses bairros cortados pela BR-135, parte das residências dos “novos moradores” da cidade. Neste sentido,

considerando os estabelecimentos e residências concentrados no núcleo urbano e às margens de uma via de circulação de imposição nacional, a BR-135, pode-se afirmar que este aspecto ora abordado constitui ferramenta indispensável para a observação e compreensão *in loco* das transformações que ocorrem no município de Bom Jesus, ou seja, da reorganização do espaço deste município.

Os dados construídos permitiram a identificação dos tipos de equipamentos comerciais e de serviços que ocorrem em todo o município, e a partir da divisão administrativa da zona urbana e a inclusão da categoria zona rural, sem especificação das localidades para este primeiro momento, foi obtido o resultado apresentado no Gráfico 3, que detalha quatro categorias assim especificadas. A categoria “Consultoria” conta com empresas de planejamento e assistência técnica rural, privadas e públicas⁷⁶. A categoria “Comércio e aluguel de máquinas, equipamentos, peças e acessórios”, relaciona-se às lojas de máquinas agrícolas, peças para motores, dentre outros. A categoria seguinte, “Prestação de serviços”, enquadra oficinas mecânicas, borracharias, serviços de alinhamento e balanceamento, dentre outros. E a categoria que envolve lojas de fertilizantes, adubos, produtos químicos e veterinários, corresponde a “Comércio, beneficiamento e estocagem de sementes e insumos e produtos veterinários”. Todos esses dados apresentam-se no Gráfico 3:

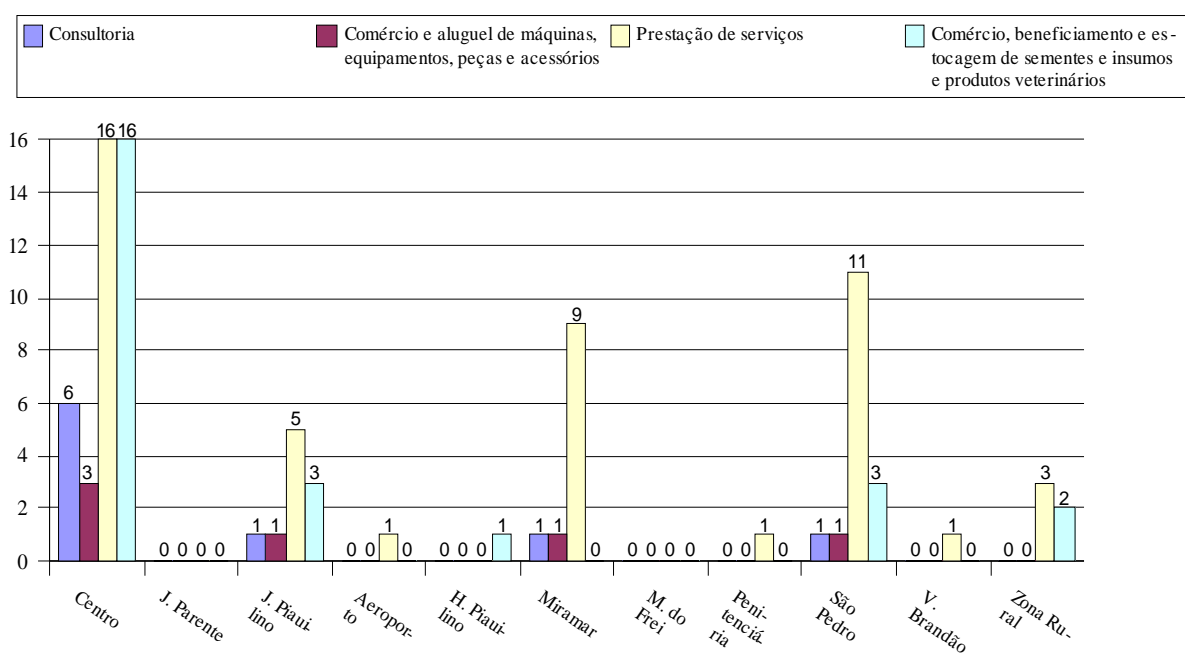


Gráfico 3. Equipamentos comerciais e de serviços relacionados ao agronegócio: por categoria.

Fonte: Cadastro Técnico Econômico e Social do Município de Bom Jesus – PI, Departamento Tributário do Município de Bom Jesus-PI, 2005.

⁷⁶ Apenas uma, o EMATER/PI, consta em nossas fontes.

Os números indicam que no Centro da cidade concentra-se a maior parte das atividades vinculadas ao agronegócio da soja, aquelas possíveis de se desenvolverem na zona urbana (Figuras 35). Aí se concentram os subsetores relacionados aos serviços de consultoria para assistência técnica rural, e ainda se sedia a maioria das empresas privadas deste subsetor, sendo que apenas uma encontra-se no bairro Miramar, o Instituto Assistência Técnica de Extensão Rural, EMATER/PI.



Figura 34. Comércio de insumos e produtos veterinários.

Fonte: A autora (2004).

Conforme o Gráfico 3, além do Centro, os bairros Judith Piauilino, Miramar e São Pedro constituem espaços de maior concentração das atividades relacionadas ao agronegócio, pelas posições estratégicas, às margens da BR-135, via que contribui para o escoamento da produção, e que se constitui no principal acesso às serras que sediam as fazendas produtoras de soja, principalmente.

Os estabelecimentos são considerados como parte do sistema de objetos, que seriam mudos sem a devida referência à dinâmica impulsionada pela soja, parte integrante do sistema de ações. Nesse sentido, os equipamentos comerciais e demais serviços analisados constituem a materialização de um complexo jogo de sistemas de ações, de escala nacional e internacional, interdependentes e indissociáveis que são, e imprimem elementos novos no espaço, de modo a ajudar na definição de uma reorganização espacial construída a partir de influências de escalas superiores. Isto, a globalização desses fluxos ou ações em sistema, exprime-se de maneira concreta e visível no local e imprime no espaço feições que transformam a paisagem local e, em consequência, os modos e os ritmos de vida da comunidade local.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à inserção do município de Bom Jesus nos

grandes circuitos espaciais de produção. Estes se referem às “diversas etapas pelas quais passariam um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1997, p. 49). Nessa perspectiva, além de permitirem a identificação dos momentos da produção, desde a matéria-prima, mão de obra, estocagem, transportes até a comercialização, possibilitam captar o redesenho da espacialização da produção e a inserção dos subespaços em uma lógica global, de maneira articulada pelas redes de produção e de consumo, mediada pelo processo de globalização (SANTOS, 1997).

Em sentido semelhante, na visão dos economistas, existe o conceito de cadeia produtiva que tem sido entendido, de um modo geral, como o “conjunto de elementos (‘empresas’ ou ‘sistemas’) que interagem em um processo produtivo ou serviços ao mercado consumidor” (SILVA, 2005, p. 01). No caso específico dos produtos de origem vegetal, a cadeia produtiva de produtos agrícolas é concebida como “a ligação e inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado *commodities* agrícolas *in natura* ou processadas” (SILVA, 2005, p. 01, grifo no original). Nesse caso, além de considerar o importante papel dos ambientes institucional e organizacional, são observados os segmentos representados na Figura 36, de acordo com a metodologia da EMBRAPA utilizado por Silva (2005).

Fornecedores de insumos: referem às empresas que têm por finalidade ofertar produtos tais como: sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e tecnologias. Agricultores: são os agentes cuja função é proceder ao uso da terra para produção de *commodities* tipo: madeira, cereais e oleaginosas. Estas produções são realizadas em sistemas produtivos tipo fazendas, sítios ou granja. Processadores: são agroindustriais que podem pré-beneficiar, beneficiar, ou transformar os produtos *in-natura*. Exemplo: (a) pré-beneficiamento – são as plantas encarregadas da limpeza, secagem e armazém de grãos; (b) beneficiamento – são as plantas que padronizam a empacotam produtos como: arroz, amendoim, feijão e milho de pipoca; (c) transformação – são plantas que processam uma determinada matéria prima e a transforma em produto acabado, tipo: óleo, cereal matinal, polvilho, farinhas, álcool e açúcar. Comerciantes: os atacadistas são os grandes distribuidores que possuem por função abastecer redes de supermercados, postos de vendas e mercados exteriores. Enquanto os varejistas constituem os pontos cuja função é comercializar os produtos junto aos consumidores finais. Mercado consumidor: é o produto final da comercialização constituído por grupos de consumidores. Este mercado pode ser doméstico, se localizado no país, ou externo quando em outras nações. (SILVA, 2005, p. 01-02, grifo no original).

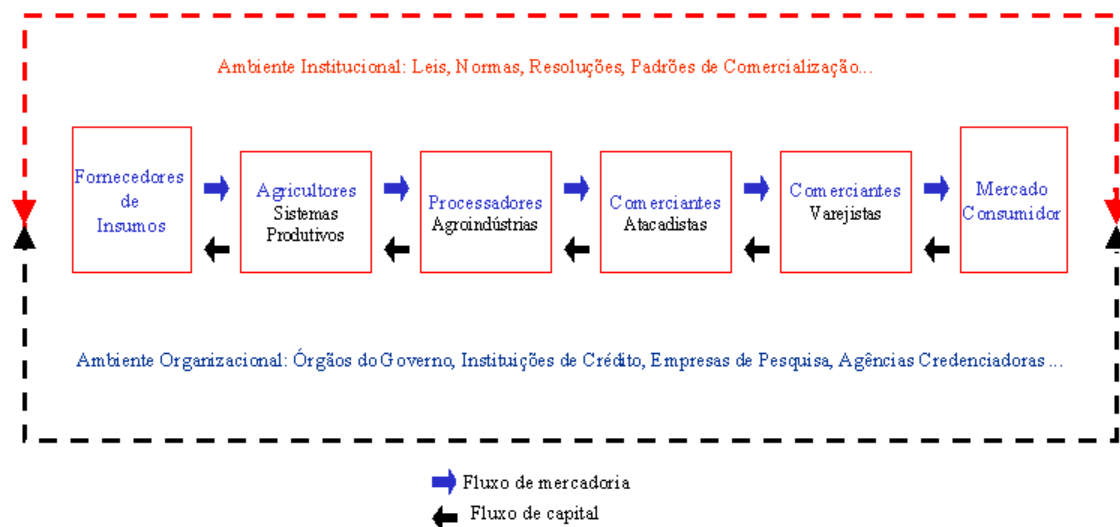


Figura 35. Representação esquemática de uma cadeia produtiva de produto de origem vegetal, segundo metodologia da EMBRAPA.
Fonte: Silva (2005, p. 01).

Nessa direção, a aplicação do conceito de cadeia produtiva pretende:

- 1) visualizar a cadeia produtiva de forma integral; 2) identificar as debilidades e potencialidades; 3) motivar o estabelecimento de cooperação técnica; 4) identificar gargalos e elementos faltantes; e 5) certificar dos fatores condicionantes de competitividade em cada segmento (SILVA , 2005, p. 02).

O enfoque geográfico ressalta a dimensão da espacialidade da produção, no âmbito da espacialização da produção de regiões e sua articulação com o mercado mundial, ao passo que o enfoque econômico se atém à dimensão da atividade econômica, no âmbito estrito do processo produtivo, focando as possibilidades e limitações das atividades produtivas. São esses dois enfoques que possibilitam apreender o município de Bom Jesus no contexto da espacialização da produção da agropecuária globalizada e sua articulação através das redes de produção e de consumo com os mercados externos, conjuntamente com as possibilidades e as limitações da atividade produtiva, mediante a intervenção, no sentido da limitação ou do apoio, dos ambientes institucional e organizacional, representados, respectivamente, pelas exigências do conjunto de leis ambientais, trabalhistas, tributárias e normas comerciais, dentre outras, e pelas entidades participantes, tais como as agências de fiscalização ambiental,

agências de créditos, universidades, centros de pesquisas, dentre outros (SILVA, 2005).

Admite-se que os elos ou segmentos do circuito espacial de produção e da cadeia produtiva constituem componentes da urbanização extensiva, trazidos na esteira dos acontecimentos contemporâneos à incorporação dos cerrados piauienses pela agricultura comercial moderna. Dessa maneira, é registrada a presença de fornecedores de insumos, através da revenda de sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e tecnologias; de agricultores, que procedem ao uso da terra para produção de oleaginosas, através do sistema produtivo do tipo fazendas; processadores, no sentido do pré-beneficiamento, no caso do silo da Bunge Alimentos S/A instalado na Serra do Quilombo no ano de 2002, e beneficiamento, no caso da beneficiadora de arroz datada do ano de 1984; comerciantes: o comércio varejista responsável pela distribuição direta ao consumidor final. Entre estes, figura o segmento mercado consumidor, considerado como mercado consumidor doméstico e internacional, por servir os produtores locais do próprio município, também se evidencia como ponto abastecedor para os demais municípios circunvizinhos que estão igualmente inseridos no contexto da produção de grãos em larga escala, além da exportação destes produtos para outros países. A presença deste sistema em constante expansão representa o avanço e a rapidez com que as transformações no município têm ocorrido. A dificuldade de acesso a equipamentos, peças e acessórios para o maquinário agrícola, além de produtos comuns ao dia-a-dia, é relatada por produtores que se estabeleceram ainda no início do processo, no município. Observa-se que as lojas pertencem, em grande parte, aos próprios produtores e seus familiares⁷⁷, como também por comerciantes da própria região que mudaram, total ou parcialmente, os seus ramos de atuação no comércio municipal.

A espacialização desses segmentos da cadeia produtiva da soja no município de Bom Jesus demonstra a íntima relação entre a zona urbana e a zona rural, relação altamente pertinente no âmbito da urbanização extensiva, pela expansão de elementos modificadores e reconstrutores do espaço considerados constitutivos do tecido urbano incorporando o meio rural e, contraditoriamente, a relação de interdependência entre as atividades desempenhadas na zona urbana em relação à agricultura e sua dependência como ecossistema natural que, inclusive a sua antropização, está intimamente relacionada às atividades agrícolas, como demonstra a expansão da área plantada, por exemplo.

⁷⁷ O que, aliás, corrobora a presença da “rede regional” gaúcha referida por Haesbaert (1995) e Moraes (2000), nos diversos ramos do agronegócio.

Nesse contexto, no caso do município de Bom Jesus, não seria pertinente um estudo voltado à descrição de formas e atividades aleatórias, principalmente no âmbito urbano, sem estabelecer a relação entre eles, a cadeia produtiva, no âmbito do processo produtivo desempenhado, e os circuitos espaciais de produção, que demonstram, no campo e na cidade, a sua inserção em um contexto mais amplo, nacional ou internacional, principalmente pelo fato de desempenharem uma atividade agrícola atrelada a demandas e preços cuja cotação é internacional.

CAPÍTULO IV

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIOGRÁFICAS

Apresenta-se, nesse capítulo, as idéias sobre meio ambiente e desenvolvimento, na perspectiva das representações sociográficas. Aborda-se a apreensão do meio físico, natureza, pela sociedade, de modo a discutir a fundação do universo simbólico das sociedades através das práticas sociais. Assim, as representações sociográficas, construídas e constitutivas nesse meio, têm a função de identificar alguns desafios que entravam o processo de desenvolvimento territorial.

4.1 Meio ambiente e desenvolvimento na perspectiva de poder das representações sociográficas.

O discurso do globalismo é utópico e abstrato, porque não possui um ‘topos’. Como discurso de totalidade aparece como homogêneo, entretanto está permeado pelas seletividades no âmbito dos fenômenos espaciais, que são também sociais, e se materializam no lugar, tomando forma concreta consoante manifestações intrínsecas com o todo, e nele encontra sua real existência (SANTOS, 2002; VARGAS, 2005). Contraditório, o processo de globalização se abre às possibilidades de engendramento de novas relações em outras escalas que não apenas a mundial, fazendo emergir daí, além do sentimento de alteridade, distanciamento e estranheza, também o sentimento de identificação, proximidade e pertencimento. Estes sentimentos aparentemente antagônicos permeiam as relações entre a sociedade e a natureza, substrato material onde se desenrolam as relações sociais.

Na prática, a sociedade incorpora a natureza como a base material para a sua reprodução social, considerando-a como fonte de recursos, produzindo, contudo, sua refuncionalização (VARGAS, 2005). Tantas refuncionalizações sejam produzidas quantas sociedades se apropriem da natureza, subtraindo dela todos os usos capazes de satisfazerem

seus anseios, éticos ou não⁷⁸. Elaborando os usos, segundo seus anseios e possibilidades, a sociedade inventa diversas formas de se apropriar desse espaço, cria territórios, tece territorialidades, redesenha lugares através do potencial ímpar da sociedade humana de criar, produzir-se produzindo seu território, seu lugar de vivência. Verifica-se, então, a edificação das peculiaridades dos lugares, das múltiplas valorizações e atributos (funcionais, estruturais e afetivos) dos espaços (ALMEIDA, 2003), semelhantemente ao que se observou quanto ao modo de apropriação da natureza pelos atores sociais que desenvolvem sua produção nas vazantes, caatingas e tabuleiros, já referidos no Capítulo III. Observa-se ali um relacionamento com o entorno que elege o que, como e quando produzir, numa perspectiva ancestral do trato com o meio circundante.

De tal fato decorre que são exatamente as relações entre os atores sociais e o seu meio físico que resultam nas representações acerca do espaço de vivência e da própria sociedade. Essas representações, o modo como se apreende o amplo relacionamento sociedade-natureza, emanam do mundo das práticas sociais e são também instrumentos de regulação dessas práticas. Ele, o mundo das práticas sociais transforma-se, enfim, no meio próprio da vida social (VARGAS, 2005). As representações sociais estão circunscritas na capacidade de simbolizar de uma sociedade, que produz o seu universo simbólico, e através dele podem-se apreender as atitudes e ações humanas atinentes ao meio em que está inserido (PIMENTA, 1996).

Tomaram-se as idéias de desenvolvimento e meio ambiente como demarcadoras do modo de empiricizar o fenômeno das representações sociográficas. A primeira, notadamente carregada da perspectiva de poder, tem sido disseminada pela mídia e incorporada nos discursos oficiais e populares, segundo interesses e apreensões peculiares a cada grupo social. Em sentido semelhante, a idéia de meio ambiente, por muitas vezes substituída pela de natureza, ganha o seu lugar de destaque recentemente, seja pelas pressões de cunho social, político ou legal.

A veiculação da idéia de desenvolvimento como condição premente para o Estado do Piauí está diretamente ligada às transformações por que passa o município de Bom Jesus desde as últimas décadas. O discurso oficial do governo para o desenvolvimento realça o potencial natural dos cerrados do sudoeste do estado como matéria-prima que ajudará a

⁷⁸ A ética pressupõe o outro, a alteridade. Segundo Duarte (1983), a questão ética se impõe para a questão ecológica porque se baseia na aceitação (ou não), mesmo de forma passiva ou ativa, de um padrão de comportamento em relação a ele, o veiculador da ação, o outro e a natureza.

construir um 'Piauí mais justo'

A variável ambiental, se for levada em conta nas atividades produtivas, é exatamente o que vai permitir a longevidade daquela atividade. Se todos os produtores pensarem que o seu projeto precisa ter sustentabilidade, isto é, precisa ter longevidade, todos nós, setor público e privado, precisamos trabalhar pensando nas futuras gerações, vamos dar consequência aos nossos atos. Então vamos fazer com que as nossas ações de hoje possam servir para nós e para o futuro, para as futuras gerações. Digo isso não da boca para fora, porque se nós não pensarmos no desenvolvimento levando em conta técnicas preservacionistas do solo, nós vamos degradar o solo, vamos levar a erosão, vamos acabar com os rios, vamos acabar com o lençol freático. O fato de o desenvolvimento ter chegado tardiamente ao Piauí, permitiu que a destruição dos nossos recursos naturais não fosse tão intensa no tempo e no espaço. O desenvolvimento mais acelerado do nosso Estado data dos anos setenta pra cá, principalmente após a construção da Usina de Boa Esperança. No caso da ocupação dos nossos cerrados, o processo de ocupação e exploração ocorre de forma mais intensa a partir nos anos de 1990 (comunicação oral⁷⁹).

Essa periodização da 'chegada do desenvolvimento', como se vê, é associada ao período da chegada dos primeiros produtores do centro-sul do Brasil ao Piauí, movidos pelas políticas e programas agrícolas voltadas para a viabilização da produção agrícola nos cerrados. Conforme discutido no Capítulo II deste trabalho, a aliança entre capitais nacionais e estrangeiros e a ação estatal favoreceram esse processo de expansão da agricultura moderna, que se instalou no Piauí, efetivamente, já nos anos de 1990⁸⁰. Largamente veiculado, como se observa, esse processo vem sendo incorporado pelo senso comum como um processo de desenvolvimento, de melhoria na qualidade de vida de toda a população, no presente e em longo prazo. Não obstante, esse discurso é encaminhado pelo Estado, através da mídia impressa, televisiva, enfim, em proporções que caminham para a sua consolidação como uma verdade em si mesma. Afinal, como observa Moscovici (2004), a repetitividade das representações sociais tem o poder de consolidá-las a ponto de galgarem ao *status* de realidade em si.

No âmbito deste debate, pode-se recorrer às representações dos atores sociais ouvidos

⁷⁹ MACAMBIRA, D. M. Professor licenciado do Departamento de Geografia e História da UFPI e Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí. *Palestra gravada por Márcia Regina Soares de Araujo*. I Fórum do Agrocerrados. Bom Jesus, PI: 15 jul. 2005.

⁸⁰ Embora já se tenha observado o ambiente preparatório para a recepção desses eventos desde a década de 1970.

e será observado que, em Bom Jesus, as transformações recentes sempre são associadas à chegada dos chamados gaúchos, ou seja, aqueles sujeitos responsáveis pelas transformações candentes no contexto municipal, seja no sentido do 'desenvolvimento' apreendido como progresso, seja no beneficiamento quanto ao volume de lucros gerados pela atividade agrícola desempenhada nos cerrados, conforme se pode notar:

Eu num sei. Cada dia muda as coisas. Mas eu acho que está bem melhor. Antes tinha pouca gente, a produção era mínima, avaliando com hoje, né? Bom Jesus sempre foi o forte. Inclusive na saúde, sempre vem tudo pra Bom Jesus e, às vezes, daqui é que... o que não é atendido aqui, não é resolvido aqui, é que vai pra Teresina. Hoje é como eu tô dizendo: tá bem melhor, né? A produção cresceu, a cidade cresceu, o município também. Por que eu considero crescimento, quando vem gente de fora, né? Por exemplo: antes, Bom Jesus ia crescendo com gente dos outros municípios, né? Me parece que aí só fazia inchar, não crescer, né? Mas agora com essa gauchada, deu uma alavancada boa, né? (comunicação oral⁸¹).

Ao longo deste trabalho, foi possível observar a associação entre o processo migratório originário do Centro-sul e as transformações recentes no município de Bom Jesus, assim como quando se afirma:

[...] o movimento do gaúcho aqui na nossa região, no meu modo de ver, no meu modo de pensar, foi uma coisa que caiu do céu [...] quem trouxe pra cá foi essa gauchada [sobre a arrecadação do município em relação ao Estado do Piauí]. Eu penso assim, porque... até pelos projetos que a gente vê em Bom Jesus eu acho que tem dois ou três projeteiro filho de Bom Jesus... eu não conheço mais, se tem... Então aí você vê, se a gente for atrás que a gente tem conhecimento, o homem da roça não tem conhecimento, mas pelo menos ele tem a visão que a arrecadação de Bom Jesus melhorou bastante (comunicação oral⁸²).

Constata-se que essa associação relaciona-se à inserção do município nos circuitos espaciais de produção de grãos, escala global, que se materializa, no plano imediato das

⁸¹ LOPES, A. S. Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 15 dez. 2004.

⁸² PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

representações dos atores locais, com a chegada dos produtores de arroz e, posteriormente, soja nos platôs das serras que circundam o município, áreas de chapada.

Em outro campo das falas, a problemática dos migrantes do Centro-sul, assim como a inserção das novas formas de produzir, situam-se num pólo de discussão desprovido do encantamento disseminado pelo discurso oficial.

Sobre a pergunta que você tá fazendo sobre o acolhimento do... do acolhimento do povo de fora, como os grandes... é... proprietários, eles têm mais facilidades, eles têm mais liberdade, eles têm mais oportunidade, eles têm mais tudo, enfim. Pra eles são mais fácil, até mesmo lá pelo banco, pelos diretores do Estado, a facilidade é maior... é mais fácil... devido... sempre com mais facilidade. O quê que tem com isso? O que tem com isso é que quanto mais melhoras pra esses fundiários, mais piora pro trabalhador rural. A vinda deles aqui em Bom Jesus não trouxe nenhuma melhoria ao trabalhador de baixa renda, e sim trouxe... é... cada dia mais piora, porque como temos um dos municípios que é um dos municípios do Estado que tem mais terra devoluta, eles se aproximam com muita facilidade, enquanto o trabalhador rural de baixa renda não tem essa facilidade. Então se torna, no meu ponto de vista, como diretor do sindicato, eu acho que piorou pro trabalhador de baixa renda. [Sobre a opinião nos sindicalizados] A mesma coisa. Que cada dia mais o Estado devia desapropriar a área para assentar as pessoas de baixa renda, mas eles ficam sem oportunidade porque os fundiários vão tomando. Quando eles não tem nem cinco hectares de terra, eles pega dez mil, cinco mil hectares de terra que era a terra que o responsável pelo Estado devia, é... como é terra devoluta, ter mais uma facilidade para o trabalhador rural se apossar (comunicação oral⁸³).

Torna-se patente nessa fala o processo de desterritorialização preconizado pelas redes do circuito espacial de produção de grãos, que incorpora o município como *locus* de produção onde se desenrola preponderantemente a ação dos agentes produtores agrícolas, cuja função é proceder ao uso das terras (SILVA, 2005), desenvolvendo as culturas eleitas para aquela região. Nesse processo, as redes não se articulam com os segmentos mais pobres, esclarecidamente os pequenos produtores, a não ser em casos esporádicos, na contratação de mão-de-obra temporária nos períodos de plantio ou colheita, segundo relato de alguns pequenos proprietários. Para além do processo produtivo, há a alteração no modo de vida do homem do campo tradicional da região, no âmbito da desterritorialização, desarticulando os antigos territórios, quando desarticula os antigos usos das chapadas para proceder ao seu

⁸³ SOARES, A. A. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus - PI. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.

pequeno criatório. Vê-se, portanto, a criação de novos territórios, uma reterritorialização daqueles espaços naturais, por uma racionalidade globalizante, que em um espaço diminuto, o próprio município, são articulados processos de periferização, o que vai desvelando a aparência de uma suposta homogeneidade apregoada pelo discurso de desenvolvimento elaborado para o estado do Piauí, com base nos eventos em curso na região dos cerrados do sudoeste piauiense nas décadas recentes.

O vínculo estabelecido entre a sociedade e o seu meio ambiente (natureza) não aparece em uníssono no tempo e no espaço (VARGAS, 2005). Existem peculiaridades criadas a partir do universo simbólico de cada sociedade, num determinado espaço, num determinado contexto histórico. Assim, cada sociedade possui uma capacidade de simbolizar, expressa através da linguagem, que viabiliza a identificação entre os membros desse grupo, por um lado e, de outra forma, constitui-os indivíduos, dotados de subjetividade (PIMENTA, 1996). Por seu turno, é sobre este aspecto que se faz viável a apreensão das representações sociográficas inerentes ao contexto das transformações candentes no município, particularmente sobre o que se convencionou chamar para este trabalho de processo de desenvolvimento e meio ambiente, baseado no que o discurso oficial intenta legitimar a partir do poder das idéias disseminadas pela mídia (MOSCOVICI, 2004).

Nesse itinerário, a veiculação expressa dos temas desenvolvimento e meio ambiente está para o município, como se acredita que seja também para toda a região dos cerrados piauienses, conectada à idéia de cerrados como recurso natural a ser explorado. Observa-se, claramente, a veiculação do termo desenvolvimento, mas na verdade, objetiva-se é o crescimento econômico, com base tão somente no volume da produção e produtividade. Conforme lembra Guivant, conseqüências socioeconômicas e ambientais desastrosas têm acompanhado a modernização da agricultura, como as altas taxas de produtividade alcançadas por este modelo. Dentre elas convém assinalar o agravamento do quadro de pobreza, o êxodo rural, a deterioração dos solos, contaminação das vertentes hídricas, além dos problemas referentes à saúde pública, no que tange ao uso indiscriminado de insumos químicos (GUIVANT, 1994).

Observou-se que a ancoragem⁸⁴ dos temas desenvolvimento e meio ambiente, seja no discurso oficial do Estado, seja nas narrativas dos representantes dos grupos sociais ouvidos manifestam-se e entrelaçam-se na mesma perspectiva da chegada da moderna agricultura no

⁸⁴ Ancoragem, para Moscovici (2004), é o processo no qual categorias novas são incorporadas as representações sociais.

município. Porém, no discurso oficial, a degradação ambiental dos cerrados piauienses, tem como atores principais os agricultores familiares, o que para Monte-Mór (2002) é confundir pobreza com degradação ambiental e culpar a vítima do processo. Explicita-se na narrativa a seguir.

Neste sentido, conforme podemos perceber nessa imagem de satélite referente ao município de Bom Jesus, toda essa área branca demonstra o assoreamento do rio. O que é que esse tipo de informação nos leva a concluir, a princípio? Não de forma ainda definitiva? É que as maiores agressões do meio ambiente no cerrado do Piauí, está ocorrendo nos baixões e não nas partes altas, onde estão as grandes culturas como a soja, por exemplo. Nos baixões, onde historicamente foram desenvolvidas as atividades da pecuária, principalmente extensiva, e a agricultura familiar, por não terem acesso a tecnologias adequadas desmatam a mata ciliar e levam a atividade até a margem do rio. No entanto, o mais grave é a atividade da pecuária que ocupa áreas muito mais amplas, levando o curral até a beira dos rios. Então, esse tipo de atividade econômica tem provocado muito mais agressões ao meio ambiente do que a atividade desenvolvida nas partes altas do nosso cerrado. Significa dizer que qualquer política pública pensada para essa região tem que pensar o cerrado de forma diferenciada. As partes altas e as partes baixas, sob pena de não ter consequência alguma. (comunicação oral⁸⁵).

Importa salientar que, de acordo com o mesmo registro, tem-se constatado o processo de expansão da atividade agrícola para as áreas de encostas das serras, conforme se verifica.

Mas essa constatação não significa que também não existam agressões ambientais nos platôs. Veja esse caso aqui na imagem de satélite onde esse produtor de soja parece não ter respeitado a área de reserva legal. Obviamente essa informação precisa ser checada em campo, com o recurso do GPS. Os técnicos vão localizar essa área para poder exatamente notificar os proprietários de que os trinta por cento de área de reserva legal não está sendo respeitada. Da mesma forma que áreas muito próximas às escarpas são áreas de APP, áreas de preservação permanente, estão sendo, em alguns trechos, desrespeitadas. O proprietário não pode desmatar até a borda, porque vai provocar erosão. Mas somente temos condições de fazer isso se nós tivermos esse tipo de instrumento aqui que estou mostrando [imagens de satélites]. O técnico vai a campo com o GPS, mas com a imagem de satélite dando substância àquilo que ele está verificando.

⁸⁵ MACAMBIRA, D. M. Professor licenciado do Departamento de Geografia e História da UFPI e Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí. *Palestra gravada por Márcia Regina Soares de Araujo*. I Fórum do Agrocerrados. Bom Jesus, PI: 15 jul. 2005.

[...]

No atual governo, nas ações que visam dar suporte ao planejamento de ações priorizou-se, além da informatização do processo de licenciamento ambiental, o Zoneamento Ecológico-Econômico de todo o Estado. O ZEE teve início com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Codevasf. A prioridade inicial foi dada aos cerrados do sul do Piauí em função da fragilidade desse bioma e do rápido processo de sua exploração a partir do início dos anos de 1990. Os instrumentos tecnológicos que estão sendo colocados à disposição do Estado, através da Semar, possibilitarão um melhor planejamento da ocupação do território, definindo de forma mais precisa as áreas que devem ser preservadas e aquelas mais vocacionadas à produção. Um dos instrumentos para monitorar o uso dos recursos naturais serão imagens de satélites foto-interpretadas, fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e atualizadas pela Semar em computadores de última geração (comunicação oral⁸⁶).

Ao que parece, as preocupações dos grandes produtores com a variável ambiental, principalmente no que concerne ao desenvolvimento sustentável dentro dos moldes do relatório Brundtland, que evidencia um processo duradouro que transcenda gerações, não tem sido incorporado suficientemente nas suas práticas nem nos seus discursos. Enquanto as falas dos pequenos produtores estão marcadas pela presença de categorias como área de preservação, assoreamento, além de uma amostra difusa da prática da educação ambiental no contexto informal, através da sociedade civil organizada.

[...] eu já tenho uma visão aqui, assim, diferente. Hoje, aqui nós criamos o que? Nós criamos a galinha, criamos uma vaca, é... criação de abelha, e hoje a gente tem uma preocupação com a terra, porque? De lá pra cá, essa terra foi trabalhada... mas ela... é... as pessoas que vinham trabalhando num teve aquela preocupação, digo, até assim, em relação mesmo em... vale do Gurguéia, o nosso rio. Que nosso rio hoje, ele é uma mãe, que ele renova as terra onde a gente trabalha, que chama as terra de vazante, né? E hoje, eu tenho a criação de abelha onde tem... tem as árvores, né? É... pequenas caças, eu digo assim, o préa, é... a ave, o curduniz, a rulinha, né? E outros pássaros que lá também sobrevive, porque hoje a gente não pode trabalhar mais na terra sem deixar uma área de preservação. Temos que deixar. Hoje aqui, nós temos uma associação que nós se arreúne assim, mais ou menos, uma vez por mês, que a gente até... a última reunião que a gente fez foi em relação ao meio ambiente. E todo mundo deixa um espaço entre a sua propriedade e o... a beira do rio, e... dele.. que tem uma delimitação por não haver o quê? Uma degradação, que se tirar aquela mata ciliar, o rio tá praticamente, ele não vai

⁸⁶ MACAMBIRA, D. M. Professor licenciado do Departamento de Geografia e História da UFPI e Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí. *Palestra gravada por Márcia Regina Soares de Araujo*. I Fórum do Agrocerrados. Bom Jesus, PI: 15 jul. 2005.

permanecer vivo, né? Ele corre o risco de quê? Assoreamento, que é o aterramento, né? Porque hoje muitas pessoas, quer dizer, eles já gradeia a terra até a beira do rio. Quando vem a chuva, carrega essa terra e joga pra dentro do rio. Então hoje nós já temos essa preocupação (comunicação oral⁸⁷).

Constata-se, aqui a visão otimista em relação ao cuidado com o meio ambiente. Primeiramente, a ampla noção da importância do rio Gurguéia para a sustentabilidade de todas as atividades, inclusive a agrícola. Uma visão ecossistêmica do lugar como espaço experienciado, o narrador expõe a interdependência entre a mata ciliar, os mananciais hídricos e a prevenção do assoreamento do leito do rio. Muito semelhante ao que preconiza o tema da sustentabilidade, o entrevistado demonstra uma renovação da esperança e da responsabilidade humana com a natureza (BOFF, 2002).

Os indícios da ruptura do equilíbrio ecológico presentes nas narrativas que interrelacionam curso d'água, matas ciliares e leito, exploradas acima, aparecem em outra narrativa que foca a quebra do sistema de drenagem por alguns dos pequenos cursos d'água, contribuintes que sustentam o rio Gurguéia, principal rio daquela sub-bacia do Parnaíba. O desmatamento seria a principal causa da morte dos tributários do Gurguéia e, conseqüentemente, o agravamento dessa situação seria um indicativo para a morte desse rio.

A questão do rio Gurguéia, eu acho que da Barra Verde pra cima, está morto, praticamente. Porque tem a questão do [...] ali que o rio, o riacho Corrente dos Matões, que dá sustenta... sustentabilidade ao rio Gurguéia é o Corrente dos Matões. Quando eu cheguei há vinte e seis anos ali, naquela região [...] todo mundo... a preocupação era desmatar. E eu cheguei aproveitando a área lá... que já estava desmatada, aí todo mundo: Aí num dá nada, não. Tem que desmatar. Tem que derrubar. Eu hoje, eu tenho a margem do... da parte minha toda protegida. Num deixo de plantar. Produzo a cana, produzo a mandioca e o capim, não desmatei a área do brejo. As duas nascentes lá já se acabaram, no Gurguéia... essa região do Corrente dos Matões tem cinco, seis nascentes. Duas já era. Não tem água mais nem pra beber. Só se fizer as cacimba. Por que? Porque eles desmataram toda nascente e acabou aquele minador acabou que era que dava origem o riacho. Quando é no inverno a água vai até mais em cima começa... aí quando vai chegando o verão, ela vai descendo e secando o riacho. Isso em Cabiceira e no Desterro [povoados] tem hoje a nascente da Rosadina, tem a do Olho d'água, quando faz parte nossa, que nós conservamos. Tem outra ali no Antonio Pinheiro e a de cá,

⁸⁷ SILVA, J. J. L. Presidente da Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Localidade do Eugenópolis. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Localidade Eugenópolis, Bom Jesus, PI: 07 jan. 2006.

debaixo do Buriti Grande. Então o volume de água diminui de mais e outra coisa, com os desmatamentos do cerrado, a areia, aquele areia tá começando vim pras encostas e caindo dentro do riacho, ele tá aterrando. E uma preocupação grande. Se todo mundo tivesse deixado aquela margenzinha de quinze metros respeitada, aqueles dez metros, quinze metros, o riacho do Corrente, hoje, não taria morrendo também. Assim como o rio Gurguéia no mês de setembro, outubro, de... da Barra Verde pra cima, todo cortado. [Paulo: se morre lá, morre o Gurguéia] Todo cortado, de Barra Verde pra cima você vê aqueles poços, num escorre mais aquela água que tinha... o volume de água da Barra Verde pra cá, porque? Por causa do riacho do Corrente. E se não tiver orientação pra não desmatar aquilo ali, vai acabar... vai acabar... que num tem outra saída, não. Muito lugar já secou. E eu vejo isso... a minha área é protegida, do outro lado... derrubaram até na beira do... do... do riacho. Tá lá. Pra quem quiser ver. Na minha área você pisa, aquele *paoul* afundando, do outro lado tá só o barro. Aquele... aquela argila dura, compactada, não dá mais nada (comunicação oral⁸⁸).

Em um outro momento das falas, os principais pontos sobre os quais giram as preocupações ecológicas referem-se à área de reserva legal, aos animais nativos que vivem à solta nos platôs das serras, o lixo tóxico proveniente das embalagens de agrotóxicos, além do destino das próprias embalagens, bem como descrito a seguir.

[sobre a área de reserva legal] Não... isso todo... todo mundo respeita. O IBAMA passa lá mas... quem fiscaliza... hoje, por exemplo, noventa por cento dos produtores não aceitam ninguém caçar. Não caça. Quando você anda na serra, você vê veado, você vê emas. Então, nós estamos em harmonia com a natureza. As reserva tão... tão todo mundo religiosamente deixou. Não temos um caso na... pelo menos na nossa região. Todo mundo respeita, ninguém queima. Os lixo orgânico e o lixo químico... é... embalagens... essas coisas, tudo é colhido aqui na... na central de embalagens. Você anda na serra do Quilombo, hoje... eu falo do Quilombo porque eu conheço. Você não acha uma embalagem, um lacre de um vidro, de um balde de defensivo. Um lacre se quer. Você anda nessas regiões onde o povo... esses dias mesmo eu fui pescar no vale do Gurguéia, aqui na beira do rio... embalagem de veneno... pessoal usa no feijão lá na... agora já foi pra o rio. Agora em cima da serra, se você andar nas fazendas e você achar uma embalagem fora do lugar, de veneno, de agrotóxico... eu lhe garanto que você não vai encontrar. Você não vai encontrar um saquinho... um vidro... um plástico sequer jogado. Em todas propriedade... começa pela beira de estrada. Então essa... esses ambientalista tão fora da realidade com nós aqui. Então, todas fazendas, por exemplo, fazem tríplice lavagem, guardo tudinho, termina, volta, trás. Vai pro destino dela aqui. Devolve-se. Não tem.. não tem porque esse... esse susto, não. Então, o que depender do cerrado, o meio

⁸⁸ MOURA, A. A. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Tucuns. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 jan. 2006.

ambiente não vai... ter problema na nossa região. [sobre as embalagens encontradas no rio, o que está faltando?] Esclarecimento. O próprio... eu acho que o próprio meio ambiente tá omisso. É porque só fala em cerrado, mas o problema tá aqui. Você anda na margem do Gurguéia, na margem do Parnaíba... tá ali o problema. O problema tá aí... só que eles... ninguém destrói o rio num ano, em cinco anos. E o Gurguéia está se acabando. Se você pegar o Gurguéia de maio, de julho, de agosto pra frente... da Barra Verde pra cima, cê num... ele tá parado. Porque? Acabaram com as matas ciliares. Vão plantando feijão, vai abrindo, plantando feijão até dentro do rio... e aí o cerrado é que é o culpado (comunicação oral⁸⁹).

Merece atenção o fato de se apontar como principais degradantes da natureza, principalmente no caso do rio Gurguéia, os pequenos produtores que trabalham próximos às margens do rio. A prática agrícola artesanal e arcaica, praticada secularmente pelos moradores locais, pela longevidade dessas atividades, fatalmente culminaram em impactos ambientais para o rio, assim como em qualquer outro ambiente em que se tenham desenvolvido. A diferença, porém, do que se alerta para essas modernas práticas agrícolas utilizadas atualmente, consiste, fundamentalmente, na extensão e intensidade da capacidade de transformação do ambiente em questão, como demonstram os números da área plantada em 2000 que totalizaram, apenas para o arroz e à soja, 95.124 hectares (CEPRO, 2003), principalmente no que tange a capacidade regenerativa desses ecossistemas, e o tempo que os mesmos dispõem para regenerar-se.

Deve-se admitir, no entanto, que a atividade agrícola tradicional, além de destinar-se ao provimento da família e, em alguns casos, ao comércio local quando lhes restam os excedentes, justamente por esses motivos não exigiam, ou exigem, dos recursos naturais a mesma intensidade de resposta, ou seja, o aumento cada vez maior da produção e da produtividade, como a atividade agrícola moderna. Essa modalidade recentemente implantada nos cerrados piauienses é reconhecida pelo uso exaustivo dos recursos naturais, por diversas razões. Dentre elas pode-se considerar, como alguns exemplos, que a produção deve atender e superar os investimentos massivos feitos pelos produtores em financiamento e despesas decorrentes do processo de preparo do solo e, sobretudo, pelo fato de ser um produto que visa atender ao mercado externo, cada vez mais sedento de volume e qualidade, o que exige maiores áreas destinadas ao plantio, maior volume de insumos químicos e melhor nível tecnológico. Cabe reiterar com Monte-Mór (2002) que, no caso da atividade agrícola

⁸⁹ COVER, I. L. Presidente da Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO). *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 12 jan. 2006.

tradicional, há reservas maiores de tempo destinadas ao processo de regeneração natural do meio ambiente, o que não tem exaurido, em um curto intervalo de tempo, o seu funcionamento, constituindo-se, portanto, não em espaço construído, mas em espaço transformado. No segundo caso, a agricultura moderna tende a desarticular e dificultar o processo natural de regeneração, por introduzir novos elementos inorgânicos ao meio ambiente. A extensão do impacto ambiental, sem dúvida, desse último processo tende a se tornar, por vezes, até irreversível, impedindo a atuação da capacidade de resiliência do ecossistema. Aqui se configura um outro espaço criado pelo trabalho humano, o espaço construído (MONTE-MÓR, 2002), e ambos, espaço transformado e espaço construído como já reiterado anteriormente, constituem-se agroecossistemas, pela intervenção agrícola nos ecossistemas naturais.

Questionado sobre o chamado desenvolvimento vivenciado pelo município de Bom Jesus, o representante do conselho do FUMAC pondera:

Qual desenvolvimento? O da soja? O cerrado? Ah... é o seguinte: a gente se limita aos cerrados em cima da soja. E não é a soja. O limite que eu acho é isso. O cerrado é o arroz, certo? É o feijão, certo? É o milho... é o milheto, tá entendendo? Futuramente tá saindo aí uma parte de girassol, essas coisas. Eu acho que é uma agregação de produtos. Agrega vários produtos num só. As pessoas botam soja, porque a soja, eu acho que é oitenta por cento da produção, certo? Trouxe desenvolvimento, viu? Concordo com isso plenamente. Bom Jesus sem... Bom Jesus, não, as... Cristino Castro, a Palmeira, a Santa Luz, as cidades circunvizinhas sem esse cerrado, né? Seria outra coisa. Não teria... melhorou a qualidade de vida de certas pessoas, de um ângulo, de outra maneira, tá entendendo? Eu achei isso. Trouxe desenvolvimento? Trouxe. O que me questiono nos cerrados é uma das coisas que o governo deveria tomar pé. Esse negócio: - Ah! Vou fazer um estudo de impacto ambiental. Todo mundo fala de impacto ambiental, mas será que esse estudo está sendo realizado de acordo com as necessidades da região? Porque de região pra região, um vale desse... há mil metros de distância há uma diferença muito grande, de solo, de vegetação, ação de vários fatores climáticos, tá entendendo? Eu acho isso. Eu acho errado. Essa parte do desenvolvimento, de querer produtividade, eu acho que produtividade tem, quando é em grande escala tem que ter. Tem que existir, certo? Mas deveria fazer um trabalho de produção, para depois partir para produtividade. O que é que eles fazem? Eles produzem soja, querem produzir setenta, sessenta sacas de soja um hectare, quando eles poderiam produzir quarenta com custo mais baixo e menos insumos. O que vai acontecer daqui há uns vinte anos? Pode botar aí. Daqui a vinte anos, essas terras que estão sendo produzidas agora, elas vão virar deserto, isso num vai nascer nenhum carrapicho, uma das piores coisas, tá entendendo? Nós já temos um grande exemplo no vale do rio São Francisco, tá entendendo? Quê que aconteceu no vale do rio São Francisco, com a chegada da uva, da

fruticultura, houve aquele: Ah! Encontramos o pote de ouro. Vamos todo mundo!... A maioria dos pequenos agricultores enriqueceram. E hoje todos eles estão pobres, porque? Adubação pesada sem nenhum estudo de nada, vieram a produzir com qualidade, produziram com qualidade, mas produzia com irresponsabilidade, que é uma coisa totalmente adversa, que eu acho, tá entendendo? O quê que aconteceu? O solo hoje é salino. A sorte lá porque tem muita água e os grandes compraram aqueles pequenos lotes e botaram uma bomba com mais ou menos cinqüenta litros por segundo quase, lava o solo, passa a máquina, retira aquele solo, porque lá quando joga a água no solo, o sal, ele vem para superfície, ela seca, você raspa aquele solo [?], joga fora, leva o solo atrás do outro solo e coloca. E aqui no cerrado como vai fazer isso sem água? Não vai! (comunicação oral⁹⁰).

Isso vem corroborar com as reflexões de Guivant (1994) sobre a crise ecológica instaurada pelo modelo de modernização agrícola do Brasil, evidente no município de Bom Jesus, a partir da execução da atividade agrícola dos cerrados, voltada principalmente para a produção de soja. A autora afirma que discutir o tema da sustentabilidade significa ressaltar a dimensão social, pois além das conexões entre sociedade e agricultura, merecem lugar de destaque os problemas e as contradições sociais, já que a pobreza rural é agravada a cada dia pela concentração fundiária, mudanças culturais induzidas, e proporcionam o uso de tecnologias agrícolas não-sustentáveis, pela própria falta de conhecimento do seu uso adequado. Em conjunto, estas transformações recentes tendem a contribuir para a dilapidação dos recursos naturais, exatamente esses que, pelos discursos oficiais, devem ser usufruídos pelas gerações futuras, embora na prática pouco se tenha feito para a sua perpetuação.

Mediante o exposto, constata-se que os temas desenvolvimento e meio ambiente são inseparáveis quando se reporta à dinâmica em curso no município. Assim como o desenvolvimento, através das falas foi possível constatar que está intrinsecamente relacionado à produção de soja nos cerrados, o meio ambiente aparece inequivocamente aliado a este mesmo processo, já que a atividade agrícola não prescinde da natureza como suporte, por mais que altere seus ciclos. A noção de degradação ambiental, a partir das práticas insustentáveis à agricultura, é evocada em todas as narrativas, variando-se apenas os protagonistas responsáveis pela degradação ambiental, num claro jogo discursivo de poder, de defesa de interesses particulares das classes que representam, ora atribuídos ao desmatamento efetuado pelos produtores das chapadas, ora apresentando-se como herança da tradicional

⁹⁰ PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

agricultura dos pequenos camponeses.

Cabe reiterar que a regularidade apresentada nas falas, que combinam os impactos ambientais às práticas agrícolas insustentáveis, devem ser pensadas não apenas no sentido de punição, principalmente daqueles que jamais tiveram a oportunidade de cogitar algum outro artifício, seja pelo contexto histórico em que se encontravam ou pela própria limitação material, mas no sentido preventivo, pois o processo acelerado de transformação do meio ambiente que as novas tecnologias proporcionam faz esgotar o tempo restante para a solução de problemas urgentes e vindouros. A outra questão relativa à degradação da natureza ocasionada pelo agravamento das condições que incidem sobre a pobreza rural, certamente será revista a partir da inclusão dos pequenos produtores em um novo modelo de desenvolvimento que contemple, de fato, as suas especificidades, os seus anseios, numa perspectiva que transcenda o localismo isolado, mas que, a partir das especificidades locais se possam projetar espaços de inclusão na produção global de riquezas. Aqui se inicia o desvendamento de alguns desafios.

4.2 “Eu acredito que o caminho é aqui embaixo, também”⁹¹: os desafios para o desenvolvimento territorial e a problemática das especificidades

Os contextos temporal e espacial têm determinado a especificidade dos principais problemas enfrentados pelas propriedades agrícolas (BLUM, 1999), patronal ou familiar, principalmente no que concerne às demandas frente às realidades em que estão inseridos. Pelas representações sociais acerca do processo em curso no município, amplamente divulgado como desenvolvimento, é possível observar as dualidades do discurso oficial e do pensamento coletivo dos representantes das organizações da sociedade civil. Na perspectiva das representações sociais, estas assumem fundamental papel para a apreensão e caracterização do pensamento coletivo, atuando para a contribuição indicativa da regularidade das falas dos atores sociais ao indicarem, mediante regularidade, as limitações enfrentadas neste período que se descortina na história recente não apenas do município, mas de todo o estado do Piauí.

⁹¹ MOURA, A. A. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Tucuns. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 jan. 2006.

O conceito de desenvolvimento, conforme observado, apresenta-se como polissêmico e ultimamente tem sido reconstruído através de adjetivações, o que pode representar um enfraquecimento de conteúdo, a apropriação generalizada por diferentes atores representantes de diferentes projetos de sociedade (RIBEIRO, 1992), ou ainda sinalizar uma tentativa de reconceitualização científica para o processo de desenvolvimento (FAVARETO, 2006). Ainda assim, oscilando entre interesses distintos, o conceito apresenta, na maioria das vezes, a pretensão de aduzir o viés do consenso, onde na verdade, apresenta-se por sua origem, permeado pela conflitualidade⁹². Nesses termos, os discursos que disseminam e giram em torno do conceito de desenvolvimento, na verdade, propõem o alcance de um estágio ótimo em que os conflitos tendem a desaparecer, pois todas as questões relativas à qualidade de vida (terra, trabalho, sustentabilidade dos ecossistemas, distribuição de renda, para citar algumas questões) seriam resolvidas definitivamente, como que visualizando a chegada de um tempo futuro em que os conflitos, crises e questões que permeiam as esferas da vida social chegassem ao seu esgotamento. Entretanto, este tempo futuro, se espelhado ou reproduzido no interior de uma sociedade de classes orquestrada pelo sistema capitalista, jamais teria lugar na realidade, mas apenas nas utopias românticas e perniciosas que têm por fim velar conflitos inerentes ao capitalismo, que o sustenta e que está em sua base constitutiva. Acredita-se, portanto, que a conflitualidade, como exposta por Fernandes (2006), constitui o cerne das apreensões do conceito de desenvolvimento que vise superar as mazelas impostas pelo modelo de desenvolvimento dominante. Nesta relação, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como processos dinâmicos pertinentes ao sistema de produção capitalista, apresentam-se como fundamentais para o desvendamento de questões complexas atinentes às relações sociais conflituosas no campo e na cidade, relações de dominação, apropriação e destituição nas amplas dimensões do território, trilhando, desta maneira, para um modelo de desenvolvimento que dê lugar à noção de território como fenômeno social inacabado e permeado pela conflitualidade.

Assim sendo, com base na regularidade das falas é que se evidenciam os desafios e entraves do chamado desenvolvimento territorial, aquele que se preocupa com as especificidades locais, tratando-as como potencialidades específicas, que tenderiam a minimizar os efeitos concentradores e seletivos do modo de produção capitalista.

⁹² “A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2006, p. 5).

Tomando-se como ponto de partida as considerações referidas, acredita-se que a regularidade nas narrativas permite deduzir que os resultados das transformações recentes no espaço do município de Bom Jesus – PI, apresentam-se através de dois vieses, aquele que ressalta sua validade pelo volume e diversificação dos produtos que hoje se encontram à disposição da sociedade bonjesuense, e outro que evidencia a polarização dos benefícios alcançados, que tem impossibilitado o conhecimento acerca da realidade local, das necessidades e potencialidades das comunidades interioranas.

Contraditório e permeado pela conflitualidade, esse processo de transformação tem abrangido diversos âmbitos do complexo contexto social, notadamente ao constituir e destituir territórios à medida que (des)apropria espaços permanentemente, evidenciando os movimentos do território. Para Fernandes,

Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder. São paradigmas que superam outros paradigmas. [...] No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade (2006, p. 42).

Aí, no permanente movimento do território do município em estudo, encontram-se transformações na paisagem, na disputa por espaços, nos modos e ritmos de vida, dentre outros, que abarcam o espaço rural e urbano. Desta forma, essas transformações devem ser pensadas como gestadas no interior de um sistema de produção por si só segregador, não sendo esta a justificativa única e permanente tanto para a desigualdade quanto para a geração de condições de vivências desiguais para a sociedade. De modo algum. A contraditoriedade e a conflitualidade da territorialização destes espaços pelo capital incita o soterramento da noção de território como ambiente físico, substrato material de reprodução da vida, e a emersão da noção de território como um fenômeno social permeado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 1995, 2002; CARA, 1996; FERNANDES, 2006; ARROYO, 1996). Assim compreendido, o território passa a figurar espaço fértil para se pensar o desenvolvimento, pois como espaço apropriado marcado pelas histórias e

experiências dos grupos sociais (FERNANDES, 2006), deve conduzir a superação da condição de exclusão desses grupos.

Figura, tanto nos relatos quanto nos novos programas de desenvolvimento emergentes, principalmente aqueles direcionadas pelo BNB, recentemente, que é possível buscar estratégias que podem dinamizar e dar relevo aqueles atores sociais, através do conhecimento das potencialidades locais. Essas estratégias podem dinamizar e dar relevo aqueles atores sociais, no que tange a sua produção, qualidade de vida, bem-estar, e respeito às especificidades, hoje assim consideradas, para a disseminação do desenvolvimento da sociedade, um possível desenvolvimento territorial.

Hoje, no entanto, têm-se considerado especificidades o que, rotineiramente, se produzia naquela região, antes do advento da expansão da fronteira agrícola para os cerrados do sudoeste piauiense. Já a soja, hoje concebida como produção regular, já esteve distante daquela realidade, e que por imposições do contexto da agricultura moderna global, articulado pelas redes da agricultura globalizada, tem-se instalado nos recantos que apresentam características edafoclimáticas semelhantes para o seu pleno desenvolvimento. Acredita-se, enfim, que isto se apresenta como uma flutuação na regularidade dos fatos sociais, e chama atenção para a relatividade do contexto social, seja pelo contexto histórico da sociedade atual, detentora de condições técnicas de produção em locais há pouco considerados inférteis, seja pela distante condição de vida daqueles inseridos nesse processo que são os beneficiados pelo caráter concentrador da territorialização do capital ou os marginalizados deste processo, que mesmo nesta condição, procuram alternativas para sua sobrevivência.

Para os pequenos produtores, questões como falta de acesso ao crédito para produção agrícola e criação de pequenos animais, investimento em capacitação e apoio técnico, acesso a tecnologias modernas, maior disseminação do associativismo, condizem com alguns dos elementos que podem ser identificados como desafios para o desenvolvimento, conforme explicitado:

Esse assentamento é federal, né? E o governo federal nos botou aqui e pronto. Zerou. Até esses empréstimos para se fazer é a maior dificuldade. [...] A estrutura para que nós tivéssemos um poço, nós tivéssemos água encanada, que nós tivéssemos energia dentro da nossa propriedade, e isso nós não temos, e aí começa... por aí começa a dificuldade. Você vê como está difícil para nós. E... estamos na dificuldade ainda e chegamos na hora do empréstimo. Nós estamos com dois anos

lutando para arrumar um pequeno empréstimo do Banco do Nordeste e acarreta as dificuldades nossas sobre documentação, união, sobre um bocado de coisa... é... sempre vai acarretando, o tempo vai passando e nós estamos sendo... já chegando o dia de pagar as prestação e ainda não recebemos nem o empréstimo pra começar (comunicação oral⁹³).

[...] elas [as famílias] estão com dificuldade de acesso ao crédito no banco, porque parece que o banco não quer liberar dinheiro pra eles. [motivos] O banco está alegando, agora no momento, que têm duas associações que não pagaram ainda a licença do IBAMA. Depois dessa licença do IBAMA, vai apresentar mais dificuldade, porque cada vez que vai lá eles botam uma dificuldade lá para frente. Eles estão tocando assim: nós estamos com dois anos lá, lutando, enquanto eles conseguem esse empréstimo, que é aquele empréstimo para eles produzirem, trabalharem, criarem alguma coisa, e o Banco do Nordeste aqui [...] não está valendo nada. Já digo logo assim, porque eu não tenho medo. O Banco do Nordeste não quer emprestar dinheiro ao pequeno produtor. Até o acesso ao Pronaf B. [...] Pronaf B é um empréstimo de mil reais, que é da agricultura familiar, eles estão tendo dificuldade até nesse. Agora no mês de dezembro, a gente está com os 'Pronaf' lá. Está com nove meses que a gente fez, já andou pelo banco, já voltou para o EMATER, agora o EMATER fez novamente. Aí a gente dividiu uma parte para o Banco do Brasil e o outro para Banco do Nordeste. Tem semana que eles tiram um pouquinho. O Banco do Brasil está pagando direitinho. Está pagando, mas está com muita dificuldade com o Banco do Nordeste (comunicação oral⁹⁴).

Dificuldade de financiamento, tem que ter avalista, não tem bens para... aí quando chega o grande, o gaúcho, que diz que tem dinheiro, aí não, ele é bem atendido nas agências, e o pequeno sempre fica de lado (comunicação oral⁹⁵).

Eu acho onde entraria o PCPR⁹⁶ era aqui no Vale do Gurguéia era aqui financiando essa parte de fruticultura para os pequenos que nós não temos aqui esse financiamento. Tem financiamento de banco para ferrar você, somente. Que a maioria deles, eu acho que oitenta por cento dos agricultores, né? Tem débitos hoje nos bancos. E que não tem condições de pagar. A verdade é essa. Tão rezando para ver se o governo Lula cumpre uma

⁹³ PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

⁹⁴ ARNALDO, M. F. A. Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus - PI. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.

⁹⁵ LOPES, A. S. Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.

⁹⁶ Sobre o Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR), ver SILVEIRA, A. L. Projeto de combate a pobreza rural: características e histórico de formação. In: *CARTA CEPRO*, Teresina, v. 21, n 1, p. 16-30, jan./jun., 2002.

promessa de isentar várias pessoas dependendo do projeto. Isso é só conversa de político. [...] Quem tirou tem que pagar. Eu acho isso. (comunicação oral⁹⁷).

Os desafios inerentes à capacitação podem ser observados através das falas sobre a formação do capital social, ou melhor, a criação de uma rede de informações que dê consecução ao planejamento do desenvolvimento local sustentável (BUARQUE, 2002), o qual serviria também de instrumento para instituir a autonomia dos grupos sociais locais. Destarte, a demanda por capacitação encontra-se manifesta nas narrativas abaixo discriminadas.

Eu acho isso. A parte de... que dê um projeto de vida pros pequenos agricultores, que se você fizer um projeto de galinha caipira pra eles, tá entendendo? Eles fazendo um curso básico de como criar galinha, certo? Fazer um trabalho de base lá dentro, tá entendendo? São doze galinhas que o PCPR financia, cara! Ah! Mas doze galinhas? Pra quê que eu quero doze galinhas e um galo? Eu vou viver... não, não é pra você ganhar dinheiro com isso. Você vai ganhar dinheiro se você quiser ganhar dinheiro. Isso é pra você aumentar a renda. Agregar valor a seus produtos e aumentar... contribuir com a parte da sua renda, se você fizer hoje com doze galinhas, você está com uma galinha que dá quarenta e sete a sessenta e sete ovos por ano. Você com dez galinhas, você tem no mínimo quatrocentos animais num ano, entendeu? Qual o pequeno produtor que tem condições de sustentar quatrocentas galinhas num ano? Nenhum, tá entendendo? Sustentar um padrão desse num tem. Nenhum deles tem. Mas você pode ficar com vinte, com trinta, com quarenta, com cinquenta, dependendo de suas condições, certo? A vasta parte de apicultura mesmo, que é um potencial que tem que ser desenvolvido aqui na região. Alto potencial. O Paulo mesmo conhece, certo? Mas não tem. Não tem um pingão de estímulo. Você produz mas não tem comércio, né? Você tem a matéria-prima, mas não tem o conhecimento, tá entendendo? Essa parte de aumento da renda do pequeno agricultor, certo? Eu acho que deveria ser trabalhado mais aqui na...eu sou a favor disso. Isso é um pensamento pessoal também, tá entendendo? [...] São coisas que tem que ser trabalhadas. Se o governo tivesse responsabilidade de passar o que é associação, o que é uma cooperativa, cooperativismo, associativismo com essas pessoas, seria melhor. Hoje a gente tem. [...] Vou dar o exemplo de... da questão do Banco do Nordeste. Financiou, mandou: “Não. Nós só financiamos associações [...] só associação. Quer dizer ele tinha que formar uma associação, criar uma associação pra poder liberar o dinheiro, porque o que acontece... eles criaram uma associação relâmpago e foram fazer. Eu financio você, você financiava, avalizava Paulinho, e Paulinho me avalizava.

⁹⁷ PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

Tem de ser no mínimo de três. Que acontece. Eu irresponsavelmente pegaria o dinheiro, toquei fogo, pronto. Acabou. “Não, quem vai pagar é a associação”. Aí o desafio é esse aí. Hoje, estão endividados, os pequenos agricultores, por causa disso, que não sabiam o que era a associação. Não sabem o que é a associação. Pensavam que a associação é quem ia pagar, se ele não pagasse. A associação era que tinha obrigação de pagar, porque quem tem a obrigação de pagar é o avalista, né? Quem é sócio da associação. Criou uma inimizade entre famílias por causa disso. Pessoas que não se falam porque atrasou a vida, ele pagou mas não podem mais fazer outro financiamento porque o nome dele estava lá como avalista, está entendendo? E isso foi um dos maiores erros do Banco do Nordeste e hoje ele tá reparando isso, é tanto que ele bota pé na parede, cara. Que eu acho isso. Tem que fazer? Tem. Moço, quê que tem você ir pra um banco trazer um especialista pra um curso de três dias, só pra abrir a mente, depois você vai trabalhar, está entendendo? (comunicação oral⁹⁸).

A integração parece ser uma das indicações para se lograr êxito na busca pela autodeterminação, partindo-se para uma postura participativa e superando a passividade. Para que os agricultores não sejam excluídos, ou não permaneçam em condição de exclusão, a posição associativa surge como essencial. Paralela a esta questão, a busca por assistência técnica e creditícia, somada à posição associativa, segundo Blum (1999), têm muito a contribuir para um desenvolvimento auto-sustentável.

Você vê o banco bota dinheiro, né? O governo manda o dinheiro? Manda. Ele quer fixar o homem lá no campo, vai. Só que... só que ele não tem como produzir. Porque ele não sabe. Ele não sabe por conta própria produzir. É preciso que alguém oriente. Olhe, aqui está melhor no mercado. Você vai produzir isso aqui, vamos fazer... eles acham que botando vinte, trinta hectare de terra vai a produção... no entanto, se eles produzisse, num hectare, eles produzisse bem, era melhor do que... a despesa era menor. O ganho deles era maior, né? Eu vejo por esse lado. É... acredito que como bonjesuense que eu adotei isso aqui há trinta e seis anos, eu vejo essa grande dificuldade. A gente quem tinha uma cabeça melhor, que tomou um rumo... na agricultura, hoje em dia está... pendengando por conta disso. Os invernos também não tem sido lá essas coisas. Mas é um vale muito fértil isso aqui. Eu acredito que o caminho é aqui em baixo, também. O cerrado é bom? É. Pra quem tem condições grande que vai lá monta um projeto e produz. Agora pra quem num tem que tem um pedacinho aqui em baixo, tem que produzir é aqui, também. E vai [...] num pode produzir um arroz porque lá em cima é mais... produz barato, produz outra coisa. Produz outra coisa. Produz tomate, produz a cenoura, a beterraba. Porque que é o Pernambuco hoje, a Bahia são grandes produtores de frutas, de... verduras e nós, não? Com um vale tão

⁹⁸ PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

fértil desse aqui? Eu acho que o caminho é por aí. Eu me mudei pra em há vinte e poucos dias [nova residência afastada da zona urbana]. Morava lá no centro, estou me mudando para cá e... pretendo, uma pequena área aqui que eu tenho, dezesseis hectares, aqui, vou diversificar isso aqui. Eu vou... tenho o leite, tenho o frango, tenho o porco, a verdura, pelo menos, pra sobreviver e o excedente eu vender. É essa a minha intenção. E acredito que seria a intenção de muita gente. Agora falta orientação. É aí o grande problema daqui é essa EMATER desestruturada e a preguiça dos técnicos, porque aí tem o quê? Tem dez técnicos, quatro agrônomos e seis técnicos agrícolas com uma estrutura fantástica, que a EMATER tem e não funciona. Não vejo funcionamento dela pra lugar nenhum. E volto a insistir: essas associações, nem uma delas, hoje tem condições de pagar parcelas. A nossa tem estrutura que é estrutura de primeiro mundo. Com trator, equipamentos pra cachaça... é equipamentos pra... a casa de farinha que no município de Bom Jesus talvez não tenha nenhuma. É uma estrutura que só se você vê mesmo, uma coisa... Paulim conhece lá... é uma coisa fantástica. Uma fábrica de doce. Nós conseguimos através do governo do estado, naquele programa PCPR, nós conseguimos uma fábrica de doce equipada e só produziu doce lá, no primeiro ou segundo ano, porque eu fiz. Comprava material, material pra mim e fazia. Depois que eu deixei, nunca mais fizeram. Eles podiam aproveitar lá... esse era o caminho, mas está a estrutura toda lá indo de água abaixo e não tem incentivo. Ainda um dia desses, eu estive no Banco do Nordeste conversando com o gerente e ele me disse: 'Eu não tinha o que fazer. Eu não tenho.' Eu digo, tem! Tem você tem todas as condições... é botar... se o... Se cada área dessa tivesse um técnico que... que cuidasse... não tinha a menor dúvida que ia pra frente. Agora, o banco contratou os técnicos de empresas... todas as empresas já se acabaram... enquanto estavam ganhando dinheiro, estava tudo muito bem. No dia que terminou, venceu o contrato, acabou, aí ninguém num procura nem assim: 'rapaz, como é que está tua produção lá?' Eles não tem essa preocupação. Então é isso basicamente que eu vejo. Vejo com muita preocupação. Produções grandes lá em cima e aqui em baixo se acabando. Tornando um deserto aí só pra gado. Um vale tão rico como esse aqui. Quem tem uma propriedadezinha como eu, Paulinho tem ali, sabe o que que é capaz de produzir dentro dela, num espaço tão pequeno. Eu vejo por esse lado (comunicação oral⁹⁹).

Por seu turno, aparece como um dos entraves ao desenvolvimento territorial a inexistência de conhecimentos acerca das potencialidades locais por parte agentes de desenvolvimentos que não têm saído a campo para conhecer de perto as potencialidades e demandas das comunidades locais. No período em que se procedeu a pesquisa de campo, pôde-se observar, através das narrativas, algumas alternativas de atividades agrícolas apontadas pelos entrevistados que, obviamente após acompanhamento técnico poderiam ser consideradas no âmbito das estratégias inclusivas. Considerando o associativismo um tema emblemático para a aquisição de visibilidade dos pequenos produtores, acrescenta-se a

⁹⁹ MOURA, A. A. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Tucuns. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 jan. 2006.

percepção desta prática social com finalidade primeira de angariar recursos junto às instituições financeiras, o que tende a explicar a desarticulação dos grandes proprietários quanto à filiação nos sindicatos, como entidade da sociedade civil organizada, especificamente o Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia, conhecido como sindicato patronal.

Não sei porque... acho que... num é obrigado mesmo se associar.. e... se associa se quiser, não é? São os proprietários de terra. Nós estamos com... só com os pequenos, não é? Os grandes tem muita pouca gente. Esse pessoal da serra, ninguém vem ainda se associar com a gente. Não sei... eu tô querendo fazer agora uma reunião no começo do ano [2005] inclusive pra ver se dá uma alavancada no sindicato pra mim poder fazer uma eleição, pra ver se entra outro mais sabido do que eu, que eu não sou sabido, né? [Dimensão das propriedades] É pequena. É vinte hectare, oitenta... tem deles que vai até dois mil hectare, né? Mais são poucos. [Onde se localizam] No município. Aqui... é... baixão... na maioria no baixão... beira de rio sempre é pequena, né? Na vazante (comunicação oral¹⁰⁰).

Eu arrumei um curso de associativismo para a associação do Riacho. Só não fiz porque não achei local, tá entendendo? Que vinha... era uma semana... cinco dias. [...] Porque muitas vezes, um método de associação, de associativismo, como tem no Rio Grande do Sul, não é querer implantar aqui, não. Você pode adequar. Eu também trabalhei cinco anos o MST. Prestei assistência aos assentados. Trabalhei demais, demais e dei muito curso de associativismo, era uma das coisas que prevalece dentro do MST, certo? É isso aí. Primeira coisa que eles criam. É horrível... demais, demais, demais. Eu acho que o Sebrae, o Senac, deveria tomar pé disso aí... o governo (comunicação oral¹⁰¹).

Observa-se que o associativismo, a convivência a partir das associações, passa necessariamente por uma fase de preparação para a convivência em grupo, passa pela formação e informação, outros elementos destacados por Blum para a passagem do agricultor da condição de coadjuvante a protagonista nos cenários da melhoria do seu nível de vida, e maximizar o potencial de resolução de problemas através da soma de forças e mentes. O mesmo autor ainda afirma que o “associativismo é o calcanhar de Aquiles para que

¹⁰⁰ LOPES, A. S. Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 dez. 2004.

¹⁰¹ PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

comunidades rurais se desenvolvam e se constitui em condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade agrícola e, também, urbana” (BLUM, 1999, p. 90). Nesta última menção, a sociedade urbana também é conclamada para a constituição desses grupos sociais.

É importantíssimo, sabia? Até ra zona urbana. Pessoal acha que associação ficou pra zona rural. Eu acho que a partir do momento que todos os bairros tivessem uma associação, eles tinham como reivindicar o prefeito, ao secretário qualquer, pessoa estava no... com a responsabilidade do poder, né? De levar obras por... pra seu bairro, certo? O que falta aqui é cursos pras pessoas saberem o que é associação, o que é cooperativismo, está entendendo? Porque eles usam muito corporativismo, e isso aqui é demais, tanto na zona urbana quanto na zona rural. A verdade é essa. As pessoas: não vote que nós vamos ajeitar isso pra ti, não sei o quê. [...] Ele já tá ludibriado por uma cabeça maior (comunicação oral¹⁰²).

Um outro desafio inerente aos problemas enfrentados pelas comunidades que se encontram à margem desse processo em curso no município, refere-se à dificuldade de acesso a tecnologias para promover suas produções. Adianta Blum, que as tecnologias introduzidas para alavancar o processo de desenvolvimento sustentável deve seguir os seguintes parâmetros: “sejam socialmente desejáveis, economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis, administrativamente compatíveis e tecnicamente recomendáveis” (BLUM, 1999, p. 77). Como território de disputas sociais, as falas também revelam forte conotação de posicionamento político divergente entre as entidades. Desvela-se, nas falas abaixo, o posicionamento paradoxal entre representantes no que tange à questão do maquinário para viabilizar a produção agrícola dos pequenos produtores.

O prefeito municipal junto com a secretaria de agricultura em todos os municípios do interior, é... eles tão com os tratores aradando as terras, eles já dão as terras toda arada cada produtor, que tem uma pessoa que sai, que trabalha na secretaria da saúde, aí eles vão agendando, aradando a terra, já dá toda a terra, daí eles vão plantar, então uma grande facilidade também. A prefeitura tem um carro, também alugado, que ele paga lá o carro, a pessoa transporta a sua produção da roça para casa. [...] Então esse, para aradar a terra já não precisa mais alugar... não é o prefeito, a prefeitura tem um trator,

¹⁰² PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

são os tratores em todas as localidades arando terra. Antes... na administração passada aconteceu, mas foi muito pouco, num foi lá estas coisas não. Eles faziam para uns e outros não. E eles estão fazendo no geral, aonde ele chega, ele ara a terra lá de todo mundo, que vai plantar. É... nessa administração, ele tem a terra, chega, bota o trator lá, só sai daquela comunidade quando gradeia a terra de todo mundo (comunicação oral¹⁰³).

Não acompanha, não acompanha o desenvolvimento de Bom Jesus. E outra coisa, por parte da prefeitura vem gastando aí desde o ex-prefeito Ademar, Marcos e a gente vê na administração do Alcino que a Secretaria de Agricultura só tem o nome. Tem quatro tratores ou é cinco, aí, da... da secretaria de agricultura. Esses tratores servem pra carregar lixo, serve para transportar pessoas. Num é agora exceção com o Alcino, não. É desde o tempo de Ademar, Marcos, esse pessoal. Eu acho que esses tratores deveria está cada um na região dessa pra... com mais dois técnicos bons, pra acompanhar o homem do campo (comunicação oral¹⁰⁴).

O associativismo, as tecnologias, as informações/formações principalmente apresentam-se num campo das relações de poder que polariza e alarga o abismo entre destituídos e detentores, fundando um campo de forças que se dissimula numa possível relação de troca, pagamento por hora de trabalho com tratores, por exemplo, que na verdade muito pouco contribui para a autonomização frente aos seus próprios fatores de produção. É, portanto, um território marcado pela dinâmica desterritorializadora da chegada e da falta de acesso às tecnologias e, ao mesmo tempo, é reterritorializadora, por permitir o acesso exíguo e problemático do uso desses fatores de produção, portanto lugar permeado por disputas sociais (FAVARETO, 2006), o que tem edificado percepções superficiais, por parte de alguns, de inclusão e participação na moderna agricultura desenvolvida nas chapadas.

É... eles tão nos ajudando a desmatar da área das nossas propriedades. É... eles vieram nos procuramos gente aqui mas eles não concordaram com o preço e o Banco já nos emprestou limitado a um certo preço que a gente num dava nós fizemos as bases, era obrigado nós inteirar com mais ou menos vinte por cento, porque os projeteiros daqui, como o rapaz lá do Baco do Brasil, ele... é, nós teria que entrar ainda mais com cem reais por hectare, né? E aí nós num concordamos porque nós empreitamos aqui por seiscentos reais com esses mato-grossense e que foi o dinheiro que o banco dava e ele disse

¹⁰³ ARNALDO, M. F. A. Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus - PI. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 15 jul. 2005.

¹⁰⁴ MOURA, A. A. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Tucuns. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 14 jan. 2006.

se num fosse por aquilo nós num faria, né? E o pessoal daqui num quiseram esse preço e nós já arrumamos com o rapaz de fora se dispôs. [...] Não. Ele está fazendo de duas [associações] mas a gente... eu estou entrando em contato com ele hoje aqui, inclusive eu estou esperando ele aqui hoje pra gente fazer das três e a outra já está feita. A do Novo Horizonte já está feita também com gente de fora, né? Mora aqui, mas é gente de fora, da Bahia parece. É baiano. Então são tudo a metodologia dele são de lá, não é daqui, nossa. Nós num criamos isso e por isso eu acho que eles só tem a nos ajudar. [...] Trouxe e tudo, né? Não só maquinário, porque a experiência dele é mais avançada que a nossa sobre esse tipo de trabalho, né? [...] Eles fazem né? Eles fazem e da maneira que eles trabalham lá e acha que é melhor porque nós aqui pegava, antigamente, pegava o trator com a plana e levava com tudo, né? Hoje eles passam a máquina, quebra a madeira quebra tudo, fica mais fácil, arranca pela raiz não precisa arrancar o solo, o primeiro solo da terra e deixa a terra mais ou menos do jeito pra gente plantar. Isso já é uma grande vantagem... que primeiro eles metiam era a... e levava era a gordura da terra e ficava a terra sem o adubo. [...] Não. Era nós aqui antigamente, né? Você paga. Bota um trator de esteira numa terra dessa daí, como o Delson mesmo fazia, e essas terras nossa aqui também foi feito assim... é lá atrás, na década de setenta, né? O trator chegava e arrancava com raiz e tudo e levava e deixava a terra no tipo de erosão, né? E hoje, não. Ela já faz essa técnica de lá e deixa a terra beleza. [...] Já no ponto de trabalhar e num tira o solo da terra. A produção aqui... eu vou dizer aqui nós tem o melhor terreno do, dessa região, né? Em caatinga, em tabuleiro, em vazante... Porque já teve muita terra boa, mas acabou (comunicação oral¹⁰⁵).

Nestes termos, o desenvolvimento como um fenômeno homogêneo é, na verdade, uma criação que visa legitimar a expansão de um modelo segregador e dilapidador das condições socioambientais. Contido em discursos hegemônicos, esse chamado desenvolvimento tende a obliterar a diversidade manifesta nos locais em que eles se assentam, e porque não as manifestações sociais, espaciais, culturais, que são plurais. Esse componente ideológico e tendencioso imbuído da visão capitalista de maximização das riquezas, tendo como suporte a natureza, para só posteriormente partir para a distribuição desse “pote de ouro”¹⁰⁶, já se apresentou, há muito tempo, ultrapassado e produtor de desastrosas experiências.

As confusas aproximações entre desenvolvimento e crescimento econômico, numa visão quantitativa, e desenvolvimento e perpetuação dos recursos naturais, como disseminado pelo relatório Brundtland, caracterizam bem as definições oficiais de desenvolvimento. De outro lado, apresentaram-se, nas falas acima, representações sociográficas que amalgamam

¹⁰⁵ PEREIRA, R. N. Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Assentamento Conceição, Bom Jesus, PI: 11 jan. 2006.

¹⁰⁶ PIAUILINO, A. G. F. Presidente do Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho. *Entrevista concedida a Márcia Regina Soares de Araujo*. Bom Jesus, PI: 17 jan. 2006.

encantamento e desencantamento em relação aos eventos recentes em curso no município.

As perspectivas dessas narrativas encontram-se ancoradas na própria vivência dos sujeitos sociais e nas representações que os mesmos detêm e recriam acerca do seu espaço em transformação. Com base nessas representações, a perspectiva de um desenvolvimento que contemple as variáveis sociais e ambientais, as relações de poder que se desenrolam naquele espaço, constituído território, bem como algumas pistas dos entraves e desafios que emperram o desenvolvimento mais inclusivo, foram aqui analisadas de modo a expor as idéias de desenvolvimento as quais rondam entidades oficiais e civis naquele município.

CONCLUSÃO

No intuito de compreender a reorganização espacial do município de Bom Jesus no Piauí, a partir da expansão da fronteira agrícola para os cerrados piauienses, perseguiu-se no itinerário de uma trilha compreensivista, através da qual foi possível visualizar a dinâmica latente do referido município e, por extensão, da região dos cerrados piauienses. Partindo deste pressuposto, constatou-se que o município de Bom Jesus sofre intensas transformações de largo espectro no seu espaço, movimento que se dirige à reorganização do seu espaço rural e urbano.

A trilha teórico-metodológica percorrida nesta pesquisa apontou para os seguintes resultados:

Constatou-se que o sistema de ações, corporeificado nas ações do Estado e dos capitais privados nacionais e internacionais, representaram os agentes viabilizadores da dilatação da fronteira agrícola para esta região, na esteira do que já se tem consolidado em escala nacional, mediante a implementação de políticas, programas e investimentos para a região dos cerrados. Observou-se, entretanto que, quanto à demarcação empírica desse processo, o aporte dos novos atores sociais provindos de outras regiões, promovido pelas redes migratórias, tem produzido um espaço *sui generis*, paisagens singulares, traduzidas pela apropriação material e simbólica do espaço, diferente, portanto, do que se vislumbraria há pouco menos de duas décadas.

Ainda no que concerne ao sistema de ações, as redes, apreendidas no âmbito da infraestrutura como viabilizadoras dos espaços de circulação de matéria, energia e informação, têm se apresentado deficitárias se consideradas de um modo amplo. Embora a malha viária municipal esteja integrada ao sistema estadual e nacional, através de uma rodovia de imposição nacional, apresenta sua fragilidade, pois aparece praticamente como única via para o escoamento da produção, já que a divulgada e inacabada rodovia Transcerrados, ainda permanece no campo dos discursos indicativos da valorização espacial, a exemplo das demais rodovias planejadas, projetadas e cartografadas, apenas. Destaca-se também nos discursos de valorização futura do espaço, a via ferroviária Transnordestina, projetada para o município de Eliseu Martins no Piauí, como elemento importante para o escoamento da produção graneleira dos cerrados piauienses.

Outro ponto crítico em se tratando da questão da infra-estrutura, diz respeito à

dificuldade de acesso das comunidades rurais aos serviços essenciais de saúde e educação, o que enseja a implantação de estradas vicinais para a melhor movimentação da comunidade rural.

As entrevistas revelaram como o município de Bom Jesus vem se inserindo no contexto nacional e internacional, seja através da comercialização da produção, da veiculação de informações acerca do processo produtivo e das safras, seja no que concerne às experiências trocadas pelos grandes produtores locais com os demais produtores nacionais e internacionais, além de figurar no noticiário nacional, conforme relatado pelos antigos moradores bonjesuenses.

Em relação à dinâmica ambiental, a transformação do espaço natural em espaço construído, já está consolidada e em processo de expansão, que se dá pela territorialização do capital que toma para si espaços com o fim de movimentar o crescimento econômico e ampliar o lucro das atividades produtivas. Nesse contexto, salienta-se que a necessidade de grandiosos espaços que viabilizem a agricultura comercial tem impactado a região, de modo a infringir a Legislação Ambiental, conforme constatado através de meios imagéticos, o avanço da produção para Áreas de Preservação Permanentes, as conhecidas APP's. Assim, o discurso da sustentabilidade tem sido esvaziado na prática, pois os interesses econômicos têm suplantado os interesses ecológicos.

O uso do solo dos cerrados tem sido efetivado de maneira crescente para a produção da soja em detrimento da produção de arroz, como inicialmente se produzia, em um movimento crescente que contrasta com a lógica dos demais espaços produtores de arroz no estado do Piauí que tem ampliado o número de produtores, da área colhida e da produção de arroz.

Uma outra constatação diz respeito à pequena produção. Os pequenos produtores ainda permanecem à mercê das condições naturais para o desenvolvimento de sua produção, mesmo o município vivenciando a festejada modernização agrícola. No caso dos baixões, a pequena produção aponta para a policultura (mandioca, feijão, caju, arroz, capim, dentre outros), para a criação de pequenos animais, em sua maioria, e atende às demandas familiares basicamente, e ao abastecimento local.

A exemplo do que acontece na região dos cerrados como um todo, o município de Bom Jesus apresenta-se com dados agravantes no que se refere à concentração fundiária, mudando apenas os personagens. Até meados da década de 1980, em cena estavam as elites locais, a partir disso, já nos anos de 1990, entram em cena os produtores oriundos da região

Centro-Sul, conjugando-se aos agentes locais neste processo. Neste mesmo aspecto observou-se que até o Censo Agropecuário de 1985 os estabelecimentos com mais de 500 hectares eram improdutivos, e através de dados recentes deste ano de 2006 mesmo que parciais, já se evidencia a utilização destes estabelecimentos para as lavouras temporárias e em descanso, majoritariamente.

No tocante à reorganização do espaço urbano, foi possível visualizar, através de relatos de moradores antigos, a partir de plantas urbanas e meios imagéticos, a transformação da paisagem urbana. Entre os anos de 1985 e 1995, houve um crescimento tímido da área urbana construída, apresentando uma maior expansão quando comparado o ano de 1995 com o de 2002. A dinâmica dos eventos recentes na região dos cerrados piauienses e, neste caso específico no município piauiense de Bom Jesus, revela um processo de valorização do espaço urbano, que coincide com as áreas de expansão direcionadas ao *Campus* Avançado da Universidade Federal do Piauí, e no sentido dos bairros Judith Piauilino (área onde se concentram residências dos novos moradores “gaúchos”), Josué Parente e Vicente Brandão. Vale salientar a intensa valorização das áreas que margeiam a BR 135.

A leitura da paisagem local dá conta da dinâmica expressa pelos eventos recentes. A paisagem bucólica e primitiva das cidades interioranas do Piauí é quebrada pelas imensas e modernas máquinas agrícolas que passeiam pelas ruas. Os letreiros dos prédios comerciais sinalizam para o volume da produção efetivada nas chapadas do município. Desta maneira, os topônimos denunciam a chegada e a importância dessas transformações para o redesenho da paisagem local. Neste itinerário, os equipamentos comerciais e serviços apresentaram um exponencial crescimento, principalmente se considerado a partir dos anos de 1997, conforme exposto. O volume e a qualidade da oferta de produtos diretamente relacionados ao abastecimento do consumo produtivo conjugados à disposição desses equipamentos nos bairros que margeiam e dão acesso às serras onde se estabelecem as fazendas produtoras, denotam a importância que o município vem tomando frente aos demais circunvizinhos.

O município tem dominado enquanto inserido nos circuitos espaciais de produção da soja, os seguintes elos: fornecedor de insumos, agricultores, processadores (no sentido do pré-beneficiamento e da estocagem), comércio varejistas e mercado consumidor. Estas atividades atestam a íntima relação entre os espaços rural e urbano, mediante as atividades desenvolvidas que se relacionam simultaneamente e transformam de maneira concomitante os espaços do município.

A ressignificação dos eventos em curso apresenta-se e produz representações

sociográficas na sociedade como um todo, particularmente aqui focados os líderes da sociedade civil organizada, estes instituídos como representantes da sociedade local. Nessa perspectiva, observou-se que o discurso oficial tem realçado as potencialidades naturais e a chegada dos “gaúchos” como pontos centrais que demarcam o processo de desenvolvimento do estado do Piauí. Disseminadas pela mídia, essas idéias têm sido reproduzidas ainda por parcelas dos líderes entrevistados, com algumas exceções que expressam o seu desencantamento.

Destacou-se, portanto, no conjunto das representações acerca do meio ambiente, o discurso oficial do Estado de modo contraditório. Se por um lado foi evidenciada a preocupação com o cumprimento da Legislação Ambiental do Estado do Piauí, por outro, atribuiu-se, nesta visão particular, a degradação ambiental do rio Gurguéia, aos pequenos produtores que desenvolvem secularmente suas atividades nas margens deste rio, sem estabelecer nenhuma relação com a caducidade dessas atividades, nem a falta de instrumentos adequados para uma prática que vislumbre a conservação dos recursos naturais em questão. Os entrevistados revelaram a preocupação com as seguintes categorias: assoreamento, desmatamento, áreas de preservação, educação ambiental, lixo tóxico, animais nativos, dentre outras. A ancoragem dessas categorias discursivas revela preocupações que se adensam e dependem de incentivos, educação e fiscalização para que sejam perpetuadas e incorporadas às suas práticas cotidianas.

Em se tratando dos desafios para o desenvolvimento territorial, podem-se identificar algumas reivindicações oriundas dos entrevistados, tais como: melhor distribuição dos benefícios alcançados através da intensa produção e produtividade na região dos cerrados, assistência técnica e creditícia, capacitação, educação para o associativismo, acesso às modernas tecnologias, postura democrática, no sentido da autogestão consciente e participativa, busca de estratégias inclusivas e, como um dos fatores primordiais, o conhecimento das potencialidades locais.

Finalmente, cabe reiterar que é imprescindível a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, no sentido de estar atento e sensível aos anseios e às representações da sociedade como um todo, particularmente àquelas parcelas que sempre se encontram no esquecimento, silenciadas na grande maioria dos projetos implementados sobre estas mesmas parcelas da sociedade para as quais estes processos deveriam ser efetivados para serem sustentáveis. Caso contrário, o festejado desenvolvimento jamais ultrapassará a sua conotação ideológica.

REFERÊNCIAS

AEROPORTO internacional vai desenvolver o Sul do Piauí. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/noticias.php?codNota=230>>. Acesso em: fev. 2006.

AEROPORTOS. In: *Infraero: aeroportos do Brasil*. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/aero_uf.php?ufi=PI>. Acesso em: fev. 2006.

ALHO, C. J.; MARTINS, E. S. *De grão em grão o cerrado perde espaço* (cerrado – impactos do processo de ocupação). Brasília: WWF, 1995. (WWF – documento para discussão).

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALVES, V. E. L. Mobilidade do trabalho e a reprodução do capital nos cerrados piauienses. In: *Caderno de resumos do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia: AGB, 2004.

_____. *Formação territorial sul piauiense: modernização agropecuária e resistência camponesa*. 2000. Dissertação (Mestrado)–Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. In: *Revista Geosp*. São Paulo, n. 2, p. 85-89, 1997.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo: ANNA BLUME, HUCITEC, ANPUR, 2002.

ARAUJO, M. R. S.; MORAES, M. D. C. *Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído*. Trabalho apresentado no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

ARROYO, M. Território, transição e futuro. In: *Revista Experimental*. São Paulo: USP. Ano I, n. 1. Julho/1996.

AYOADE, J. O. *Introdução à climatologia para os trópicos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAUDRILLAD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. HUCITEC: São Paulo, 1996.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BESSERMAN, S. A lacuna das informações ambientais. In: TRIGUEIRO, A. (Coord). *Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BNB. *Política de desenvolvimento territorial*. Documento referencial, 2005.

_____. *Diagnóstico do Município de Bom Jesus*. Bom Jesus, 1998.

BOBBIO, N. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

BOFF, L. Um ethos para salvar a Terra. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs.). *Meio ambiente Brasil*. Avanços e obstáculos pós-Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BOM JESUS. Câmara Municipal de Bom Jesus. Prefeitura Municipal de Bom Jesus. Secretaria Municipal de Educação. *Evolução política do Município de Bom Jesus*. Bom Jesus, 1999.

BONFIM, W. L.; SANTOS JÚNIOR, R. B. Formação política. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

BONFIM, W. L. O Brasil no limiar do terceiro milênio. In: SANTANA, R. N. M. *O Brasil no limiar do novo milênio*. Teresina: APL/FBB, 2001.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R. *Diário de campo: a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRITO, L. C. et al. Problemas ambientais causados pela modernização agrícola no município de Balsas – MA. In: *Caderno de resumos do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Goiânia: AGB, 2004.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: uma metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- BUENOS AIRE S, C. A. M. C. Estado, estrutura agrária e relação de produção no Brasil - uma abordagem histórico-sociológica. *Carta CEPRO*. n. 17, v. 1, Jan/Jun. Teresina: CEPRO, 1999.
- CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: ANNA BLUME, HUCITEC, ANPUR, 1996.
- CASTRO, A. A. J. F.; MARTINS, F. R. Cerrados do Brasil e do Nordeste: caracterização, área de ocupação e considerações sobre a sua fitodiversidade. In: *Pesquisa Foco*, São Luís, v. 7, n. 9, p. 147-178, jan./ jun, 1999.
- CAVALCANTI, L. S. *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos*. São Paulo: Papirus, 1998.
- CEPRO. *Piauí: visão global*. 2 ed. Teresina, 2003.
- CHALMERS, A. S. *O que é ciência afinal?* Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CUCHE, D. Cultura e identidade. In: *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (Org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DORES, J. L. P. O novo modelo de modernização da agricultura: alguns apontamentos sobre desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande, n. 18, p. 18-24, jul/dez. 2003.
- DUARTE, M. O problema do risco tecnológico ambiental. In: TRIGUEIRO, A. (Coord). *Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DUARTE, R. Aspectos éticos da questão ecológica. In: DUARTE, R. (Org.) *Ecologia e cultura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 2 ed. Martins Fortes: São Paulo, 2003.
- ESTADO reinicia obras de complementação da Transcerrados. Disponível em: <www.portalaz.com.br>. Acesso em: 18 fev. 2006.
- FAVARETO, A. S. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao*

territorial. 220 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERNANDES, B. M. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/artigo%20do%20mês.htm>>. Acesso em: 06 maio 2006.

FERNANDES, O. *A questão agrária no Brasil: ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*. Belo Horizonte: Sinpro - MG, 1997.

FERRARA, L. D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo: ANNA BLUME, HUCITEC, ANPUR, 2002.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, R. A. *Grupo de Tradição Gaúcha em Bom Jesus-PI*. 2003a. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

_____. *Reforço à identidade cultural da família gaúcha*. 2003b. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

_____. *Processo de construção do espaço: os primeiros desmatamentos da serra do Quilombo para o plantio*. 1994a. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

_____. *Serra do Quilombo: início do processo de ocupação dos cerrados*. 1994b. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

GUIVANT, J. S. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

_____. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola: uma revisão temática. In: *BIB – ANPOC'S* 38. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIULIANI, J. M. Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído. In: *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, João Pessoa, n. 19, p. 25-40, mar. 1998.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; Contexto, 2002.

_____. *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1995.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRANO, S. *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

IBAMA. *GEOBRASIL 2002: Perspectivas do meio ambiente no Brasil*. Brasília, agosto, 2002.

IBGE. Estimativas de população residente nos Municípios do Estado do Piauí. 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

_____. Censo Demográfico 2000.

_____. Censo Agropecuário 1995-1996.

_____. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas: Estado do Piauí*. Mimeo. 1990.

_____. Censo Agropecuário 1985.

_____. *Bom Jesus, Piauí, Nordeste, Brasil*. Coleção de Monografias Municipais. Nova Série, nº. 93. 1984.

ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Coimbra: Almedina, 1984.

JARA, J. C. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

KLINK, C. A.; et al. O bioma cerrado - Site 3. In: SEELIGER, U.; CORDAZZO, C.; BARBOSA, F. (Org.). *Os sites e o programa brasileiro de pesquisas ecológicas de longa duração*. Porto Alegre: 2002.

MACHADO, P. *As trilhas da morte*. Teresina: Corisco, 2002.

MENDONÇA, M. L.; RAINHA, R. Violência no campo e reforma agrária. In: *Direitos humanos no Brasil 2004: Relatório da Rede de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.

MINAYO, M. C. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, M. S. L. *Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária*. 2002. 250 f. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.) *Brasil século XXI - por uma nova regionalização?: agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 5 ed.

São Paulo: ANNA BLUME, HUCITEC, ANPUR, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORAES, M. D. C. Desenvolvimento rural sustentável, multifuncionalidade e modo de vida de populações rurais: algumas questões. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília. *Trabalhos apresentados...* Brasília: Condraf, 2005.

MORAES, M. D. C. *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MORAES, R. A realidade da cultura. In: *Estudos da filosofia da cultura*. São Paulo: Loyola, 1992.

MORIN, E. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). In: _____. *O método 4. As idéias*. Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOUSINHO, P. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 2002.

NOVOS pólos de produção do Nordeste ficarão mais competitivos. In: *Revista ferroviária online*. 22 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaferroviaria.com.br>>. Acesso em: 11. fev. 2006.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: as transformações recentes*. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

PIAUI. Câmara Municipal de Bom Jesus. *Projeto de Lei nº 001/2006*, de 20 de fevereiro de 2006a.

_____. Prefeitura Municipal de Bom Jesus. *Lei nº 417/2006*, de 07 de março de 2006b.

_____. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Plantio de soja, serra do Quilombo em 2004*. 2004a. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

_____. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Máquinas agrícolas no campo: serra do Quilombo*. 2004b. 1 fotografia, color., 10 cm x 15 cm.

_____. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Legislação ambiental do Estado do Piauí*, Teresina, 2004c.

_____. Código das Leis Piauienses 1855. *Resolução nº 397*, de 20 de dezembro de 1855. Teresina, 1855. Certidão fornecida pela senhora Terezinha Mary Cortez de Sousa, Diretora do Arquivo Público do Piauí, em 17 de maio de 1991.

PIMENTA, M. A. A. Cultura, desenvolvimento e imaginário ecológico. In: RODRIGUES, A. M. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: teorias, debates, aplicabilidades*. Textos Didáticos, n. 23. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

PINTO, J. B. G. *Indicações para o diário de campo*. Recife (s/d). Mimeo. 2 pp.

PIRES, M. O. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação nipo-brasileiro para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Brasília: UNB, 1996.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.

RAPOSO, F. C. *História da Paróquia de Bom Jesus da Boa Sentença*. Bom Jesus: Halley, 2004.

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. 5 ed. São Paulo, Cortez: 2002.

RIBEIRO, A. S. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, B. S. *A globalização e as ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, G. L. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Brasília: UnB, 1992. Mimeo.

ROSA, S. L. C. *Temas para reflexão em desenvolvimento local sustentável*. Disponível em: <www.sebrae-sc.com.br/proder/Artigo-Território%20e%desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2004.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1989.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. O retorno ao território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 1996.

_____. *Por uma geografia nova*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. C. Cadeia produtiva de produtos agrícolas. *Boletim Técnico*: MS 01/05 em 21/04/05. UFES: Universidade Federal do Espírito Santo; Departamento de Engenharia Rural. Disponível em <<http://www.agais.com/ms0105.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2005.

SOUZA FILHO, B. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região. In: ANDRADE, M. P. et al. *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* Relatórios de pesquisa. Belém: CPT, 1995.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza*: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

TEMPERATURA bate novo recorde. *Diário do Piauí*. Teresina, 22 nov. 2005. Manchete, p. 5.

THIOLLENT, M. Definição das técnicas de pesquisa. In: *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.

TUAN, Y. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. A geografia humanística. In: CHISTOFOLETTI, A. (Org.) *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

VARGAS, G. M. *Território e natureza*. Trabalho apresentado no II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, 2004. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>>. Acesso em: 06 dez. 2005.

VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Texto provisório para discussão. FIPE –IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo
Fundação Cultural do Piauí

ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ

Na Caixa 240-241, 1912
4.000 - Tombo 11

Em cumprimento ao despacho da Diretora do Arquivo Público do Piauí, exarado no requerimento de Pessoa Interessada, em que a mesma pede por certidão o Código das Leis Piauienses.

C E R T I D ã O

Certifico que revendo a Caixa Arquivo de Leis e Resoluções da Seção do Poder Legislativo no Arquivo Público do Piauí, de 1.854 a 1.855, nela consta o seguinte Código das Leis Piauienses. 1855. To mo 16. Parte 1ª. Seção 3ª. Resolução Nº 397. Publicada a 20 de De zembro de 1855. Eleva a Cathogoria de Villas as povoações dos Picos da Comarca de Ceiras, e do Senhor Bom Jesus da Guargueia da de Parna guá, conservando as mesmas denominações. O Commandador Frederico d' Almeida e Albuquerque, Presidente da Provincia do Piahy. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Re solveo, e eu Sanccionei a Resolução seguinte: Artigo 1º. As Povoa ções dos Picos da Comarca de Ceiras, e do Senhor Bom Jesus da Gor gueia da Comarca de Parnaguá, fiação elevadas à Cathogoria de Villas, conservando os nomes que tem como Povoação. Artigo 2º. O seus ter mos terão por limites os mesmos das Freguezias comprehendidas n'el las. Artigo 3º. Haverão nas referidas Villas, duas Escrivães com at ribuições Cíveis e Crimes, que servirão tambem de Tabelliões do Publi co, Judicial e Notas, e mais annexos. Artigo 4º. Esta Lei só deverá ser executada depois que houverem nas referidas Villas casas de Cama ra, Jury e Cadeia promptificadas independentemente de dinheiros dos Cofres publicos. Artigo 5º fiação revogadas todas as disposições em contrario. Mando portanto à todas as authoridades, à quem o conheci mento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Go verno da Provincia do Piahy 17 de Dezembro de 1855, trigesimo quar to da Independencia e do Imperio. Frederico d'Almeida e Albuquerque. Filinto Elycio Fernandes de Moraes, a fez. Sellada n'esta Secretaria da Presidencia do Piahy aos 17 de Dezembro de 1855. Balduino José



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo
Fundação Cultural de Piauí

ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ

Rua Casimiro Rodrigues, 1061
64.000 - Teresina - PI

Coolho, Secretário do Governo. Era o que continha no referido regis-
tro e, eu, Terezinha Mary Cortez de Sousa, Diretora do Arquivo Pú-
blico do Piauí, transcrevi, datei e assinei... *Terezinha Mary Cortez de Sousa*
Maio... 1991.....

Terezinha Mary Cortez de Sousa
Terezinha Mary Cortez de Sousa
Diretora do Arquivo



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 GC: 01.613.011/0001-00
 Praça Marcos Aurélio 41 - Centro
 64900 - 000 BOM JESUS - PI

LEI Nº. 344/1999, 22 de Outubro de 1999.

**DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DO
 PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE BOM JESUS/PI.**

O Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado do Piauí.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - A Zona Urbana da Cidade de Bom Jesus fica sendo a área compreendida dentro do perímetro que tem como ponto inicial o cruzamento da PI-084 com o Riacho da Palmeira, segue pela margem direita do Riacho da Palmeira até o Rio Gurgueia, segue pela margem esquerda do Rio Gurgueia até a propriedade do Sr. Epimaco Ferreira de Castro (exclusive), segue por esta até a BR 135, segue pela BR 135 até o Riacho do Cedro, segue pela margem esquerda do Riacho do Cedro até emparelhar com a ponta da Serra da Cruz, segue por uma linha VTA de 0º N, medindo 125 metros até o sopé da serra, segue pelo sopé da Serra da Cruz até emparelhar com o Riacho da Palmeira, segue por uma linha VTA de 30º NE, medindo 400 metros, até o Riacho da Palmeira, segue por esse até o ponto inicial.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Bom Jesus, 22 de Outubro de 1999.

Adelmar Moreno Benvindo
 Adelmar Moreno Benvindo
 Prefeito Municipal.

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei aos 22 dias do mês de Outubro de 1999.



Juvenal Carvalho Santos
 Juvenal Carvalho Santos
 Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 GC: 01.613.011/0001-00
 Praça Marcos Aurélio 41 - Centro
 64900 - 000 BOM JESUS - PI

LEI N.º 345/1999, 22 de Outubro de 1999.

**FIXA OS LIMITES DOS BAIRROS,
 DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DA
 CIDADE DE BOM JESUS/PI.**

O Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado do Piauí,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fixa os limites de Bairros dentro do perímetro urbano da cidade de Bom Jesus:

BAIRRO N.º 001 - CENTRO - Entroncamento da Rua Projetada 20, na Avenida Dr. Raimundo Santos, segue pelas Ruas: Proj. 20, Nicolau Barreiros, Antístenes Rosal, Grotá do Riacho, ruas: Antoninho Coelho, São Miguel, Proj. 09, Coronel Ferreira, Proj. 08, Tabelião Raimundo José Rocha, Avenida Josué Parente, Avenida Tiradentes, Riacho Grotão, Rua Odilon Parente e Avenida Dr. Raimundo Santos.

BAIRRO N.º 002 - MIRAMAR - Cruzamento da Rua Antoninho Coelho com a Rua São Miguel, segue pela Rua Antoninho Coelho, Grotá do Riacho, perímetro urbano, Grotão, Avenida Tiradentes, Avenida Josué Parente, Rua Tabelião Raimundo José Rocha, Rua Projetada 08, Rua Coronel Ferreira, Rua Projetada 09 e Rua São Miguel.

BAIRRO N.º 003 - RODOVIÁRIA - Cruzamento do Grotão com Avenida Tiradentes, segue pelo Grotão e limite urbano, passando pela propriedade do Sr. Epimaco Ferreira de Castro (exclusive), BR 135 e Avenida Tiradentes.

BAIRRO N.º 004 - MORRO DO FREI - Prolongamento da Rua Deodoro da Fonseca, no limite Urbano, segue pelo prolongamento da Rua Deodoro da Fonseca, Rua Projetada 30, Rua Projetada 66, Rua Projetada 46, Rua Projetada 42, Rua Projetada 44, Rua Projetada 61, Avenida Tiradentes, BR 135 e Perímetro Urbano.

BAIRRO N.º 005 - SÃO PEDRO - Prolongamento da Rua São João, no limite urbano, segue pelo prolongamento da Rua São João, Grotão, Avenida Tiradentes, Rua Projetada 61, Rua Projetada 42, Rua Projetada 46, Rua Projetada 66, Rua Projetada 30, Rua Deodoro da Fonseca, seu prolongamento e perímetro Urbano.

BAIRRO N.º 006 - PENITENCIÁRIA - Prolongamento da Travessa Dr. Raimundo Santos, no limite urbano, segue pelo prolongamento da travessa Dr. Raimundo Santos, Rua Nicolau Barreiros, Rua Projetada 20, Avenida Dr. Raimundo Santos, Rua Odilon Parente, Rua São João, seu prolongamento e Perímetro Urbano.





ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Bom Jesus
 GC: 01.613.011/0001-00
 Praça Marcos Aurélio 41 - Centro
 64900 - 000 BOM JESUS - PI

BAIRRO N.º 007 - AEROPORTO - Prolongamento da Rua Projetada 25, no limite urbano, segue pelo prolongamento da Rua Projetada 25, Rua Projeta 15, Grota do Riacho, Rua Antístenes Rosal, Rua Nicolau Barreiros, Travessa Dr. Raimundo Santos, seu prolongamento e limite urbano.

BAIRRO N.º 008 - HUGO PIAULINO - Cruzamento da PI 084 com Riacho da Palmeira, segue pela PI 084, Av. Dr. Raimundo Santos, Rua Projetada 25, seu prolongamento até o limite urbano.

BAIRRO N.º 009 - JOSUÉ PARENTE - Cruzamento da PI 084 com Riacho da Palmeira, segue pelo Riacho da Palmeira até o prolongamento da Rua Antoninho Coelho, segue pelo prolongamento da Rua Antoninho Coelho, Grota do Riacho, Rua Projetada 15, Rua Projetada 25, Avenida Dr. Raimundo Santos e PI 084.

BAIRRO N.º 010 - VICENTE BRANDÃO - Cruzamento da Rua Antoninho Coelho com a Grota do Riacho, segue pela Rua Antoninho Coelho e seu prolongamento, Limite Urbano e Grota do Riacho.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado do Piauí, 22 de Outubro de 1999.




 Adalberto Moreno Bervindo
 Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei aos 22 do mês do mês de Outubro de 1999.




 Juvenal Carvalho Santos
 Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS

Projeto de Lei nº 001/2006, de 20 de fevereiro de 2006.

APROVADO

Dispõe sobre a ampliação do Perímetro
Urbano do município de Bom Jesus-PI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, ESTADO DO PIAUÍ,
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a
Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta-se ao Perímetro Urbano do município de Bom Jesus-PI,
descrito na Lei nº 385/2004, a área que tem como ponto inicial o vértice **M001**, marco
extremo a Norte do imóvel, de coordenadas U.T. **M N 8.997.274,00m e E 573.212,31m**,
situado no limite entre **MARGEM DIREITA DO RIO GURGUEIA E FAZ. BARROÇÃO**, referidas ao meridiano Central de 45º a Oeste de Greenwich, deste segue
confrontando com **FAZ. BARROÇÃO**, com azimute de 112º10'26" e distância de 446,23m
até o vértice **M002**, de coordenadas **N 8.997.105,59m e E 573.625,54m**; deste segue
confrontando com **MARGEM DIREITA BR-135 TERESINA-BOM JESUS**, com
azimute de 229º49'31" e distância de 135,25m até o vértice **M-003**, de coordenadas **N 8.997.018,33m e E 573.522,20m**; deste segue confrontando com **PROJETO BR-235**, com
azimute de 138º26'05" e 726,18m até o vértice **M004** de coordenadas **N 8.996.475,00 e E 574.004,00m**; deste segue confrontando com **PROJETO BR-235**, com azimute de
107º37'56" e distância de 1.105,96m até o vértice **M005** de coordenadas **N 8.996.140,00 e E 575.058,00m**; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com
azimute de 199º45'08" e 881,88m até o vértice **M006** de coordenadas **N 8.995.310,00 e E 574.760,00m**; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**; com
azimute de 296º16'27" e 176,20m até o vértice **M007** de coordenadas **N 8.995.388,00 e E 574.602,00m**; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com
azimute de 203º25'31" e distância de 360,06m até o vértice **M-008**, de coordenadas **N 8.995.057,62m e E 574.458,86m**; deste segue confrontando com **RODOVIA MUNICIPAL**,
com azimute de 131º58'34" e distância de 825,12m até o vértice **M009** de coordenadas **N 8.994.505,76 e E 575.072,27m**; deste segue confrontando com **FRANCISCO PITOMBEIRA DIAS**, com azimute de 25º25'30" e distância de 579,35m até o vértice
M010 de coordenadas **N 8.995.029,00 e E 575.321,00m**; deste segue confrontando com **FRANCISCO PITOMBEIRA DIAS**, com azimute de 54º02'51" e 337,24m até o vértice
M011 de coordenadas **N 8.995.227,00 e E 575.594,00m**; deste segue confrontando com

Prça Marcos Aurélio s/n - Centro - Fone/Fax: (89) 3562-1000
CNPJ: 01.613.011-0001-00 - CEP: 64.900-000 - Bom Jesus - PI



ESTADO DO PIAUÍ

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS

ASTECLIDES LUSTOSA FILHO com azimuth de $124^{\circ}58'34''$ e 296,56m até o vértice **M0012** de coordenadas N 8.995.057,00 e E 575.837,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO** com azimuth de $54^{\circ}35'10''$ e distancia de 322,70m até o vértice **M013** de coordenadas N 8.995.244,00 e E 576.100,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com azimuth de $160^{\circ}44'42''$ e distancia de 463,95m até o vértice **M014** de coordenadas N 8.994.806,00 e E 576.253,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com azimuth de $109^{\circ}11'20''$ e 480,71m até o vértice **M015** de coordenadas N 8.994.648,00 e E 576.707,00m; deste segue confrontando com **ROQUE RODRIGUES FRANÇA** com azimuth de $230^{\circ}05'32''$ e 215,10m até o vértice **M016** de coordenadas N 8.994.510,00 e E 576.542,00m; deste segue confrontando com **ROQUE RODRIGUES FRANÇA**, com azimuth de $137^{\circ}36'09''$ e distancia de 903,20m até o vértice **M-017**, de coordenadas N 8.993.843,00m e E 577.151,00m; deste segue confrontando com **FRANCISCO DAVI CHAGAS** com azimuth de $202^{\circ}18'49''$ e distancia de 561,01m até o vértice **M018** de coordenadas N 8.993.324,00 e E 576.938,00m; deste segue confrontando com **FAZ. LAGOA CERCADA**, com azimuth de $270^{\circ}49'33''$ e distancia de 1.804,19m até o vértice **M019** de coordenadas N 8.993.350,00 e E 575.134,00m; deste segue confrontando com **FAZ. LAGOA CERCADA**, com azimuth de $295^{\circ}21'26''$ e 742,54m até o vértice **M020** de coordenadas N 8.993.668,00 e E 574.463,00m; deste segue confrontando com **TOMÁS NEGREIROS** com azimuth de $308^{\circ}1'17''$ e 399,15m até o vértice **M021** de coordenadas N 8.993.914,77 e E 574.149,28m; deste segue confrontando com **TOMÁS NEGREIROS E DALTON NEPOMUCENO E JONEI F. LEMOS** com azimuth de $340^{\circ}52'07''$ e distancia de 2.097,05m até o vértice **M022** de coordenadas N 8.995.896,00 e N 573.462,00, aos 556,94m passou a limitar-se com **DALTON NEPOMUCENO DA FONSECA** e aos 1.130,25m passou a limitar-se com **JONEI F. LEMOS**; deste segue confrontando com **RODOVIA MUNICIPAL** com azimuth de $313^{\circ}09'40''$ e distancia de 835,85m até o vértice **M023** de coordenadas N 8.996.467,77 e E 572.852,30m; deste segue confrontando com **MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA-BOM JESUS** com azimuth de $267^{\circ}35'51''$ e 138,81m até o vértice **M024** de coordenadas N 8.996.461,95 e E 572.713,61m; deste segue confrontando com **MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA BOM JESUS** com azimuth de $276^{\circ}42'17''$ e distancia de 110,99m até o vértice **M025** de coordenadas N 8.996.474,91 e N 572.603,38; deste segue confrontando com **MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA BOM JESUS** com azimuth de $284^{\circ}49'03''$ e distancia de 499,65m até o vértice **M026** de coordenadas N 8.996.602,69 e N 572.120,35, deste segue confrontando com **MARGEM DIREITA RIO GURGUÊIA** com vários azimutes com distancia de 2.945,72m até o vértice inicial **M001**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS

APROVADO

georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como datum **SAD-69**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção **UTM**.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Por vezes se tem discutido a necessidade de ampliação do perímetro urbano da cidade de Bom Jesus, haja vista a crescente movimentação migratória, a partir do desenvolvimento da agricultura (agronegócios) nos cerrados desta região.

Hodiernamente, observa-se o fortalecimento e a confirmação desta cidade como o principal pólo de crescimento do comércio, indústria, prestação de serviços e, diga-se de passagem, excelência em educação e saúde, dentro das proporções engendrada numa região historicamente atrasada e esquecida pelo poder público. Por conta disso, tem-se aplicado investimentos maciços especialmente na construção civil (residencial, comercial, postos de atendimentos diversificados, etc.), o que tem gerado uma demanda vital por espaço territorial, consubstanciando também numa especulação imobiliária inexorável.

De forma que, a possibilidade de se ampliar o perímetro urbano, faz-se urgente e necessário, no sentido de amainar os especuladores e colocar esta cidade vanguarda de pólo irradiante de crescimento sustentável para todo o sul do Estado e possivelmente em todo o centro da Região Nordeste.

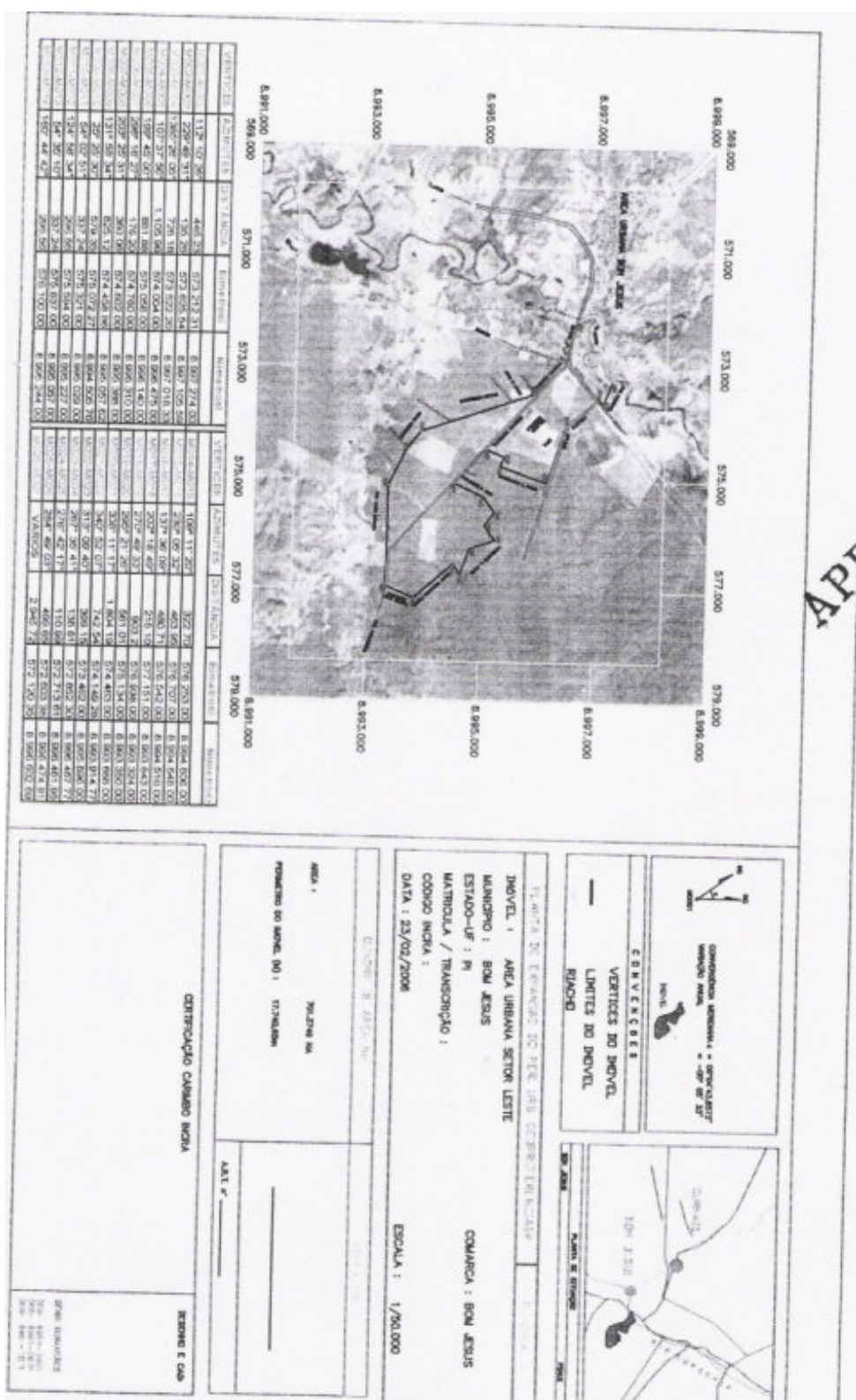
Em fim, ampliar o espaço urbano a partir do lado direito do Rio Gurgueia, abre-se a possibilidade de num futuro Estado do Gurgueia, Bom Jesus se colocar como a cidade com maiores chances de ser a principal concorrente na disputa para sediar a futura capital do novo Estado.

Por tanto, entendendo que a maioria dos proprietários são favoráveis a mudança e que os ônus são compensados pelos bônus, a propositura que abraço é imprescindível e fundamental para o crescimento e maior desenvolvimento, sem valer-se de certa posição ou de circunstâncias para obter vantagens.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2006.

Jorge Luiz Santos Pereira
Jorge Luiz Santos Pereira
 Vereador pelo PMDB

Praça Marcos Aurélio s/n - Centro - Fone/Fax: (89) 3362-1000
 CNPJ: 01.613.011/0001-00 - CEP: 64.900-000 - Bom Jesus - PI





ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS



LEI Nº 417/2006, de 07 de março de 2006.

Dispõe sobre a ampliação do Perímetro
Urbano do município de Bom Jesus-PI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta-se ao Perímetro Urbano do município de Bom Jesus-PI, descrito na Lei nº 385/2004, a área que tem como ponto inicial o vértice **M001**, marco extremo a Norte do imóvel, de coordenadas U.T. M N 8.997.274,00m e E 573.212,31m, situado no limite entre **MARGEM DIREITA DO RIO GURGUEIA** E **FAZ. BARROÇÃO**, referidas ao meridiano Central de 45° a Oeste de Greenwich, deste segue confrontando com **FAZ. BARROÇÃO**, com azimute de 112°10'26" e distancia de 446,23m até o vértice **M002**, de coordenadas N 8.997.105,59m e E 573.625,54m; deste segue confrontando com **MARGEM DIREITA BR-135 TERESINA-BOM JESUS**, com azimute de 229°49'31" e distancia de 135,25m até o vértice **M-003**, de coordenadas N 8.997.018,33m e E 573.522,20m; deste segue confrontando com **PROJETO BR-235**, com azimute de 138°26'05" e 726,18m até o vértice **M004** de coordenadas N 8.996.475,00 e E 574.004,00m; deste segue confrontando com **PROJETO BR-235**, com azimute de 107°37'56" e distancia de 1.105,96m até o vértice **M005** de coordenadas N 8.996.140,00 e E 575.058,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com azimute de 199°45'08" e 881,88m até o vértice **M006** de coordenadas N 8.995.310,00 e E 574.760,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**; com azimute de 296°16'27" e 176,20m até o vértice **M007** de coordenadas N 8.995.388,00 e E 574.602,00m; deste segue confrontando com **ASTECLIDES LUSTOSA FILHO**, com azimute de 203°25'31" e distancia de 360,06m até o vértice **M-008**, de coordenadas N 8.995.057,62m e E 574.458,86m; deste segue confrontando com **RODOVIA MUNICIPAL**, com azimute de 131°58'34" e distancia de 825,12m até o



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS



vértice M009 de coordenadas N 8.994.505,76 e E 575.072,27m; deste segue confrontando com FRANCISCO PITOMBEIRA DIAS, com azimuth de 25°25'30" e distancia de 579,35m ate o vértice M010 de coordenadas N 8.995.029,00 e E 575.321,00m; deste segue confrontando com FRANCISCO PITOMBEIRA DIAS, com azimuth de 54°02'51" e 337,24m ate o vértice M011 de coordenadas N 8.995.227,00 e E 575.594,00m; deste segue confrontando com ASTECLIDES LUSTOSA FILHO com azimuth de 124°58'34" e 296,56m ate o vértice M0012 de coordenadas N 8.995.057,00 e E 575.837,00m; deste segue confrontando com ASTECLIDES LUSTOSA FILHO com azimuth de 54°35'10" e distancia de 322,70m ate o vértice M013 de coordenadas N 8.995.244,00 e E 576.100,00m; deste segue confrontando com ASTECLIDES LUSTOSA FILHO, com azimuth de 160°44'42" e distancia de 463,95m ate o vértice M014 de coordenadas N 8.994.806,00 e E 576.253,00m; deste segue confrontando com ASTECLIDES LUSTOSA FILHO, com azimuth de 109°11'20" e 480,71m ate o vértice M015 de coordenadas N 8.994.648,00 e E 576.707,00m; deste segue confrontando com ROQUE RODRIGUES FRANÇA com azimuth de 230°05'32" e 215,10m ate o vértice M016 de coordenadas N 8.994.510,00 e E 576.542,00m; deste segue confrontando com ROQUE RODRIGUES FRANÇA, com azimuth de 137°36'09" e distancia de 903,20m ate o vértice M-017, de coordenadas N 8.993.843,00m e E 577.151,00m; deste segue confrontando com FRANCISCO DAVI CHAGAS com azimuth de 202°18'49" e distancia de 561,01m ate o vértice M018 de coordenadas N 8.993.324,00 e E 576.938,00m; deste segue confrontando com FAZ. LAGOA CERCADA, com azimuth de 270°49'33" e distancia de 1.804,19m ate o vértice M019 de coordenadas N 8.993.350,00 e E 575.134,00m; deste segue confrontando com FAZ. LAGOA CERCADA, com azimuth de 295°21'26" e 742,54m ate o vértice M020 de coordenadas N 8.993.668,00 e E 574.463,00m; deste segue confrontando com TOMÁS NEGREIROS com azimuth de 308°1'17" e 399,15m ate o vértice M021 de coordenadas N 8.993.914,77 e E 574.149,28m; deste segue confrontando com TOMÁS NEGREIROS E DALTON NEPOMUCENO E JONEI F. LEMOS com azimuth de 340°52'07" e distancia de 2.097,05m até o vértice M022 de coordenadas N 8.995.896,00 e N 573.462,00, aos 556,94m passou a limitar-se com DALTON NEPOMUCENO DA FONSECA e aos 1.130,25m passou a limitar-se com JONEI F. LEMOS; deste segue confrontando com RODOVIA MUNICIPAL com azimuth de 313°09'40" e distancia de 835,85m até o vértice M023 de coordenadas N 8.996.467,77 e E 572.852,30m; deste segue confrontando com MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA-BOM JESUS com azimuth de 267°35'51" e 138,81m ate o vértice M024 de coordenadas N 8.996.461,95 e E 572.713,61m; deste segue confrontando com MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA BOM JESUS com azimuth de 276°42'17" e distancia de



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS



110,99m até o vértice M025 de coordenadas N 8.996.474.91 e N 572.603.38 ;deste segue confrontando com MARGEM ESQUERDA BR-135 TERESINA BOM JESUS com azimuth de 284°49'03'' e distancia de 499,63m até o vértice M026 de coordenadas N 8.996.602.69 e N 572.120.35, deste segue confrontando com MARGEM DIREITA RIO GURGUÊIA com vários azimutes com distancia de 2.945,72m até o vértice inicial M001, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, tendo como datum SAD-69. Todos os azimutes e distancias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus-PI, em 07 de março de 2006.

ALCINDO PIAUILINO BENVINDO ROSAL
Prefeito Municipal

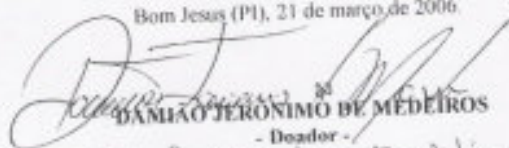
➤ Lei sancionada, promulgada e registrada em 07/03/2006;

➤ Esta Lei está sendo publicada no Diário dos Municípios.

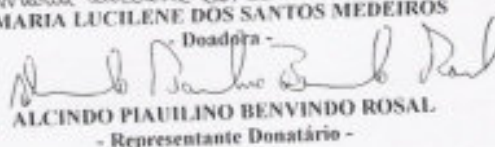
TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente Termo de Doação, as partes entre si justas e contratadas a saber: como doadores o Sr. **DAMIÃO JERÔNIMO DE MEDEIROS** e a Sra. **MARIA LUCILENE DOS SANTOS MEDEIROS**, ambos brasileiros, casados, comerciantes, residentes e domiciliados Rua Tabeleão Raimundo José Rocha, 1118, nesta cidade. Ele portador do RG sob nº 584.782 SSP/RN e do CPF nº 222.320.363-91 e Ela portadora de RG sob nº 2.247.740 SSP/PI e do CPF nº 722.439.373-87 resolvem **DOAR a título gratuito ao MUNICÍPIO DE BOM JESUS – PIAUÍ (PREFEITURA)**, inscrita no CNPJ: 06.554.356/0001-53, situada à Praça Marcos Aurélio, 41, Centro, Bom Jesus – Piauí, neste ato representado pelo Sr. **ALCINDO PIAULINO BENVINDO ROSAL**, brasileiro, solteiro, médico, Prefeito Municipal, portador de RG nº 1.046.242 SSP/PI e de CPF nº 616.691.214-53, residente e domiciliado à Praça Marcos Aurélio nº 105, Centro, Bom Jesus – PI, uma área urbana, de acordo com a Lei nº 417 de 07/03/06, com 4 (quatro) hectares, equivalente a 40.000 m² (quarenta mil metros quadrado), encravada no Marco 06 e 07 do Sítio "NOVA VIDA", Data Jenipapo, neste município, com Registro no Cartório de 1º Ofício nº 1/3.798, fls. 89, Livro 2-Q, que deverá ser desmembrada, tendo as seguintes confrontações: Ao norte: com Astechides Lustosa Filho; Ao Sul e ao Leste: com terras dos doadores, à Oeste: com Francisco Pitombeira Dias. O citado imóvel se acha livre e desembaraçado de qualquer ônus ou foro, que os doadores por livre vontade outorgam, doam a área descrita acima. Lida as partes e as testemunhas, aceitam e assinam o presente termo.

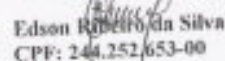
Bom Jesus (PI), 21 de março de 2006

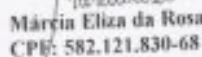

DAMIÃO JERÔNIMO DE MEDEIROS
- Doador -

Maria Lucilene dos Santos Medeiros
MARIA LUCILENE DOS SANTOS MEDEIROS
- Doadora -


ALCINDO PIAULINO BENVINDO ROSAL
- Representante Donatário -

TESTEMUNHAS:



Edson Roberto da Silva
CPF: 244.252.653-00

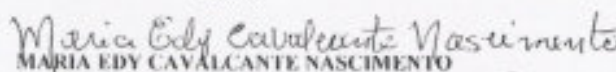

Márcia Eliza da Rosa
CPF: 582.121.830-68

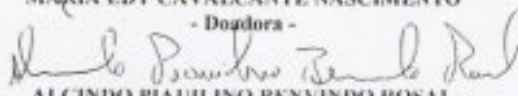
TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente Termo de Doação, as partes entre si justas e contratadas a saber: como doadores o Sr. **FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO** e a Sra. **MARIA EDY CAVALCANTE NASCIMENTO**, ambos brasileiros, piauienses, casados, agricultores, residentes e domiciliados Rua Tabelaio Raimundo José Rocha, 274, nesta cidade, Ele portador do RG sob nº 192.708 SSP/PI e do CPF nº 041.900.683-49 e Ela portadora de RG sob nº 828.425 SSP/PI e do CPF nº 275.999.733-20 resolvem **DOAR a título gratuito ao MUNICÍPIO DE BOM JESUS – PIAUÍ (PREFEITURA)**, inscrita no CNPJ: 06.554.356/0001-53, situada à Praça Marcos Aurélio, 41, Centro, Bom Jesus – Piauí, neste ato representado pelo Sr. **ALCINDO PIAULINO BENVINDO ROSAL**, brasileiro, solteiro, médico, Prefeito Municipal, portador de RG nº 1.046.242 SSP/PI e de CPF nº 616.691.214-53, residente e domiciliado à Praça Marcos Aurélio nº 105, Centro, Bom Jesus – PI, uma área urbana de 4 (quatro) hectares, localizada no loteamento "PLANALTO ORIENTE", Data Jenipapo, neste município, de acordo com a Lei nº 417, de 07/03/06, com Registro no Cartório de 1º Ofício nº 1/640, fls. 245, Livro 2-43 que deverá ser desmembrada, tendo as seguintes confrontações: Ao norte, Ao Sul, Ao Leste e Oeste: com terras dos doadores. O citado imóvel se acha livre e desembaraçado de qualquer ônus ou foro, que os doadores por livre vontade outorgam, doam a área descrita acima. Lida às partes e as testemunhas, aceitam e assinam o presente termo.


Bom Jesus (PI), 21 de março de 2006.

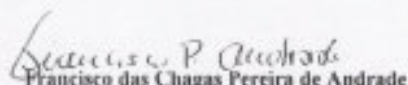

FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO
- Doador -


MARIA EDY CAVALCANTE NASCIMENTO
- Doadora -


ALCINDO PIAULINO BENVINDO ROSAL
- Representante Donatário -

TESTEMUNHAS:


Edson Roberto da Silva
CPF: 244.257.653-00


Francisco das Chagas Pereira de Andrade
CPF: 138.954.603-97

Relação de entrevistados			
Nome	Associação/Sindicato	Local (sede)	Data
Maria de Fátima A. Arnaldo Antônio Alves Soares	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Bom Jesus	Bom Jesus	14 Dez. 2004 15 Jul. 2005
Arnaldo Sousa Lopes	Sindicato Rural de Bom Jesus do Gurguéia	Bom Jesus	14 Dez. 2004
João José Lima da Silva	Associação de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Localidade do Eugenópolis (ADAFAME)	Eugenópolis	07 Jan. 2006
José Valdinei de Matos Santos	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais de Benfica	Assentamento Conceição	11 Jan. 2006
Raimundo Nonato Pereira	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores Rurais do Pica-pau	Assentamento Conceição	11 Jan. 2006
Idemar Luís Cover	Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (FUNCERRADO)	Bom Jesus	12 Jan. 2006
Aridelson Alves de Moura	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Tucuns	Tucuns	14 Jan. 2006
Antônio Gilson Ferreira Piauilino	Conselho Municipal do Fundo Municipal de Amparo Comunitário (FUMAC) e Associação dos Produtores Rurais do Riacho	Bom Jesus e Riacho	17 Jan. 2006
Palestra proferida durante o I Fórum Agrocerrados em Bom Jesus – PI.			
Dalton Melo Macambira	Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí (SEMAR-PI)	Bom Jesus	15 Jul. 2005
Depoimento de uma antiga moradora da cidade			
Maria Martins de Andrade	Data de nascimento: 26 Jun. 1926.	Bom Jesus	16 Dez. 2004